

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA

SOFIA CREATO BONFATTI

***"A MENINA ABRIGADA NÃO TEM NINGUÉM"*: ENCONTROS NARRATIVOS
SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

CAMPINAS

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA

SOFIA CREATO BONFATTI

**"A MENINA ABRIGADA NÃO TEM NINGUÉM": ENCONTROS NARRATIVOS
SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da PUC-Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Rizzioli Pires CRB 8/6920
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

362.73
B713m

Bonfatti, Sofia Creato

"A menina abrigada não tem ninguém": encontros narrativos sobre a violência intrafamiliar / Sofia Creato Bonfatti. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

216 f.: il.

Orientador: Tânia Mara Marques Granato.

Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Crianças - Maus-tratos. 2. Violência familiar. 3. Psicanálise. I. Granato, Tânia Mara Marques. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD - 22. ed. 362.73

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA
SOFIA CREATO BONFATTI

“A MENINA ABRIGADA NÃO TEM NINGUÉM”: ENCONTROS NARRATIVOS
SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Tese defendida e aprovada em 28 de junho de
2022 pela Comissão Examinadora:



Prof.^a Dra. Tania Mara Marques Granato
(Presidente)



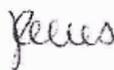
Prof.^a Dra. Vera Engler Cury



Prof.^a Livre Docente Tânia Maria José Aiello-
Vaisberg



Prof.^a Dra. Miriam Tachibana



Prof.^a Dra. Juçara Clemens

CAMPINAS

2022

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, professora Dra. Tania Mara Marques Granato por me apresentar a realidade da pós-graduação e da vida profissional em pequenas doses sustentando as minhas dificuldades. Agradeço por inspirar a minha vida profissional e pessoal com os seus gestos de ética e humildade que transcendem teorias. Esses conhecimentos fazem parte de minha bagagem desde quando nossos caminhos se cruzaram em 2015.

À Cristiane Moretti Marangoni Valli pela presença viva e sustentadora que me auxilia na desafiadora tarefa de fazer as pazes com a minha própria história em busca de uma vida com mais leveza e autenticidade. Sem a sua ajuda eu não estaria aqui hoje, o que mobiliza o profundo sentimento gratidão.

Aos meus pais, Marli Aparecida Creato Bonfatti e Antonio Aparecido Bonfatti por aceitarem a minha escolha profissional que é tão distinta dos ofícios da família e distante de suas expectativas. Esse apoio permitiu que eu abrisse meus próprios caminhos e concretizasse um sonho tão antigo em minha memória: o de ser psicóloga.

Ao Pedro Felipe Homsy por colorir a minha vida e me fazer florescer.

À Barbara Milena Buzinaro por mais de duas décadas de amizade. Sua coragem e ousadia me inspiram.

À Leticia Jóia Ribeiro pela parceria pessoal e profissional.

Às participantes desta pesquisa pelo encontro genuíno.

Às examinadoras da minha banca de qualificação, Profa. Dra. Miriam Tachibana e Profa. Livre Docente Tania Maria José Aiello-Vaisberg, pelas contribuições valiosas que impulsionaram a finalização desta pesquisa.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa, Leticia J6ia Ribeiro, Antonio Richard Carias, Raquel Alves Lucas e Carolina Del Negro Visintin por criarem um terreno f6rtil de crescimento acad6mico e pessoal.

À entidade de acolhimento institucional colaboradora que confiou em meu trabalho desde a 6poca do mestrado abrindo portas para a concretizaç6o desta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenaç6o de Aperfeiçoamento Pessoal de N6vel Superior – Brasil (CAPES) – C6digo de financiamento 001.

À toda equipe do Programa de P6s-Graduaç6o do Centro de Ci6ncias da Vida da Pontif6cia Universidade Cat6lica de Campinas.

RESUMO

BONFATTI, Sofia. Creado. “*A menina abrigada não tem ninguém*”: encontros narrativos sobre a violência intrafamiliar. 2022. 229f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2022.

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é um problema de saúde pública que frequentemente resulta no afastamento do lar de origem tendo como destino dramático o acolhimento institucional. Sua natureza cíclica faz com que as gerações seguintes possam ser vitimadas pela violência, perpetuação que em uma sociedade patriarcal marcada pela desigualdade de gênero pode resultar na vitimização de mulheres sob a forma de violência doméstica e de gênero na vida adulta. Levando em consideração essa intersecção de vulnerabilidades, nosso objetivo foi compreender a experiência emocional de meninas adolescentes diante de suas vivências de violência intrafamiliar. Situado no campo da pesquisa qualitativa, trata-se de um estudo psicanalítico winnicottiano que se desenvolveu ao longo de nove encontros com uma dupla de irmãs de 16 e 17 anos respectivamente, que haviam sido transferidas recentemente de um abrigo institucional para uma Casa Lar. O enquadre para os encontros foi o de Entrevistas Transicionais mediadas por Narrativas Interativas (NI), histórias fictícias que eram elaboradas pela pesquisadora à medida que os encontros se sucediam e depreendíamos os temas de conflito que estavam sendo comunicados (in)conscientemente pelas participantes. Cada entrevista foi iniciada pela apresentação da NI seguida de uma reflexão com as participantes sobre o tema veiculado pela NI. Foi elaborado um Registro Associativo Inicial (RAI) após cada encontro, de modo a produzir um primeiro registro do que se passou entre pesquisadora e participante, como o impacto contratransferencial produzido. Cada RAI fomentou a elaboração de uma Narrativa Transferencial como etapa preliminar de análise das entrevistas. Como resultado da análise interpretativa do material narrativo composto pelas NI e NT criamos/encontramos o campo de sentido afetivo/emocional “*A menina abrigada não tem ninguém*” que traduz dramaticamente o sofrimento emocional das participantes como desdobramento das experiências de violência intrafamiliar. Deste campo de sentidos afetivo-emocional depreendemos que o desamparo emocional das adolescentes é sempre acompanhado da desconfiança e desesperança nas relações interpessoais, além de contemplar o imaginário de que a impossibilidade de contarem com um solo sustentador é permanente em suas vidas, inclusive na adultez. Concluimos pela urgência de intervenções psicológicas acolhedoras para o sofrimento emocional de meninas adolescentes que emerge de experiências de violência intrafamiliar. Nesse sentido, destacamos a potencialidade do enquadre winnicottiano em intervenções institucionais, como aproximação lúdica e cuidadosa de populações especialmente vulneráveis a temas que engendram intenso sofrimento emocional.

Palavras-chave: Violência intrafamiliar, violência de gênero, adolescência, narrativa interativa, psicanálise

ABSTRACT

BONFATTI, Sofia Creato. "*The adolescent girl in the shelter does not have anybody: narrative encounters about intrafamilial violence*". 2022. 229f. Thesis (Doutorate in Psychology) – Pontifical Catholic University of Campinas, Life Sciences Center, graduate program in Psychology, Campinas, 2022.

Domestic violence against children and adolescents is a public health issue that frequently results in their removal from their original home, leading to the dramatic outcome of institutional care. Its cyclic nature makes the next generations more prone to also being victimized by violence. Such perpetuation in a patriarchal society marked by gender inequality may result in the victimization of women by domestic violence and gender violence in adulthood. Taking into consideration this intersection of vulnerabilities, our objective was to understand the emotional experience of adolescent girls regarding intrafamily violence. Situated in the field of qualitative research, this Winnicottian psychoanalytic study was developed over nine encounters with a couple of sisters, a 16 and a 17-year-old, that had recently been transferred from an institutional shelter to the Casa Lar system. The frame for the encounters was that of Transitional Interviews mediated by Interactive Narratives (IN), fictitious stories elaborated by the researcher as the encounters progressed and the themes of conflict being (un)consciously communicated by the participants were being inferred. Each interview was initiated with the presentation of the NI followed by a reflection with the participants about the theme conveyed by the NI. An Initial Associative Record (IAR) was elaborated after each encounter as to produce a first record of what happened between the researcher and the participants, such as the impact the countertransference produced. Each IAR fomented the elaboration of a Transferential Narrative (TN) as a preliminary step in the analysis of the interviews. As a result of the interpretative analysis of the narrative material composed by the IN and TN, we created/found the affective- emotional field of meaning "*The adolescent girl in the shelter does not have anybody*", which dramatically translates the emotional suffering of the participants as an unfolding of the domestic violence experiences. From this field of affective- emotional meaning, we inferred that the emotional helplessness of the adolescents is always accompanied by distrust and lack of hope in interpersonal relationships, along with the imaginary of the permanent impossibility of being in a holding environment even in adulthood. We conclude there is an urgency for psychological care interventions for the suffering of adolescent girls that emerges from experiences of domestic violence. In this regard, we highlight the potential of the Winnicottian frame for interventions in institutions as a careful and playful approach to populations that are especially vulnerable to themes that bring forth intense emotional suffering.

Keywords: Intrafamily violence, gender violence, adolescence, interactive narrative, psychoanalysis

RESUMEN

BONFATTI, Sofia. Creado. *“La chica institucionalizada no tiene a nadie”*: encuentros narrativos sobre la violencia intrafamiliar. 2022. 229f. Tesis (Doctorado en Psicología) – Pontificia Universidad Católica de Campinas, Centro de Ciencias de la Vida, Programa de Posgraduación en Psicología, Campinas, 2022.

La violencia intrafamiliar contra niños y adolescentes es un problema de salud pública que frecuentemente resulta en el alejamiento del hogar de origen, teniendo como destino dramático el acogimiento institucional. Su naturaleza cíclica hace que las generaciones siguientes puedan ser víctimas de la violencia, una perpetuación que, en una sociedad patriarcal marcada por la desigualdad de género, puede dar lugar a la victimización de mujeres bajo la forma de violencia doméstica y de género, en la vida adulta. Tomando en consideración esta intersección de vulnerabilidades, nuestro objetivo fue comprender la experiencia emocional de las adolescentes frente a sus vivencias de violencia intrafamiliar. Situado en el campo de la investigación cualitativa, se trata de un estudio psicoanalítico winnicottiano que se desarrolló a lo largo de nueve encuentros con una pareja de hermanas de 16 y 17 años respectivamente, que habían sido recién transferidas de un centro de acogida a una Casa Hogar. El marco de los encuentros fue el de Entrevistas Transicionales mediadas por Narrativas Interactivas (NI), historias ficticias que eran elaboradas por la investigadora conforme se realizaban los encuentros y descifrábamos los temas de conflicto que las participantes estaban comunicando (in)conscientemente. Cada entrevista se inició con la presentación de la NI, seguida de una reflexión con las participantes sobre el tema transmitido por la NI. Después de cada encuentro, se elaboró un Registro Asociativo Inicial (RAI), con el fin de hacer un primer registro de lo sucedido entre investigadora y participante, como el impacto contratransferencial producido. Cada RAI fomentó la elaboración de una Narrativa Transferencial como etapa preliminar de análisis de las entrevistas. Como resultado del análisis interpretativo del material narrativo compuesto por las NI y NT creamos/encontramos el campo de sentido afectivo/emocional *“La chica institucionalizada no tiene a nadie”*, que traduce de forma dramática el sufrimiento emocional de las participantes como un despliegue de las experiencias de violencia intrafamiliar. De este campo de sentidos afectivo-emocional deducimos que el desamparo emocional de las adolescentes siempre está acompañado de desconfianza y desesperanza en las relaciones interpersonales, además de contemplar el imaginario de que la imposibilidad de contar con un solo sustentador es permanente en sus vidas, incluso en la adultez. Concluimos sobre la urgencia de intervenciones psicológicas acogedoras para el sufrimiento emocional de las adolescentes que surge de las experiencias de violencia intrafamiliar. En este sentido, destacamos el potencial del marco winnicottiano en las intervenciones institucionales, como una aproximación lúdica y cuidadosa de las poblaciones especialmente vulnerables a temas que engendran un intenso sufrimiento emocional.

Palabras clave: Violencia intrafamiliar, violencia de género, adolescencia, narrativa interactiva, psicoanálisis.

Ensino

Minha mãe achava estudo coisa mais fina do mundo.

Não é.

A coisa mais fina do mundo é o sentimento.

*Aquele dia de noite, o pai fazendo serão,
ela falou comigo: "Coitado, até essa hora no serviço pesado".*

Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente.

Não me falou em amor.

Essa palavra de luxo.

Adélia Prado

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	Adverse Childhood Experiences
ADV	Dating Violence
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COVID -19	Corona Virus Disease 2019
CDC	Centers for Disease Control and Prevention
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ET	Entrevista Transicional
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISPCAN	International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect
NAS	Serviço de acolhimento adulto para pessoas em situação de rua
NoB-Suas	Norma operacional Básica da assistência Social
NI	Narrativa Interativa
NIG	Narrativa Interativa Gráfica
NT	Narrativa Transferencial
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
RAI	Registro Associativo Inicial
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TALE	Termo de Assentimento Livre Esclarecido
VAW/C	Violence against Women and Children
VPI	Violência por parceiro íntimo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	18
1.1 Violência doméstica ou violência intrafamiliar: Considerações sobre o debate na literatura científica e as suas tendências	18
1.2 Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: um campo de estudo....	25
1.3 Do Abrigo à Casa lar: desafios e paradoxos do acolhimento institucional no Brasil	38
CAPÍTULO 2. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	44
2.1 Considerações sobre a pesquisa qualitativa.....	44
2.2 A pesquisa qualitativa e o método psicanalítico: um encontro fecundo	46
2.3 Procedimento de produção do material narrativo	51
2.3.1 O uso da Narrativa Interativa na Entrevista Transicional: uma pesquisa psicanalítica Winnicottiana.....	51
2.4 Procedimentos investigativos.....	57
2.4.1 Aproximação do campo da pesquisa e o convite para as participantes	57
2.4.2 Participantes	60
2.4.3 O Processo de construção das Narrativas Interativas	61
2.4.4 Delineando as Entrevistas Transicionais	68
2.4.5 Procedimento de registro e análise do material narrativo: criando/encontrando sentidos para as experiências vividas.....	70
2.5 Cuidados éticos.....	72
CAPÍTULO 3. ENTREVISTAS TRANSICIONAIS COM PAULA E PATRÍCIA	73
3.1 Síntese narrativa do histórico de abrigamentos e desabrigamentos das participantes.....	73

3.2	Síntese gráfica do histórico de abrigamentos e desabrigamentos das participantes.....	77
3.3	Primeira Narrativa Transferencial.....	78
3.4	Segunda Narrativa Transferencial.....	88
3.5	Terceira Narrativa Transferencial	98
3.6	Quarta Narrativa Transferencial.....	109
3.7	Quinta Narrativa Transferencial	120
3.8	Sexta Narrativa Transferencial.....	131
3.9	Sétima Narrativa Transferencial.....	136
	CAPÍTULO 4. “A MENINA ABRIGADA NÃO TEM NINGUÉM”: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA EMOCIONAL DAS PARTICIPANTES.....	157
4.1	Algumas reflexões sobre o enquadre da pesquisa	187
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
	REFERÊNCIAS	194
	ANEXO 1: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA PUC CAMPINAS.....	224
	ANEXO 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	227
	ANEXO 3: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	229

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho que configura uma tese de doutorado se insere em um conjunto de estudos acadêmicos sobre a parentalidade e suas articulações com os sofrimentos emocionais contemporâneos que temos realizado no Grupo de Pesquisa da PUC-Campinas “Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção”, sob orientação da Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato.

Como parte de um grupo de psicólogos alinhados a uma perspectiva clínico-social do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Campinas temos nos dedicado a estudos compreensivos sobre o sofrimento emocional no âmbito do exercício da parentalidade e do cuidado infantil (Biffi, 2014; Moraes, 2017; Gomes, 2019) compreendendo-os como socialmente engendrados. Dialogando com a perspectiva winnicottiana que privilegia a necessidade de um ambiente suficientemente bom (Winnicott, 1958/2000) para o desenvolvimento emocional saudável, temos refletido sobre contextos de cuidado mais amplos como o campo da adoção (Pekny & Granato, 2019), da homoparentalidade (Diniz, 2020; Jurado, 2013; Ribeiro, 2018) da parentalidade em contextos de vulnerabilidade social (Aching, Biffi & Granato, 2016; Aching & Granato, 2018; Miranda & Granato, 2016; Silva, 2020) incluindo aqueles em que o cuidado familiar fica comprometido pelo alcoolismo parental (Carias, 2018) e se converte em violência doméstica, levando a institucionalização de crianças e adolescentes (Bonfatti & Granato, 2021).

A presente pesquisa tomou corpo a partir dos achados de minha pesquisa de Mestrado (Bonfatti, 2017), conduzida em uma instituição de abrigo de crianças e adolescentes. Na ocasião, estava interessada em compreender os afetos mobilizados pela futura saída do abrigo para os adolescentes acolhidos, quando o drama da violência intrafamiliar irrompeu das narrativas dos participantes, inclusive como motivo de abrigo institucional, delineando um novo objeto de estudo, agora para o Doutorado.

Relembro que os adolescentes participantes da pesquisa de Mestrado me comunicaram que os episódios traumáticos de violência vividos no lar de origem são constantemente revividos no ambiente institucional, intensificando-se por ocasião da saída do abrigo a qual acena com novo desamparo. Para familiarizar o leitor com os

principais resultados desse estudo anterior que delinea o contexto psicossocial em que esta pesquisa se insere, sumário os três campos de sentidos encontrados.

O campo de sentidos afetivo-emocionais “É muito peso para uma pessoa só” nos mostrou que os participantes buscam sobreviver psiquicamente à violência intrafamiliar, o que compreendemos como uma clara reivindicação por acolhimento emocional e elaboração psíquica das experiências traumáticas vividas no lar de origem. Outro achado que destaco diz respeito à idealização das figuras parentais revelada pelo emblemático campo de sentidos “Quero morar com a minha mãe” que comunica o paradoxal desejo de retorno ao mesmo lar que é locus da violência que motivou o abrigo. Além do desamparo vivido pelo afastamento do convívio familiar, os participantes sinalizam que a permanência no abrigo também é permeada de conflitos, quando o campo “Um berço que lhe serviu de mãe” alude a falha na integração dos cuidados técnicos e afetivos que se repete no ambiente institucional. Ao colocarem a segurança da instituição em oposição ao afeto do lar de origem, embora este afeto seja muitas vezes confundido com violência, os adolescentes parecem sugerir a insuficiência de ambos os ambientes – o lar e o abrigo.

Esse cenário de violência travestida de afeto, me levou de volta à instituição de abrigo questionando-me sobre como o adolescente elabora e integra vivências tão traumáticas em seu cotidiano e em seu modo de ser, na medida em que as experiências vividas modulam os recursos emocionais para lidar com a realidade. Desta vez, meu foco de interesse científico se voltou para a compreender a experiência emocional de meninas adolescentes abrigadas a respeito de suas vivências de violência intrafamiliar.

Apoiada na perspectiva de uma psicanálise concreta e ciente de que cada gênero sofre conforme as expectativas sociais que lhe são destinadas (Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019), a opção pelo público feminino não é ingênua, uma vez que em uma cultura cujas regras operam a partir de uma lógica falocêntrica e adultocêntrica (Butler 1990/2003), a menina torna-se a figura social mais vulnerável a múltiplas situações de risco, o que inclui a violência vivida no interior das relações familiares.

Tendo em vista minha afinidade com esse tipo de sofrimento emocional feminino, decidi me aproximar deste tema para além da pesquisa acadêmica,

atendendo voluntariamente na ONG SOS Ação Mulher e Família em Campinas, instituição que visa acolher mulheres e famílias em situação de violência doméstica e intrafamiliar. Neste contexto pude acompanhar diversos casos de mulheres em situação de violência doméstica e adolescentes que sofreram violência intrafamiliar e que naquele momento estavam em situação de abrigamento, assim como as minhas participantes da pesquisa.

Dentre tantos eventos emblemáticos que me mobilizaram profundamente nesse trabalho clínico, destaco dois: (a) a repetição transgeracional da violência vivida, perpetuando o ciclo de revitimização da mulher na vida adulta; (b) o desamparo material e emocional vivido por essas mulheres, sinalizando a urgência de um trabalho preventivo no campo da violência intrafamiliar. Nesse sentido, concordamos com Bleger (1963/2001) e Aiello-Vaisberg (2004) sobre a importância da produção de conhecimento em psicologia ser utilizada como ferramenta de transformação social no sentido de evitar a revitimização de meninas e mulheres, como atestei tantas vezes.

Desta forma, espero que esse trabalho que visou compreender a experiência emocional de meninas adolescentes abrigadas vítimas de violência intrafamiliar possa se converter em ferramenta para subsidiar práticas psicológicas transformadoras no contexto institucional.

Qual não foi minha surpresa ao retornar ao Abrigo¹ e encontrar duas irmãs adolescentes que há aproximadamente um ano haviam se reencontrado naquela instituição depois de longos períodos de violência, rupturas e separações. Já no mestrado pude levantar a hipótese de que a lembrança das cenas de violência vividas no ambiente familiar constituía para essas jovens um esforço de retomada das experiências traumáticas para reintegração ao self.

Por esta razão, agora, no doutorado, senti-me inclinada a oferecer um espaço potencial sob a forma de Entrevistas Transicionais que me permitiriam compreender como essas experiências de violência intrafamiliar foram sendo processadas pelas participantes ao longo da vida e de nossos encontros. Potencializados pelo reencontro das irmãs e pela sustentação emocional que eu me comprometera a

¹ A instituição onde esta pesquisa foi realizada estava sendo desmembrada em Casas Lares na época que fui a campo para o recrutamento das participantes de modo que, na ocasião, as duas modalidades de funcionamento ainda estavam em operação. A distinção dos dois tipos de acolhimento será apresentada brevemente ao final da introdução.

oferecer, tais encontros se constituíram como oportunidade de reconhecimento de si e do outro, sugerindo, inclusive, uma nova abordagem desse tipo de sofrimento.

O primeiro capítulo desta Tese de Doutorado tem o objetivo de introduzir o leitor à dramática realidade da violência intrafamiliar na vida de crianças e adolescentes cujo abrigo é vivido como uma das consequências mais drásticas do drama familiar. Neste capítulo também abordo sua relevância científica e social, além de familiarizar o leitor sobre a Casa Lar como nova modalidade de acolhimento institucional que se inspira no modelo familiar.

No segundo capítulo, explico o desenho metodológico da pesquisa, que se fundamenta na perspectiva de uma psicanálise concreta e no uso do método psicanalítico. Também apresentamos ao leitor o enquadre das Entrevistas Transicionais que visou uma aproximação sensível e cuidadosa do drama da violência intrafamiliar, fazendo uso do recurso das Narrativas Interativas como facilitador da associação livre das participantes ao longo de nove Entrevistas Transicionais. O terceiro capítulo visa apresentar ao leitor as Entrevistas Transicionais com as participantes sob a forma de Narrativas Transferenciais, recurso investigativo em que busco compartilhar as passagens emblemáticas do ponto de vista afetivo-emocional, algumas associações e interpretações, bem como minhas impressões contratransferenciais.

No quarto capítulo, dedico-me à discussão do material narrativo à luz da pesquisa científica sobre o tema da violência intrafamiliar e da psicanálise winnicottiana com sua ênfase no ambiente suficientemente bom para o desenvolvimento emocional saudável em direção a uma vida autenticamente criativa, na medida em que esta permite a expressão e a realização do self. E, finalmente, apresento algumas considerações finais sobre o que me pareceu essencial da comunicação das participantes sobre a repercussão emocional das muitas invasões ambientais que sofreram ao longo de sua ainda curta, mas intensa, vida.

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

1.1 Violência doméstica ou violência intrafamiliar: Considerações sobre o debate na literatura científica e as suas tendências

Esta pesquisa qualitativa psicanalítica teve como objetivo investigar a experiência emocional de meninas adolescentes que se encontram acolhidas institucionalmente em função da violência intrafamiliar sofrida. Antes de adentrarmos no drama da violência intrafamiliar na perspectiva das participantes da pesquisa, apresentamos uma breve incursão na literatura científica sobre o tema.

A violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente constitui um grave problema de saúde pública que resulta em altas taxas de mortalidade nesta faixa etária em todo o mundo (Brasil, 2017; Hills, Mercy, Amobi & Kress, 2016ONU, 2014) com consequências afetivo-emocionais que perduram até a vida adulta (Oliveira et al., 2016; Lira et al., 2017; Wilkinson & Bowyer, 2017; Waikamp & Serralta, 2018; Weber, Jud & Landolt, 2015). Ao investigar o tema, Hills et al. (2016) constatou que até um bilhão de crianças e adolescentes entre 2 e 17 anos tinham sido vítimas de violência física, psicológica, sexual e/ou negligência em 96 países.

Para Day et al. (2003), o uso da violência contra crianças e adolescentes constitui um fenômeno universal independente de classe social, sexo e etnia. Sobre esse assunto, Branco e Tomanik (2012) argumentam que embora as organizações sociais sempre tenham sido marcadas pela violência, sua prática se modificou de acordo com as relações sociais estabelecidas em cada período histórico, revelando sua determinação histórico-social.

No Brasil o fenômeno da violência intrafamiliar passou a pauta das discussões científicas somente a partir dos anos 80 (Azevedo & Guerra, 1988; 1989; 1995; Minayo, 1993; Saffioti, 1997; Santos, 1987), como resultado de movimentos feministas e sociais (Brasil, 2002). Ganhou maior visibilidade social na esfera pública e privada (Cezar, Arpini & Goetz, 2017) em 1990 com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990) o qual dispõe sobre a proteção integral à população infanto-juvenil. No cenário contemporâneo, o tema é alvo de preocupações por parte dos setores da saúde, da educação e das políticas públicas

no mundo todo, devido a suas proporções epidêmicas (Brino & Souza, 2016; Trindade & Honhendorff, 2020).

A violência intrafamiliar é considerada uma das violações mais graves do direito e da saúde física e mental da criança e do adolescente e é definida pelo Ministério da Saúde (2002) como qualquer ação ou omissão do cuidado que agride o bem-estar físico ou psicológico da criança cometido por um membro de sua família. Além de exaltar a dinâmica de poder existente entre os familiares, tal definição aponta para a relação afetiva que existe entre o agressor e a vítima, transcendendo a consanguinidade, sendo o autor do ato violento aquele que deveria ser o responsável pelo cuidado da criança, o que vem somar vulnerabilidades às condições de vida da criança (Almeida, Miranda & Lourenço, 2013; Gabatz et al. 2013).

A violência intrafamiliar em seus aspectos individuais, familiares, sociais, históricos e políticos revela-se como fenômeno complexo, polissêmico e controverso (Martins et al., 2007; Minayo, 2001; Oliveira et al., 2013; Santos, Braga, Lopes, Paes & Vieira, 2011) a começar pela multiplicidade de termos utilizados para designá-lo. Embora o Ministério da Saúde (2002) diferencie os termos ‘violência doméstica’ e ‘violência intrafamiliar, esclarecendo que o primeiro caso se caracteriza pela agressão sofrida dentro do próprio lar enquanto o segundo enfatiza a relação de afeto e/ou parentesco entre o agressor e a vítima, observa-se ou uma sobreposição entre os dois conceitos na literatura (Almeida et al., 2013; Araújo, 2002; Miura, Silva, Pedrosa, Costa & Filho, 2018), ou o uso indiscriminado dos dois termos como se fossem sinônimos (Pinto Junior et al., 2012).

Segundo o Ministério da Saúde (2002), “a violência doméstica é um fenômeno trazido à luz pelos movimentos sociais de mulheres. Por esta razão, muitas vezes o termo foi utilizado para descrever situações de violência intrafamiliar, no espaço doméstico, atingindo as mulheres por sua condição de gênero” (p.15). No Brasil, o tema foi iluminado principalmente pelos movimentos feministas e pelos movimentos em defesa da criança e do adolescente, a partir de 1990 com a implantação do ECA (1990), o que forneceu subsídios para o surgimento do termo ‘violência intrafamiliar’.

Já a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) esclarece que, em se tratando de um fenômeno complexo, a violência apresenta uma diversidade de

definições, o que acarreta uma fragmentação entre as distintas áreas do conhecimento. No entanto, a OMS (2002) se posicionou de modo mais contundente sobre o assunto no documento “Informe Mundial sobre a Violência e a Saúde”, classificando a violência em três grandes grupos: violência contra si próprio, violência interpessoal e violência coletiva. Nesse documento, a violência intrafamiliar é descrita como um tipo de violência interpessoal, em que um membro da família exerce uma relação de poder e dominação sobre o outro, ocorrendo quase exclusivamente dentro do ambiente doméstico, embora haja exceções.

No entanto, o próprio conceito de violência interpessoal é multideterminado, na medida em que deriva do conjunto de duas manifestações sociais: a violência estrutural e a violência social, conforme exposto pelo documento elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos denominado “Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de cenários e Propostas de Políticas Públicas” (Brasil, 2018). A violência estrutural está diretamente ligada às características socioeconômicas e políticas que regem a sociedade em um determinado período histórico em que exclusão social e globalização interagem, enquanto a violência social se refere ao lugar de inferioridade que determinados grupos ocupam na sociedade, provocando uma condição de exclusão social, material e simbólica, isto é, ausência de poder político e representatividade social (Brasil, 2018).

Apesar da revisão sistemática de Miura, Silva, Pedrosa, Costa e Filho (2018) sobre o uso dos termos nas pesquisas em Psicologia ter se restringido ao periódico ‘Psicologia e Sociedade’, as autoras iluminam esse fenômeno quando constatarem a unanimidade do uso do termo “violência doméstica” para a violência de gênero e contra a mulher, enquanto o termo “violência intrafamiliar” é utilizado para designar a violência contra o idoso no espaço doméstico. A diversidade de termos é ainda maior quando se trata da violência contra a criança e o adolescente, em cujo âmbito há o predomínio do termo “violência doméstica”, embora “violência doméstica contra a criança e o adolescente” e “violência intrafamiliar” também sejam utilizados. Miura et al. (2018) levantam a hipótese de que o fato das pioneiras no estudo da violência praticada contra a criança e o adolescente no Brasil (Azevedo & Guerra, 1993/2015) terem diferenciado os termos ‘violência doméstica’ e ‘violência doméstica contra a

criança e o adolescente' possa ter produzido a proliferação de termos que hoje atestamos.

Observamos a mesma multiplicidade de termos no âmbito internacional quando se trata da violência contra a criança e o adolescente no ambiente doméstico. A preferência pelo uso dos termos “violência doméstica”, “maus-tratos infantis” e “abuso infantil” se revelou em uma busca nas bases de dados Scielo, PsycINFO (APA) e Pubmed realizada em Abril de 2020. Além disso, notamos que cada autor define o rol de violências que irá compor cada uma das três categorias. Sobre esse aspecto concordamos com Karsberg et al. (2018) e Witt et al. (2016), que resultados contraditórios encontrados na literatura acerca da prevalência e impacto da violência vivida em casa na infância e adolescência podem estar associados a divergências de nomenclatura e na própria categorização da violência, fato que serve como advertência para que em futuras pesquisas busquemos definições mais precisas e alinhadas ao objeto de estudo (Haque et al., 2017).

Ao avançarmos nesta discussão, notamos que além da diversidade de termos para designar a violência vivida no lar, parece haver na literatura nacional e internacional uma sobreposição dos fenômenos da violência doméstica contra a mulher e da violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente, fato que Azevedo e Guerra (2001) veem como consequência das reivindicações feministas para o drama da mulher que sofre violência doméstica. Maria Amelia Azevedo, que dedicou sua vida ao estudo da violência contra a criança e o adolescente no espaço doméstico, aproximou-se da temática da violência realizando um estudo pioneiro sobre a violência doméstica contra a mulher no município de São Paulo em 1985. Nesse trabalho revela que o estudo da violência cometida por familiares contra a criança e o adolescente nasce no bojo do estudo sobre a violência contra a mulher.

Nesse sentido, os achados de Corbett (2014) atualizam a observação de Azevedo (1985) ao ter constatado em seu estudo sobre a violência doméstica contra a mulher como o drama das mulheres participantes, que em sua maioria eram mães, atingia diretamente seus filhos, revelando o entrecruzamento da violação dos direitos da mulher e dos direitos da criança e do adolescente.

Um levantamento de literatura realizado em Maio de 2019, utilizando os descritores “domestic violence”, “children” e “shelter” nas bases de dados Scielo, Lilacs, Academic Search Premier e PsycInfo também revelou esse panorama em

que violência doméstica contra a mulher e violência intrafamiliar contra a criança (VAW/C) se mesclam (Fraser, 2020; Palermo & Peterman, 2011; Peterman et al., 2020).

A maior parte dos artigos apresentou o drama de mulheres-mães e seus filhos em situação de violência, outro fenômeno que também é referido por múltiplos termos, a saber: violência doméstica, violência contra a mulher, violência por parceiro íntimo (VPI), violência interparental, violência conjugal e violência parceiro-mulher. A violência conjugal que transborda e se estende para a relação entre pais e filhos torna estes últimos vítimas e espectadores (Campbell, 2020; Gunnlaugsson et al., 2011; Marques et al., 2020; Peterman et al., 2020 Piosiadlo, Fonseca & Gessner, 2014) e releva a complexidade que a violência adquire no seio familiar.

Considerar o testemunho da violência doméstica como uma categoria de violência sofrida pela criança, além de revelar o entrelaçamento desses dois dramas familiares mostra uma importante tendência da literatura científica sobre o tema da violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente: o estudo de modalidades de violências invisíveis, antes negligenciadas por não deixarem marcas no corpo (Oliveira et al., 2018), como o testemunho da violência conjugal, a violência psicológica e a negligência (Hagborg, Tidefors & Fahlke, 2017; Leeson & Nixon, 2011; Mwakanyamale & Yizhen, 2019; Pasian, Faleiros, Bazon & Lacharité, 2013; Tanakaa et al., 2011).

Supomos que a preocupação científica em detalhar as modalidades de violências silenciosas seja uma consequência do avanço da sociedade em sua compreensão do fenômeno desconstruindo o imaginário social que associa violência doméstica à agressão física. Apesar dos autores estarem se referindo ao estudo científico da violência doméstica ressaltamos que seus achados impactam a vida concreta da vítima, na medida em que a persistência desse imaginário alimenta o temor da vítima de ter seu relato deslegitimado desencorajando a denúncia ou o pedido de ajuda, seja familiar ou profissional especialmente quando a violência não deixa marcas no corpo (Mwakanyamale & Yizhen, 2019). Tal situação é preocupante quando sabemos que a rede de apoio ofertada e a reação do ambiente à situação de violência são fatores que impactam significativamente na resiliência das vítimas (Hildebrand, Celeri, Morcillo & Zanolli, 2019; Hohendorff & Patias, 2017; Wilkinson e Bowyer, 2017).

As violências invisíveis confrontam o imaginário social sobre a violência intrafamiliar e colocam em xeque práticas parentais e culturais socialmente aceitas, como a educação severa e disciplinar (Assis & Ferreira, 2012; Branco & Tomanik, 2012; Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019; Gunnlaugsson et al., 2011; Magalhães et al., 2017; Mwakanyamale & Yizhen, 2019; Pinto & Colossi, 2017;) o que favorece a subnotificação do fenômeno (Oliveira et al., 2013) e a desvalorização do sofrimento.

Apesar do esforço dos pesquisadores em qualificar as violências invisíveis e aprofundar o seu estudo, Witt et al. (2016) advertem que na maioria dos casos ocorre uma sobreposição dos variados tipos de violência como ocorreu com 85% dos participantes de sua pesquisa. Nesse sentido, é fundamental compreender a real situação da criança e do adolescente, que em geral, vive uma combinação complexa de tipos específicos de violência doméstica e resulta na experiência de polivitimização (Oliveira et al., 2018; Karsberg et al., 2018; Munzer, Fegert & Goldbeck, 2016; Witt et al., 2016). Hildebrand et al. (2015) também chegaram à mesma conclusão ao identificarem todos os participantes de sua pesquisa como vítimas de violência psicológica associada aos demais tipos de violência intrafamiliar.

Compreendemos que há um movimento na literatura científica que propõe a superação da abstração teórica das categorias e tipologias de violência intrafamiliar. A nosso ver a distinção das violências e suas categorias servem ao pesquisador que busca definir um objeto de estudo para produzir conhecimento científico e rigoroso. Contudo, de uma perspectiva clínica que leva em conta a situação concreta de vida das vítimas (Bleger, 1963/2001) e a sobreposição de vulnerabilidades vividas pelo jovem e sua família devemos afinar nossa escuta em intervenções contextualizadas e acolhedoras do sofrimento emocional (Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019).

Considerando a multiplicidade de termos e definições apresentadas acima como reflexo da própria complexidade e multideterminação do fenômeno da violência, seja em seu sentido mais amplo seja na especificidade da violência intrafamiliar, concordamos com a recomendação de Miura et al. (2018) para que não tomemos definições e conceitos de modo engessado. Entretanto, como nosso interesse se volta para a experiência emocional da menina adolescente que é vítima da violência que ocorre no interior das relações familiares, adotaremos o termo 'violência intrafamiliar' ao longo deste trabalho, entendendo que as relações

interpessoais intrafamiliares e extrafamiliares não são fenômenos dissociados. Pelo contrário, tais relações participam mutuamente do processo de vulnerabilização de crianças e adolescentes, na medida em que a família que carece de recursos materiais e afetivos está mais exposta a riscos (Brasília, 2018).

Outra tendência da literatura que observamos se refere a uma preocupação com as questões de gênero imbricadas ao fenômeno da violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente. Apesar de esta questão carecer de debates mais aprofundados (Hagborg, Tidefors & Fahlke, 2017) é fato que esse movimento revela um comprometimento ético da ciência ao se alinhar às mudanças socioculturais. As relações de gênero têm sido alvo de debates sociais no cenário contemporâneo em razão do crescimento da violência doméstica e da violência de gênero contra a mulher durante o período de isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19 (Campbell, 2020; Fraser, 2020; Lopes, et al. 2022; Maranhão, 2020; Marques, Moraes, Hasselmann, Deslandes & Reichenheim, 2020; Peterman, 2020; UN Women, 2020; Vieira, Garcia & Maciel, 2020).

A socióloga feminista Heleieth Iara Bongiovani Saffioti já havia ampliado nossa concepção a respeito do fenômeno da violência contra a mulher ao introduzir o termo “violência de gênero” no Brasil sob o argumento de que a desigualdade entre os gêneros resultantes do exercício do patriarcado impactam o gênero feminino independente de sua faixa etária (Saffioti, 1994; 2001). Esta discussão parece ter sido um dos elementos que abriu caminho para a instauração da Lei Maria da Penha (Brasil, 11.340) que visa a proteção de meninas e mulheres contra a violência intrafamiliar e extrafamiliar associada a sua condição de gênero (Fraser, 2020; Palermo & Peterman, 2013). Tal constatação nos faz refletir sobre a dupla condição de vulnerabilidade de meninas adolescentes que sofrem violência: a condição especial de desenvolvimento e o gênero feminino.

Este cenário de sobreposição de terminologias e categorias de violências no interior das famílias em que as relações de gênero e geração estão em jogo é iluminado quando estendemos o conceito de interseccionalidade cunhado pela feminista Crenshaw (2012) para designar as múltiplas discriminações sofridas por mulheres negras, para a sobreposição de vulnerabilidades a que grupos sociais distintos estão expostos: “interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (p.10).

Crenshaw (2012) dedicou seus estudos às vulnerabilidades de mulheres que pertencem a grupos distintos na sociedade² (mulheres, negras e de classe social desfavorecida), buscando compreender como diferentes tipos de discriminação interagem na produção do sofrimento. Neste trabalho pretendemos lançar luz sobre a experiência emocional de meninas abrigadas, como personalidade coletiva (Aiello-Vaisberg, 2004) que compartilha o gênero, a faixa etária e o fato de terem sido afastadas do lar e recolhidas a um abrigo institucional, dentre outras vulnerabilidades associadas à sua condição, tais como pobreza, violência, acesso precário à saúde e educação.

A seguir apresentamos o campo de estudos no qual esta pesquisa de doutorado se insere, a saber a violência intrafamiliar que atinge crianças e adolescentes, adentrando o cenário em que se produz a experiência emocional de nossas adolescentes participantes.

1.2 Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: um campo de estudo

De acordo com a literatura científica, (Assis & Ferreira, 2012; (Azevedo & Guerra, 1995; Branco & Tomanik, 2012; Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019; Gunnlaugsson et al., 2011; Magalhães et al., 2017; Mwakanyamale & Yizhen, 2019; Trindade & Hohendorff, 2020; Patias, Siqueira e Dias, 2013; Pinto et al., 2017; Penna, Carinhanha, Martins & Fernandes, 2012) em famílias cujas interações entre pais e filhos são marcadas pela violência predomina a crença social de que a boa educação é severa e punitiva. Ao teorizarem sobre o assunto, Azevedo e Guerra, (2015) também destacam a desigualdade geracional e a assimetria de poder entre o adulto e a criança ou adolescente como características da violência intrafamiliar.

Branco e Tomanik (2012) e Miller (2002), Magalhães et al. (2017) alertam que a aceitação social da violência como prática pedagógica e disciplinar favorece a invisibilidade do fenômeno da violência intrafamiliar e sua naturalização no âmbito doméstico, além de denotar a dificuldade dos pais na utilização de recursos mais saudáveis para lidar com os filhos (Pinto & Colossi, 2017).

² Kimberlé Crenshaw e Djamila Ribeiro nos ensinam que grupos distintos da sociedade faz referência aos grupos de mulheres excluídas do feminismo hegemônico que dominou os primórdios do movimento feminino

A naturalização da violência como estratégia pedagógica precisou ser combatida em vários países por meio de legislação que coibisse a educação baseada em castigos físicos. Em 52 países, as crianças são protegidas por lei contra castigos corporais dentro e fora do lar (Iniciativa Global para Acabar com Todos os Castigos Corporais de Crianças, 2017). Na Islândia, por exemplo, em 1746 era dever legal dos pais punir severamente os filhos. Foi somente em 1932 que essa lei deixou de existir e novas ideias sobre a educação infantil ganharam espaço (Gunnlaugsson et al., 2011). Em Bangladesh, apesar de existir uma lei contra a prática de castigos físicos na escola desde 2011, este é ainda um problema crônico que conta com a aceitação social dos próprios pais (Haque et al., 2017)

Já no Brasil, a Lei da Palmada (Brasil, Lei 13.010) popularmente conhecida como Lei do Menino Bernardo foi instituída somente em 2014 visando se alinhar as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006) a respeito da proibição de práticas parentais coercitivas. Apesar desta iniciativa, o Relatório Mundial sobre a prevenção à violência de 2014 que investigou 133 países, entre eles o Brasil, mostrou que apenas 30% dos países conseguiu implementar tais orientações (ONU, 2015). Em nosso país os próprios profissionais da rede de proteção apresentam desconhecimento sobre a Lei da Palmada e dificuldades em efetivá-la (Acosta et al., 2017; Souza & Cintra, 2018; Trindade & Hohendorff, 2020) o que revela um caminho urgente a ser percorrido pela sociedade para garantir o bem-estar de crianças e adolescentes.

Sobre a subnotificação de casos, Trindade & Hohendorff (2020) e Oliveira et al. (2013) argumentam que a aceitação social da violência contra a criança e o adolescente como prática educativa pode alimentar a subnotificação dos casos de violência intrafamiliar, pois autoriza a sua reprodução silenciosa (Azevedo & Guerra, 2015). Os sentimentos de vergonha, o medo ou o afeto pelo agressor também são apontados como fatores que levam à subnotificação dos casos, quando crianças escondem lesões físicas e/ou emocionais omitindo a real causa de seus ferimentos (Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019; Oliveira et al., 2016). A reserva do próprio ambiente doméstico dificulta a visibilidade das agressões (Araújo, 2002; Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019; Santos et al., 2011) sendo outro fator que favorece a sua perpetuação e subnotificação.

Alice Miller (2002), psicanalista polonesa radicada na Suíça tornou-se uma referência quanto à questão da violência parental, tendo descrito a prática de utilizar castigos físicos como método educativo no âmbito familiar e social como “pedagogia venenosa”. A autora adverte que a prática de bater e humilhar a criança para educá-la tem potencial para reprimir e converter seus sentimentos em destrutividade na vida adulta. Miller (2002) argumenta que as discussões polarizadas sobre o estilo parental mais eficiente para educar uma criança – o permissivo ou o coercitivo – acabam por alimentar uma cegueira parental em relação às necessidades e à individualidade da criança. Para a autora, essa crueldade disfarçada de educação seria um modo dos pais colocarem a criança à mercê de seus próprios desejos narcísicos, tolhendo toda a espontaneidade infantil.

Nesse sentido, Hino et al. (2019) e Miyahara (2011) concordam que a violência intrafamiliar denuncia concepções questionáveis sobre a educação e o cuidado infantil e ressaltam a influência de modelos parentais que atravessam as gerações como fatores que podem alimentar relações assimétricas de poder e a consequente violência entre seus membros (Azevedo & Guerra 2015; Fontaine & Nolin, 2012). Scorsolini-Comin e Santos (2016) destacam o conceito de transmissão psíquica para explicar padrões relativos a conjugalidade e parentalidade que atravessam as gerações. O psiquiatra e psicanalista Pierre Benghozi (2010) que se debruçou sobre esse fenômeno traçou uma distinção entre transmissão intergeracional e transmissão transgeracional. Enquanto na primeira modalidade a herança psíquica familiar seria registrada, elaborada e transformada para ser transmitida à geração futura, na segunda esse material seria transmitido na sua forma bruta, carecendo de metabolização.

Apesar da violência intrafamiliar ter atingido proporções epidêmicas em todo o mundo, a pobreza e a vulnerabilidade das famílias são fatores associados ao aumento da incidência de doença mental e de episódios violentos contra crianças e adolescentes (Apostólico et al., 2012; Day et al., 2003; Wilkinson e Bowyer, 2017), Embora essa associação entre violência intrafamiliar e condições socioeconômicas desfavoráveis seja corroborada por pesquisas científicas (Apostólico et al., 2012; Hildebrand et al., 2019; Pinto Junior et al., 2015; Radford, Corral, Bradley & Fisher, 2013; Wilkinson e Bowyer, 2017), há consenso sobre a multideterminação do fenômeno.

À condição de vulnerabilidade social e precariedade econômica se articulam o abuso de álcool e outras drogas, problemas psiquiátricos, baixo nível de escolaridade, desemprego, problemas familiares, conjugais, separação dos pais, vulnerabilidades parentais, histórico de maus-tratos dos pais e exclusão social (Harold & Sellers, 2018; Martins, Filho, Silva, Ribeiro & Queiroz et al., 2013; Miyahara, 2011; Moreira et al., 2017; Oliveira et al., 2013; Oliveira et al., 2016; Pinto Junior et al., 2015; Pires & Miazaky, 2005; Wilkinson, 2017). Desse modo, há uma sobreposição complexa entre elementos de natureza individual e coletiva que resultam no fenômeno da violência intrafamiliar (Hino et al., 2019; Wilkinson, 2017).

Apostólico et al. (2012) e Azevedo e Guerra (2001) argumentam que a rápida transformação das configurações familiares na sociedade contemporânea somada à deterioração das redes de solidariedade pela fragmentação social pode intensificar o uso da punição física e psicológica como prática educativa por pais e cuidadores. No entanto, desafiando o imaginário social que associa pobreza à violência, crianças e adolescentes oriundos de famílias de poder aquisitivo mais alto não estão imunes à violência (Azevedo & Guerra, 2001; Gilbert et al., 2009; Oliveira et al., 2008; Pinto Junior et al., 2012).

Apesar da pobreza e da vulnerabilidade das famílias não serem critérios para a institucionalização da criança ou do vítima de violência intrafamiliar (ECA, 1990), uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2003, revelou que a maior parte dos casos de abrigo no Brasil está diretamente associada à carência de recursos financeiros e materiais, fato que parece estabelecer uma equivalência perversa entre pobreza e negligência (Campos, 2022; Gonçalves & Guzzo, 2017; Moreira, 2014). Sobre esse aspecto a literatura argumenta que as bases que sustentam o cuidado infanto-juvenil são profundamente abaladas quando as oportunidades sociais e econômicas se tornam insuficientes (Carvalho, 2002; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2009; Rizzini & Rizzini, 2004; Rivera-Montero (2021); Rotondaro, 2002; Salina- Brandão & Williams, 2009; Silva, 2004), o que revela o dramático panorama de desamparo em que pais e filhos podem se encontrar.

O Centers for Disease Control and Prevention (CDC) divulgou (Leeb, Paulozzi, Melanson, Simon, & Arias, 2008) definições de violência intrafamiliar para facilitar a detecção e intervenção sobre o fenômeno no campo da saúde pública.

Além de ser considerada uma experiência adversa da infância (ACE), a violência é dividida em atos de comissão e atos de omissão. Na primeira categoria se enquadram a violência física, a sexual e a psicológica cometida pelos pais ou cuidadores, enquanto a segunda abrange a negligência (física e/ou emocional) e a exposição à violência (Leeb et al., 2008).

A violência física consiste no uso intencional da força física para estabelecer uma relação de poder e coerção entre a vítima e o agressor. Incluem-se nesta categoria socos, empurrões, cortes, queimaduras e outras agressões que podem não deixar marcas, como podem resultar em deficiência permanente, desfigurações e até homicídio (Brasil, 2002; Leeb et al., 2008).

A violência sexual consiste em qualquer tentativa ou interação sexual do cuidador, podendo se expressar através do ato sexual, do abuso sexual com contato e do abuso sexual sem contato (Leeb et al., 2008). O ato sexual inclui penetração com o próprio corpo ou objetos, nessa situação o cuidador pode cometer o ato sexual, forçar a criança a cometer o ato sexual ou coagir a criança a fazê-lo com outro indivíduo. O abuso sexual com contato se refere ao toque intencional no corpo da criança ou adolescente e o abuso sexual sem contato consiste em expor a criança ou adolescente a qualquer atividade de natureza sexual, tais como assédio sexual, exibição de pornografia, dentre outras (Leeb et al., 2008).

Sob essas três formas, a criança ou o adolescente é estimulado sexualmente ou usado como objeto de satisfação e gratificação sexual pelo agressor que se encontra em estágio psicosssexual mais adiantado que a vítima, criando uma situação traumática e conflituosa (Almeida et al., 2013; Araújo, 2002; Deslandes, 1994). A *World Health Organization* (WHO, 2006) e a *International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect* (ISPCAN, 2006) destacam que além da violência sexual infringir leis e tabus sociais compromete o desenvolvimento da criança e adolescente, pois são colocados em uma situação sexual incompreensível que impede o discernimento e a escolha.

Azevedo e Guerra (2015) e Araújo (2002) esclarece que o agressor estabelece um jogo de poder e sedução para coagir a criança ou o adolescente nesta violência que é atravessada pela desigualdade de gênero e geracional, uma vez que a maioria das vítimas são meninas e seus respectivos agressores são adultos e pertencem ao sexo masculino (Brasil, 2018; Fontes, Conceição &

Machado, 2017; Gabatz et al., 2013; Haan, 2017; Hohendorff & Patias, 2017; Hohendorff, Habigzang & Koller, 2014; Munzer, Fegert, & Goldbeck, 2016; Pinto Junior et al., 2015; Sullca & Schirmer, 2006; Stoltenborgh et al., 2011; Witt et al., 2016).

A violência psicológica caracteriza-se pela depreciação e humilhação episódica ou repetitiva da criança ou adolescente pelo cuidador que assim tolhe suas capacidades, esforços, realizações e autoestima. Ridicularização, manipulação, desvalorização, insultos constantes, rejeição, intimidação, culpabilização, chantagem e ameaças de morte e abandono e isolamento da criança do contato com outras pessoas se encaixam nesta categoria (Brasil, 2002; Leeb et al., 2008).

Mwakanyamale e Yizhen (2019) e Hagborg, Tidefors & Fahlke (2017) argumentam que os maus-tratos emocionais, comumente tomados como um construto único abarcam dois tipos de violência psicológica: o abuso emocional, caracterizado pela agressão verbal e moral; a negligência emocional que consiste no abandono das necessidades emocionais da criança por parte dos pais. Embora a violência psicológica prejudique significativamente o desenvolvimento emocional da criança e adolescente (Leeson & Nixon, 2011; Hagborg, Tidefors & Fahlke, 2017; Mwakanyamale & Yizhen, 2019), por tratar-se de violência invisível só passou a ser objeto de estudo mais recentemente em função da dificuldade de detecção, conforme discutimos anteriormente.

Considerada como um ato de omissão dos pais, a negligência se caracteriza pela falha na provisão dos cuidados físicos e emocionais. Entre as necessidades físicas se destaca a higiene, a nutrição, a vestimenta e o abrigo adequados. Já a negligência emocional consiste em ignorar as necessidades emocionais da criança (Leeb et al., 2008). O CDC também considera como negligência parental o descuido da criança em termos de acesso à saúde e à educação. A natureza subjetiva da negligência a torna uma violência invisível que dificulta sua visibilidade, mensuração, qualificação e notificação (Mwakanyamale & Yizhen, 2019; Pinto Junior et al., 2015).

A negligência passou a ser alvo de estudos científicos nacionais e internacionais quando foram constatados os prejuízos para crianças e adolescentes que vivem situações crônicas de negligência (ONU, 2015; Pasian et al., 2013). Esse tipo de violência vem ganhando visibilidade nos debates sociais e na literatura

científica (Langevin, Gagné, Brassard & Fernet, 2022), pois apresenta uma questão emblemática que envolve aspectos socioculturais: Afinal, o que é cuidar bem de uma criança? (Diniz, 2020).

A supervisão inadequada dos pais é o termo utilizado pelo CDC para determinar situações em que os pais expõem seus filhos a ambientes inadequados e violentos, isto é, falham na provisão de medidas para protegê-los. Apesar de recorrente, a violência entre os pais não é considerada uma forma de maus-tratos quando um dos cuidadores sofre violência conjugal ou por parceiro íntimo (VPI), pois o fato de também estar no papel de vítima compromete suas possibilidades de proteger a criança. Na maior parte dos casos é a mulher que sofre violência junto dos filhos (Fraser, 2020), conforme comentamos anteriormente sobre a intersecção entre violência doméstica contra a mulher e violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente.

Apesar da recomendação do ECA (1990) que torna obrigatória a notificação de casos de violência suspeita ou confirmada ao Conselho Tutelar pelos profissionais da saúde e da educação, a violência intrafamiliar se mantém justamente pela invisibilidade e subnotificação. Apesar das inúmeras pesquisas e levantamentos sobre a prevalência da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, tais dados carecem de sistematização e ferramentas padronizadas de notificação no Brasil (Calza, Dell'Aglio & Sarriera, 2016; Hildebrand et al. 2019; Pfeiffer, Rosário & Cat, 2011).

Além disso, a invisibilidade do fenômeno (Pinto Junior et al., 2012) resultante da lei do silêncio (Araújo, 2002; Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019; Hildebrand et al., 2019) e o despreparo dos profissionais são fatores que contribuem para a subnotificação dos casos (Acosta et al., 2017; Hohendorff, Habigzang & Koller, 2014; Souza & Cintra, 2018; Trindade & Hohendorff, 2020). O pacto inconsciente que se estabelece entre os membros de uma família para silenciar a violência e criar uma pseudo-harmonia pode se transmitir por várias gerações favorecendo a perpetuação do ciclo da violência na família (Araújo, 2002; Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019; Hohendorff & Patias, 2017).

Segundo os dados divulgados pelo Boletim epidemiológico do Ministério da Saúde (Brasil, 2013), 57,3% dos casos de violência infanto-juvenil foram cometidos no âmbito doméstico pelos pais ou responsáveis. Em 2012, o Mapa da Violência

contra Crianças e Adolescentes no Brasil (Waiselfisz, 2012) já havia identificado os tipos de violência praticada contra crianças e adolescentes a partir de atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e constatado que 63% dos episódios violentos tinham sido vividos no lar, sendo 49,8% cometidos pelos principais cuidadores da criança: pais, mães, padrastos e madrastas, o que foi corroborado por outros estudos (Pinto Junior, Cassepp- Borges & Santos, 2015; Pinto Junior, Lopes, Pinheiro, Ortiz & Oliveira, 2012).

Segundo o estudo de Pinto Junior, Cassep-Borges e Santos (2015), os índices de violência física (29%), sexual (29%) e negligência (29%) são superiores à notificação de violência psicológica (13%). Além disso, a faixa etária que mais sofre violência é a que se encontra entre 14 e 18 anos (25,7%) seguida de crianças de 7 a 10 anos (24,7%). Em relação ao perfil dos agressores, a pesquisa indica que 58,1% dos agressores pertencem ao sexo masculino, mas quanto às figuras parentais a mãe é a que mais pratica a violência (40%), enquanto o pai responde por 24,7% das agressões, estando ambos na faixa etária entre 20 e 40 anos de idade (29,5%).

Hildebrand et al. (2015) também encontram uma desproporção entre a figura materna (42,9%) e a paterna (33,3%) no campo da violência intrafamiliar. Em contrapartida, a literatura esclarece que a configuração familiar que mais sofre com a violência intrafamiliar é majoritariamente monoparental, ou seja, aquela que é constituída pela mãe e seus filhos, o que explicaria os dados de maior prevalência da mãe como agressora (Gabatz, et al., 2013; Nunes & Sales, 2015). Gabatz et al. (2013) ressaltam a ambiguidade que a figura materna assume no contexto da família monoparental, quando cuidado e maus-tratos podem se mesclar, fato que conflita com a ideia socialmente construída sobre a existência de um instinto materno (Badinter, 1985).

De acordo com o levantamento realizado pelo Mapa da Violência de 2015 (Waiselfisz, 2015) na fase da infância a mãe prevalece como principal figura agressora nos casos notificados, no entanto, na fase da adolescência, quando a menina começa a se aproximar da vida adulta, esse quadro se inverte e prevalece a figura paterna como autor principal dos episódios de violência. Além disso, em todas as etapas da vida prevalecem no sistema de saúde atendimentos femininos, decorrentes da violência intrafamiliar na infância ou adolescência ou da violência de gênero contra a mulher, especialmente a vivida no âmbito doméstico (Waiselfisz,

2015). Tais dados nos levam a refletir sobre a adultização de meninas adolescentes como um importante desdobramento da sociedade patriarcal.

Os dados divulgados pelo Atlas da Violência de 2019, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), revelam que os números relacionados ao drama da violência intrafamiliar aumentaram. Um terço dos agressores dos 68% dos casos de estupro de crianças de até 13 anos registrados nos SUS eram conhecidos da vítima e outros 30% familiares (pais, mães, padrastos e irmãos). Segundo o levantamento, quando o perpetrador era conhecido ou familiar da vítima, em 54,9% dos casos os episódios foram múltiplos e 78,5% dos casos ocorreram na própria residência (IPEA e FBSP, 2019). Tais dados chamam a atenção para a repetição da violência vivida no espaço doméstico e sua natureza cíclica, combinação que intensifica os prejuízos físicos e emocionais para as vítimas.

Pinto Junior, Cassep-Borges e Santos (2015) cujo objetivo foi traçar o perfil das vítimas e agressores de violência intrafamiliar mediante a análise de prontuários de um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) verifica que a maior parte das vítimas são do sexo feminino (57,6%). Estudos nacionais e internacionais destacam que no caso do gênero feminino a violência sexual é um dos tipos de violência intrafamiliar mais frequente (Araújo, 2002; Fontes, Conceição & Machado, 2017; Gabatz et al., 2013; Gessner, Fonseca & Oliveira, 2014; Haan, 2017; Malta, et al., 2019; Munzer, Fegert, & Goldbeck, 2016; Martins et al., 2013; Soares et al., 2017; Sullca & Schirmer, 2006)

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019) divulgou dados alarmantes sobre a violência sexual em meninas de até 13 anos de idade, que representam mais da metade (54%) das vítimas dos 66.000 estupros registrados, atingindo um dramático recorde brasileiro. Quatro meninas com menos de 13 anos são estupradas a cada hora, majoritariamente dentro de suas próprias casas, por figuras que deveriam zelar pela sua segurança e bem-estar físico e emocional: pais, padrastos, tios, vizinhos ou primos.

Os dados sobre a violência intrafamiliar contra meninas são preocupantes quando se registra no país 13 casos de feminicídios por dia, segundo o Atlas da Violência 2019 (IPEA e FBSP, 2019). O levantamento indica que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13

assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007. Após mais de uma década do decreto da Lei Maria da Penha (Brasil, 11.340) e da recente Lei do Femicídio (Brasil, 13.104) promulgada em 2015 que prometem proteger a mulher independente da idade, o Brasil é um dos países recordistas em feminicídio de modo que a violência de gênero permanece sendo um problema social estável e crônico (IPEA e FBSP, 2020).

O problema se tornou ainda mais alarmante durante o período de pandemia de Covid-19. A queda no número de notificações de violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente deve ser tomada com cautela, pois a medida de isolamento favorece o silenciamento da violência e a consequente subnotificação (Levandowski et al. 2021; Platt, Guedert & Coelho, 2021).

No ano anterior a pandemia 243 milhões de meninas e mulheres entre 15 e 49 anos foram vítimas de violência sexual ou por parceiro íntimo (UN Women, 2020) drama que se intensificou no ano de 2020 (Campbell, 2020; Maranhão, 2020; Marques, Moraes, Hasselmann, Deslandes & Reichenheim, 2020; Fraser, 2020; Peterman, 2020; Souza & Faria, 2022; UN Women, 2022; Vieira, Garcia & Maciel, 2020). A “pandemia invisível” como foi considerada pela ONU Mulheres costuma ser potencializada por crises humanitárias (Chandan et al., 2020; Roesch et al., 2020), dentre outras vulnerabilidades vividas pelas mulheres que se descortinaram neste período (Carias et al. 2021).

De acordo com a literatura científica (Azevedo & Guerra 1995; Apostólico, Nóbrega, Guedes, Fonseca e Egry 2012; Fraser, 2020; Gessner, Fonseca & Oliveira, 2014; Martins & Jorge, 2010; Pinto Junior, et al., 2012) as sociedades patriarcais e adultocêntricas favorecem os processos de dominação do homem sobre grupos mais vulneráveis, como a mulher e a criança, sendo pela desigualdade de geração ou pela desigualdade de gênero (Safiotti, 2001; Butler, 1990/2003). Apesar de conquistas sociais, a filósofa feminista Djamila Ribeiro (2019) nos faz refletir sobre o lugar de subalternidade historicamente ocupado pela mulher que segue lutando por um lugar de fala na sociedade (Ribeiro, 2019) em oposição ao imaginário machista que prevalece em tempos de pandemia (Oliveira, Barcelos, Simões & Aiello-Vaisberg, 2021).

A natureza cíclica da violência intrafamiliar, aquela que pode ser levada adiante por várias gerações caso a criança ou o adolescente não recebam

tratamento adequado para superar o trauma provocado é referida em diversos estudos (Assis e Ferreira, 2012; Azevedo & Guerra, 2001; Hildebrand et al. (2015; Pinto Junior, Cassep-Borges & Santos, 2015; Pinto & Colossi, 2017; Pinto Junior et al., 2012; Pinto Junior et al., 2015). Hildebrand et al. (2015) corrobora essa tendência ao verificar que 96,8% dos agressores das 252 crianças e adolescentes participantes de seu estudo já estiveram no lugar de vítima durante a infância (Narayan et al., 2017). Apesar do mecanismo de reprodução da violência intrafamiliar ser mais complexo do que sua mera repetição estudos atuais nacionais e internacionais (Calvete, Fernández-González, Orue & Little, 2018; Casardi, 2016; Narayan, Englund & Egeland, 2013; Karsberg et al., 2018; Neppl et al., 2019; Oliveira et al., 2021) revelam que o fenômeno pode ser observado já no período da adolescência através da violência no namoro (ADV).

O impacto emocional da violência intrafamiliar é um fenômeno complexo e de difícil mensuração visto que na maior parte das vezes constitui-se como interação de vários tipos de maus tratos, o que resulta em um acúmulo de variadas experiências traumáticas (Karsberg et al., 2018; Munzer, Fegert & Goldbeck, 2016; Oliveira et al., 2018; Witt et al., 2016). Na adolescência é possível identificar sintomas como ansiedade, baixa auto-estima, depressão, Síndrome do Stress Pós-traumático (TEPT), comportamento anti-social, agressividade, uso de substâncias, tentativas de suicídio (Fontes, Conceição & Machado, 2017; Hildebrand et al., 2019; Haan et al. 2017; Hagborg, Tidefors, & Fahlke, 2017; Leeson & Nixon, 2011; Oliveira, et al. 2018; Witt et al. 2016), além da crença de que o mundo é perigoso e ameaçador (Haan et al. 2017; Witt et al. 2016; Mwakanyamale & Yizhen, 2019), prejuízos que podem perdurar até a vida adulta (Oliveira et al. 2016; Narayan et al., 2017; Nunes & Sales, 2015; Pinto Junior et al., 2015; Tardivo, 2017; Tardivo & Pinto Júnior, 2011; Wilkinson & Bowyer, 2017; Waikamp & Serralta, 2018; Weber, Jud & Landolt, 2015) especialmente quando a criança e o adolescente carecem de rede de apoio adequada (Hildebrand et al., 2019; Wilkinson e Bowyer, 2017).

Alguns estudos sugerem que o impacto da violência intrafamiliar pode ser mais severo adolescentes do gênero feminino (Casardi, 2016; Fontes, Conceição & Machado, 2017; Haan, 2017; Hagborg, Tidefors & Fahlke, 2017; Munzer, Fegert & Goldbeck, 2016; Schiff et al, 2014; Witt et al., 2016) em níveis menores de maus-tratos em relação aos adolescentes do gênero masculino (Hagborg, Tidefors &

Fahlke, 2017) além delas apresentarem menor capacidade de resiliência (Hildebrand et al., 2019). Gunnlaugsson et al. (2011) que entrevistaram adolescentes expostos a violência entre os pais notou que a diferença entre os gêneros desaparece quando os adolescentes estão diretamente envolvidos na violência física com o adulto cuidador.

É possível que as meninas tenham sido educadas de modo mais rígido que os meninos e interpretem determinadas situações domésticas como violentas e, dessa forma, reajam de modo mais intenso que os meninos. Outra possibilidade é que uma maior preocupação parental com a criação de meninas, baseada em estereótipos de gênero, leve os pais a discussões mais violentas (Gunnlaugsson et al., 2011). Entre seus participantes que sofreram violência intrafamiliar, Malta et al., (2019) observam que as meninas adolescentes são tratadas com mais autoritarismo, dominação e opressão em relação aos meninos. Além da desigualdade geracional entre a vítima e o agressor, tais ponderações nos fazem refletir sobre o papel da desigualdade de gênero quando se trata da prevalência e do impacto da violência intrafamiliar vivido por jovens de ambos os gêneros (Freitas, Santos, Santos & Silva, 2021; Hagborg, Tidefors & Fahlke, 2017; Hildebrand et al., 2019; Rivera-Montero, 2021,).

A prevalência da violência sexual em meninas, por exemplo, que na sociedade falocêntrica e patriarcal é tomada como objeto do desejo masculino (Butler, 1990/2003), alimenta o imaginário de que o menino não sofre violência sexual, o que torna esse tipo de violência ainda mais subnotificada (Hohendorff, Habigzang & Koller, 2012; Hohendorff, Santos & Dell'Aglio, 2015) além de produzir a expectativa de que os meninos se defendam de seu agressor (Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019).

Ironicamente, do mesmo modo que o sofrimento feminino é deslegitimado pelo patriarcado, é essa mesma lógica falocêntrica que silencia os meninos, na medida em que dela decorre a crença de que o homem é mais forte e resiliente que a mulher, criando a ilusão de que ele seria menos prejudicado pela violência intrafamiliar ou que teria mais recursos internos para se recuperar dela (Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019).

De uma perspectiva da psicologia concreta que recusa a noção do homem isolado, natural e abstrato (Bleger, 1963/2007), concordamos com Choudhary, a e

emocional do adolescente vitimado pela a experiência violência intrafamiliar como socialmente produzido (Assis & Vaisberg, 2017; Rivera-Montero, 2021; Vaisberg, 2005). Por essa razão, é preciso cautela para que não tomemos os dados de modo ingênuo e descontextualizado, como se existisse um adolescente universal não marcado por sua situação singular de vida.

Nesse sentido destacamos que a opção pelo recorte de gênero (feminino) e de ciclo vital (adolescência) ao propor uma pesquisa para compreender a experiência de meninas adolescentes abrigadas a respeito da violência intrafamiliar se justifica na medida em que prevalecem estudos com adultos que sofreram violência na infância ou adolescência, ou ainda, estudos que focalizam o público infantil (Weber, Jud & Landolt, 2015). Esse movimento científico talvez seja reflexo da invisibilidade do adolescente perante às políticas públicas e sua invalidação perante a sociedade (Assis, Aiello-Fernandes & Aiello-Vaisberg, 2017).

Embora saibamos que a violência intrafamiliar majoritariamente começa na infância e se arrasta pela adolescência, a opção por investigar o sofrimento feminino (Assis, 2019; Freitas, et al. 2021) nos possibilita refletir sobre intervenções acolhedoras do sofrimento emocional ainda nesse período privilegiado para a contestação dos papéis de gênero (Freitas, et al. 2021); meio profícuo de prevenir que o ciclo de relações assimétricas de poder se perpetue na vida adulta das jovens e a mulher seja revitimada sob a forma de violência doméstica e de gênero (IPEA e FBSP, 2020, Waiselfisz, 2015).

O cenário da violência intrafamiliar pode ficar ainda mais dramático quando, além de ferir os direitos da criança e do adolescente, a violência intrafamiliar ameaça a sua vida, motivando a destituição do poder familiar e a consequente institucionalização, na ausência de familiares que possam se responsabilizar por eles (ECA, 1990). A medida de acolhimento institucional consiste no afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar, e visa sua proteção dos episódios de violência por parte dos cuidadores, retirando-a da situação de risco (ECA, 1990).

Se, de um lado, a criança e o adolescente abrigados são protegidos da violência, de outro, os laços familiares são esgarçados e a experiência de ser retirado do lar de origem e inserido em uma rotina institucional pode ser vivida de forma ambivalente, isto é, como protetiva e traumática (Bonfatti, 2017) de modo que essa população constitua uma das mais vulneráveis da sociedade (Ferreira, 2014).

Nesse novo contexto, a instituição passa a figurar como lar provisório da criança ou do adolescente até que outra alternativa seja encontrada, seja a reintegração familiar ou sua colocação em um lar substituto por meio do acolhimento familiar ou da adoção. No entanto, essa expectativa de transitoriedade é abalada quando a institucionalização adquire caráter permanente e a criança permanece abrigada até atingir a maioridade (Betts, Dell’Aglío & Siqueira, 2006; Nascimento et al., 2012; Oliveira, 2006; Ribeiro & Ilário, 2020) denunciando o mito da provisoriedade do acolhimento institucional como mais uma vulnerabilidade a ser vivida pelo adolescente neste contexto (Bonfatti, 2017).

A seguir, apresentamos algumas considerações sobre a transição do abrigo institucional para a Casa Lar, uma vez que os encontros com as participantes desta pesquisa de doutorado se deram nesse momento histórico de mudança institucional.

1.3 Do Abrigo à Casa lar: desafios e paradoxos do acolhimento institucional no Brasil

O abrigamento de crianças e adolescentes em entidades de acolhimento institucional está previsto no artigo 101 do ECA e determina o acolhimento como “medida de proteção” provisória e excepcional (art.101) a ser aplicada quando os direitos de crianças e adolescentes de zero a 18 anos são violados em função da violência intrafamiliar ou quando suas famílias se encontram temporariamente impossibilitadas de prover cuidados (ECA, 1990).

Embora o ECA estabeleça um ano e meio como o tempo máximo de permanência da criança e do adolescente no serviço de acolhimento, a realidade das instituições de acolhimento no Brasil nos mostra um cenário muito distinto daquele previsto pela lei (Nascimento, et al., 2012). Dada a insuficiência de políticas públicas que favorecem a reestruturação afetiva e material da família de origem (IPEA, 2004) os acolhidos acabam vivendo em instituições durante anos, sem perspectiva de voltar ao convívio familiar ou serem adotados, ainda que a medida estabelecida pelo ECA (1990) seja de caráter provisório e excepcional (Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006) constituindo o mito da provisoriedade da medida.

Também a excepcionalidade da medida de acolhimento não se conclui na prática, pois apesar de ser a sétima entre as nove medidas instituídas pelo ECA

(1990) na tentativa de proteger crianças e adolescentes da violação de direitos, o afastamento da criança do lar de origem costuma ser a primeira medida tomada pelo Conselho Tutelar (Moreira, 2014). Tais fatos confrontam o direito fundamental de convivência familiar instituído pelo ECA (1990) mostrando que, neste contexto de paradoxos, ainda há um caminho importante a ser percorrido quando se trata de garantir o direito e a proteção de crianças e adolescentes (Campos, 2022).

Como o presente estudo foi realizado em uma entidade de abrigo institucional que recentemente sofreu mudanças dando origem a oito Casas Lares, destacamos as particularidades deste último tipo de acolhimento no Brasil para familiarizar o leitor sobre o campo desta pesquisa.

Em um documento publicado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2009, denominado Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, encontramos diretrizes para o funcionamento dos diversos tipos de acolhimento, como orientações metodológicas e princípios que devem ser praticados a fim de garantir um acolhimento satisfatório e personalizado às crianças e adolescentes (Campos & Figueiró, 2013).

Existem duas modalidades de acolhimento: o acolhimento institucional e o acolhimento familiar. A primeira modalidade reúne os abrigos institucionais, as Casas Lares, as Casas de Passagem e as Repúblicas. A segunda modalidade, o acolhimento familiar, refere-se às famílias acolhedoras (CONANDA; CNAS, 2009), sendo ambas reguladas pela Norma Operacional Básica da Assistência Social (noB-Suas) para a proteção social especial de alta complexidade.

De acordo com Gulassa (2010), a Casa Lar é uma modalidade de acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais nas quais uma pessoa ou casal trabalha como educador ou cuidador das crianças e adolescentes afastados do convívio familiar. Instituída pela Lei n. 7.644, de 18 de dezembro de 1987, a Casa Lar deve acolher no máximo dez crianças e adolescentes e organizar-se de forma semelhante à rotina de uma família, proporcionando estabilidade no vínculo entre o cuidador e os acolhidos e atendendo a todas as premissas do ECA (1990), especialmente o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, além do oferecimento de oportunidades para reinserção da criança ou adolescente na família

de origem, inclusão em família substituta ou em famílias acolhedoras (CONANDA; CNAS, 2009).

Enquanto o número máximo de crianças e adolescentes no abrigo é de 20 acolhidos, na Casa Lar este número é reduzido para um grupo de 10. Outro diferencial da Casa Lar é sua natureza mista, em que crianças de ambos os sexos e de todas as idades moram juntos, em oposição ao abrigo em que há separação entre meninas e meninos, crianças e adolescentes (ECA, 1990). A estrutura da Casa Lar também é mais privativa ao se assemelhar a uma residência, em contraste com o clima coletivizado do abrigo. Além disso, diferentemente do abrigo, a Casa Lar conta com um cuidador residente visando prover um cuidado mais personalizado em oposição à rotatividade de cuidadores característica dos abrigos (CONANDA; CNAS, 2009).

Inicialmente a cuidadora de referência da Casa Lar recebia a denominação de mãe social, profissão regulamentada pela lei 7.644. Em 2008, foi aprovado um Projeto de Lei (Projeto de Lei n. 2.971, de 2004) com a intenção de incluir a atividade de pai social na Casa Lar, com o argumento de que a instituição deveria assemelhar-se a uma família, sendo fundamental a presença do pai social, tanto quanto da mãe social. A alteração da Lei n.7644 passou a considerar mãe ou pai social toda pessoa que se dedica aos cuidados de crianças e adolescentes no sistema de Casas Lares (Moré & Sparetta, 2010).

Apesar deste trabalho ser desempenhado predominantemente por mulheres, sendo o cuidado infantil historicamente associado ao gênero feminino, a inclusão do pai social na lei pode ser reflexo de movimentos sociais e feministas que questionam a concepção de família nuclear tradicional (Roudinesco, 2003). A passos lentos, a cristalização dos papéis sociais femininos e masculinos vem sendo colocados em xeque nos fazendo refletir sobre a entrada do homem no contexto do cuidado infantil (Campana, Santos & Gomes, 2019; Miranda, Timo & Belo, 2019, Moraes, 2017).

A mãe e o pai social devem prover cuidados cotidianos como dar banho, colocar para dormir, auxiliar nas refeições, nas tarefas escolares, oferecer atividades adequadas à idade da criança ou do adolescente, além de oferecer suporte psicológico para que estes possam significar e reelaborar a separação do lar e sua própria história de acolhimento, a falta da família, situações de violência, abandono e privação (CONANDA; CNAS, 2009).

Moré e Sparetta (2010) destacam que, além de acompanhar as atividades e tarefas escolares que dizem respeito à função de educar, o profissional deve vincular-se afetivamente às crianças e adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar (Teixeira & Villachan-Lyra, 2015). Em termos legais, parece haver a expectativa de que os pais sociais reproduzam a função educativa e afetiva dos pais biológicos.

Apesar dos desafios inerentes a tal tarefa, observamos que as instituições de acolhimento têm buscado se afastar do modelo higienista que apagava a subjetividade infantil dos antigos orfanatos (Moreira, Bedran, Carellos & Passos, 2013; Rizzini & Rizzini, 2004) em direção a um atendimento personalizado que se assemelhe ao cuidado familiar.

Moré e Sparetta (2010) acreditam que não exista consenso quanto a competências e responsabilidades dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes nas Casas Lares, tendo como argumento a confusão de designações que os cuidadores recebem: educador, educador social, monitor, cuidador e mãe/pai social.

Apesar do CONANDA definir critérios para o processo de seleção, capacitação e formação dos cuidadores dos abrigos e das Casas Lar, na prática há uma fragilidade nesse sistema que se revela no despreparo dos profissionais (Calvacante & Corrêa, 2012; Moreira, Passos & Almeida, 2016). Desempenhar o papel de mãe e pai social nos parece uma tarefa desafiadora e conflituosa, na medida em que se espera que esses profissionais do cuidado devam exercer as tarefas parentais sem substituir a família de origem.

As mães sociais participantes da pesquisa de Teixeira & Villachan-Lyra (2015) esclarecem que a jornada extenuante de trabalho que inclui sete dias de trabalho e um dia e meio de folga restringem a vida social e familiar. Tal devoção nos faz lembrar do conceito de preocupação materna primária de Winnicott (1956/2000), para explicar o estado psicológico de sensibilidade que permite à mãe adaptar-se às necessidades de seu bebê. O desafio lançado às mães sociais supõe que sejam capazes de maternar vinculando-se afetivamente às crianças ao mesmo tempo que as prepara para, na melhor das hipóteses, sua reintegração familiar (Teixeira & Villachan-Lyra, 2015).

A confusão de papéis instaurada nessa proposta de maternagem a meia distância resulta em frustração de algumas cuidadoras diante da visita da mãe biológica na Casa Lar ou da reintegração familiar dos acolhidos (Teixeira & Villachan- Lyra, 2015). Tal fato revela que o imaginário social de que a família não dá conta de cuidar dos próprios filhos (Moreira, 2014) também se reproduz entre os cuidadores.

Apesar da busca das instituições de acolhimento pela oferta de um atendimento mais personalizado que pode gerar competição entre mães biológicas e mães sociais (Teixeira & Villachan-Lyra, 2015), Acioli et al. (2018) ressaltam que a maioria dos estudos brasileiros focalizam a qualidade da estrutura das instituições de acolhimento em detrimento da satisfação das necessidades emocionais criança e do adolescente neste ambiente. Além disso, embora o acolhimento de crianças e adolescentes em Casas Lares esteja previsto pelo ECA (1990), o abrigo institucional permanece sendo a modalidade de acolhimento de crianças e adolescentes que ainda prevalece na maior parte do Brasil (Acioli et al., 2018).

Podemos supor que a permanência prolongada da criança e do adolescente no abrigo que culmina no crescente esgarçamento dos vínculos familiares (Moreira, 2014) somada à ideia do atendimento coletivizado das instituições de acolhimento como resquício das antigas instituições totais (Cintra & Souza, 2010; Crestani & Rocha, 2018; Goffman, 1974; Guirado, 1986; Moreira, Santos et al., 2014) sejam fatores que favoreceram o movimento social que prega pela substituição dos abrigos pelas Casas Lares (Acioli et al., 2018).

No entanto, Moreira (2014) pondera sobre o paradoxo que é fruto deste movimento. Se de um lado os abrigos se despiram dos muros dos antigos orfanatos e seguem buscando se transformar em Casas Lares de outro o imaginário que separa as “famílias estruturadas” das famílias “desestruturadas” (Gonçalves & Guzzo, 2017) permanece dificultando o acesso da criança e do adolescente a convivência familiar e comunitária. Embora a pobreza em que as famílias vivem não ser considerada motivo para a institucionalização, é sabido que a vulnerabilidade social e econômica está presente na maior parte dos casos de abrigamento de crianças e adolescentes no Brasil IPEA (2004), revelando a criminalização da pobreza (Campos, 2022).

Nesse cenário de múltiplas vulnerabilidades sociais e afetivas e de alternativas institucionais para acolher a criança e o adolescente que não encontra no lar de origem um ambiente suficientemente bom para seu desenvolvimento (Winnicott, 1945/2000), ressaltamos a primazia do cuidado técnico sobre o cuidado afetivo como a principal demanda para a atenção psicológica.

Tais considerações nos levam a refletir que o ambiente familiar e o ambiente institucional reúnem diferentes vulnerabilidades (Bonfatti, 2017) que levam o abrigado a transitar entre dois ambientes que falham na provisão de um cuidado integral em função de um abandono ainda maior – o das famílias pelo Estado (Campos, 2022; Gonçalves & Guzzo, 2017). Pois se na instituição falta o vínculo afetivo, no lar de origem vemos um excesso afetivo na medida em que vem imiscuído à violência, desafiando a capacidade de elaboração psíquica de crianças e adolescentes diante de experiências tão contraditórias.

Considerando este panorama de desamparo, rupturas e institucionalização em que múltiplas vulnerabilidades colocam em risco o desenvolvimento emocional de meninas adolescentes abrigadas, parece-nos mais que necessário compreender como a violência intrafamiliar vem sendo processada na vida das adolescentes participantes, dando-lhes voz para expressarem seus dramas.

Alinhadas a uma perspectiva psicanalítica concreta que considera o drama vivido por meninas vítimas de violência intrafamiliar, situando-o em um contexto social que não tem tido sucesso em prevenir que essas meninas um dia se tornem mulheres vitimadas pela violência (Apostólico et al., 2012; Brasil, 2017; Fraser, 2020; IPEA e FBSP, 2020, Magalhães et al., 2017; Oliveira et al., 2008; Pinto Junior et al., 2015; Waiselfisz, 2015) buscamos dar voz ao sofrimento das meninas adolescentes ao propor essa pesquisa como meio de explorar caminhos produtivos para a elaboração de práticas psicoterapêuticas e psicoprofiláticas voltadas para essa população que reúne tantas vulnerabilidades.

CAPÍTULO 2. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

*“Como é que sei tudo o que vai se seguir e que ainda o desconheço,
já que nunca vivi?”*

Clarice Lispector

2.1 Considerações sobre a pesquisa qualitativa

Explicitar o nosso percurso teórico-metodológico nos parece fundamental para que o leitor compreenda as bases que sustentam este estudo, especialmente quando pisamos no terreno das pesquisas qualitativas, cujo descrédito quanto à possibilidade de gerar conhecimento científico confiável nasce de sua comparação com as pesquisas positivistas que se amparam em critérios de objetividade e neutralidade (Aiello-Fernandes, Ambrósio & Aiello- Vaisberg, 2012).

Considerando nosso objetivo de compreender os sentidos afetivo- emocionais que emergem da experiência de meninas adolescentes com a violência intrafamiliar, adotamos a abordagem qualitativa dada a sua vocação para a investigação dos múltiplos significados individuais e coletivos de um determinado drama humano (Creswell, 2010; Turato, 2000), a partir da perspectiva dos próprios participantes. Desse modo, ao permitir o acesso do pesquisador à singularidade das experiências vividas de modo profundo e rigoroso (Denzin & Lincoln, 1994; Stake, 2011; Yin 2016), a pesquisa qualitativa constitui-se como a contraparte necessária à abordagem quantitativa dos fenômenos humanos.

Ao diferenciar as ciências naturais das ciências humanas, Turato (2000) explica que enquanto a primeira se preocupa em estabelecer relações causais entre os fenômenos, reproduzindo laboratorialmente a situação que deseja investigar, as ciências humanas propõem uma abordagem compreensiva do objeto investigado, explorando a teia de significados que o sustentam. Nesse sentido, não é o objeto de estudo que se adapta ao pesquisador, mas este que se insere no cotidiano de seus participantes para compreender o fenômeno investigado de modo interpretativo, experiencial, situacional e personalístico, observando a vida como ela acontece (Stake, 2011).

Ressaltamos que nessa perspectiva, o paradigma positivista dominante pautado na relação sujeito-objeto é desconstruído no âmbito da pesquisa científica favorecendo encontros inter-humanos pautados na relação sujeito-sujeito (Santos, 2018; Silva, 1993; Stake, 2011). Ao discorrer sobre as transformações discursivas no âmbito da ciência, Santos (2008) explica o equívoco de se utilizar os mesmos critérios epistemológicos das ciências naturais aos estudos da conduta humana, haja vista que tais métodos não abarcam de modo compreensivo os fenômenos humanos e sociais que são forjados nas subjetividades (Bleger, 1963/2007; Santos, 2008).

Nesse sentido, Aiello-Fernandes, Ambrósio & Aiello-Vaisberg (2012) também questionam o valor historicamente atribuído à pesquisa quantitativa no campo da pesquisa em Psicologia, uma vez que determinados esforços para objetivar fenômenos humanos revelam o mito do homem natural, abstrato e isolado das condições concretas de vida (Bleger, 1963/2007), resultando numa abordagem empobrecida e descontextualizada do viver. Considerando que toda história é vivida em um contexto histórico-cultural, como psicólogas clínicas não estamos em busca de uma verdade cartesiana, mas a verdade do participante desde sua perspectiva (Minayo, 2012).

Vale destacar a distinção de Stake (2011) acerca dos elementos que diferenciam as pesquisas qualitativas das pesquisas quantitativas: a busca pela compreensão, no lugar do foco na mensuração e explicação, e a postura implicada do pesquisador, que se opõe à neutralidade. Ressaltamos que tais elementos estão presentes durante todo o percurso metodológico da pesquisa e perpassam a concepção do pesquisador acerca do objeto de pesquisa, as escolhas metodológicas adotadas para estudá-lo, bem como seu olhar para a análise e interpretação dos dados (Creswell, 2010; Minayo, 2011; Stake, 2011).

Sobre esse aspecto, Creswell (2010) destaca que justamente por buscar a compreensão do fenômeno em suas múltiplas nuances, a pesquisa qualitativa não se vale de determinações rigidamente pré-estabelecidas, construindo-se de modo intersubjetivo, isto é, no encontro entre pesquisador e participante que compartilham uma experiência. Nesse encontro singular, o pesquisador qualitativo adota uma postura compreensiva e implicada (Stake, 2011) para compreender os sentidos atribuídos pelos participantes para as experiências vividas em seu cotidiano

(Fulgêncio, 2013), de modo a reconstituir a sua história (Flick, 2014; Stake, 2011), convertendo-se em instrumento de trabalho (Bleger, 1964/2015) à medida que adentra o campo multifacetado, humano e, portanto, mutante de sua pesquisa (Creswell, 2010).

Concordamos com Minayo (2012) que o pesquisador qualitativo também se orienta pela empatia e por suas experiências pessoais para compreender os sentidos do vivido, pois a atitude empática pressupõe a capacidade de adentrar o universo do participante e compreender a realidade a partir de sua vivência. A subjetividade do pesquisador no campo e no estudo também impacta em sua compreensão sobre o fenômeno (Stake, 2011). Pesquisador e participante são mutuamente mobilizados produzindo um conhecimento novo que resulta desta parceria, de modo que a intersubjetividade esteja sempre em jogo neste encontro (Turato, 2000).

2.2 A pesquisa qualitativa e o método psicanalítico: um encontro fecundo

Neste estudo qualitativo, adotamos uma postura psicanalítica concreta para acessar a experiência emocional de meninas adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. Para discutirmos esta opção teórico-metodológica vale retomar brevemente os três pilares que constituem a psicanálise conforme instituído por Freud e retomado por Laplanche & Pontalis (1967/2001):

A) Um método de investigação que consiste essencialmente em evidenciar o significado inconsciente das palavras, ações, das produções imaginárias (sonhos, fantasias, delírios) de um sujeito. Este método baseia-se principalmente nas associações livres do sujeito, que são a garantia da validade da interpretação. A interpretação psicanalítica pode estender-se a produções humanas para as quais não se dispõe de associações livres;

B) Um método psicoterápico baseado nesta investigação e o especificado pela interpretação controlada da resistência, da transferência e do desejo. O emprego da psicanálise como sinônimo de tratamento psicanalítico está ligado a este sentido; exemplo: começar uma psicanálise (ou análise);

C) Um conjunto de teorias psicanalíticas e psicopatológicas em que são sistematizados os dados introduzidos pelo método psicanalítico de investigação e de tratamento (Laplanche & Pontalis, 1967/2001, p.384).

Neste estudo, adotaremos a vertente investigativa da psicanálise, como nas demais produções de nosso grupo de pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em virtude da potencialidade heurística do método psicanalítico para acessar os sentidos afetivo-emocionais que emergem da experiência vivida pelos participantes.

A afinidade entre pesquisa qualitativa e psicanálise é evidente desde os primórdios da proposta freudiana. Ao se dar conta da ineficácia do uso da hipnose enquanto intervenção terapêutica na cura das pacientes histéricas, Freud (1893/1985) criou o método psicanalítico ao convidar as pacientes a narrar de modo livre e associativo suas experiências, as quais recebia com sua postura de abertura e atenção flutuante (Silva, 1993). Freud inaugura uma abordagem compreensiva da subjetividade humana quando se colocou a escutar o significado dos sintomas histéricos, superando o positivismo da ciência de sua época e a relação de submissão entre médico e paciente.

Se naquele momento histórico em que a psicanálise foi concebida, Freud teve sua reputação científica questionada, no cenário contemporâneo vemos um renascimento da psicanálise na academia, haja vista a diversidade de trabalhos que se dedicam à complexa articulação entre pesquisa científica e psicanálise (Aiello-Fernandes, Ambrósio & Aiello- Vaisberg, 2012; Brunet, 2009; Figueiredo & Minerbo, 2006; Fulgêncio, 2013; Naffah Neto, 2006).

Essas teorizações comumente partem da distinção entre os três eixos que compõem a psicanálise, resgatando a definição de Freud sobre a disciplina se referir a um método de investigação dos fenômenos emocionais. Nesse cenário plural, nos alinhamos a autores, como Herrmann (2017), que defendem o método como o que é essencialmente psicanalítico, sugerindo a primazia da vertente metodológica sobre a doutrinária e a terapêutica.

A retomada da vertente investigativa da psicanálise como aquilo que é verdadeiramente psicanalítico foi a obra de uma vida inteira de Fabio Herrmann (1944-2006), que destacou o método psicanalítico como uma via profícua para o acesso às vivências emocionais. O autor fez uma releitura do método psicanalítico,

cujas operacionalizações resumiu didaticamente em três passos: 1) “Deixar que surja”, palavra de ordem que se refere à postura psicanalítica de abertura diante da associação livre do paciente para ser impactado emocionalmente; 2) “Tomar em consideração”, fazendo uso da atenção flutuante, tudo o que chamou a sua atenção em termos contratransferenciais; 3) “Completar o desenho” fornecendo uma interpretação que complete a configuração de sentidos constelados no encontro (Herrmann, 1979/2001).

Ao defender a primazia do método psicanalítico, Herrmann (2017) critica a proliferação de pesquisas acadêmicas sobre as teorias psicanalíticas que sob o pretexto de atestarem sua eficácia clínica discorrem sobre a psicanálise mas não fazem psicanálise, contentando-se com a mera reprodução de seus fundamentos teórico-conceituais. Ainda segundo Herrmann (2017), recorrer à teoria para justificar um manejo clínico ou, em sentido contrário, tomar uma experiência clínica para validar uma determinada teorização não contribui para o avanço da psicanálise em termos de produção de conhecimento científico.

Além disso, Herrmann (2017) acredita que, ao longo do tempo, houve um desvirtuamento da psicanálise. Apesar de ter sido inaugurada por Freud como clínica extensa, quando se tornou uma profissão teve um enrijecimento de suas teorias e técnicas, para atender às demandas de psicanalistas que praticavam no setting clínico tradicional. Essa limitação do potencial psicanalítico contribui para o empobrecimento da psicanálise e o enfraquecimento de seu método em favor da reprodução submissa de seu arcabouço teórico.

Alinhadas a esta perspectiva, concordamos que reduzir a psicanálise a um conjunto de teorias abstratas, seja no contexto clínico ou acadêmico, equivale a desprezar a potencialidade do método psicanalítico na produção de conhecimento significativo sobre o ser humano (Aiello-Fernandes, Ambrósio & Aiello-Vaisberg, 2012) além de comprometer nossa abertura ao novo e ao drama de vida do sujeito (Silva, 1993).

Ressaltamos que a postura doutrinária e dogmática resulta na reprodução do discurso metapsicológico freudiano que, ao compreender a vida emocional como resultado de um jogo de forças no interior de um aparelho psíquico descolado da vida concreta, incorre no equívoco de conceber o ser humano como homem-

máquina (Granato, 2004), isto é, organismo objetivável (Aiello- Vaisberg, 2004) natural, abstrato e isolado do contexto social (Bleger, 1963/2007).

Apesar de defender este posicionamento junto de colegas do grupo pesquisa “Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção”, a legitimidade da psicanálise enquanto método de investigação tem encontrado obstáculos entre os próprios psicanalistas. Figueiredo e Minerbo (2006) e Fulgêncio (2013) defendem a restrição do uso do método psicanalítico por parte de psicanalistas ao contexto da clínica. Também Figueiredo (2012) argumenta que, além de existirem inúmeras formas e aplicações do método psicanalítico, a “redução” da psicanálise à sua vertente investigativa resulta em uma nova escola sustentada pela Teoria dos Campos de Herrmann (2001/2004), segregando inúmeros psicanalistas que não falam a mesma língua.

Alinhadas com a perspectiva de Aiello-Vaisberg (2004; 2014) acreditamos que o método psicanalítico possa ser utilizado por psicólogos de orientação psicanalítica no contexto da pesquisa acadêmica para produzir conhecimento científico e rigoroso sobre os sentidos emocionais das experiências humanas. A nosso ver, trabalhar com o método psicanalítico na pesquisa não constitui uma redução, se tomarmos a psicanálise como operacionalização do método interpretativo e não como teoria (Herrmann, 2001/2004).

Herrmann (1979/2001) argumenta que a operacionalização do método investigativo se manteve entre psicanalistas de diferentes escolas teóricas.

Desde seus primórdios, a psicanálise se caracterizou por romper campos através do método psicanalítico (Herrmann, 2017), inclusive livre do setting clínico tradicional quando Freud analisava os próprios sonhos ou produções artísticas e culturais como *Gradiva* (Freud, 1907/1955) e *Da Vinci* (Freud, 1910/1955), conforme Visintin (2021) salienta.

Politzer (1928/1998) reconhece o brilhantismo freudiano, que se diferenciou da psicologia comportamental de sua época ao dar voz ao paciente buscando articular seu sofrimento emocional à experiência vivida. Em contrapartida, ao criticar a metapsicologia freudiana em defesa da construção de uma psicologia que aborde as manifestações humanas como atos de pessoas concretas, Politzer (1928/1998) nos faz ver o valor do método psicanalítico, na medida em que o drama vivido pelo paciente é tomado como o fato psicológico que será objeto da análise interpretativa

do psicanalista. Tal movimento de retorno às condições concretas de vida que recusa abstrações, buscando compreender a totalidade do acontecer humano em seu sentido dramático, foi abraçado com entusiasmo por Bleger (1963/2007), levando-o a desenvolver a Psicologia da Conduta, no intuito de encontrar elementos comuns a todas as psicologias, inclusive a psicanalítica.

Preservando o valiosíssimo pressuposto freudiano de que toda conduta tem um sentido vinculado à vida concreta, como havia sido resgatado por Politzer (1928/1998), Bleger (1963/2007) se afasta do paradigma objetivante e explica que a conduta³ é um conceito mais amplo que o de comportamento observável, como é o caso das abordagens positivistas. A conduta se expressa em três áreas: mente, corpo e mundo externo, sempre simultaneamente, ainda que identifiquemos apenas uma das áreas de expressão. Isto é, não existe um mal estar físico sem conexão com os afetos ou com o mundo social.

Nesta perspectiva, concordamos que o inconsciente não é produto de um aparelho psíquico, mas um fenômeno que emerge a partir de campos psicológicos os quais são dotados de uma natureza intersubjetiva e vincular, na medida em que são constituídos na relação do sujeito com o outro e sempre vinculadas a um contexto concreto de vida. Considerando que a experiência humana é sempre vincular, a dramática individual e a dramática coletiva se entrelaçam de modo que só podemos compreender a história, subjetividade e o drama do sujeito de modo contextualizado (Aiello-Vaisberg, 2004).

Assim, Bleger (1963/2007) desbanca o mito do homem natural, isolado e abstrato e de um inconsciente intrapsíquico como instância coisificada, em busca de teorias sobre um homem social e relacional, cuja conduta e inconsciente guardam íntima relação com o acontecer humano, isto é, se fundam na intersubjetividade (Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017).

Nesta perspectiva em que o ser humano é concebido como ser social e criador de sentidos e cuja subjetividade se constitui a partir de encontros inter-humanos, abrimos espaço para o diálogo com o psicanalista Donald Winnicott (1896-1971). De modo inovador no campo da psicanálise, Winnicott valorizou a intersubjetividade a partir de uma teoria do amadurecimento emocional que se produz a partir das experiências vividas (Aiello-Vaisberg, 2004).

³ Para Bleger (1963/2001), a conduta é objeto de estudo de todas as Ciências Humanas sendo reservado à Psicologia e à Psicanálise a compreensão de seu sentido emocional.

Fundamentadas na teorização winnicottiana e nas reflexões de Aiello-Vaisberg (2004) sobre a afinidade entre o de Bleger (1964/2015) e as ideias de Winnicott (1956/2000) lembramos que o bebê não existe no início da vida desde sua perspectiva e poderá vir-a-ser a depender dos cuidados adequados do ambiente e das experiências vividas com seu cuidador primário. Diferenciando-se dos psicanalistas de sua época, Winnicott enfatiza o papel das relações interpessoais na constituição do self, e, portanto, da conduta humana. Como se pode notar, esse posicionamento se afasta da tradição psicanalítica de abstrair e objetificar as experiências emocionais e fomenta nossa defesa de que uma aproximação psicanalítica da experiência emocional se desenrola a partir de uma postura de abertura (Silva, 1993) ao encontro genuíno da dupla pesquisador- participante (Bleger, 1964/2015).

Nessa perspectiva, nos apoiamos nos pressupostos de Politzer e Bleger em sua recusa da metapsicologia freudiana e na valorização da intersubjetividade para a produção de conhecimento psicanalítico científico e rigoroso através do método psicanalítico como via de acesso fecunda aos sentidos afetivo- emocionais que sustentam as condutas (Granato & Aiello-Vaisberg, 2016) em diálogo com a teoria winnicottiana.

2.3 Procedimento de produção do material narrativo

2.3.1 O uso da Narrativa Interativa na Entrevista Transicional: uma pesquisa psicanalítica Winnicottiana

Nesta seção, apresento o enquadre da Entrevista Transicional (ET) e o recurso investigativo da Narrativa Interativa (NI) que adotamos como estratégias metodológicas para delinear o modo como ocorreriam os encontros. Para tanto, primeiramente cabe situar a entrevista psicológica como recurso investigativo no campo da pesquisa qualitativa.

Apesar da entrevista ser amplamente utilizada no terreno da pesquisa qualitativa é alvo de crítica devido a sua confiabilidade e rigor científico quando não se estuda o fenômeno em suas condições naturais. Bleger (1964/2015) destaca a ingenuidade deste pressuposto, pois quando abandonamos o paradigma do homem

natural, abstrato e isolado compreendemos que as condições naturais nas quais se produzem as condutas humanas são as próprias condições humanas do cotidiano.

Além disso, no contexto da entrevista em psicologia essa concepção revela outro equívoco, a de tomar o sujeito como esclarecido de sua história, portanto, apto a fornecer dados sobre sua vida. As contradições que podem surgir em uma entrevista, em termos de sua validade, são justamente resultado de uma análise aprofundada. A vida e as pessoas são absolutamente dinâmicas e o bom entrevistador é aquele que está presente e sensível em sua postura compreensiva e interpretativa (Stake, 2011), em sua disposição a ler nas entrelinhas, a deduzir aquilo que o próprio sujeito não sabe de si e a interpretar a linguagem não-verbal (Bleger, 1964/2015).

Bleger (1964/2015) ressalta que o campo da entrevista também é dinâmico e recomenda que o entrevistador deixe que o entrevistado dirija a situação, de modo a revelar-se, e faça um esforço interpretativo para compreender aquilo que é comunicado (Flick, 2014; Yin, 2016) sem perder de vista que neste encontro inter-humano a personalidade do entrevistador também reverbera sobre a narrativa do participante (Bleger, 1964/2015) em um processo dialético de produção de conhecimento sobre o acontecer investigado.

Existem diversas modalidades de entrevista cuja escolha depende do paradigma adotado pelo pesquisador, bem como do objeto de sua pesquisa. Nesta pesquisa, realizamos Entrevistas Transicionais, procedimento que se afina ao paradigma psicanalítico winnicottiano sobre o encontro que se estrutura como experiência transicional, ou seja, promovendo o diálogo entre mundo interno e mundo externo (Winnicott, 1971/1975.). Nessa terceira área de experiência se situam o brincar, o viver criativo, a experiência cultural e a possibilidade de descanso das demandas da realidade (Abram, 2000; Serralha, 2019).

De acordo com Winnicott (1971/1975), no início da vida a vivência do espaço transicional está atrelada ao processo de diferenciação eu-outro que abre caminho para a simbolização e para a independência relativa futura. Nesse processo de desenvolvimento emocional, o outro que era subjetivamente concebido passa a ser objetivamente percebido, assim preparando o terreno para o reconhecimento da alteridade e dos próprios recursos que permitirão uma expressão de self no mundo mais autêntica e, conseqüentemente, gratificante.

Apoiada nessa fundamentação winnicottiana, a Entrevista Transicional é concebida para fornecer um ambiente lúdico e cuidadoso, fazendo uso de um recurso mediador para a expressão espontânea do participante, que assim pode “brincar” com o tema da pesquisa ao mesmo tempo que se revela, sem lançar mão de defesas rígidas (Aiello-Vaisberg, 2004). “É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self)” (Winnicott, 1971/1975, pp.79-80).

A criação desse espaço potencial no contexto da pesquisa se desdobra em um compartilhamento das experiências através do diálogo entre pesquisador e participante que juntos podem viver a experiência de brincar para “falar sobre as coisas sérias da vida”. O leitor aqui pode notar que a ideia de um pesquisador neutro não se sustenta, pois não se trata apenas de colocar-se numa postura psicanalítica orientada pelo método psicanalítico, mas de garantir a sustentação emocional para que essa experiência possa ser vivida pelo participante de modo protegido.

A opção por realizarmos uma pesquisa psicanalítica winnicottiana que se sustenta na postura psicanalítica e pelo holding (Winnicott (1983/2007) ofertado pelo pesquisador se justifica pela situação de vulnerabilidade social das participantes, pelo fato de serem menores de idade afastadas do convívio familiar e, especialmente, pela densidade do tema desta pesquisa. Além disso, esses fatores somados ao nosso interesse em investigar em profundidade a experiência emocional das participantes orientou a escolha de realizar uma aproximação cuidadosa e gradual em nove encontros com as participantes de modo gradual e adaptativo as suas necessidades.

Ressaltamos que a atitude genuinamente implicada e sensível orientou todo o fazer da pesquisa, desde minha postura na condução das Entrevistas Transicionais, perpassando a construção dos recursos metodológicos, as etapas de registro e análise do material narrativo na busca de criar/encontrar os sentidos da experiência vivida pelas participantes. Além disso, em cada uma dessas etapas, buscamos contemplar os passos que Herrmann (1979/2001) descreveu para a operacionalização do método psicanalítico: 1) deixar que surja; 2) tomar em consideração; e, 3) completar o desenho.

Nossa escolha pela Narrativa Interativa (NI) se apoia na potencialidade desse recurso metodológico para favorecer a expressão livre e associativa do participante (Granato & Aiello-Vaisberg, 2011; 2013; 2016; Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011; Granato, Tachibana & Aiello-Vaisberg, 2011). Além disso, a Entrevista Transicional mediada pela NI já havia se mostrado frutífera em pesquisa anterior (Bonfatti, 2017) sobre a experiência de adolescentes abrigados acerca da saída do abrigo.

A NI consiste em uma pequena história fictícia elaborada previamente pelo pesquisador em conjunto com o grupo de pesquisa a respeito de seu objeto de estudo, o que significa dizer que cada NI é construída como mediadora do diálogo transicional, de modo personalizado para o estudo em questão. A história é interrompida ao atingir seu clímax, momento em que o participante é convidado a completar seu enredo de modo livre e associativo. O desfecho da NI pode ser criado pelo participante de forma oral, escrita ou gráfica.

Considerando que o método psicanalítico tradicionalmente explora o uso elaborativo do narrar, a Narrativa Interativa se alinha à vocação de nosso grupo de pesquisa que tem se debruçado sobre o estudo de produções narrativas para compreender o sofrimento emocional. Concordamos com Corso & Corso (2005/2017) que “a psicanálise sente-se à vontade no terreno das narrativas, afinal, trocando em miúdos, uma vida é uma história” (p. 5). Essa aproximação lúdica da experiência emocional, em que o participante pode narrar seu drama através dos personagens, portanto, consiste em uma abordagem ética e sensível do mundo subjetivo do participante.

A opção pela NI como recurso investigativo também se fundamenta nas ideias de Benjamin (1936/1992) sobre o potencial da narratividade para a construção e reconstrução de sentidos para as experiências vividas e em Ricoeur (1999) que também acredita no potencial elaborativo da narração do drama vivido pelo sujeito, de modo a transcender o mero relato e se converter em história viva. Vale ressaltar que Freud já havia enfatizado o valor da narração para a compreensão dos afetos de seus pacientes, movimento que foi retomado por Politzer (1928/1998) quando defendeu a potencialidade do método narrativo criado por Freud.

Sendo assim, o recurso da NI como “rabisco” (Winnicott, 1964/1994) do pesquisador enseja o “rabisco” do participante como estratégia de aproximação de

seu sofrimento emocional. Esse recurso pode ser utilizado no setting da clínica psicanalítica ou na pesquisa acadêmica com indivíduos (Carias, 2018; Jurado, 2013; Silva, 2020), grupos (Aching, 2013; Bonfatti, 2017; Miranda 2016) casais (Biffi, 2014; 2019; Diniz, 2020; Moraes, 2017; Pekny, 2017 & Ribeiro, 2018) e com crianças através da Narrativa Interativa Gráfica (Autuori, 2018; Lucas, 2022).

Também destacamos que o caráter lúdico e acessível da NI favorece sua utilização em outros contextos como o ambiente familiar, escolar e institucional com participantes de diferentes situações socioeconômicas, desde que adaptadas a esses contextos. Além disso, a NI se presta como recurso facilitador de associações livres dos participantes, bem como para a reflexão mais aprofundada que buscamos realizar com o grupo de participantes logo após a finalização da NI (Granato & Aiello-Vaisberg, 2011).

A seguir, apresentamos as três etapas de elaboração de uma NI a fim de familiarizar o leitor com este processo, bem como orientar o psicólogo interessado em utilizar esse recurso metodológico no contexto da pesquisa qualitativa. Destacamos que essas etapas não são rígidas, trata-se apenas de um esforço de realizar uma distinção didática dos passos a serem percorridos para a confecção do recurso.

A primeira etapa para a confecção de uma NI é conhecer o contexto ou o campo da pesquisa e as características do fenômeno investigado. Caso o pesquisador não tenha conhecimento prévio sobre o campo e sobre o fenômeno, faz-se necessária sua familiarização através da literatura sobre o tema bem como uma ambientação no campo da pesquisa, conforme recomenda Minayo (2012). Essas primeiras observações e impressões do pesquisador, analogamente compreendidas como a postura do pesquisador de deixar que o fenômeno surja, constituem uma primeira fonte de material para a futura composição da NI. O conhecimento sobre como o fenômeno opera, a situação concreta de vida dos participantes, as experiências pessoais e profissionais do pesquisador e sua própria personalidade também constituem ingredientes na confecção de uma NI.

A segunda etapa é aquela em que o pesquisador leva em consideração determinados elementos que brotaram da primeira etapa como emoções, ideias e associações para elaborar um primeiro esboço da trama, buscando estabelecer relações entre o que observou, o que leu a respeito e o que viveu para compor

personagens, cenário e enredo da NI. Esse esboço é apresentado ao grupo de pesquisa que também se coloca em postura de abertura e atenção flutuante empregando o mesmo método para levantar considerações sobre a adequação da primeira versão de NI. Essa estratégia de triangulação de pesquisadores (Flick, 2014) vai auxiliar o pesquisador em sua análise e futuras edições daquela NI.

A terceira etapa de elaboração da NI resulta da reflexão sobre o potencial dramático da NI e o alinhamento de seus elementos, como o enredo, a linguagem, o cenário e os personagens com a questão de pesquisa e o contexto de vida dos participantes. Esta etapa corresponde ao “completar o desenho” de Herrmann (1979/2001), quando o pesquisador chega à forma final da NI que pretende apresentar aos seus participantes. A NI deve apresentar uma situação dramática, transportando o participante imaginativamente para a cena narrada para que se envolva emocionalmente. Também deve ser emblemática e suficientemente aberta para que o participante possa expressar seus afetos na cena.

Outro ponto a destacar é o critério utilizado pelo pesquisador e seu grupo de pesquisa para dosar o aspecto ficcional, o número e tipo de personagens, o clima emocional, a linguagem, os diálogos e a abertura da trama para que o participante se identifique com aquela história e a complete.

O processo de ajustar os ingredientes da NI pode ser realizado quantas vezes o pesquisador julgar necessário, não porque se pretende atingir a narrativa “correta”, mas para se certificar de que convida o participante para revelar sua experiência emocional de modo lúdico e protegido. Não existe a NI perfeita e muito menos neutra, pois como visamos um encontro genuíno entre pesquisador e participante a história é sempre ideológica na medida em que perpassa a personalidade do pesquisador, suas crenças conscientes e inconscientes, seus valores e seu lugar de fala (Ribeiro, 2016).

Quando o pesquisador já encontrou a dose suficientemente boa para sua NI, recomendamos levar duas cópias para o encontro de pesquisa, uma que será lida em voz alta pelo pesquisador e outra que será utilizada pelo participante. Lápis, borracha, caneta e lápis de cor também são bem vindos, pois alguns participantes preferem completar o desfecho por escrito e outros desenhando, nessa produção a quatro mãos.

Com a NI em mãos é hora de arregaçar as mangas e ir a campo! No contexto da Entrevista Transicional, é usual realizar um rapport inicial para acolher o participante, que já está informado sobre o procedimento da pesquisa na ocasião do convite para a realização do encontro. Realizamos a leitura em voz alta da NI como convite para que o participante crie um desfecho para a história. Em seguida, o pesquisador abre um espaço de diálogo e reflexão com o participante sobre o tema da pesquisa (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011), quando o pesquisador, que já está em postura de abertura guiada pela escuta psicanalítica sensível, oferece um ambiente protegido e acolhedor para que o participante possa se expressar livremente sobre suas vivências e afetos mobilizados pela história. Nesse momento, o pesquisador começa a tomar em consideração as comunicações conscientes e inconscientes que se configuram durante o encontro (Bleger, 1964/2015) em direção à apreensão dos sentidos veiculados.

Enquanto alguns participantes preferem não falar sobre a NI produzida ou mesmo sobre o tema da pesquisa, ou fazer um uso defensivo da NI com uma postura politicamente correta, pode ocorrer, ainda, uma recusa ao completamento da NI. Em qualquer situação que venhamos a enfrentar, recomendamos que o pesquisador respeite e acolha o movimento do participante e busque compreender o que ele está tentando comunicar, consciente ou inconscientemente sem perder de vista os movimentos transferenciais e seus sentimentos contratransferenciais da experiência ali vivida.

Agora que o leitor já está familiarizado com a pesquisa psicanalítica winnicottiana que faz uso de Narrativas Interativas em Entrevistas Transicionais, apresentamos como se deu a aproximação do campo da pesquisa bem como o convite para as participantes.

2.4 Procedimentos investigativos

2.4.1 Aproximação do campo da pesquisa e o convite para as participantes

A pesquisadora que conduziu este estudo já estava familiarizada com a instituição colaboradora quando realizou sua pesquisa de mestrado (Bonfatti, 2017).

Trata-se de uma entidade de acolhimento institucional que existe há 50 anos e tinha recentemente alterado seu funcionamento de abrigo institucional para o sistema de Casas Lares.

Nesse retorno à instituição, a pesquisadora teve a oportunidade de conhecer todas as Casas Lares a convite do coordenador geral da instituição, que acolheu esta pesquisa de doutorado com um entusiasmo surpreendente. Além de conhecer o novo espaço em que as crianças e adolescentes convivem com seus cuidadores de referência, tais visitas consistiram na oportunidade de apresentar esta pesquisa e convidar as participantes para os encontros. Durante o período de visita à instituição para conhecer a equipe técnica e os coordenadores de cada Casa Lar, em uma reunião organizada pelo coordenador geral foram compartilhados os achados da pesquisa anterior de mestrado.

Nessa época, a instituição estava passando por uma transição. Antes era composta de três grandes casas interligadas por um mesmo terreno cuja separação se dava por sexo e idade e recebiam a seguinte denominação: Casa dos Meninos, onde viviam cerca de 20 adolescentes de 12 a 18 anos; Casa das Meninas, onde viviam cerca de 20 de adolescentes de 12 a 18 anos; e Casa das Crianças, onde viviam aproximadamente 20 crianças de ambos os sexos entre 0 e 11 anos.

Atualmente, a instituição foi desmembrada em oito Casas Lares mistas, isto é, casas com número reduzido, de até 10 crianças e adolescentes, cujo sexo e idade variam, de modo que meninas e meninos de todas as idades convivam em cada uma das Casas Lares. Apesar da realocação dos acolhidos nas Casas Lares, a Casa das Crianças ainda existe. As crianças menores passaram a residir nas Casas Lares, enquanto os bebês continuam na Casa das Crianças, pois demandam cuidados específicos, complexidade que talvez uma Casa Lar não pudesse atender neste momento inicial em que a entidade está se adaptando à nova modalidade de acolhimento.

O coordenador geral da instituição celebrou essa novidade por favorecer um acolhimento mais personalizado. Se antes os educadores sociais tinham que dar conta de 20 acolhidos, sob a orientação de uma equipe técnica composta por psicólogo e assistente social, agora se dedicam a 10, afastando-se, cada vez mais, do modelo desumanizado característico das antigas instituições totais. Em se tratando de uma casa de natureza mista que se localiza em bairro residencial, o

clima e a dinâmica da casa se aproximam do cotidiano de uma família, em oposição à natureza coletivizada e impessoal do antigo Abrigo.

Na época em que as participantes foram convidadas para participar deste estudo, ambas ainda moravam na Casa das Meninas, mas se mudaram para a Casa Lar na semana seguinte. Desse modo, tivemos o privilégio de acompanhar a transição da instituição na perspectiva das participantes e na perspectiva do coordenador da instituição e sua equipe técnica.

Apesar de estarmos familiarizadas com a instituição, essa novidade exigiu visitas e reuniões adicionais com a equipe técnica para compreender esse novo campo que surgia e seu funcionamento. O procedimento para chegar até as duas participantes começou com uma reunião com os coordenadores das oito Casas Lares que compõem o Abrigo para obter a composição das Casas em termos do número de participantes que se encaixavam no critério de inclusão para esta pesquisa, ou seja, pessoas do sexo feminino que estivessem abrigadas e na faixa etária dos 12 aos 18 anos de idade. Também foi adotado um critério para selecionar as Casas Lares em que o convite seria feito: ter no mínimo três adolescentes que atendessem ao critério de seleção de participantes para constituir um grupo, o que resultou em apenas duas Casas Lares.

A opção por escolher Casas Lares que continham ao menos três adolescentes foi estabelecido quando, a partir dos diversos contatos com os profissionais, percebemos que não seria possível montar um grupo com meninas de diferentes Casas Lares, pois seria necessário providenciar transporte da instituição para reuni-las em um mesmo local, o que seria bastante complexo. Além disso, cada adolescente tinha sua rotina de atividades com horários, na maior parte das vezes, incompatíveis.

Na época em que foi realizado o convite nas duas Casas Lares selecionadas, tivemos o aceite de três meninas adolescentes residentes de uma mesma Casa Lar. Quando os encontros estavam para iniciar, soubemos que uma das participantes havia evadido da Casa e tínhamos uma dupla de irmãs como participantes.

Apesar das dificuldades, respeitamos esse dinamismo institucional com flexibilidade e abertura com o mesmo espírito do psicanalista que vai a campo, sem saber o que encontrará pela frente para deixar que o fenômeno se expresse (Herrmann, 1979/2001; Silva, 1993). Desse modo, fomos adaptando nossa

metodologia às necessidades do campo e das participantes para circunscrever o objeto deste estudo. Ao longo dos encontros fomos percebendo que, apesar do número reduzido de participantes foi não só possível o estudo do fenômeno investigado em termos de sua magnitude, isto é, a quantidade de material produzido, mas principalmente em sua intensidade, que se refere à profundidade e qualidade do material colhido, conforme recomenda Minayo (2017) no âmbito das pesquisas qualitativas.

2.4.2 Participantes

As adolescentes que se voluntariaram a participar deste estudo foram as irmãs Paula e Patrícia que, na época das entrevistas, tinham 17 e 16 anos, respectivamente. Após a finalização dos encontros e com a autorização do coordenador geral da instituição, foi possível consultar os prontuários das adolescentes para esclarecer alguns dados sobre suas histórias de vida.

Em relação aos prontuários institucionais, não foi surpresa constatar nos prontuários das participantes algumas lacunas e incongruências nas informações. Além do desafio de organizar um calhamaço de documentos e encontrar uma lógica interna para compreender o significado e utilidade de cada documento em termos judiciais, institucionais e familiares, também foi desafiador compreender as contradições daqueles quebra-cabeças.

Também a oportunidade de conversar com vários profissionais da equipe técnica que sempre estiveram disponíveis para que pudéssemos preencher as lacunas na história das participantes, que estavam acolhidas na instituição há aproximadamente um ano, apesar da longa e “mal contada” história de violência intrafamiliar (Moreira, 2014; Vieira, Costa & Oliveira, 2021). Apesar do volume de material, concordamos com Moreira (2014) sobre a carência de registros detalhados sobre os acolhidos, lacunas que estigmatizam essa população reduzindo-as ao rótulo de “criança abrigada”. O volume excessivo de material, suas lacunas, incoerência e desorganização parecem refletir justamente o caótico percurso das participantes e de sua família de origem.

Ressaltamos que o fato de consultarmos os prontuários somente após a finalização das entrevistas com as participantes foi intencional e visava garantir a

postura psicanalítica de abertura para que os encontros se dessem da forma mais espontânea possível. Desse modo, além do material documental consultado, as conversas entabuladas com técnicos e cuidadores nos permitiram preencher algumas lacunas da história de vida das participantes.

2.4.3 O Processo de construção das Narrativas Interativas

A seguir apresentaremos sucintamente as reflexões que subsidiaram a construção de cada uma das NI que mediou os encontros com as participantes, e, seguida, a própria NI. O resultado final desse processo narrativo que resulta em histórias escritas a quatro mãos, ou seja, iniciadas pela pesquisadora e completadas por cada participante será apresentado no Capítulo 3, de forma mais orgânica, no contexto das entrevistas. Ressaltamos que, também nessa etapa, o método psicanalítico foi observado na medida em que as associações e discussões teóricas que se seguiram a cada um dos encontros orientaram o sentido dramático-vivencial que o enredo da próxima NI assumiria. Com esse procedimento não só seguiríamos o movimento associativo das participantes como também cuidaríamos de manter o foco no tema da violência intrafamiliar, modo a abarcar as variadas experiências no campo violência intrafamiliar de modo protegido, elementos fundamentais em se tratando de pesquisa.

Construção do enredo da 1ª Narrativa Interativa

Para a primeira NI, tomamos como base as situações de vida narradas pelos adolescentes que participaram de estudo anterior (Bonfatti, 2017) que envolviam a violência física, a violência psicológica, a violência sexual e a negligência sofridas no ambiente familiar sempre acompanhada da idealização das figuras parentais. Como a negligência parecia atravessar direta ou indiretamente todas as outras modalidades de violência intrafamiliar, na medida em que as necessidades da vítima são negligenciadas, optamos por esse recorte para a elaboração da primeira NI. Nossa expectativa era que a NI favorecesse a livre comunicação de suas vivências pessoais, ainda que dolorosas, assim como ocorreu no estudo anterior.

Era domingo de manhã. Manuela acordou com os gritos dos pais brigando na sala.

– De novo? – Pensou a menina. Cobriu a cabeça com o travesseiro e virou de lado tentando dormir, mas os gritos não paravam, até que o telefone tocou. Ninguém atendeu. Depois de um tempo, Manuela ouviu a porta da casa bater e tudo ficar silencioso. Resolveu levantar da cama e percebeu que os pais tinham saído.

Felipe e Marcela, seus irmãos mais novos, acordaram e logo perguntaram pela mãe. Manuela não sabia o que dizer.

– Acho que a mãe foi no mercado. Vou esquentar leite para vocês, tá? Manuela foi para a cozinha, acendeu o fogo e esquentou o leite. Encheu a mamadeira do irmão e dividiu o resto com sua irmã. Felipe começou a chorar reclamando que o leite estava quente enquanto a irmã não parava de perguntar onde estava a mãe.

Já era tardinha, quando a campainha tocou e os três foram correndo ver quem era. Era a Dona Sonia, a vizinha:

– Cadê seus pais? – Perguntou a vizinha, desconfiada.

– Foram no mercado – respondeu Manuela, torcendo para a vizinha acreditar.

– Vocês ficaram o dia todo sozinhos de novo? – Dona Sonia insistiu.

– Eles já vão voltar, não fica preocupada, Dona Sonia!

Agora foi Marcela que começou a chorar. A vizinha ficou irritada, levou os três para sua casa e, no caminho, não parava de repetir:

– Não dá! Isso não pode continuar... Diante desta situação, Manuela

Construção do enredo da 2ª Narrativa Interativa

Para a segunda NI articulamos três dos temas que foram comunicados pelas participantes durante o primeiro encontro em termos de sua relevância para o objetivo da pesquisa: a violência física, a sexualidade e o papel da figura masculina/paterna na vida das adolescentes. Apesar das participantes terem revelado que a mãe era a principal figura perpetradora da violência em suas vidas, a opção pelo pai como agressor nesta NI visou explorar como as participantes concebiam a

participação da figura masculina/paterna na dinâmica familiar violenta. Além disso, como o tema da violência intrafamiliar levanta questões de gênero e o pai havia sido pouco citado pelas participantes no primeiro encontro, decidimos colocar a figura masculina na cena.

O dia já estava escurecendo quando Rafaela e Rayssa espalharam na cama os cadernos e livros para as tarefas da escola que deveriam entregar no dia seguinte. Enquanto quebravam a cabeça entre uma tarefa e outra, Rayssa lembrou de atualizar a irmã sobre a última vez que ficou com Pedro, um garoto com quem estava saindo:

– *Rafa, você nem imagina como foi a última vez que ficamos juntos...*

– *O quê? Vc nem me contou que ficou com ele de novo?! Vai, me conta Rayssa!* — *Grita Rafaela, cheia de curiosidade.*

– *Shhhhi!!! Fala baixo! A mãe já sabe que estou saindo com o Pedro, mas o pai...você sabe como é, né?* — *Cochichou Rayssa com receio que os pais ouvissem a conversa das duas.*

Rayssa levantou da cama para fechar a porta do quarto quando deu de cara com o pai, que entrava cambaleando.

– *Bêbado de novo...— pensou a menina assustada e se afastou.*

– *Como é que é Rayssa? Que história é essa? Filha minha não vai ficar de gracinha com homem nenhum! Você está me ouvindo?! — Berrou o pai, tirando a cinta da calça e indo para cima da menina.*

Assustada, Rafaela começa a chorar, ao ver a irmã em apuros, se encolhe na cama e tapa os ouvidos.

Com toda aquela gritaria, a mãe de Rafaela e Rayssa aparece no quarto e ...

Construção do enredo da 3ª Narrativa Interativa

Notamos que a figura masculina começou a ser explorada pelas participantes como igualmente violenta, porém desligada da paternidade. Além disso, chamou a nossa atenção as associações das participantes em que a mãe figurava como intrinsecamente má. Considerando a natureza transgeracional da violência familiar, somada ao histórico materno de violência intrafamiliar na infância, optamos por

inverter essa lógica e colocar a figura materna no lugar de vítima nesta terceira NI, sem deixar de sinalizar que o fato da adolescente testemunhar cenas de violência também configura violência contra os filhos. Também o fato das participantes terem atribuído às personagens adolescentes um papel parental no lugar dos pais, motivou-nos a explorar as fronteiras geracionais e afetivas na família cujas relações se estabelecem a partir da violência. Além disso, a inclusão do personagem do namorado da mãe poderia nos dar pistas para abordar o tema da violência sexual.

Já era tardinha quando os irmãos Sara e Gabriel saíram da escola. Como era sexta-feira, não viam a hora de chegar em casa para assistir seus programas de televisão favoritos.

— Vamos passar na padaria do Seu Augusto pra comprar um sonho? Dá pra gente dividir! — Perguntou Sara, enquanto colocava a mão no bolso procurando algumas moedas.

— Demorou! Vou chegar primeiro! — Respondeu Gabriel correndo em direção à padaria enquanto sua irmã tentava alcançá-lo.

Depois de comprarem a guloseima, voltaram conversando sobre aquele dia na escola.

— A Ana estava muito estranha hoje, achei ela muito quieta. Você não achou, Gabriel?

— É, parece que o pai dela foi preso, e depois disso ela ficou assim...

A conversa foi interrompida quando chegavam em casa e ouviram gritos de mulher.

— Nossa — disse Sara, preocupada — Essa voz parece a da mãe!

Os irmãos se entreolharam e, assustados, abriram o portão de casa bem devagarinho.... Quando entraram na sala viram Joana, a mãe, caída no chão, com as roupas rasgadas, enquanto o namorado gritava com ela.

Sara olhou para Gabriel e....

Construção do enredo da 4ª Narrativa Interativa

Como resposta emocional à terceira NI, foram relatadas diversas experiências de violência sexual e o fato dos filhos testemunharem a violência doméstica contra a mãe, sempre acompanhados da negligência e da violência psicológica. As associações das participantes sobre a sexualidade, a violência sexual e a parentalidade nos motivou a elaborar uma narrativa cuja personagem principal fosse uma adolescente abrigada que acabou de ter um filho. A intenção de colocar as meninas como protagonistas desta cena visou aprofundar nossa compreensão sobre a repercussão da violência intrafamiliar sobre o futuro projeto parental das participantes.

Barbara tinha acabado de voltar para o abrigo após alguns dias hospitalizada. Todas as meninas se reuniram na sala para receber Barbara e o pacotinho que ela trazia nos braços: Aninha.

Enquanto Barbara tentava ajeitar a filha recém-nascida no colo, as meninas se aproximaram para conhecer o mais novo membro da casa na maior agitação.

– Como ela é linda! Eu também quero ter uma menina! —exclamou Vanessa, encantada com Aninha

– Tá louca? Eu hein, tô fora! – retrucou uma das meninas. Um burburinho tomou conta da sala e as meninas começavam a se imaginar como adultas ou como mães, quando Vanessa perguntou para Barbara:

– Bárbara, o que você está achando de ser mãe? Como vai ser daqui para frente com a Aninha? E o pai dela?

– De repente, a sala ficou silenciosa e todas as meninas olharam curiosas para Barbara, que respirou fundo e respondeu...

Construção do enredo da 5ª Narrativa Interativa

As participantes tinham revelado imagens acerca da parentalidade e de como as experiências de violências intrafamiliar se articulam ao projeto parental, além de fornecerem pistas sobre o sofrimento emocional que as acompanha em sua permanência na instituição. Com a intenção de nos aproximarmos dessa experiência

atual, que se articula com a história de violência intrafamiliar, além do fato de que as participantes estavam se aproximando da maioridade, decidimos explorar o tema da saída do abrigo, inclusive como situação emblemática que reedita abandonos anteriores. Para isso, utilizamos a mesma NI do estudo anterior (Bonfatti, 2017) que versava sobre o drama da saída do abrigo.

Marcela encontrou Daniel na Oficina de Teatro, onde ensaiavam para uma apresentação da escola. Durante o aquecimento para entrar em cena, Daniel observou que Marcela parecia nervosa e perguntou:

– O que foi, Marcela? Aconteceu alguma coisa?

Marcela disse que em breve sairia do abrigo onde mora, mas não sabia exatamente o que iria acontecer. Daniel ficou chocado porque não sabia de nada e também porque perderia a amiga. Ele queria saber mais sobre a nova situação de Marcela, mas o professor fez sinal para que interrompessem a conversa e se concentrassem no ensaio.

Assim que o professor os liberou, Daniel e Marcela procuraram uma sala vazia para conversar. Marcela se certificou de que ninguém os escutava, mas, antes que pudesse falar, começou a chorar. Soluçava tanto que Daniel precisou controlar a ansiedade e esperar que ela se acalmasse. Depois de cinco minutos de aflição, Marcela começa o seu relato:

– Dani, senta aqui, vou te contar tudo, desde o começo...

Construção do enredo da 6ª Narrativa Interativa

Ao expressarem seus medos e expectativas, bem como seus recursos emocionais diante da possibilidade de saída do abrigo, percebemos certa oposição entre as irmãs cujos conflitos se potencializaram pelo recente adoecimento de Paula e saída de Patrícia para trabalhar. Como nossa intenção era seguir o movimento associativo das participantes, sem perder de vista o tema da violência intrafamiliar, optamos por um enredo que colocasse as personagens como protagonistas de uma história de rivalidade fraterna deslocada para a figura da madrasta, como é usual nos contos de fadas. Desse modo, poderíamos explorar as divergências e convergências das vivências de ambas.

Depois que os pais se separaram, Bruna e Alice nunca mais tiveram paz. Durante a semana ficavam na casa da mãe e, nos finais de semana, na casa do pai. Era aquela trabalhadeira levar roupa e material escolar de uma casa pra outra, mas elas nem imaginavam que a situação poderia piorar. E piorou.

A mãe teve câncer e faleceu depois de poucos meses. O pai, desesperado, não sabia como ia dar conta de tudo sozinho e acabou se casando de novo. Novo inferno começou. A bruxa Mariana, quer dizer, a madrasta Mariana não deixava as meninas em paz, sempre cobrando, criticando e mandando. Ela até conseguiu colocar Bruna contra Alice, fazendo fofoca de uma pra outra. E o pai, então? Comia na mão da tal Mariana, e nada fazia pra resolver as brigas diárias.

As irmãs se perguntavam até quando aquele sofrimento ia durar, sem encontrar resposta nem esperança, até que um dia...

Construção do enredo da 7ª Narrativa Interativa

Considerando que tinham sido recentemente explorados os temas da futura saída do abrigo, da rivalidade fraterna e do reencontro das irmãs no Abrigo, optamos por criar a história de duas moças que passaram a maior parte da vida acolhidas em uma mesma entidade de acolhimento institucional e agora se encontram casualmente, sendo que uma delas aguardava a resposta de uma entrevista de emprego. Nossa intenção era estimular as participantes a se projetarem imaginativamente se no futuro, de modo a comunicar suas expectativas e suas perspectivas de vida. Explorar esses elementos poderia nos fornecer pistas importantes sobre como o sofrimento emocional decorrente do histórico de violência intrafamiliar e os sucessivos (des)abrigamentos se integravam em suas vidas em direção a um futuro.

Depois de horas de espera, naquela manhã chuvosa de segunda-feira, Bianca saiu ansiosa da entrevista para um novo emprego. Não fazia ideia se tinha ido bem, se seria contratada...precisava esperar pelo resultado! Quanta emoção! Enquanto seus pensamentos viajavam pelos documentos que precisaria providenciar, pelos cálculos do melhor horário para acordar, pelo itinerário do ônibus

que a levaria ao desejado emprego, passou rapidamente no mercado antes de voltar para casa.

Andando rapidamente pelos corredores do mercado teve uma grande surpresa: esbarrou com a Manu, uma amiga da época do abrigo.

— Nossa! Quanto tempo!

Manu envolveu Bianca em um abraço apertado. As duas riram da surpresa e da coincidência de se encontrarem num dia como aquele. Nunca mais se viram depois que saíram do abrigo onde conviveram por tanto tempo. Apesar dos 28 anos, uma reconheceu a outra imediatamente.

— Me conta como estão as coisas com você, Bianca! E a sua irmã? Não tenho notícias de vocês duas há séculos!

De repente, um filme passou pela cabeça de Bianca e ela começou a se lembrar de tudo o que aconteceu em sua vida depois que saiu do abrigo...

2.4.4 Delineando as Entrevistas Transicionais

Foram realizados nove encontros, de aproximadamente 90 minutos cada, sendo oito deles mediados por uma NI e o último reservado para um fechamento do processo com as participantes. Foram confeccionadas diferentes NI para cada um dos encontros, sendo que um deles (segundo encontro) se desdobrou em dois, pela impossibilidade de uma das meninas participar, ocasião em que foi utilizada uma mesma NI, assim perfazendo um total de sete narrativas. A NI criada para o primeiro encontro se baseou nos dados obtidos pela etapa inicial de ambientação no campo, pela literatura científica e pela experiência clínica da pesquisadora na área da violência intrafamiliar. A construção das demais NI foi orientada pelo encontro anterior com as participantes, de modo a nos aproximarmos cuidadosamente do tema da violência intrafamiliar.

Essa abordagem prospectiva em nove encontros com o uso da Entrevista Transicional e mediados por diferentes Narrativas Interativas visou aprofundar nossa compreensão sobre as repercussões emocionais da experiência de violência intrafamiliar e como essa experiência traumática vinha sendo elaborada psiquicamente pelas participantes. Vale ressaltar que a opção pela produção de

diferentes NI à medida que emergiam do movimento associativo das participantes, permitiu nossa aproximação de diferentes modalidades de violência intrafamiliar.

Os encontros transcorreram entre Setembro de 2019 e Janeiro de 2020, cuja frequência buscou respeitar atividades da instituição e outros compromissos das participantes. Em algumas das ocasiões em que o encontro precisou ser cancelado, as adolescentes avisavam de sua indisponibilidade através do aplicativo WhatsApp, mas em outras vezes a pesquisadora era informada somente depois de sua chegada ao local. Embora o agendamento fosse realizado diretamente com as adolescentes, a cuidadora residente era avisada de todas as visitas da pesquisadora, não só para informá-la, mas para ter sua colaboração quanto a manter o setting de confiança e sigilo no espaço da Casa Lar.

Tratando-se de uma pesquisa psicanalítica winnicottiana, a preocupação com o estabelecimento de um setting confiável de sustentação emocional é fundamental, pois é sob essas condições que o método psicanalítico opera para produzir conhecimento e acessar os sentidos emocionais do vivido (Herrmann, 2001) de forma acolhedora. Tanto no setting clínico quanto na pesquisa científica, um campo analítico se estabelece por meio dos movimentos transferenciais e contratransferenciais, favorecendo a comunicação de conteúdos conscientes e inconscientes (Baranger & Baranger, 1961) entre pesquisador/analista e participante/paciente.

À nossa proposta inicial de oito entrevistas conforme foi apresentado às participantes que se voluntariaram acrescentamos a modalidade individual para um dos encontros, quando as participantes não puderam estar juntas na mesma entrevista. Também foi acrescentado um encontro final de despedida, para o qual não foi criada NI, dado seu objetivo de finalização do movimento associativo, conforme foi sugerido pelas participantes. Vale ressaltar que esses dois movimentos estão alinhados a proposta winnicottianna de adaptação às necessidades do outro. Também frisamos que o número de encontros poderia variar para uma quantidade maior ou menor, a depender do bem estar das participantes e de termos explorado a experiência emocional das participantes com os variados tipos de violência intrafamiliar, isto é, abarcado o objeto de estudo desta pesquisa.

2.4.5 Procedimento de registro e análise do material narrativo: criando/encontrando sentidos para as experiências vividas

Antes de apresentar como se deu o registro e análise do material narrativo, vale retomar que já na aproximação ao campo da pesquisa onde seriam realizados os encontros seguimos as recomendações de Herrmann (1979/2001) quanto a postura de abertura ao fenômeno e seu impacto emocional que nos abriria as portas para a comunicação afetivo-emocional das participantes.

Ao final de cada Entrevista Transicional, tendo sempre em mente a mesma postura psicanalítica, tinha início a etapa de tomar em consideração as associações em estado de atenção flutuante e registrá-las sob a forma de um Registro Associativo Inicial (RAI). Tal registro consiste no primeiro esboço confeccionado associativamente logo depois de cada entrevista, quando anotamos elementos e fatos que nos chamaram a atenção, impressões e sentimentos que tivemos, e algumas imagens e/ou falas que nos pareceram significativas.

Em seguida, o conteúdo do RAI e o desfecho que cada participante elaborou para a NI são compartilhados com o grupo de pesquisa. A triangulação de pesquisadores (Stake, 2011) pressupõe a postura interpretativa dos colegas quanto aos sentidos conscientes e inconscientes que emergiam no campo transferencial do grupo. Ressaltamos que, neste estudo, a etapa de triangulação e interlocução com o grupo de pesquisa ocorria imediatamente após cada entrevista, tendo em vista que subsidiaria a confecção de uma nova NI para o encontro seguinte.

Em postura de atenção flutuante, deixando-se impactar emocionalmente pela experiência do encontro com as participantes, pelo conteúdo do RAI, pelas discussões com o grupo de pesquisa, bem como pela literatura específica e bagagem pessoal e profissional da pesquisadora, uma Narrativa Transferencial (Aiello-Vaisberg, Machado, Ayouch, Caron & Beaune, 2009) era elaborada para cada encontro. Trata-se de um recurso metodológico que tem sido utilizado em nosso grupo de pesquisa como resultado das sucessivas etapas de análise do material narrativo reunido.

A Narrativa Transferencial (NT), que também é confeccionada seguindo os passos recomendados por Herrmann (1979/2001), configura-se como material contratransferencial e criativo do pesquisador que descreve suas impressões

pessoais, o clima emocional dos encontros, falas emblemáticas das participantes e interpretações preliminares. Tomar em consideração essas interpretações embrionárias fomenta nossa posterior tarefa de criar/encontrar sentidos para as experiências vividas pelas participantes. Enquanto o RAI registra o que foi imediatamente significativo para o pesquisador no encontro, a NT já pressupõe um trabalho interpretativo, mais elaborado e refinado pelas releituras do RAI e da NI, pelas discussões no grupo de pesquisa até que se chegue à sua forma final.

Na etapa seguinte, deixando que o material narrativo composto pelas NI e NT repousasse em nossa mente (Silva, 1993), voltamos a nos debruçar reflexivamente sobre esse material para completar o desenho (Herrmann, 1979/2001), isto é, compreender como os sentidos da experiência vivida pelas participantes se constelam em campos de sentido afetivo-emocional.

Embora os passos que operacionalizam o método psicanalítico sejam indissociáveis em todas as etapas da pesquisa, conforme apresentamos ao longo deste estudo, o procedimento acima descrito visa iluminar as etapas de registro e análise interpretativa do material narrativo produzido a partir dos encontros, como trabalho artesanal do pesquisador-psicanalista com as narrativas de seus participantes (Granato, 2004), à semelhança do narrador- artesão de Benjamin (1936/1992).

Esse trabalho de elaboração dos encontros nos permitiu criar/encontrar os sentidos afetivo-emocionais que sustentam dramaticamente a experiência vivida pelas participantes com a violência intrafamiliar. Considerando que os encontros constituem um acontecer inter-humano, compreendemos que os sentidos das experiências vividas são coproduzidos pelo pesquisador e pelo participante no encontro, revelando-se como encontro/descoberta de um e de outro, de acordo com a teorização winnicottiana (Winnicott, 1971/1975).

Apoiadas nesta perspectiva, ressaltamos que embora os campos organizem os sentidos da experiência vivida pelas participantes, operam de modo diverso à identificação de categorias temáticas, uma vez que refletem campos vivenciais habitados pelos participantes no momento do encontro com o pesquisador. Considerando que desde a perspectiva da psicanálise que valoriza o caráter intersubjetivo da experiência humana, a dramática individual e a dramática coletiva se entrelaçam, os sentidos afetivo-emocionais são pessoal e socialmente

produzidos, revelando que as vivências dos participantes estão absolutamente imbricadas às suas condições concretas de vida.

2.5 Cuidados éticos

A realização deste trabalho foi autorizada pelo coordenador da instituição colaboradora, pela diretora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município e pelas resoluções 016/2000 e 023/2007 do Conselho Federal de Psicologia no que se refere à realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Campinas sob o Parecer de número 3.275.201 (Anexo 1).

Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao presidente da instituição e responsável legal pelas adolescentes (Anexo 2) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3) a cada participante em respeito a sua participação e consentimento. Foram esclarecidos os objetivos e metodologia da pesquisa, assim como as garantias de sigilo dos participantes, preservando-os de possíveis constrangimentos e exposição desnecessária.

CAPÍTULO 3. ENTREVISTAS TRANSICIONAIS COM PAULA E PATRÍCIA

“Comovo-me em excesso por natureza e por ofício.

Acho medonho alguém viver sem paixões”

Graciliano Ramos

Apresentaremos neste capítulo o material narrativo produzido a partir das Entrevistas Transicionais, composta pelas Narrativas Interativas (NI) e pelas Narrativas Transferenciais (NT) elaboradas como etapa preliminar de análise interpretativa de cada encontro. Através das NT, o leitor poderá acompanhar a experiência vivida pela pesquisadora em seu encontro com as participantes, com a inclusão das NI tal como foram finalizadas por elas.

As narrativas de Paula e Patrícia foram aqui reproduzidas com correções ortográficas seguindo as normas da Língua Portuguesa a fim de facilitar a compreensão do leitor e proteger as participantes. No entanto, a forma e a estrutura do texto foram mantidas enquanto os nomes das participantes foram substituídos por nomes fictícios com o intuito de preservar o anonimato.

Todas as NT foram elaboradas na primeira pessoa, e assim serão apresentadas, por configurar relato contratransferencial da pesquisadora responsável pela condução da pesquisa.

Antes, porém, apresentamos uma síntese narrativa e gráfica do histórico de abrigamentos e desabrigamentos vividos por Paula e Patrícia, para que o leitor tenha uma visão panorâmica do caminho percorrido pelas participantes que antecedeu⁴ o primeiro encontro de pesquisa.

3.1 Síntese narrativa do histórico de abrigamentos e desabrigamentos das participantes

Paula e Patrícia nasceram na região da instituição onde estavam acolhidas à época das entrevistas. Quando Patrícia tinha um ano de idade e Paula dois, a mãe biológica foi presa por tráfico de drogas, sendo que a rede assistencial do município

⁴ O leitor irá perceber que a síntese gráfica inclui o caminho percorrido pelas participantes que sucedeu a finalização dos encontros, fato que optamos por apresentar narrativamente de modo mais orgânico na NT do nono encontro.

já acompanhava a vulnerabilidade da família há anos. Já naquela época as meninas não tinham contato com o pai, que permaneceu ausente durante a maior parte de suas vidas. Com o encarceramento da mãe, as meninas foram morar com a avó materna, situação que não durou muito tempo, dadas as denúncias de negligência da avó que levaram ao abrigamento das participantes e seus dois tios maternos, que na época eram adolescentes. Além da negligência, a avó materna era violenta com os filhos e netos e recorria à prostituição para sustentar o consumo de substâncias psicoativas. De acordo com informações colhidas com a equipe técnica, a prática da prostituição era recorrente naquela família cujo objetivo principal era a obtenção de drogas, sob supervisão da avó.

Nesse contexto de extrema vulnerabilidade, Paula e Patrícia, com dois e um ano de idade respectivamente, e os tios maternos foram abrigados na instituição colaboradora desta pesquisa. Os tios permaneceram institucionalizados até atingirem a maioridade. Paula permaneceu poucos meses no abrigo, quando sua madrinha procurou a instituição requerendo sua guarda. Foi neste momento que as irmãs se separaram pela primeira vez. Patrícia permaneceu mais alguns meses institucionalizada até ser adotada por um casal que morava em outra cidade. O sucesso da adoção não passou de seis meses, pois ao concretizar o sonho de ter uma filha biológica o casal devolveu Patrícia para a instituição.

Na época, ao contrário das recomendações atuais⁵, Patrícia permaneceu abrigada na mesma cidade em que foi adotada até os 10 anos de idade, enquanto Paula continuou morando na casa da madrinha sem que tivessem contato ou notícia uma da outra. Durante sua permanência em abrigo, Patrícia teve contato com mais dois pretendentes a adotá-la, mas esses processos não se concretizaram. Enquanto Patrícia vivia repetidas rupturas durante sua permanência no abrigo, Paula sofria abuso sexual de seu padrinho, com a cumplicidade da tia, situação que perdurou dos sete aos 11 anos de idade.

Quando as participantes tinham aproximadamente 10 e 11 anos, o pai, que trabalhava como coletor de lixo, morreu em um acidente de trabalho, notícia da qual tomaram conhecimento somente anos mais tarde. Na época, a mãe manifestou

⁵ O ECA (1990) recomenda que haja um esforço para não romper os laços familiares e comunitários da criança ou adolescente de modo que hoje Patrícia seria realocada no abrigo que já estava acolhida anteriormente, em sua cidade, visando manter os laços de origem, inclusive com a irmã Paula. Apesar da obviedade, essas recomendações só têm sido praticadas mais recentemente, como é possível testemunharmos no caso das participantes cuja ruptura de vínculos perdurou anos, sem qualquer contato, nem mesmo telefônico.

interesse de retomar a guarda das meninas e deu sinais de que havia conseguido se reorganizar em termos materiais e emocionais. Por este motivo, Patrícia foi trazida para a Casa Lar, na época abrigo institucional, onde permaneceu durante 14 meses, quando a mãe passou a visitar a filha na instituição buscando uma reaproximação. Um ano depois, a mãe conseguiu recuperar a guarda das filhas, Patrícia foi desligada da instituição e Paula deixou a casa da madrinha. As irmãs, então com 11 e 12 anos, retomaram o contato rompido há tantos anos e voltaram a morar com a mãe.

O reencontro que parecia tê-las salvado tornou-se um pesadelo ainda maior. A convivência com a mãe, com o tio materno e com a avó num pequeno cômodo se revelou uma sucessão de violências compondo um grave quadro de violência intrafamiliar. Durante esse período, as participantes sofreram violência física, psicológica, sexual, além de terem sido expostas à violência entre os membros da família, à violência que a mãe sofria dos namorados, à prostituição e ao uso de drogas.

De acordo com uma das técnicas da equipe, a mãe tratava Patrícia como empregada e incentivava Paula a fazer o mesmo com a irmã. Patrícia chegou a ficar em situação de rua, pedindo dinheiro e vendendo materiais recicláveis para alimentar o vício da mãe em drogas. Apesar de Paula ser a filha “favorita”, a quem eram reservadas roupas novas e comida, e Patrícia a filha que a mãe desejava ter abortado e cuja situação beirava a mendicância, as duas irmãs sofreram diversos tipos de violência.

Esse vínculo entre as irmãs, sempre tumultuado pela mãe, foi breve. Em busca de proteção desse ambiente infernal, Paula foi morar com uma vizinha e amiga. Na época, a adolescente estava matriculada no programa Jovem Aprendiz e contribuía financeiramente com as despesas da casa. Já Patrícia sofria constantes assédios sexuais do companheiro da mãe, motivo pelo qual foi expulsa de casa pela própria mãe. Tendo notícias da situação de Patrícia, a tia materna que já havia saído do Abrigo, tentou socorrer a sobrinha acompanhando-a ao Conselho Tutelar e à polícia para fazer um boletim de ocorrência.

Ao se constatar a repetição da violência intrafamiliar que se arrastava desde a tenra infância das participantes, e a impossibilidade de a tia materna assumir a guarda da sobrinha, Patrícia voltou a ser institucionalizada em 2018, quando estava

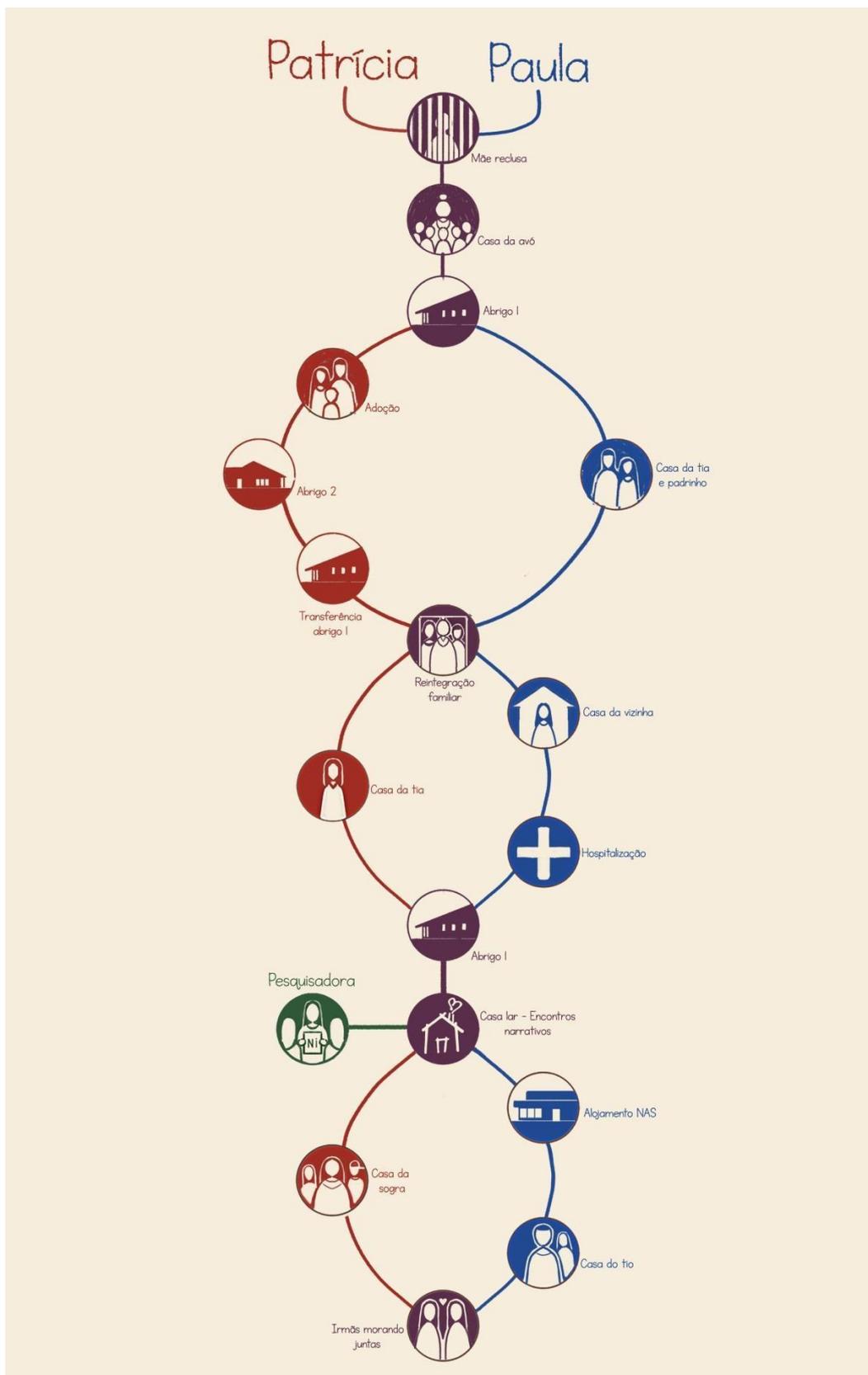
prestes a completar 15 anos. Seis meses depois, Paula que ainda estava morando na casa da amiga, foi acometida de modo agudo e repentino por uma doença misteriosa que a faz perder o movimento das pernas e depender do uso de cadeira de rodas. Ao ser hospitalizada, foi novamente constatada a negligência familiar e a indisponibilidade materna para assumir os cuidados da filha, cujo estado de saúde exigia muitos cuidados. Apesar disso, a mãe se dirigiu ao hospital na expectativa de obter dinheiro da filha internada, o que acabou em tumulto com interferência do serviço de segurança do hospital e da polícia.

Foi neste momento dramático de suas vidas que Paula e Patrícia se reencontraram no Abrigo. Durante o período que as adolescentes estiveram acolhidas, a situação de vulnerabilidade social da família se agravou, com a mãe, a avó e o tio vivendo em situação de rua e utilizando albergues para dormir. A mãe recorria esporadicamente ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher (Cram) do município, mas não se recuperou da combinação trágica entre exploração sexual e uso abusivo de drogas. Enquanto as filhas estavam no Abrigo, a mãe raramente as visitava ou telefonava, mas quando o fazia estava sempre em busca de dinheiro, além de contar mentiras para estimular a rivalidade das irmãs. Sua presença era tão prejudicial que Paula sofria de fortes dores de cabeça e febre sempre que tinha contato com a mãe. Os outros quatro tios maternos também não escaparam da vulnerabilidade, enquanto dois tios estão presos há anos duas tias estão envolvidas com prostituição.

A última permanência das irmãs na instituição também foi desafiadora, pois enquanto os médicos tentavam diagnosticar a doença de Paula a maioria se aproximava. As irmãs que estavam começando a (re)construir o vínculo, cujas brigas atestavam suas dificuldades nessa interação, levou os educadores a alojarem as duas em quartos separados. Depois desse início conturbado, Patrícia se prontificou a realizar vários cuidados que sua doença demandava, mas ainda assim a relação entre elas continuou frágil e ambivalente.

Foi neste momento emblemático de nossas vidas que nossos caminhos se cruzaram: as participantes abrigadas na mesma instituição começando a se (re)conhecerem enquanto eu dava meus primeiros passos nesta pesquisa de doutorado.

3.2 Síntese gráfica do histórico de abrigamentos e desabrigamentos das participantes



3.3 Primeira Narrativa Transferencial

Ao chegar na Casa Lar em horário combinado com a adolescente Paula, fui recepcionada no portão por Célia, a cuidadora residente. Gentil e sorridente, Célia me recebeu e foi logo mostrando todos os cômodos da casa que eu ainda não conhecia. Havia visto as meninas na ocasião em que visitei o Abrigo para convidá-las a participar da pesquisa, dias antes de se mudarem para a Casa Lar. Enquanto percorríamos os quartos, Celia explicou que os 106 acolhidos entre crianças e adolescentes de ambos os sexos foram distribuídos em oito Casas Lares. Patrícia, irmã de Paula, que já me conhecia e também participaria da pesquisa, cumprimentou-me de modo alegre e me acompanhou na saga de conhecer o espaço.

Enquanto percorríamos os cômodos da Casa Lar, Célia revelou sua aprovação da mudança do Abrigo para a Casa Lar, *“pois agora eles estão em uma casa de verdade”*, manifestando seu alívio. Fiquei impressionada com o tamanho da casa e seus vários espaços comuns, como o grande quintal gramado, cuja atmosfera familiar em nada lembrava o antigo Abrigo. Ao entrar em um dos quartos, reconheci Paula e disse a ela que estava conhecendo a nova moradia. E Paula respondeu, animada: *“Você viu? A gente acabou de mudar!”*.

Voltei para a sala para chamar Paula e Patrícia para conversar, quando percebi que Mariana, uma das meninas que participaria do grupo, não estava na casa. Célia explicou que Mariana tinha evadido da Casa Lar há dois dias, o me deixou chateada pelo fato de que a adolescente já tinha participado de minha pesquisa de mestrado e imaginei que sua presença poderia promover trocas frutíferas entre nós. Fiquei pensando no que teria levado a menina a fazer essa “escolha” e me peguei reflexiva o sobre os caminhos que essas meninas podem tomar em suas vidas...

Havendo definido que minhas participantes seriam Paula e Patrícia, perguntei para as duas irmãs em que local da casa elas se sentiriam mais confortáveis. Patrícia se adiantou e sugeriu animada: *“Pode ser no quarto?!”* Paula concordou com a sugestão da irmã e para lá nos dirigimos. O primeiro elemento que chamou a minha atenção foi o convite para a intimidade logo no início de nosso contato. Ao entrar no quarto das meninas notei uma porção de bichos de pelúcia

cuidadosamente arrumados e enfileirados em cima de uma cama de casal e de um beliche, trazendo um ar infantil para o ambiente. Patrícia preferiu se sentar na cama e Paula, que faz uso de cadeira de rodas, posicionou sua cadeira ao lado da irmã de modo que formássemos uma roda. Devidamente acomodadas, as meninas me olhavam curiosas e animadas para saber o que se produziria naquele encontro.

Estávamos afinadas logo no início, pois eu também estava curiosa e muito animada! Expliquei novamente que iria ler em voz alta uma história e, em seguida, as participantes dariam um desfecho para as personagens de forma livre, conforme julgassem mais adequado. Reassegurei as meninas sobre o fato de eu não ser professora e nem estar ali para avaliá-las e que, portanto, elas poderiam se expressar livremente através da escrita ou de desenhos. Levei um estojo contendo lápis, borracha e caneta, além de giz de cera e lápis de cor caso quisessem usar. Apesar de uma reserva inicial tomar conta das meninas, senti que elas estavam confortáveis com a minha presença.

Comecei a ler a NI em voz alta enquanto as participantes me acompanhavam atentamente. Senti que muitas coisas poderiam ser produzidos já naquele primeiro encontro, pois aquele quarto foi rapidamente tomado por um clima de intimidade como se nos conhecêssemos há tempos. Fiquei surpresa ao perceber que Patrícia tinha tirado os sapatos e permanecido descalça, mostrando-se muito à vontade. Ao longo do encontro, enquanto conversávamos sobre a NI, Patrícia se deitou na cama, momento em que percebi a intensidade do vínculo que se formava entre as meninas e eu. Lembrei da minha experiência anterior no Abrigo, durante os dois encontros coletivos realizados para a minha pesquisa de mestrado, e do clima caótico que nos invadia naquela ocasião, experiência muito distinta da que agora vivia na Casa Lar.

As meninas se lançaram à tarefa de completar a NI, apresentada abaixo, e um silêncio absoluto tomou conta do quarto por aproximadamente 20 minutos.

Era domingo de manhã. Manuela acordou com os gritos dos pais brigando na sala.

– De novo? – Pensou a menina. Cobriu a cabeça com o travesseiro e virou de lado tentando dormir, mas os gritos não paravam, até que o telefone tocou. Ninguém atendeu. Depois de um tempo, Manuela ouviu a porta da casa bater e tudo ficar silencioso. Resolveu levantar da cama e percebeu que os pais tinham saído.

Felipe e Marcela, seus irmãos mais novos, acordaram e logo perguntaram pela mãe. Manuela não sabia o que dizer.

– Acho que a mãe foi no mercado. Vou esquentar leite para vocês, tá? Manuela foi para a cozinha, acendeu o fogo e esquentou o leite. Encheu a mamadeira do irmão e dividiu o resto com sua irmã. Felipe começou a chorar reclamando que o leite estava quente enquanto a irmã não parava de perguntar onde estava a mãe.

Já era tardinha, quando a campainha tocou e os três foram correndo ver quem era. Era a Dona Sonia, a vizinha:

– Cadê seus pais? – Perguntou a vizinha, desconfiada.

– Foram no mercado – respondeu Manuela, torcendo para a vizinha acreditar.

– Vocês ficaram o dia todo sozinhos de novo? – Dona Sonia insistiu.

– Eles já vão voltar, não fica preocupada, Dona Sonia!

Agora foi Marcela que começou a chorar. A vizinha ficou irritada, levou os três para sua casa e, no caminho, não parava de repetir:

– Não dá! Isso não pode continuar... Diante desta situação, Manuela ...

Narrativa Interativa completada por Paula

Diante desta situação, Manuela...

– Quero meus pais, não vou ficar na casa de vocês, eles vão voltar, eles só foram no mercado, muito obrigada.

– Tá bem, mais tarde eu volto para falar com vocês

– Tá bom

Manuela ficou com os seus irmãos com muito medo. Mas a hora passa e nada dos seus pais. A dona Sonia volta, mas já não volta sozinha, volta com a polícia. Manuela e seu irmão estavam chorando com muito medo e a polícia levou eles para uma casa com muitas crianças. Assim, Manuela viu que seus pais nunca mais iam voltar para ficar com eles e que ela tinha que cuidar dos seus irmãos e fazer uma vida nova.

Narrativa Interativa completada por Patrícia

- *É complicado, Sonia*
- *Sim, Manuela, tanto que olha seus irmãos como ficam, você está fazendo o papel de seus pais.*
- *Sim, Sonia, mas não fique preocupada, minha mãe e meu pai vão se resolver*
- *Não pode ficar acontecendo isso...*
- Mãe e pai chegaram e foram até a vizinha e perguntaram:*
- *Meus filhos estão aí?*
- *Agora cadê eles? Disseram Marcela e Felipe ansiosos*
- *Sim, respondeu Sonia*
- *Obrigada por olhar as crianças – respondeu a mãe*
- *De nada, respondeu Sonia avisando para não deixar as crianças sozinhas*
- Chegando em casa Marcela viu que seus irmãos estavam mais felizes, mas Marcela queria falar com seus pais. Entraram na sala e Manuela disse:*
- *Mãe e papai, vocês já são adultos, parem de brigar, entrem no consenso e conversem, vocês deixaram eu com o Felipe e a Marcela, eles precisaram de vocês o dia inteiro, parem de brigar e sair de casa, os vizinhos ficam preocupados e se a Sonia não ajudasse eles estariam chorando até agora. Mãe e pai pedem desculpas e dizem que não iria acontecer mais. Manuela abraça os pais e assim eles vão descansar. Outro dia amanhece e tudo corre bem com a família.*

Ao finalizarem a tarefa, Patrícia sugeriu entusiasmada: *“Podemos fazer assim: eu leio a minha história e a Paula lê a dela!”*. Ao perceber a expressão de reprovação de Paula, sugeri que lesse somente se tivesse vontade, pois poderíamos apenas conversar sobre suas produções. Já neste primeiro momento percebi como as irmãs eram diferentes e o movimento de oposição entre elas. Paula, que se mostrava muito mais reservada e séria que a irmã, preferiu comentar a história de Manuela, a personagem principal da NI. Disse que Manuela estava morando em uma *“casa com muitas crianças”* porque foi abandonada pelos pais. Apesar da desconfiança inicial, Paula mudou de ideia e começou a ler o desfecho de sua narrativa, onde Manuela figurava como desamparada e temerosa, junto de seus

irmãos, diante do abandono parental. Explicou que na história escreveu que a polícia os levou para uma “*casa com muitas crianças*”, a mando do Conselho Tutelar.

“*Nossa, minha história é muito diferente!*”, emendou Patrícia. Patrícia leu sua narrativa cuja trama retratava a negligência vivida pela personagem Manuela e seus irmãos e que, não fossem os cuidados da vizinha, teriam ficado à mercê do desamparo físico e emocional. Sua NI vai se encerrando com um diálogo em que Manuela suplica que os pais parem de brigar, o que entendo como uma reivindicação de Patrícia por cuidados, a qual é atendida no imaginário de Patrícia pelo desfecho que dá a sua NI com a retomada do entendimento entre Manuela e seus pais.

Ao terminar sua leitura, Patrícia se mostra satisfeita com o desfecho positivo que criou, enquanto Paula ironiza gargalhando e dizendo que a história de Patrícia “*é a cara dela*”, pois retrata tudo o que ela gostaria que acontecesse em sua vida. Patrícia parece não gostar da fala invasiva de Paula, mas prefere resignar-se baixando os olhos e ficando quieta. Essa dinâmica entre as irmãs é mantida ao longo de todo o encontro sendo apenas parcialmente ocultada pela personagem Manuela, movimento que é respeitado por mim.

Convido as meninas a refletirem comigo sobre a cena apresentada perguntando como Manuela estaria se sentindo diante da situação de estar sozinha em casa cuidando dos irmãos. Paula fala com firmeza e veemência que Manuela “*não tem a própria vida!*”, pois tem e terá para sempre que cuidar dos irmãos mais novos. Percebo que Paula se expressa em tom de raiva e revolta como se estivesse há muito tempo reivindicando uma escuta sensível ao seu sofrimento.

Patrícia concorda com Paula, dizendo que os pais de Manuela, assim como muitos pais “*não estão aptos para terem filhos*” e aproveita para manifestar sua indignação ao questionar o motivo pelo qual pais que não querem cuidar de uma criança “*colocam filhos no mundo*”. Patrícia explica que adoraria ter filhos, ama crianças e gostaria de ser “*mãe jovem para ter muito tempo para conviver com o filho*”, mas sabe que, com a crise financeira que o país enfrenta, somada às suas condições concretas de vida, não pode realizar seu sonho, pelo menos por enquanto. Ilustra sua angústia ao mencionar que, por um lado, não sabe se o juiz lhe permitiria ficar com o bebê na Casa Lar e, por outro lado, não tem para onde ir

quando sair da instituição. Percebo-me refletindo sobre o paradoxo que Patrícia apresenta a si mesma: um intenso desejo de ser mãe que se articule com a experiência de violência intrafamiliar. Guardo minhas indagações para serem colocadas em momento oportuno e permaneço acompanhando o vivo relato que elas me fazem de suas angústias.

Indignada, Paula reage dizendo que nunca teve vontade de ter filhos e não entende por que a irmã alimenta esse desejo, depois de *“tudo o que já sofreram na vida”*. Pelo tom de sua fala senti que Paula tem pavor de reproduzir a história de negligência materna de que foi vítima com seus próprios filhos. Paula sinaliza que muitas coisas podem sair de seu controle quando assumir a tarefa parental, como se a maternidade acenasse como grande ameaça. Essa mesma angústia foi ilustrada em outro momento, quando Paula explica que, como Manuela carregava uma história de abandono e teve que cuidar de si mesma sem poder amparar-se em ninguém, *“um dia poderia não aguentar mais a pressão de ter que cuidar dela, dos irmãos e dos filhos e acabar batendo neles assim como sua mãe fez”*. Parece-me que Paula não consegue vislumbrar uma relação saudável entre pais e filhos dadas as experiências traumáticas que viveu, fato que fundamenta sua oposição à maternidade.

Acompanho atentamente as falas das meninas e questiono o que pode ter acontecido com os pais de Manuela e qual seria o motivo da briga entre eles, conforme é retratado na NI, visando ampliar a nossa compreensão sobre o assunto. Patrícia comenta que são muitos os motivos que podem levar um casal a brigar e cita, como exemplos, o uso de drogas e a infidelidade conjugal. Paula também acredita que os pais de Manuela estavam envolvidos com drogas e não tinham condições de cuidar nem de si próprios, muito menos de três crianças.

Repete que muitas famílias não estão aptas a ter filhos, se envolvem com drogas, não *“usam camisinha”* nas relações sexuais e não *“pensam no amanhã”*, isto é, na consequência de seus atos e escolhas. Pela primeira vez, as irmãs concordam. Patrícia se declara incapaz de compreender como existem *“muitos adultos sem responsabilidade no mundo”*. Não pude deixar de notar minha surpresa diante do amadurecimento dessas meninas, mas logo constato que esse amadurecimento precoce foi uma estratégia defensiva necessária diante de um ambiente insuficiente e invasivo. Começo a compreender que as participantes estão

me comunicando algumas das repercussões emocionais da convivência diária com a falta de investimento afetivo e de cuidados parentais, e o desamparo que disso resulta.

Meus pensamentos são interrompidos pela descoberta, ou talvez constatação, de Patrícia, quando reconhece que “*essa é a nossa vida!*” em resposta à fala da irmã sobre a irresponsabilidade parental. Nesse momento, ambas ficam muito agitadas e passam a narrar as experiências que viveram em primeira pessoa, cada uma a seu modo, despindo-se dos personagens. A relação conflituosa com a mãe, envolvendo múltiplas violências, passa a ocupar o espaço de nosso encontro.

Raivosa, Paula confessa que odeia sua mãe e que “*é mais fácil!*” dizer para as pessoas que não têm mãe. Patrícia conta que a vida toda ouviu de sua mãe que ela era uma menina “*podre e imprestável!*” e que havia tentado de tudo para que ela não viesse ao mundo, inclusive com três tentativas de aborto. “*Ouvir isso de uma mãe é inacreditável!*”, conclui com indignação. Prossegue dizendo que a mãe sempre as humilhou e batia muito, pois “*precisava sair sangue para ela ver que já deu!*”. Em tom de revolta, Patrícia descreve a mãe como alguém que “*vive no mundo da lua!*”, porque “*tem 35 anos e diz ter 15, é gorda e se acha magérrima e aonde vai tem um namorado diferente!*”. Segundo Patrícia, a mãe tem um marido trabalhador e honesto que “*faz de tudo por ela!*”, mas se envolve com “*nóias da biqueira!*” e homens que a agredem fisicamente.

Percebo que também sou tomada por um sentimento de revolta, e me pego pensando “*Por que é que essas meninas estão vivendo tudo isso?*” Contudo, meus pensamentos são interrompidos pela narrativa de episódios cada vez mais tristes...

Paula concorda com a irmã sobre o fato da mãe não se comportar como uma pessoa adulta, o que compreendi como queixa de que na falta de uma figura materna protetora e confiável tiveram que se cuidar elas mesmas. Patrícia confirma minha impressão sobre falhas ambientais importantes ao comentar sobre um hipotético futuro marido: “*não sei se amanhã ele vai me abandonar!*”. A mesma impossibilidade de confiar se manifesta âmbito da amizade: “*Se eu tiver um amigo é a mesma coisa, na hora que você precisa mesmo você não tem ninguém, é você por si!*”. E finalmente desabafa: “*É difícil não ter ninguém para contar, nem família, nem amigos e nem educadores!*”.

Compreendo o ambiente inóspito e imprevisível em que viveram, onde não há solo seguro para pisar e nenhuma figura de referência para contar. Neste cenário de vínculos esgarçados não me surpreende a rápida vinculação afetiva estabelecida comigo. As meninas prosseguem descrevendo diferentes faces da figura materna, todas negativas, e as agonias impensáveis que a conduta agressiva da mãe despertou. Contaram que a mãe só aceitava que namorassem com alguém que lhes trouxesse bens materiais, *“mas, na verdade, ela queria tudo para ela”* conclui Patrícia indignada. Fiquei chocada quando Paula contou que seu namorado só podia frequentar sua casa com a condição de trazer uma garrafa de refrigerante para a mãe: *“Naquele dia, ele não tinha dinheiro e tinha acabado de sair do serviço, então ela disse que ele não prestava para ser meu namorado”*.

Paula arregalou os olhos, inclinou-se para frente na cadeira de rodas e desabafou dizendo que a mãe sempre recomendava que os namorados dessem algo para elas, já que estavam mantendo relações sexuais com eles. Parece-me que a mãe dessas meninas se sente incapaz de ser amada, e ganhar objetos materiais são a única forma de assegurar o afeto do outro. Esse mesmo tipo de vinculação baseada na exploração do outro marcava a relação entre mãe e filhas, pois, como Patrícia esclareceu, faziam de tudo para atender as demandas da mãe, como cuidar da casa e fazer comida enquanto ela fazia uso de drogas e *“a gente ainda apanhava”*. Sinto a indignação das meninas ecoando dentro de mim e percebo que elas percorrem esse caminho narrativo em meio a uma agitação crescente, como se estivessem compartilhando pela primeira vez um segredo guardado há muito tempo.

Enquanto meus pensamentos me levavam a questionar a história de vida da mãe dessas meninas, percebo a oposição de suas personalidades. Enquanto Paula falava com firmeza, gesticulava e arregalava os olhos de modo a transmitir a intensidade emocional de suas vivências, Patrícia, apesar de ser mais falante, era discreta ao escolher as palavras. Paula se mostrava orgulhosa por ter revidado as humilhações da mãe enquanto Patrícia entristecida as aceitava passivamente. Para Paula, a mãe era negligente, prometia coisas que era incapaz de cumprir e *“bagunçava”* os seus sentimentos. Como exemplo, Paula conta que, recentemente, a mãe disse que tinha arranjado uma casa onde moraria com a filha quando completasse 18 anos. Paula esbravejou e disse que a mãe prometia, mas nunca cumpria, e por isso jamais acreditou. Patrícia concorda e reconhece que até pouco

tempo acreditava no que a mãe dizia, mas agora percebe que a mãe “*é desse jeito e não vai mudar*” e não há nada o que se possa fazer para mudar essa situação. Fico apreensiva em imaginar que resta-lhes a esperança de reescrever a própria história de vida, enquanto lutam pela sobrevivência.

Patrícia tentou encontrar uma explicação para as falhas maternas no passado, dizendo que sua avó sempre foi muito agressiva com sua mãe, mas não compreende por que a mãe agiu do mesmo modo com as filhas. Cita seu próprio exemplo, dizendo que adoraria ter um filho para “*dar todo o amor que eu não tive*”, sugerindo uma capacidade de transformação ou de reparação que sua mãe não tinha. Já Paula duvidava de sua capacidade materna, quando referiu seu medo de reproduzir a conduta de sua própria mãe.

Com o mesmo ar de revolta e indignação, Paula explica que a mãe lhe apresentou um “*mundo ruim*”, usando drogas em casa e saindo com vários homens ao mesmo tempo. Paula parecia se referir ao lado sombrio da vida e do ser humano contra o qual precisou lutar desde muito cedo para sobreviver, pois lhe foi apresentado um mundo em que as relações se davam pela lógica do abuso, da exploração e da pobreza afetiva e material. Desse contato precoce e permanente com a violência que invade o self, Paula fica com a raiva e Patrícia com o sentimento de desamparo.

Sinto que essas meninas não puderam usufruir da experiência infantil de criar e encontrar a satisfação para suas necessidades, quando se viram obrigadas a se submeter aos desvarios maternos e a desenvolver precocemente o autocuidado. A lucidez que alcançaram em relação à mãe que tinham resultou em falta de esperança para Paula e, segundo esta, excesso de otimismo, ou romantismo, para Patrícia. Confesso que eu mesma senti o peso da desesperança que me comunicavam e não me surpreendeu o fato de que o pai dessas meninas não tinha sequer sido mencionado. A figura materna seguiu preenchendo todos os espaços do encontro.

Em uma discussão recente por telefone, Patrícia gritou com a mãe dizendo-lhe que a irmã e ela foram abrigadas porque o namorado da mãe tentou abusar sexualmente de Patrícia e que ela “*não fez nada*” para impedir. No mesmo telefonema, acusa a mãe de não conseguir cuidar de Paula desde que a adolescente adoeceu. No entanto, Patrícia revela o elemento mais dolorido de seu

drama entristecida: *“O pior de tudo foi eu ter contado pra minha mãe que ele tentou passar a mão em mim e ela disse que, entre eu e ele, ela escolhia ficar com ele”*.

A constatação de Patrícia me deixou bastante abalada. Esse mal-estar que eu sentia deve ser tão presente na vida dessas meninas... Mantive, contudo, uma postura viva e atenta e minhas intervenções foram no sentido de legitimar os sentimentos e angústias das participantes comunicando que eu estava ali acompanhando atentamente seu drama, dando-lhes credibilidade, em oposição à figura materna que *“não liga”* para elas.

Percebo que, no início, a fala das meninas era mais racionalizada e distanciada, como se falassem de uma personagem que vive algo muito distante de sua realidade, resistência esta que rapidamente se transformou em envolvimento emocional e sentimento de cumplicidade comigo. Notei que o encontro chegava ao fim quando Paula exclamou aliviada que *“precisava desabafar”* há muito tempo, confirmando minha percepção de que nunca tiveram um espaço para narrarem suas vivências traumáticas.

Digo para as meninas que estão me comunicando que se sentem completamente sozinhas e desamparadas e pergunto se elas têm alguma educadora de referência ou alguém de confiança para conversarem. Paula explica que embora faça terapia não sente que pode se abrir totalmente com a psicóloga, pois ela *“não fala nada, diferente de você!”*. Patrícia também faz terapia, mas tem uma experiência diferente, já que reconhece na psicóloga a única pessoa em quem pode confiar, e sugere que as educadoras não guardam segredo. O fato de não poderem relaxar na Casa Lar nem confiar nas educadoras me preocupou e reforçou minha impressão de que o acolhimento emocional no ambiente institucional talvez fosse insuficiente.

Patrícia, que até então estava deitada na cama, começa a se levantar lentamente e arrumar o quarto. Guardo as narrativas das meninas e nos dirigimos à cozinha para guardar as cadeiras. Ao abrir a porta, tive a sensação de acordar de um pesadelo e voltar para uma realidade mais amena. As outras crianças moradoras da Casa Lar brincavam e as educadoras arrumavam a mesa para o café da tarde. Quem se aproximasse do clima alegre que tomava aquela Casa Lar mal poderia imaginar a série de violências e abandonos que as crianças e adolescentes dali viviam... Apesar de todos os apesares, me reconforta saber essas crianças e

adolescentes estão vivendo sob um clima mais leve nesta Casa Lar em relação ao Abrigo. Imersa em reflexões em direção a saída da Casa, Patrícia entusiasmada me convida: “*Sofia, senta pra comer bolo de cenoura com a gente!*”, contando que havia pedido para a educadora fazer um bolo para me receber naquele dia. É claro que aceitei esse convite, afinal me sentar com essas meninas para comer bolo de cenoura é uma oferta irrecusável! Sentamos-nos à mesa enquanto Célia preparava o jantar e um garoto corria brincando pela Casa.

Fiquei surpresa ao perceber como as meninas me trataram como alguém próximo, ou como uma visita bem-vinda, com quem compartilhamos nosso cotidiano. Entre conversas, risos e goles de café, combinamos o próximo encontro para a semana seguinte. Paula disse que iria insistir para Mariana participasse da pesquisa torcendo para seu retorno da evasão, pois o encontro tinha sido “*muito legal!*”.

Cumprimentei as educadoras e me despedi das meninas, que me abraçaram e me acompanharam até o portão.

3.4 Segunda Narrativa Transferencial

Neste segundo encontro, dirigi-me até a Casa Lar as 8:30 da manhã, conforme combinado com as meninas. Patrícia começou a trabalhar recentemente como secretária do Centro Técnico da instituição e este era seu único horário livre. Ao chegar na Casa, fui bem recebida – como de costume – pelas educadoras, enquanto Patrícia se aprontava no banheiro para o trabalho. Paula acenou para mim sorrindo e disse para entrarmos no quarto, pois Patrícia teria que sair dentro de meia hora. No entanto, de acordo com o horário combinado com as meninas e com as educadoras, teríamos meia hora a mais.

Percebi naquele momento que não tínhamos tempo hábil para o encontro, então tentei combinar outro horário novamente com as meninas de acordo com a disponibilidade delas. Ficou acordado que os próximos encontros aconteceriam de sábado à tarde. “*O bom de você vir no sábado é que você pode tomar café da tarde com a gente!*”, exclamou Patrícia sorridente. Percebo que as meninas se vincularam rapidamente a mim, o que é recíproco, pois me sinto completamente ambientada e confortável com elas. Naquele momento, cheguei a pensar em ir embora e deixar para apresentar a NI somente no sábado, no entanto, notei o entusiasmo das

meninas para ver a história que eu trazia ao afirmarem que gostariam de aproveitar o tempo que tínhamos, ainda que o momento da reflexão em grupo ficasse para outro dia. Além disso, ir embora naquele momento poderia abalar nosso recente vínculo. Intuitivamente me adaptei ao movimento das meninas abrindo espaço para completarem a NI neste encontro e fazer a reflexão sobre a história no sábado conforme o combinado.

Comecei a ler em voz alta a narrativa, que apresentarei logo abaixo, e, por cerca de 20 minutos, o quarto ficou silencioso com as meninas absorvidas pela tarefa de dar um desfecho para a NI.

O dia já estava escurecendo quando Rafaela e Rayssa espalharam na cama os cadernos e livros para as tarefas da escola que deveriam entregar no dia seguinte. Enquanto quebravam a cabeça entre uma tarefa e outra, Rayssa lembrou de atualizar a irmã sobre a última vez que ficou com Pedro, um garoto com quem estava saindo:

– *Rafa, você nem imagina como foi a última vez que ficamos juntos...*

– *O quê? Vc nem me contou que ficou com ele de novo?! Vai, me conta Rayssa!* — *Grita Rafaela, cheia de curiosidade.*

– *Shhhhi!!! Fala baixo! A mãe já sabe que estou saindo com o Pedro, mas o pai...você sabe como é, né?* — *Cochichou Rayssa com receio que os pais ouvissem a conversa das duas.*

Rayssa levantou da cama para fechar a porta do quarto quando deu de cara com o pai, que entrava cambaleando.

– *Bêbado de novo...— pensou a menina assustada e se afastou.*

– *Como é que é Rayssa? Que história é essa? Filha minha não vai ficar de gracinha com homem nenhum! Você está me ouvindo?! — Berrou o pai, tirando a cinta da calça e indo para cima da menina.*

Assustada, Rafaela começa a chorar, ao ver a irmã em apuros, se encolhe na cama e tapa os ouvidos.

Com toda aquela gritaria, a mãe de Rafaela e Rayssa aparece no quarto e ...

Narrativa Interativa completada por Paula

– *Fala o que está acontecendo*

O pai responde: filha minha não vai ficar com homem nenhum!

– *Filha sua? Ela é minha filha também, e outra coisa, eu deixo ela ficar com o Pedro. Você é o pai dela e não o dono dela!*

O pai saiu do quarto e respondeu:

– *Tá bom, agora eu não vou mais brigar, deixa isso pra lá. Rayssa ficou com medo do seu pai e fala aliviada pra sua mãe:*

– *Que bom que o papai não brigou mais, né mãe? Eu já estava com muito medo.*

No outro dia o pai foi falar com a sua filha:

– *Filha, eu não estava bem ontem, foi mal por tudo, eu não vou mais fazer isso. Quero ver esse Pedro e veja o que ele quer com você, para ver se é sério mesmo*

– *Tá bom pai, eu vou falar para ele vir em casa. A mãe e a irmã ficaram muito felizes por ele deixar Rayssa ficar com Pedro e tudo ficou feliz [aqui a participante insere o desenho de um coração].*

Narrativa Interativa completada por Patrícia

– *Por que você está batendo nela?*

– *Porque ela está ficando com o Pedro. Ela não pode namorar agora e principalmente “ficar”. Está ouvindo, Rayssa?*

Rayssa chora com muito medo do pai e balançou a cabeça concordando.

A mãe de Rayssa e Rafaela responde – Seu canalha! Você está bêbado! Não é porque é pai das meninas que pode bater nelas.

– *Sim, eu bebi mesmo!*

– *Some daqui! Agora eu vou tomar banho, e vê se para com isso, seu ridículo! A mãe vai no quarto e diz – Não fica assim Rayssa, eu estou aqui e sou sua amiga viu Rafaela.*

Rayssa e Rafaela respondem – Tá bom, mãe

– *Rayssa, se você ficar com ele de novo tome cuidado e use preservativo. E você já sabe né? Eu estou aqui [aqui a participante insere dois olhos e uma boca sorrindo].*

As meninas riem juntas e dizem – Te amo, mãe.

– *Mãe, mas calma aí. Vai até o pai e diz o seguinte: Olha, se você não se controlar com esse jeito seu me desculpa, mas eu não vou aturar você brigando com as meninas. Elas são jovens e agora estão precisando de apoio e você como pai tem que estar com elas nos piores momentos e nos bons momentos. Então você já sabe, a casa é nossa, mas se você mexer ou se atrever a xingar, brigar ou bater nelas eu “xispo” você daqui. Está me ouvindo? Presta bem atenção no que vai fazer.*

O pai assustado responde – Tá bom, me perdoa, sei que passei dos limites

A mãe mais furiosa ainda diz – Vá falar agora com elas, a Rayssa “está de boa” agora, mas a Rafaela viu tudo e ficou com medo, então vá se desculpar com elas.

O pai vai imediatamente, pede perdão e diz que nunca mais irá acontecer.

Rayssa responde – Pai eu te perdoo, mas nunca diga nunca, porque tudo pode acontecer de novo.

– *Sei que vocês estão chateadas comigo, mas o meu perdão é de coração.*

As meninas abraçam o pai e Rafaela diz para Rayssa – Estamos “de boa” né?

– *Sim, estamos de boa.*

– *Também quero participar! –diz a mãe encostada na porta do quarto. E tudo entra no controle da família.*

Assim que terminaram, Célia bateu na porta avisando que Patrícia precisaria ir, porque já estava atrasada. “*Essa história é top, a gente vai continuar semana que vem né?!*”, questionou Patrícia entusiasmada, para se certificar de que não perderia o momento de conversarmos sobre a narrativa. Combinamos, então, de retomar a história no próximo sábado. Patrícia correu para o banheiro para passar um batom antes de sair e, preocupada, pediu minha aprovação sobre a cor escolhida: “*Muito chamativo, né Sofia?*”. Antes que pudesse responder legitimando o seu desejo, correu novamente para o banheiro e trocou o tom do batom cor de vinho por outro mais claro. Aflita com o seu atraso, me abraçou e se despediu de nós. Fico surpresa,

mas tão confortável com o seu abraço! Logo noto o lugar que Patrícia estava me colocando e fico reflexiva sobre a qualidade de investimento materno a adolescente teve.

Enquanto Patrícia sai apressada Paula me perguntou se podiam ficar com as narrativas para completarem suas produções com desenhos até o nosso próximo encontro. As meninas já tinham manifestado o desejo de ficar com as suas narrativas depois que finalizarmos todos os encontros, o que compreendo como uma necessidade, talvez, de resgatar uma continuidade que parece ter sido abalada durante os múltiplos episódios de rupturas vividos pelas meninas, além de preservarem suas produções em um ambiente em que as vivências são tão coletivizadas. Respondi afirmativamente e, enquanto guardava o material para deixar com elas, Paula começou a desabafar sobre suas angústias. Percebo que na ausência de Patrícia, Paula tomou nosso encontro como espaço para falar “*das coisas difíceis*”. Percebendo a necessidade de Paula, me adapto rapidamente e acolho seu movimento de escutando atentamente a narrativa aflita que parece buscar uma presença sustentadora.

Paula explica que começará a fazer um tratamento médico em outra cidade, pois os médicos da região onde mora não sabem exatamente qual é a doença que a fez perder o movimento das pernas e comprometeu o funcionamento de seus esfíncteres causando infecções urinárias recorrentes. Percebo que esse assunto é extremamente importante para Paula e a deixo à vontade para me contar o que sentia necessidade naquele momento sobre sua condição de saúde. Pouco antes de ser abrigada Paula morava na casa de uma amiga, e certo dia começou a perceber que não conseguia urinar, mesmo bebendo uma quantidade excessiva de água. Nesse mesmo dia, começou a sentir dores na bexiga e nas pernas e intenso mal-estar. A mãe da amiga de Paula decidiu levá-la ao pronto-socorro, porém, na ocasião, o médico que a atendeu disse que se tratava de uma infecção urinária, e Paula foi medicada e mandada de volta para casa. Neste dia, Paula ficou em casa, deitada, na tentativa de se recuperar, das 9 da manhã até às 19 da noite, momento em que tentou levantar da cama e percebeu que suas pernas simplesmente não responderam ao seu comando: “*eu não sentia as minhas pernas, comecei a chorar em desespero*”, explicou bastante angustiada.

A mãe de sua amiga a levou novamente ao hospital e, segundo Paula, a enfermeira não acreditou que ela de fato não sentia mais suas pernas, mesmo percebendo sua imensa dificuldade em se locomover. A mesma negligência foi vivenciada em relação ao médico, pois, segundo Paula, *“ele viu que eu não sentia as pernas e queria me mandar pra casa! Como pode isso Sofia?”*. Revoltada Paula disse ao médico que não sairia do hospital até que ele dissesse qual era o problema com as suas pernas, e obteve como resposta *“o que você quer que eu faça? Vou te encaminhar para [referência a hospital de outra cidade] então”*. Paula ficou internada durante alguns dias, período em que realizou uma bateria de exames no hospital, mas os médicos permaneciam sem saber a origem de seus sintomas.

Percebo-me em fúria ao imaginar a cena e constatar a série de negligências que se repetem em sua vida. No entanto, busco transformar minha angústia em preocupação genuína com o seu relato. Confusa, Paula esclareceu que, segundo os médicos, ela contraiu uma bactéria possivelmente de herpes e de outras doenças contra as quais ela não foi vacinada quando era criança, que *“corroeram”* a sua medula. Além de ter as pernas e a bexiga comprometidas, o que a obriga a usar uma sonda de urina, Paula quase perdeu o movimento do corpo todo; seus braços também foram prejudicados, pois não tem a mesma força muscular que tinha antes. Teme que a doença possa ter atingido seu coração, pois tem sentido dores no peito e *“o próprio médico disse que a doença pode ter ido para o coração”*.

Desnorteada sobre o rumo que sua doença pode tomar, Paula tem um exame médico agendado em breve para avaliar a condição de seu coração.

Parece-me que Paula não tem muita clareza sobre o que de fato está acontecendo com a sua saúde e comento que, talvez, estar mais informada a respeito pode aliviar sua angústia. Enquanto me percebo bastante apreensiva pela condição de Paula, a adolescente concorda, aflita, que está no *“escuro”*. Sugiro que Paula converse sobre isso com a cuidadora de referência para obter mais informações sobre seu quadro de saúde e, assim, podermos pensar juntas sobre o que está acontecendo com ela de fato.

Apesar da angústia que Paula está vivendo, foi sua vulnerabilidade física recente que começou a aproximar as irmãs: *“a gente só se batia e xingava”*. Fiquei surpresa em descobrir que a convivência assídua delas irmãs é recente, e que o

relacionamento delas foi regado a brigas e desentendimentos por anos. Segundo Paula, Patrícia viveu a maior parte de sua vida institucionalizada: “*a Patrícia está nessa vida faz tempo*”.

Percebo-me imersa em reflexões depois da constatação de Paula. Noto que Paula conviveu mais com a mãe do que Patrícia, o que parece atenuar os conflitos no imaginário de Patrícia, pois, enquanto Patrícia algumas vezes acredita nas promessas maternas, Paula enxerga a intencionalidade negativa da mãe: “*Se eu voltar pra casa da minha mãe, estarei cavando a minha própria cova!*”, afirmou, enfurecida e categórica, comunicando que morar com a mãe é sinônimo de adoecimento para ela e que se continuasse lá “*iria virar um monstro*”. Mostro com minha postura e olhar que dou conta de sustentar sua raiva e agressividade e permaneço acompanhando atentamente. Dentre tantos elementos importantes em sua narrativa, um me chamou mais a atenção e convido Paula a me contar o que sabe sobre o temor de se transformar em um monstro na casa de sua mãe.

Percebo que Paula arregala os olhos praticamente durante todo o tempo em que fala da mãe, gesticulando com as mãos com raiva, revolta e indignação. O tom de sua voz também sintoniza com os sentimentos expressados. Sinto que Paula se sente muito injustiçada, o que se confirma com a fala, seguida de uma longa pausa: “*Às vezes eu me pergunto porquê é que isso tudo está acontecendo comigo*”, angústia que busquei acolher com ela naquele momento.

A angústia de se converter em uma figura monstruosa como a mãe já havia se manifestado no encontro anterior por Paula, quando usou Manuela, a personagem da primeira NI que tinha dois irmãos mais novos, para dizer que poderia ser incapaz de suportar a pressão de cuidar de si própria, dos irmãos e do marido sozinha e acabaria sucumbindo à violência contra os filhos. Parece-me que Paula teme reproduzir a história materna de violência contra os filhos e se esforça para tomar caminhos diferentes em sua vida. Aqui Paula traz uma hipótese pessoal sobre a violência intrafamiliar: muito trabalho e muita pressão podem favorecer a agressão materna.

Paula tentou evitar o contato com a mãe quando foi morar com outras pessoas, passando pela casa de sua madrinha, e de uma amiga, antes de finalmente ser abrigada há cerca de um ano. Sinto que Paula precisa que alguém viva a raiva junto com ela naquele momento, para se sentir menos solitária e

desamparada: *“Era insuportável a convivência com a sua mãe, né? Parece que não tem saída, que nada se salva, nada sobra desta relação...”*, digo, acompanhando Paula e mostrando que compreendo as suas angústias. *“Exatamente! Insuportável! Eu odeio a minha mãe. Um objeto tem mais valor que ela, mas morar com a minha madrinha não foi fácil...”*. Enquanto tento encontrar em meu imaginário uma figura um pouco menos invasiva e mais acolhedora no relato de Paula, deparo-me com mais episódios de desamparo e violência...

A menina esclarece que sua mãe permaneceu encarcerada durante quatro anos e, neste período, Paula morou com seus padrinhos. A falta de condições do casal para cuidar de duas crianças motivou os padrinhos a ficarem somente com Paula enquanto Patrícia foi institucionalizada.

Paula começa, então, a relatar o que me parecer ser uma das origens de seu sentimento de raiva e desamparo. Durante o período em que morou com seus padrinhos, dos sete aos 11 anos de idade, Paula foi vítima de abuso sexual do padrinho e tentou diversas vezes buscar socorro comunicando o ocorrido à madrinha, que nunca acreditou em suas palavras: *“Eu sempre fui bocuda e disse que ela só não queria enxergar! E se fossem seus filhos? E se fossem seus netos?”*, Paula exclama, ao confrontar a madrinha, revelando-se indignada. A lei do silêncio, tão presente nas famílias incestuosas, parece ter alimentado o sentimento de desamparo e raiva de Paula, que precisou encontrar dentro de si recursos para lidar com os abusos vividos durante a infância.

Depois deste período tenebroso na casa dos padrinhos, o pesadelo de Paula continuou, ao se dar conta de que a mãe tinha segundas intenções com seu padrinho, pois nutria o desejo de ficar com ele. A mãe das meninas foi solta da prisão e ambas voltaram a morar com ela em uma favela, mas continuaram privadas de serem recebidas por um ambiente acolhedor. Em uma briga com a mãe, Paula ameaçou revelar para a madrinha as segundas intenções da mãe com o seu padrinho, além de contar para a mãe sobre os abusos cometidos por ele.

Apesar de permanecer ao lado do namorado quando soube que ele havia tentado abusar de Patrícia, ao saber dos abusos sexuais sofridos por Paula, a mãe *“ficou louca e disse que ia matar ele!”*. As desavenças entre Paula e Patrícia, contadas por Paula no início do encontro, começaram a se iluminar quando a menina relatou que era comum a mãe colocar uma contra a outra. *“Ela é muito*

manipuladora!” exclamou Paula. Segundo ela, a mãe inventa histórias, distorce os fatos e faz de tudo para que as duas briguem. Quando Paula e a mãe brigam, a mãe costuma ligar para Patrícia para contar o que a irmã fez, em uma tentativa de abalar o vínculo entre as irmãs e usar Patrícia como cúmplice. Sinto que as fissuras internas da mãe são tão grandes, que nutre ciúmes até mesmo da ligação afetiva entre as irmãs, como se estivesse rivalizando com elas: *“Ela não queria que nós fôssemos amigas”* afirmou, cabisbaixa.

Paula, que tende a enfrentar e a reagir à agressividade materna, revelou em uma briga que a odiava, e ouviu uma ameaça como resposta: *“vai pagar pelo que está fazendo!”*. *“Eu disse assim: eu já estou pagando! Você não tá vendo?”*. Sou imersa nas cenas que Paula narra com intensidade, mas estes pensamentos são interrompidos por uma fala enfurecida de Paula sobre o término da discussão: *“Sofia, sabe o que eu fiz? Eu cuspi no chão e disse assim: tá vendo esse cuspe? Ele vale mais do que você!”*.

A sequência de episódios de violência e brigas entre ela e a mãe narrados com raiva e sentimento de injustiça parecem ser seguidos de desânimo e desesperança. Paula mantém o olhar distante na janela e revela não saber para onde vai quando fizer 18 anos, pois a casa de sua mãe definitivamente não é uma opção. Sua recente condição física parece intensificar o sentimento de desamparo, pois Paula é dependente em alguns aspectos dos outros: *“Antes era eu comigo mesma, sabe? Eu estudava, trabalhava, tinha o meu dinheiro, fazia as minhas coisas e agora eu não sou mais eu mesma”*. Em outro momento, Paula reflete sobre suas incapacidades físicas e me conta que sempre diz para as educadoras que está *“de férias”*, por isso está de cadeira de rodas, além de sonhar repetidamente com cenas em que seus membros inferiores voltam a funcionar. Paula ainda não conseguiu aceitar sua nova condição física, o que é tão angustiante quanto legítimo. Tenho a impressão de que, no imaginário de Paula, ela voltará a andar nos próximos meses, esperança que possivelmente a mantenha viva, apesar da angústia de estar doente.

Além disso, Paula queixou-se de que Patrícia *“reclama de barriga cheia”*, pois *“tá trabalhando, estudando, tem saúde”*, revelando como sua condição física é mais um fator desencadeador de conflitos entre as irmãs. Apesar disso, curiosamente, no

imaginário de Paula, Patrícia é mais frágil do que ela: *“Ela não teria aguentado passar por tudo isso!”*. Essa situação parece despertar em Paula um sentimento de responsabilidade pelo bem-estar da irmã, pois teme que, se sua doença piorar e ela vir a falecer, Patrícia ficará *“sozinha no mundo”*. Será que Paula está me falando somente sobre Patrícia, ou também comunicando o seu próprio medo de estar sozinha no mundo e perdê-la?

Outro aspecto que me chamou a atenção foi quando Paula disse que sempre foi *“muito durona”* e que nada a afetava, mas agora, sente-se abalada facilmente, principalmente quando ela e Patrícia discutem. De um lado, me parece que Paula resente-se das queixas da irmã, que aos seus olhos não tem motivos para sofrer, e, de outro, teme deixar a irmã sozinha caso sua condição de saúde piore. Culpa, angústia e inveja se mesclam e parecem conferir tonalidades muito particulares à dinâmica das duas

Embora as irmãs tenham começado a se aproximar depois da doença de Paula, o diálogo permanece precário, pois só o idioma entre elas é uma troca defensiva de ataques. Dada a convivência conflituosa, reflito sobre o que as teria levado a voluntariarem-se para os encontros de pesquisa.

Compartilho com Paula o que sinto no momento, tentando carregar com ela um pouco de suas angústias e percebo que ela ainda não consegue se reconhecer no seu novo corpo e na sua nova vida, em que foi despojada de sua autonomia, mas se sente acolhida com meu apontamento. *“É isso! Antes eu tinha a minha vida, agora é como se eu não tivesse mais”*, completou. Percebo que Paula se sente confusa e angustiada em relação à sua condição de saúde, pois ela não soube me dizer com precisão seu diagnóstico, além da dúvida quanto à possibilidade de voltar a andar, embora esse seja um dos seus maiores desejos. Além disso, Paula está sozinha e sem apoio para digerir tantas experiências traumáticas: as sucessivas violências vividas na infância, a relação conflituosa com a mãe, a recente doença que comprometeu o movimento de suas pernas e de sua bexiga, o próprio abrigo e a maioria que se aproxima, e com ela, a perda da proteção do Abrigo. Fico bastante apreensiva com a narrativa de Paula, quantas coisas difíceis para uma menina tão jovem lidar...

Quando o encontro se aproxima do final, fico surpresa com o movimento espontâneo de Paula ao comentar que não sabe por qual motivo não consegue

contar todas as suas angústias para sua terapeuta afinal, era nosso segundo encontro: *“Você acredita que tem coisas que eu falo para você e não falo para ela?”*. Incentivo Paula a refletir comigo e dizer o que a incomoda e porque não se sente tão livre com a sua terapeuta. *“Ela me avalia o tempo inteiro e só no momento final diz alguma coisa, entende?”*. Tenho a impressão de que Paula se sente mais avaliada do que acolhida e compartilho com ela essas impressões, que são confirmadas por ela: *“É exatamente isso!”*.

Percebo que as meninas estão fazendo um uso importante de nossos encontros. Paula me leva até o portão e me percebo reflexiva sobre o encontro que tive com ela e sobre o papel de pesquisadora e de clínica que se mesclaram quando busquei ir ao encontro de suas demandas emocionais de modo genuíno adaptando-me ao ambiente sem perder de vista a escuta sensível ao sofrimento emocional.

3.5 Terceira Narrativa Transferencial

Neste terceiro encontro, concluímos a tarefa de realizar o grupo de reflexão sobre a Narrativa Interativa do encontro anterior, quando apenas pudemos completar a NI. Naquele dia, Paula já me esperava no portão sorridente e foi logo me conduzindo para dentro da Casa. As meninas são muito afetuosas comigo e confesso que me sinto mais confortável naquela Casa Lar do que em outros lugares que frequento em meu cotidiano, inclusive familiares, que apesar de serem esteticamente bonitos e aparentemente acolhedores, é surpreendente que sejam tão assépticos.

Aconchegadas no quarto, Patrícia já deitada na cama e descalça, quando retomei a leitura em voz alta da narrativa para lembrarmos a história que reapresento a seguir:

O dia já estava escurecendo quando Rafaela e Rayssa espalharam na cama os cadernos e livros para as tarefas da escola que deveriam entregar no dia seguinte. Enquanto quebravam a cabeça entre uma tarefa e outra, Rayssa lembrou de atualizar a irmã sobre a última vez que ficou com Pedro, um garoto com quem estava saindo:

– *Rafa, você nem imagina como foi a última vez que ficamos juntos...*

– O quê? Vc nem me contou que ficou com ele de novo?! Vai, me conta Rayssa! — Grita Rafaela, cheia de curiosidade.

– Shhhhhhi!!! Fala baixo! A mãe já sabe que estou saindo com o Pedro, mas o pai...você sabe como é, né? — Cochichou Rayssa com receio que os pais ouvissem a conversa das duas.

Rayssa levantou da cama para fechar a porta do quarto quando deu de cara com o pai, que entrava cambaleando.

– Bêbado de novo...— pensou a menina assustada e se afastou.

– Como é que é Rayssa? Que história é essa? Filha minha não vai ficar de gracinha com homem nenhum! Você está me ouvindo?! — Berrou o pai, tirando a cinta da calça e indo para cima da menina.

Assustada, Rafaela começa a chorar, ao ver a irmã em apuros, se encolhe na cama e tapa os ouvidos.

Com toda aquela gritaria, a mãe de Rafaela e Rayssa aparece no quarto e ...

Narrativa Interativa completada por Paula

– Fala o que está acontecendo

O pai responde: filha minha não vai ficar com homem nenhum!

– Filha sua? Ela é minha filha também, e outra coisa, eu deixo ela ficar com o Pedro. Você é o pai dela e não o dono dela!

O pai saiu do quarto e respondeu:

– Tá bom, agora eu não vou mais brigar, deixa isso pra lá. Rayssa ficou com medo do seu pai e fala aliviada pra sua mãe:

– Que bom que o papai não brigou mais, né mãe? Eu já estava com muito medo.

No outro dia o pai foi falar com a sua filha:

– Filha, eu não estava bem ontem, foi mal por tudo, eu não vou mais fazer isso. Quero ver esse Pedro e veja o que ele quer com você, para ver se é sério mesmo

– Tá bom pai, eu vou falar para ele vir em casa. A mãe e a irmã ficaram muito felizes por ele deixar Rayssa ficar com Pedro e tudo ficou feliz [aqui a participante insere o desenho de um coração].

Narrativa Interativa completada por Patrícia

– *Por que você está batendo nela?*

– *Porque ela está ficando com o Pedro. Ela não pode namorar agora e principalmente “ficar”. Está ouvindo, Rayssa?*

Rayssa chora com muito medo do pai e balançou a cabeça concordando.

A mãe de Rayssa e Rafaela responde – Seu canalha! Você está bêbado! Não é porque é pai das meninas que pode bater nelas.

– *Sim, eu bebi mesmo!*

– *Some daqui! Agora eu vou tomar banho, e vê se para com isso, seu ridículo! A mãe vai no quarto e diz – Não fica assim Rayssa, eu estou aqui e sou sua amiga viu Rafaela.*

Rayssa e Rafaela respondem – Tá bom, mãe

– *Rayssa, se você ficar com ele de novo tome cuidado e use preservativo. E você já sabe né? Eu estou aqui [aqui a participante insere dois olhos e uma boca sorrindo].*

As meninas riem juntas e dizem – Te amo, mãe.

– *Mãe, mas calma aí. Vai até o pai e diz o seguinte: Olha, se você não se controlar com esse jeito seu me desculpa, mas eu não vou aturar você brigando com as meninas. Elas são jovens e agora estão precisando de apoio e você como pai tem que estar com elas nos piores momentos e nos bons momentos. Então você já sabe, a casa é nossa, mas se você mexer ou se atrever a xingar, brigar ou bater nelas eu “xispo” você daqui. Está me ouvindo? Presta bem atenção no que vai fazer.*

O pai assustado responde – Tá bom, me perdoa, sei que passei dos limites

A mãe mais furiosa ainda diz – Vá falar agora com elas, a Rayssa “está de boa” agora, mas a Rafaela viu tudo e ficou com medo, então vá se desculpar com elas.

O pai vai imediatamente, pede perdão e diz que nunca mais irá acontecer. Rayssa responde – Pai eu te perdoo, mas nunca diga nunca, porque tudo pode acontecer de novo.

– *Sei que vocês estão chateadas comigo, mas o meu perdão é de coração.*

As meninas abraçam o pai e Rafaela diz para Rayssa – Estamos “de boa” né?

– *Sim, estamos de boa.*

– *Também quero participar!* – diz a mãe encostada na porta do quarto. E tudo entra no controle da família.

Ao finalizar a leitura de NI com a mãe das personagens impondo limite ao personagem do pai espontaneamente, Paula esclareceu que “*isso é o que eu queria que acontecesse sabe?*”. Em seguida, Patrícia também leu espontaneamente sua narrativa, apresentando um desfecho positivo, em que a mãe das personagens também interdita o pai e é afetuosa com as filhas, inclusive orientando-a sobre a importância do uso de preservativo. As meninas retratam uma mãe que faz o papel do adulto e protege as filhas, bem diferente da mãe concreta que narraram anteriormente, conforme pode-se observar em suas produções:

Encorajo as meninas a associarem livremente suas ideias sobre a cena esboçada pela NI. Paula, que estava mais falante que Patrícia neste encontro, contou que o pai das personagens – que chegou a bater de cinta em uma delas – provavelmente tem ciúmes da filha quando a imagina se relacionando com outros homens. Patrícia concorda com a irmã, afirmando que esse conflito familiar “*é muito comum*”. Promovo a reflexão das meninas sobre o assunto, buscando investigar o que o ato de bater significaria neste contexto na perspectiva delas.

Paula começou a dar pistas que respondem minhas indagações: esclareceu que muitas vezes o pai tem ciúmes da filha porque ele quer “*fazer coisas com ela*”, referindo-se a relações incestuosas. Patrícia concorda com a irmã, e apresenta sua hipótese sobre as relações incestuosas, afirmando que talvez seja mais frequente padrastos abusarem sexualmente de suas enteadas, mas que, caso o pai biológico faça isso, o abuso torna-se ainda mais doloroso para a vítima. Paula concorda com Patrícia, recordando-se de uma música cuja letra ilustra uma jovem que acorda com “*o pai em cima dela*” referindo-se a um estupro. Patrícia, cabisbaixa e apoiando a mão na testa, desabafa que “*deve ser inacreditável*” vivenciar essa situação.

Apesar de Patrícia e Paula já terem me revelado nos encontros anteriores que sofreram abusos sexuais – Patrícia de um namorado da mãe e Paula de seu padrinho – percebo que as meninas não falam de si em primeira pessoa na primeira parte do encontro, escolha que é respeitada por mim. Continuo a reflexão com as meninas de acordo com suas possibilidades emocionais, não fazendo perguntas diretas nem me referindo diretamente à vida delas.

Aproveitei a colocação que Paula fez sobre uma música e pergunto o que a jovem citada pela letra da música poderia pensar e sentir depois de ter sido abusada pelo pai; deste modo, fomento as meninas a refletirem sobre o impacto emocional que essa experiência pode ter para uma jovem menina sem ser invasiva. Patrícia, com olhar baixo, logo responde que essa é a pior coisa que pode acontecer na vida de uma menina e que produz uma ferida que nunca irá cicatrizar: *“Ela nunca vai esquecer, vai acordar e lembrar disso todos os dias, vai carregar para sempre essa dor”*.

Paula, que costuma ser menos esperançosa, surpreendentemente responde de modo mais otimista ao afirmar que uma menina pode superar o trauma do incesto se sair da casa dos pais e receber apoio de outras pessoas. *“Você fala isso, mas não superou suas coisas né Paula?!”,* Patrícia a provoca, rindo. Para meu alívio, talvez Paula tentasse me comunicar que, apesar do sofrimento vivido durante sua vida, tem esperanças de superação. Dou continuidade à reflexão sobre os impactos do abuso sexual: *“E na vida dessa menina que sofreu abuso do pai, como serão seus relacionamentos, quando se tornar adulta...como é que vai ser?”*. Paula explica que provavelmente essa menina será muito desconfiada, especialmente quando se trata de homens, além de acreditar que todos os homens serão iguais ao pai, ou seja, abusivos. Patrícia concorda: *“mesmo quando ela se casar não terá total confiança no marido”*, pois teme ser abandonada pelo companheiro. Aqui as meninas deixam um aviso entristecedor e muito importante que precisamos escutar para afinar nossas intervenções com essa população: a menina que sofre abuso sexual corre o risco de perder a confiança nas relações afetivas.

Patrícia concorda com a irmã e confirma as minhas impressões: *“Você tem que perceber que você é sozinha na vida, não importa se tem família ou namorado, a gente fala que tem amigo ou colegas só pra sustentar isso para as pessoas, mas quando você tem um problema ninguém vai te ajudar”*. Essa dura constatação me sensibiliza, porque as meninas ainda são muito jovens. Paula concorda com Patrícia e rebate com a constatação de que não considera que tem uma família, pois uma *“mãe de verdade”* não tem a mesma conduta que sua mãe: *“Eu nem fico mais sustentando isso, eu digo para os outros que não tenho mãe e pronto!”*, declarou Paula, irritada, acrescentando também que existem *“pais ausentes”*, que apenas

desempenham o papel de provedor financeiro da casa, mas são distantes no que se refere às questões e necessidades afetivo-emocionais dos filhos.

Compreendo que no imaginário de Patrícia e Paula, o mundo é um lugar perigoso para se habitar e não há solo seguro para se apoiar, uma vez que as pessoas não são confiáveis e não há segurança de consistência e permanência dos vínculos afetivos. Apesar de o homem ocupar pouco espaço na fala das meninas, ele me parece ser uma figura, dominada pelos instintos no imaginário das participantes, além de não se envolver afetivamente com os filhos, sinalizando um tema que devo aprofundar nos próximos encontros.

As participantes parecem estar lidando com duas imagens negativas da figura paterna: o pai que abusa e o pai que é ausente. Será que existem apenas esses dois lugares para a figura paterna habitar? Reflito sozinha, enquanto percebo que o assunto caminha novamente para a relação conflituosa com a mãe, figura invasiva e violenta que preenche todos os espaços de nossos encontros. Exploro com as meninas, que agora começam a despir-se dos personagens e se aproximarem de suas experiências emocionais de forma mais direta, o que seria uma família suficientemente boa para elas. Para Paula, no entanto, o ideal é “*não ter família!*”, retruca em tom raivoso. No imaginário de Paula, a família “*só serve para prejudicar em tudo e o pior de tudo é que você nem pode escolher, você já nasce sendo filho daquela pessoa!*” esclarece com os olhos arregalados aguardando a minha confirmação.

Paula começou a contar uma série de episódios de violência sofridos na infância e adolescência nas mãos da figura materna. “*Já te falei que minha mãe é uma psicopata né? Ela é louca, doente da cabeça sabe?*”. Segundo o seu relato, a mãe sempre humilhou as filhas “*xingando de tudo que é nome*”, inclusive chamando as filhas de “*putas*” que fazem sexo com homens casados. Em meio a essa narrativa caótica e violenta, fico aliviada em perceber que Paula está esclarecida de que, possivelmente, esses insultos da mãe são frutos de sua conduta apenas projetados nas filhas. Patrícia explicou que, depois que a mãe saiu da prisão por tráfico de drogas, suas filhas pensaram que viveriam em paz com a mãe, mas “*foi um inferno*”, referindo-se à violência psicológica que fazia parte do cotidiano das irmãs. Patrícia,

que até o momento estava mais calada e reflexiva, começou a contar espontaneamente parte de sua história de violência intrafamiliar e abrigo.

Apesar de alguns fatos serem confusos para ela e de não se recordar plenamente deles, esforça-se para relatar que passou a maior parte de sua vida abrigada, usando o espaço do encontro para processar essas experiências. Quando tinha apenas dois anos “*o juiz percebeu que minha mãe não conseguia cuidar da gente*”, momento em que Paula foi morar na casa da madrinha e Patrícia foi encaminhada para o Abrigo e, em seguida, adotada por um casal que já tinha uma filha de 12 anos, mas não conseguia engravidar do segundo filho. Patrícia permaneceu cerca de um ano com esse casal que, poucos meses depois, devolveu a menina para um abrigo na mesma cidade que os pais adotivos residiam. . Alguns meses depois, o casal pegou a guarda de Patrícia novamente, fato que foi seguido de uma segunda devolução de Patrícia. “*Acho que minha mãe adotiva não gostava de mim e isso fez mal para ela, mas meu pai adotivo queria ficar comigo*” revelou entristecida.

O pai adotivo visitou Patrícia no abrigo várias vezes, até que o juiz decidiu suspender as visitas “*porque eu tinha esperança de que um dia ele me pegasse de volta*” e porque o juiz “*disse que eu não era brinquedo para ficar sendo devolvida*” conta Patrícia, cabisbaixa. Para completar essa história de completo desamparo, Patrícia também foi encaminhada para um abrigo em outra cidade, pois não tinha mais vagas no Abrigo de sua cidade onde está hoje. É como se não houvesse lugar para Patrícia no mundo, como se ela habitasse um não-lugar. As palavras de Patrícia me invadem como um aperto no peito e o tempo todo fico tentando imaginar como é estar na sua pele. Patrícia passou por diversos episódios de rejeição e abandono, será que depois de tantos desinvestimentos é possível sentir-se merecedor de afeto e coisas boas? Reflito sozinha.

As meninas seguem narrando suas histórias colocando espontaneamente a figura paterna em cena. O pai das participantes faleceu quando Paula tinha 10 anos, e Patrícia 9. No entanto, me chamou a atenção a escassez de associações em torno do pai e o modo banal como narraram a sua morte “*ele estava bebendo, caiu, bateu a cabeça na sarjeta e morreu!*” esclareceu Paula parecendo indiferente à morte do pai. Percebo que as meninas carregam poucas lembranças da figura paterna, talvez

pelo fato de terem morado a maior parte da vida em abrigos ou morando em outros lares.

Apesar de não terem muitas recordações do pai, retratam-no como *“um homem bom”*, diferentemente da mãe: *“Meu pai era bonito e trabalhador!”*, completou Paula. Parece-me que, apesar de tudo, as meninas nutrem uma imagem paterna suficientemente boa, talvez pelo fato de que lidar com uma mãe falha e invasiva já seja emocionalmente um fardo muito grande para digerir e carregar. Em oposição à figura masculina que é perigosa, aparece o falecido pai, que é benevolente no imaginário das meninas, fator potencialmente motivador da crença de Patrícia na intencionalidade positiva de seu ex-pai adotivo.

Depois que a mãe saiu da prisão por tráfico de drogas, *“o juiz achou que ela tinha mudado”* e concedeu a guarda de Patrícia novamente para ela. Patrícia revela que a mãe parecia arrependida dos maus-tratos às filhas, pois começou a visitar Patrícia no Abrigo levando *“salgadinhos e doces”* para ela. *“No começo, eu fui pra casa dela e todo dia era McDonalds, doces, salgadinhos”* me comunicando que em seu imaginário naquela época a mãe se importava com ela, pois comprava coisas que ela gostava de comer ironicamente na tentativa de agradá-la. Acreditando na mudança de conduta da mãe, Paula foi motivada a deixar a casa da madrinha – onde sofria abusos sexuais do padrinho – e voltar para a casa da mãe. As meninas também pensavam que a mãe tinha *“mudado”*, até que as brigas e a violência física e psicológica voltaram a imperar no lar. Chamou minha atenção o recurso utilizado para se aproximar das meninas, ironicamente recorrendo à oralidade atraindo-as com guloseimas, isto é, a escassez de recursos emocionais da mãe. Parece-me que ela tem um funcionamento mais primitivo do que as próprias filhas.

“Todos os dias ela dava um jeito de colocar eu e a Patrícia uma contra a outra” desabafou Paula, que completou a fala dizendo que a mãe *“não gostava de ninguém que quisesse seu bem”*. Parece-me que a mãe das meninas tinha ciúmes do afeto e cumplicidade das duas, conflito que era resolvido plantando a discórdia entre as irmãs: *“Ela xingava a gente de puta o tempo todo, sendo que ela era tão safada e sem vergonha que trocava de homem mais do que trocava de calcinha!”*, desabafou Paula irritada. Paula também revelou que frequentemente ouvia a mãe tendo relações sexuais com vários homens dentro de casa, o que figura como mais

uma experiência invasiva do ponto de vista psicológico para elas. Em meio a esses acontecimentos caóticos narrados por elas, tento me tranquilizar com o fato de que aparentemente as meninas não se identificaram com as múltiplas humilhações e xingamentos proferidos a elas.

Abalada com a narrativa das irmãs noto que em meio ao relato de uma sequência de episódios violentos e traumáticos, Patrícia e Paula começaram a rir, conferindo uma tonalidade ao encontro que não parecia condizer com suas falas, que revelavam cenas tão dolorosas. Questionei-me a respeito do que essa conduta comunicava, possivelmente um riso defensivo: *“É que é tão absurdo que parece engraçado, ninguém ia acreditar se a gente contasse sabe?”* Paula respondeu, risonha.

Apesar do clima emocional aparentemente leve, preenchido pelas risadas durante alguns minutos, fiquei imaginando as meninas sofrendo nas mãos da mãe e de outras figuras que foram violentas com elas e fui tomada de bastante tristeza. Tenho a sensação de que as meninas estão narrando suas histórias de vida em detalhes pela primeira vez e constatando o ambiente inóspito e violento que viveram. Esse movimento certamente mobiliza agonias impensáveis e pode favorecer o uso de defesas contra as angústias.

A narrativa de uma vida sufocada pela violência intrafamiliar prossegue: *“Ela humilhava a gente o tempo todo, a Patrícia só chorava, mas eu xingava de volta!”*, explicou Paula, orgulhosa de sua atitude enfrentativa. *“Ela é ridícula! Não se enxerga! É feia, gorda, fedida, não gostava de tomar banho e ainda falava da gente!”*, referindo-se aos insultos que a mãe dirigia às filhas. Patrícia concorda com Paula, dizendo que a mãe é uma *“psicopata”*, pois somente se dirigia às filhas para xingá-las, humilhá-las ou agredí-las fisicamente. *“Não é porque ela apanhou de cinta que tinha que bater na gente de cinta também, não é porque ela apanhou de fio que tinha que bater na gente de fio também!”*, indignou-se Patrícia, ao explicar que a mãe também sofreu violência física e psicológica na infância e que a avó das meninas é agressiva e sempre usou drogas. Patrícia completa seu raciocínio afirmando que *“se eu tiver um filho hoje eu já sei tudo o que não fazer com ele”* *“é só não fazer igual!”*, completou Paula em tom indignado, tentando compreender os motivos pelos quais a mãe reproduziu a violência mesmo depois de ter sofrido com ela na infância. Aqui as meninas comunicam que o idioma da família é a violência,

pautando a dinâmica de relação que parece ter sido transmitida pela geração anterior.

Começo a notar que, enquanto as meninas descrevem a conduta violenta da mãe, começo a imaginá-la como figura grotesca, invasiva e descontrolada, mas extremamente frágil do ponto de vista emocional. No entanto, percebo-me muito identificada e sensibilizada com o sofrimento emocional dessas meninas. Quando Patrícia e Paula caracterizam a figura materna como “*psicopata*”, tenho a impressão de que elas me comunicam que a mãe é má, como se tivesse um sadismo intrínseco, uma vez que, mesmo tendo sofrido violência na infância (com a avó das meninas), reproduziu a mesma violência nas filhas.

Busco manter uma presença sustentadora e aproveito que Paula utilizou o termo “*violência*” para refletirmos juntas sobre o tema, questionando o que compreendem sobre o assunto. Patrícia declarou que “*a partir do momento que você é violado mesmo que seja com uma ofensa ou xingamento já é uma violência*”. Paula, contudo, acredita que a violência se restringe à agressão física e qualifica o abuso sexual como sendo uma categoria de violência pior: “*uma coisa é você apanhar, outra é alguém mexer com você!*” argumentou em fúria. Parece-me que Paula não encontrou palavras suficientes para qualificar o quanto a experiência de ter sido abusada é dolorosa e invasiva, classificando os tipos de violência em termos de invasão do self.

Motivo as meninas a compartilharem comigo quais prejuízos carregam das experiências de violência intrafamiliar sofrida. “*Queria ter ficado morando com a minha madrinha, mas queria que o marido dela morresse!*”, afirmou Paula, categórica, referindo-se à época que morou na casa da madrinha e sofreu abusos sexuais de seu companheiro. Patrícia permaneceu pensativa e calada por alguns segundos, posteriormente revelando o desejo de procurar a família que a adotou quando criança, sonho que nutre há anos de ser adotada e de (re)encontrar a ex família adotiva. Paula parece desaprovar a esperança de Patrícia e adverte orgulhosa que, se não tivesse sofrido violência intrafamiliar, “*seria bobinha ia acreditar em todo mundo, em tudo o que me falam!*”, comunicando que a desconfiança nas relações é um recurso que precisou desenvolver ao longo da vida para sobreviver.

Paula sempre se refere aos episódios de abuso sexual e me comunica a todo momento que a experiência infantil de ter suas necessidades supridas foi atravessada, fazendo-a ter contato com um lado sombrio do ser humano de modo muito precoce em sua vida. Uma desconfiança básica em relação ao ambiente é um dos recursos que Paula parece ter lançado mão desde muito cedo para lidar com experiências infantis. Compreendo genuinamente o sentimento de Paula, pois, apesar do abismo socioeconômico que nos separa, o mundo deixou de ser cor-de-rosa muito cedo para nós.

Outro elemento que chamou minha atenção foi o fato de Paula atribuir parcialmente sua doença física à mãe, ao afirmar que *“os próprios médicos disseram que uma parte da minha doença é pelo tanto de estresse que eu passei”*, além de acreditar que, se não tivesse sofrido com as agressões maternas, não estaria doente. Assim, Paula revela que a mãe não tem nenhum lado positivo, como se nada gratificante tivesse sido vivido nesta relação.

“Sofia, tem mais uma história semana que vem né?!”, perguntou Patrícia, animada, quando nosso encontro foi terminando. Uma das cuidadoras, que eu não conhecia até o momento, que estava substituindo Célia naquele dia entrou no quarto sem bater na porta quando as meninas assinavam o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e observou atentamente o que estava escrito no papel: *“A Paula terminou de assinar primeiro porque é mais esperta que você!”*, disse, rindo de modo pejorativo ao dirigir-se à Patrícia. Sua invasão me irritou, pois além de ter desrespeitado nosso espaço, tive a impressão de que o comentário comparativo entre as não foi uma situação excepcional. Além disso, sua conduta repete o movimento materno destrutivo de comparar as irmãs e ser agressiva verbalmente.

Começamos a nos dirigir para o portão e ajudei Paula, que me pediu para conduzir sua cadeira de rodas. As meninas se despediram de mim no portão, e a mesma cuidadora se virou para Patrícia e disse: *“Não vai pedir desculpas se fez alguma coisa errada?”*, querendo dizer que quando recebemos uma visita, devemos pedir *“desculpa por qualquer coisa”*. No entanto, senti o mesmo tom pejorativo em sua fala, como se fosse um ataque à Patrícia. *“Desculpas pelo quê?”*, perguntei tentando não transparecer minha fúria para tentar compreender a conduta da

educadora enquanto abraçava as meninas para me despedir, mas não obtive resposta.

Enquanto eu descia a rua em direção ao meu carro, a mesma cuidadora gritou “*entra pra dentro Patrícia! Para de fazer a gente passar vergonha com essa roupa curta!*”. Olhei para a educadora com uma expressão indignada, mas percebi que ela estava tão voltada para si mesma que talvez não pudesse perceber esta sutileza.

3.6 Quarta Narrativa Transferencial

Neste dia cheguei no horário combinado na Casa Lar e logo reparei que havia vários meninos na sala que eu não tinha visto nas visitas anteriores, sentados no sofá assistindo televisão, estranhando a minha presença. Logo percebo uma diferença importante entre o Abrigo e a Casa Lar: quando entrava nas casas dos meninos ou das meninas no Abrigo, as crianças e os adolescentes não pareciam se incomodar com a entrada de estranhos, diferentemente da Casa Lar, onde notei um pequeno estranhamento que me reconforta, pois sinaliza a natureza mais íntima e privativa que a Casa Lar confere em oposição ao Abrigo.

Depois de me apresentar para esses meninos de modo respeitoso ao adentrar em seu ambiente, cumprimentei Paula, que também estava na sala e já foi me conduzindo em direção ao quarto. Enquanto me acomodava no quarto perguntei sobre Patrícia, que ainda não tinha visto na Casa. A menina estava no banheiro e apareceu nos segundos seguintes me cumprimentando e dizendo que precisava almoçar antes de iniciarmos. Deixei Patrícia despreocupada, pois não havia problema algum em esperá-la, assegurei-a, adaptando-me à situação. A menina me ofereceu almoço, mas agradei e permaneci aguardando por ela no quarto juntamente com Paula. É a primeira vez que isso acontece, então perguntei a Paula se ela já havia almoçado ou se queria acompanhar Patrícia, “*Claro que já! Eu já estava esperando você chegar!*” respondeu vivamente.

Paula aproveita o tempo em que Patrícia está almoçando na cozinha para espontaneamente começar a me atualizar sobre seu tratamento de saúde, explicando que recentemente foi encaminhada para um serviço de reabilitação multiprofissional em outra cidade da região. Além de receber uma cadeira de rodas

nova que o próprio serviço oferece durante o tratamento, Paula também recebeu uma cadeira de banho, para facilitar sua higiene diária que é realizada pelas cuidadoras. De acordo com os médicos do serviço, Paula tem uma doença neurológica de causa viral que a tornou paraplégica e afetou o funcionamento de seus membros inferiores, sua bexiga e intestino.

Agora que Paula recebeu um diagnóstico mais preciso, ela me parece menos confusa sobre sua condição de saúde. Pergunto para Paula como ela está encarando esse novo serviço e quais são suas expectativas em relação ao tratamento buscando transformar minha apreensão por sua condição de saúde em sustentação emocional. Em tom desesperançoso, esclarece que hoje é “*outra pessoa*” em função da doença, pois não consegue fazer nada sozinha. Apesar disso, há um ano, quando começou a ficar doente, sua condição era ainda pior, pois não tinha sensibilidade na região da cintura para baixo, o que fazia seu tronco não ser forte o suficiente para ficar equilibrado na cadeira de rodas, obrigando-a a passar algumas semanas acamada.

Além disso, na época do ocorrido, o funcionamento de seu intestino também foi afetado e ela dependia completamente dos educadores da Casa Lar para tomar banho, trocar de roupa, defecar e se alimentar. Na época em que passava a maior parte do tempo acamada, Paula ganhou um colchão diferenciado com bolhas de ar e vibrações para massagear seu corpo de outro serviço que acompanha sua condição de saúde. Quando penso que esse cenário não poderia piorar, Paula comenta que devido a paralisia ganhou peso rapidamente nos últimos meses, o que a levou a desenvolver pré-diabetes. Além de sua cadeira de rodas estar pequena demais para seu tamanho, afirma desanimada a dificuldade que tem enfrentado para mudar sua alimentação, sua única fonte de prazer, me fazendo refletir sobre uma vida de privações que leva: a privação de cuidados, de afeto, de liberdade em se locomover e agora a privação da alimentação.

Desde que começou a fazer fisioterapia, Paula aprendeu a se locomover com a cadeira de rodas, as vezes consegue tomar banho sozinha e mexer os dedos dos pés “*quando eu me concentro bastante*”, demonstra. Contudo, sua angústia é concentrada na incerteza do prognóstico da doença, pois, de acordo com os médicos, ela pode começar a retomar os movimentos das pernas em cerca de nove meses, caso continue frequentando assiduamente a fisioterapia. Paula não sabe

quando recuperará os movimentos das pernas, nem se isso de fato vai acontecer. Legítimo seu sofrimento ao dizer que não ter nenhuma certeza ou previsões de melhora ou cura, isto é, não ter perspectivas é o que parece deixá-la mais angustiada do meu ponto de vista, além do sentimento de impotência: *“Isso, é isso o que mais me afeta”* concorda, desabafando.

Indignada, Paula contou que um jovem rapaz que também é usuário do serviço onde realiza a fisioterapia *“só precisava se esforçar um pouco na fisioterapia a mais para voltar a andar, mas ele é preguiçoso! Você acredita?”*. Outra angústia que Paula compartilha comigo é o fato de que foi acometida pela doença inesperadamente *“sem ter feito nada para merecer isso!”*, diferentemente do rapaz, que, segundo Paula, se acidentou de carro, explicou esbravejando. Acompanho-a vivamente e digo que percebo o sentimento de injustiça que toma Paula, empatizando com o seu sofrimento. Parece-me que o sentimento de ter sido punida pela vida não é novo na vida de Paula e de sua irmã.

Apesar da cura não ser uma certeza, Paula conta que se sente fortalecida para seguir em frente e se *“esforçar ao máximo na fisioterapia”* pelo conhecimento de que algumas pessoas querem vê-la bem, como a irmã Patrícia e alguns educadores. Em tom surpreso, contou que Célia, a educadora residente ficou emocionada, abraçou e vibrou com Paula ao saber que a menina agora consegue mexer os dedos dos pés. É como se ela me comunicasse que nunca recebeu esse tipo de investimento afetivo e não estivesse habituada a alguém dando importância a ela, elemento que reforça a importância de se receber acolhimento emocional no contexto do abrigo institucional ou da Casa Lar. Acredito que viver uma experiência de cuidado genuíno no período do acolhimento institucional é um caminho importante para se abrir novas perspectivas na vida de crianças e adolescentes acolhidos.

Depois de almoçar Patrícia bate na porta e entra no quarto sorridente *“você trouxe a terceira história hoje, né?!”*, perguntou empolgada. Enquanto deixa o chinelo no chão e se deita na cama, distribuo a história para as meninas, que mergulham na tarefa de completá-la por aproximadamente 20 minutos. A cena da NI apresentava um casal de irmãos que, ao chegar da escola, deparam-se com a mãe caída no chão, enquanto seu namorado grita com ela, conforme o leitor pode acompanhar:

Já era tardinha quando os irmãos Sara e Gabriel saíram da escola. Como era sexta-feira, não viam a hora de chegar em casa para assistir seus programas de televisão favoritos.

— Vamos passar na padaria do Seu Augusto pra comprar um sonho? Dá pra gente dividir! — Perguntou Sara, enquanto colocava a mão no bolso procurando algumas moedas.

— Demorou! Vou chegar primeiro! — Respondeu Gabriel correndo em direção à padaria enquanto sua irmã tentava alcançá-lo.

Depois de comprarem a guloseima, voltaram conversando sobre aquele dia na escola.

— A Ana estava muito estranha hoje, achei ela muito quieta. Você não achou, Gabriel?

— É, parece que o pai dela foi preso, e depois disso ela ficou assim...

A conversa foi interrompida quando chegavam em casa e ouviram gritos de mulher.

— Nossa — disse Sara, preocupada — Essa voz parece a da mãe!

Os irmãos se entreolharam e, assustados, abriram o portão de casa bem devagarinho

Quando entraram na sala viram Joana, a mãe, caída no chão, com as roupas rasgadas, enquanto o namorado gritava com ela. Sara olhou para Gabriel e...

Narrativa Interativa completada por Paula

Mãe, o que aconteceu?

— Ai filha, eu e meu namorado brigamos, não é nada demais, está tudo bem

— Não está nada bem, vou ligar para a polícia

— Liga para você ver! Eu mato sua mãe e a sua filha!

O menino respondeu: — Você não é louco de fazer isso! E outra, eu não tenho medo de você não. Eu já liguei, eles já estão a caminho.

O namorado louco saiu da casa falando: — Eu vou voltar para pegar vocês! A polícia bateu na casa e a mãe saiu dizendo:

— *Foi mal, meu filho ligou errado.*

— *Mas está tudo bem? — Perguntou o policial*

— *Está sim*

A polícia foi embora e a mãe foi brava com os filhos e bateu neles até machucar dizendo: — Eu falei que estava tudo bem! Porque você ligou para a polícia? Agora meu namorado foi embora e eu estou sozinha.

Narrativa Interativa completada por Patrícia

Sara disse: — Vamos chamar a polícia Gabriel! Gabriel correu e chamou a polícia

O pai foi preso por espancar, agredir e falar em tom alto com sua própria mulher e a mãe pedia perdão aos filhos por deixar eles naquela situação.

A mãe diz que se não fosse por eles [filhos] iria morrer, porque o namorado a machucou muito. Gabriel e Sara abraçam a mãe e dizem:

— *Aquele desgraçado vai sofrer na cadeia né, Sara?*

— *Sim! Por ter batido na mãe.*

E então o pai continuou preso e a mãe permaneceu com os filhos muito bem. Mães e filhos ficam bem e tranquilos e continuam a assistir seus programas de TV favoritos com a mãe.

Sempre que termino de ler uma narrativa, as meninas se dispõem a narrar suas histórias espontaneamente, o que me mostra como estamos afinadas. O desfecho de Paula retratava os personagens Sara e Gabriel tentando proteger a mãe das agressões do namorado ao ligar para polícia e enfrentá-lo. No desfecho da história, a mãe, que se recusava a admitir que apanhou do namorado, fica enfurecida com Sara e Gabriel, culpabilizando-os pelo abandono do namorado, o que a faz descontar sua raiva nos filhos através da reprodução da violência física. A NI de Patrícia foi mais esperançosa, retratando a gratidão materna diante da atitude dos filhos de chamarem a polícia ao perceberem que estava sendo agredida. A justiça é feita quando o homem é preso e a harmonia volta a reinar no lar. Como tem sido comum na dinâmica entre as duas, compreendo que, enquanto Paula narra

uma cena próxima ao vivido, Patrícia prefere narrar o seu desejo, embora não seja uma regra.

Patrícia recorrer a desfechos positivos me parece comunicar seu desejo e esperança de receber um cuidado parental suficientemente bom. Paula, contudo, parece ter uma percepção mais realista e talvez menos esperançosa da realidade, pois sua narrativa comunica uma advertência: a mulher que apanha em casa pode reproduzir a violência com os filhos.

Sinalizo a minha percepção ao dizer para as meninas que suas histórias finalizam de modo bastante distintos uma da outra, e Paula esclarece que o desfecho de sua NI é baseado na realidade, pois testemunhou a cena narrada, conforme eu já imaginava. Quando as meninas ainda moravam com a mãe, testemunharam diversas vezes a mãe apanhando de vários namorados *“fora os roxos que a gente via nela!”*, ressaltou Patrícia assustada.

Neste momento, Patrícia e Paula ficam agitadas e completam uma a fala da outra para me explicar que, certo dia, um dos namorados da mãe a ameaçou com uma faca *“daquelas grandes de cozinha”* e Patrícia o enfrentou, agredindo-o fisicamente, o que o fez sair da casa, mas *“no dia seguinte eu ainda apanhei”*, revelou Patrícia, cabisbaixa, pois, na perspectiva materna, a atitude de Patrícia favoreceu o abandono de seu namorado. Claramente a conduta da mãe também é vivida como um abandono para Patrícia. Depois deste episódio, *“minha mãe acabou pra mim, eu não tenho mais mãe”* revelou, entristecida. Patrícia, então, decidiu mudar-se para a casa de uma tia e ouviu como resposta materna: *“se quiser pode ir”*. Sua conduta, no entanto, teve um preço: em troca da permissão para sair de casa, a mãe exigiu que a filha entregasse todo o dinheiro que tinha guardado, 30 reais.

Apesar da tia materna inicialmente mostrar-se receptiva à presença da menina em sua casa, em poucos dias esse quadro se inverteu, pois ela começou a *“jogar na cara”* que sua presença resultava em prejuízo financeiro, *“eu bebia muito leite, e não tinha dinheiro para comprar”*. Será que o papel do adulto não é desempenhado por ninguém da família? Levanto a questão em pensamento, angustiada, ao mesmo tempo em que tento imaginar o que teria acontecido no

passado dessa família que os levaria a impossibilidade de acolherem seus familiares.

O lar da tia, que também se revelou incapaz de ser oferecer cuidados fez com que Patrícia desejasse voltar para o Abrigo. Mais uma vez, Patrícia revela que não encontra um lugar seguro no mundo e em seu imaginário foi “*salva*” do ambiente familiar pelo ambiente institucional: “*O Abrigo é muito bom para mim, se eu não morasse aqui eu estaria tendo uma vida louca me prostituindo e usando drogas como a minha mãe e a minha vó*”, mas advertiu que “*quem não gosta de regra não consegue ficar no Abrigo, porque aqui tem muita regra. É tenso, as vezes você tem que respirar fundo, e seguir em frente, ter paciência sabe...*”. Reflito sozinha acerca da oposição desses dois ambientes: o familiar com ausência das fronteiras geracionais em oposição aos interditos e regras institucionais.

Compadecida com a narrativa da irmã, Paula tentou esclarecer o episódio relatado por Patrícia, afirmando que os namorados da mãe “*não prestam*” e, em tom indignado, explica que a mãe colocava para dentro de casa homens desconhecidos, considerado como experiência extremamente invasiva por ela: “*Ela conhecia um dia e no dia seguinte já estava morando em casa!*”, completou Patrícia, com indignação. “*Esse era um sem-vergonha!*”, concluiu Patrícia, com raiva nos olhos, sobre o namorado que ameaçou a mãe com uma faca. Diante do movimento das meninas, busco compreender como as irmãs percebem a figura masculina que foi colocada em cena, e que visão têm dos homens com quem a mãe se relacionava, bem como o tipo de relação estabelecida.

Um cenário violento, mas nada surpreendente é descrito por Patrícia: o namorado dizia para “*todo mundo que gostava de mim*” e “*dizia que eu era gostosa*”, “*eu falava para ela [mãe] que ele gostava de mim, dava pra ver na cara dele, mas ela dizia que eu tinha ciúmes dela*”. Certo dia “*ele passou a mão em mim e queria fazer mais coisas*”, mas, de acordo com Patrícia, sua mãe continuou ignorando as queixas da filha: “*entre ele e você eu fico com ele!*” lembrou Patrícia, entristecida, com lágrimas nos olhos.

Assim como eu, as meninas me mostram que estão muito abaladas e um silêncio pesado toma o quarto. Nesse momento, Paula se aproxima da cama onde Patrícia está deitada e acaricia suas pernas com carinho. Enquanto eu busco um

pedaço de papel no banheiro, Patrícia começa a se senta na cama, enxugando as lágrimas e confirma minhas impressões quando declara que é a primeira vez que conta essa cena dolorosa para alguém. Seu choro é silencioso e doído. Fala com dificuldade e tristeza que essa é a pior coisa que pode acontecer com uma menina. Apesar de Patrícia aparentar ser mais velha do que sua idade, ter uma presença forte e traços marcantes, quando a olho naquele momento só consigo enxergar uma menininha ferida demandando cuidados. É com esse olhar sensível e ciente de que as meninas foram privadas de necessidades tão primitivas que conduzo nossos encontros.

Infelizmente não me surpreende saber que a mãe das meninas estabeleceu uma relação de rivalidade e violência com elas, ao invés de cuidado, embora esteja disponível para os desejos e necessidades dos homens: *“Minha mãe nunca cozinhou, ela só cozinhava quando namorava, para ele, não para a gente”* completou Paula, tomada de tristeza, assim como a irmã.

Percebo a decepção na fala das meninas, o que é totalmente entristecedor. As meninas continuam narrando suas experiências de modo agitado, buscando em meus olhos uma escuta sustentadora. Buscando atender suas necessidades, encorajo-as a refletirem sobre os relacionamentos amorosos da mãe, para, dessa forma, ampliarmos a nossa compreensão sobre esse quadro. Patrícia argumenta, desapontada, que, se fosse mãe, jamais colocaria um homem para dentro de casa se tivesse duas *“filhas jovens”*, comunicando que a mãe é invasiva e colocava as meninas em situações de risco. Paula também se recordou de terem sido expostas às drogas, pois a mãe *“usava pedra”* em casa, sozinha ou com os namorados, *“eu não aguentava mais tudo aquilo”*, esbravejou. Aqui, as meninas me mostram um grande panorama de vulnerabilidades e riscos aos quais foram expostas durante a infância e a adolescência.

Reflito com as meninas sobre isso, retomando que todos os namorados da mãe *“não prestavam”* segundo os seus relatos, além de serem figuras agressivas conforme verbalizaram e ilustraram na NI. Pergunto, então, qual seria a visão da figura masculina para elas? A resposta é desanimadora, contudo, não é nada surpreendente: *“Hoje, para mim, os homens são um lixo. De 100 homens, 95 são ruins”*, respondeu Patrícia, agitada, apoiada por Paula. Exploro o imaginário das irmãs sobre o assunto e Paula esclarece que os homens sentem prazer em dominar

e serem agressivos com as mulheres, ilustrando seu pensamento com um episódio da série “*Greys Anatomy*” em que um personagem revelou seu prazer em assassinar uma mulher. No entanto, Paula faz uma ressalva importante, pois acredita que o homem que bate na mulher provavelmente “*sofreu muito*” na infância. Sobre esse aspecto há discordância: “*Eu sofri tudo que sofri e não sou má, se fosse ver, eu deveria ser má com as pessoas!*” confrontou Patrícia, irritada.

Neste momento, uma importante questão entra na discussão: o que leva uma pessoa a reproduzir a violência vivida na infância? De acordo com as meninas, existe potencial no ser humano para mudar, superar traumas e agir de modo diferente do que foi aprendido ou vivido na infância. Nesse sentido, Patrícia enfatiza que, em qualquer momento da vida, uma pessoa tem capacidade de tomar uma postura diferente e decidir por trilhar um caminho menos destrutivo, revelando que acredita nos esforços pessoais e no livre arbítrio do ser humano.

Sigo o movimento das meninas e investigo o que uma pessoa precisa para tomar outro rumo na vida quando “*decide mudar*”. Patrícia se refere ao suporte emocional oferecido por “*todo mundo: família, amigos, psicólogos*”, caso contrário, será mais difícil “*ir contra a força que faz a pessoa ser pior*”. “*Minha mãe tentou, ela tentou muito, mas não conseguiu*” afirmou Paula, reflexiva. De acordo com Paula, a mãe tinha “*melhorado*” e “*parado de bater na Patrícia*”, mas quando se mudou para [referência a um bairro da cidade] e começou a namorar [o namorado que abusou de Patrícia], “*ai que ela desandou de vez, Sofia*”.

De acordo com as meninas, a mãe usa drogas e se prostitui desde que as irmãs tinham cerca de dois anos de idade. Apesar de nunca terem presenciado, acreditam que a mãe se prostitui até hoje para “*poder comprar drogas*”. Um fato que me chama a atenção é a relação sujeito-objeto que a mãe estabelece não somente com as filhas, mas com o mundo, além da ausência de fronteiras geracionais na família das meninas, em que a mãe sente ciúmes das filhas e os namorados são abusivos com as meninas, como se não houvesse interdito. Os papéis familiares são invertidos: as meninas desempenham o papel parental, enquanto a mãe surge como figura irresponsável, sem controle dos impulsos e sem capacidade de colocar contornos na família. A figura paterna ausente completa uma composição familiar dramática em que experiências de abandono e invasão se mesclam.

Depois de revelarem o imaginário de que o homem é agressivo e animal, incentivo as meninas a refletirem sobre a figura paterna, buscando aprofundar a compreensão desse quadro emblemático. Paula, com um riso defensivo, diz: “*Não sei o que é um pai*”, revelando que não tem referência alguma da figura paterna em termos de cuidado parental. Patrícia, no entanto, esclarece que o pai é “*amoroso, dá atenção, diz que não pode namorar quando a menina é nova, mas deixa fazer as coisas que a filha gosta*”. Em seu imaginário o pai suficientemente bom é aquele que, além de envolvido emocionalmente com os filhos, tem capacidade de impor limites de modo adequado e protetivo.

A perspectiva de Patrícia também advém de uma experiência vivida: um dos namorados da mãe era muito atencioso com ela “*ele até sentava comigo para ajudar na lição da escola, considerava ele um pai*”. No entanto, a mãe sentia ciúmes da relação entre os dois, fato que Patrícia comentou com indignação. A menina teve uma amostra do que seria um pai adequado, mas pagou caro por isso ao ser colocada no lugar de rival pela mãe assim como fazia sua mãe biológica. Parece-me que, no imaginário da mãe das meninas, a mulher desempenha somente uma função para o homem: a de objeto sexual.

O desfecho da Narrativa Interativa completadas pelas meninas também revela uma figura feminina passiva e aceitadora diante das agressões do companheiro, o que coloco em questão para refletirmos juntas. A teoria de Paula é de que a mulher permanece na situação de violência doméstica “*Porque quer, ou porque é muito louca!*”. O que será, então, que as meninas fariam se tivessem nessa situação? Interrogo visando explorar seus recursos emocionais. Patrícia responde com firmeza que também agrediria o homem para se defender e o colocaria para fora de casa, e Paula concorda, brava: “*Coloco pra fora na hora! Eu nem ia escolher um cara como esse!*”.

Sigo o movimento das meninas convidando-as a compartilharem comigo suas experiências amorosas, visando explorar suas experiências considerando este outro papel que a figura masculina pode desempenhar. Patrícia já teve um namorado que era “*carinhoso*” com ela, porém, ir até sua casa para namorá-la é outra coisa que tinha um preço: comprar drogas para a mãe. “*Se ele [namorado] trazia coisas para ela, ela o achava maravilhoso, perfeito, se não, ele não prestava! Você acredita?*”,

esclarecendo que a menina era usada como moeda de troca pela mãe, isto é, como objeto. Também investigo as expectativas das meninas sobre um companheiro, e Patrícia responde que o namorado ideal é aquele que *“Cuida de você, trata bem, quer seu bem, faz planos para o futuro com você”*, declaração com a qual Paula concorda, deixando-me mais tranquila em meio à tanta tragédia pela aparente diferenciação em relação às escolhas maternas tão destrutivas. Apesar disso, Patrícia conta que já se relacionou com vários rapazes que foram abusivos com ela, revelando que apesar de criticar a conduta da figura materna ao se manter em relações violentas ela também reproduz esse movimento.

Nesse momento, recordo-me das várias mulheres que atendi voluntariamente na ONG SOS Ação Mulher e Família em Campinas, cujas histórias tragicamente se repetem: a maioria sofreu violência intrafamiliar na infância, dinâmica que se atualiza em suas vidas com companheiros agressivos. Esse drama familiar recapitulado entre as gerações me faz refletir sobre a importância de que adolescentes como as minhas participantes sejam acolhidas emocionalmente para além de um teto que as abriga.

Percebo que o encontro se encaminha para o fim quando se esgotam as associações e reflexões. Paula começa a falar sobre sua personagem favorita do seriado *“Greys Anatomy”*, uma jovem médica que descobre ter câncer de pele, diagnóstico que causa bastante sofrimento a ela e a todos à sua volta. Possivelmente, a identificação com a personagem decorre da condição atual de saúde de Paula. Já Patrícia se identifica com uma personagem que sempre sofre por lembrar de seu passado, que foi muito doloroso: *“Ela sou eu na vida!”*, gargalhou com muita lucidez.

Depois de vários comentários sobre a série, Paula disse que queria ir ao shopping à noite, pois não aguentava mais ficar na Casa Lar, sem muitas distrações ou diversão. Patrícia, contudo, não queria acompanhá-la, argumentando não ter dinheiro: *“Meu salário só cai segunda-feira!”*, *“Mas Patrícia, eu já falei que pago as coisas pra você, depois você devolve! Tá vendo como ela é Sofia?!”,* esbravejou Paula, buscando me colocar como sua aliada, enquanto Patrícia se espreguiçava na cama para se levantar, dizendo: *“Eu ia te chamar para ir com a gente, pra gente comer alguma coisa, mas você tem bastante compromisso né? Vamos outro dia?!”*.

Fiquei bastante surpresa com o convite, pois Patrícia sugere que podem ser elas mesmas comigo, se divertirem e, ao mesmo tempo serem acolhidas emocionalmente, o que revela que buscam uma figura acolhedora que fica entre a interdição da instituição e a ausência de contornos que desemboca em violência no ambiente familiar. Parece-me que a mãe suficientemente boa no imaginário das irmãs não é muito diferente daquela teorizada por Winnicott, pois daria espaço para elas serem e estarem no mundo de forma criativa e brincante, acolhendo seu gesto espontâneo e protegendo-as das invasões da realidade.

Atenta as suas necessidades sugeri que combinássemos algum encontro fora da Casa Lar quando finalizarmos os encontros que configuram a pesquisa, e as meninas concordaram animadas, contando-me sobre os lugares que gostariam de ir. Um piquenique na praça perto da Casa Lar era uma das possibilidades almejadas. O desfecho deste encontro foi uma grata surpresa, pois revela que se sentem à vontade e seguras na minha presença e, talvez, possam confiar em mim, sentimento que é absolutamente recíproco.

Depois do combinado que fechou um encontro intenso, saímos entusiasmadas do quarto e me despedi de Patrícia e Paula, que me acompanharam até o portão, quando nos despedimos com um abraço apertado.

3.7 Quinta Narrativa Transferencial

Neste dia, fui recepcionada por Paula, pois Patrícia estava no banheiro se maquiando, uma de suas distrações durante o final de semana. Acomodamo-nos como de costume no quarto. Logo notei que Patrícia não se deitou na cama e parecia menos confortável do que o habitual, mas as irmãs deram sinal para que eu começasse a ler a Narrativa Interativa em voz alta, convidando-as para completarem a história que eu apresento a seguir:

Barbara tinha acabado de voltar para o abrigo após alguns dias hospitalizada. Todas as meninas se reuniram na sala para receber Barbara e o pacotinho que ela trazia nos braços: Aninha.

Enquanto Barbara tentava ajeitar a filha recém-nascida no colo, as meninas se aproximaram para conhecer o mais novo membro da casa na maior agitação.

– *Como ela é linda! Eu também quero ter uma menina! —exclamou Vanessa, encantada com Aninha*

– *Tá louca? Eu hein, tô fora! – retrucou uma das meninas. Um burburinho tomou conta da sala e as meninas começavam a se imaginar como adultas ou como mães, quando Vanessa perguntou para Barbara:*

– *Bárbara, o que você está achando de ser mãe? Como vai ser daqui para frente com a Aninha? E o pai dela?*

– *De repente, a sala ficou silenciosa e todas as meninas olharam curiosas para Barbara, que respirou fundo e respondeu...*

Narrativa Interativa completada por Paula

Vai ser muito bom, aí todo fim de semana vou para casa do pai da Aninha, nós temos uma casa só nossa.

Vanessa respondeu – Que bom, você merece ser feliz, Barbara

– *Verdade, depois de tudo o que já aconteceu, agora é hora de ser feliz com a minha nova família.*

Narrativa Interativa completada por Patrícia

– *Ser mãe é bom, mas é muita coisa para mim. Sou jovem e ter a Aninha é uma maravilha, mas eu tenho que me afastar dos estudos e o pai dela está trabalhando para comprar fraudas e terminar de montar o quarto dela, então meninas, eu digo que não é fácil, mas também não é impossível.*

Aninha dormiu no colo de Barbara enquanto Barbara diz que ama Aninha e que vai dar tudo certo!

As meninas perguntam: – E agora, a Aninha vai ficar com quem?!

– *Meninas, ela vai ficar comigo. O pai dela vai pegar a guarda e vamos morar juntos mesmo que no começo seja difícil nós vamos conseguir! Papai e mamãe vão cuidar de você, Aninha! [aqui a participante insere um pequeno desenho simulando uma face sorridente, além de 3 pequenos corações em volta de seu texto].*

Ao finalizarem suas produções, percebi um silêncio pesado no quarto; Patrícia e Paula quase não fizeram contato visual uma com a outra, o que me fez desconfiar que algo entre elas poderia estar acontecendo.

Minha impressão parece ter sido confirmada quando Patrícia afirma que estava cansada de ficar no Abrigo [referência a permanência na Casa Lar] e gostaria de morar longe de Paula. Fiquei apreensiva imaginando o que poderia ter acontecido entre as irmãs. Encorajo Patrícia a contar o que está pensando e sentindo, mas ela parece apreensiva com a reação de Paula cuja expressão estava fechada. Percebendo que tocar nesse assunto poderia ser seria invasivo naquele momento guardei minhas questões e intervenções para um momento mais oportuno.

Este encontro não desenrolou com a mesma fluidez dos anteriores, dada a falta de sintonia entre as irmãs. Ciente disso busquei ser cautelosa manejando o abismo entre elas durante todo o encontro. Encorajo as meninas a refletirem sobre a situação da personagem Bárbara, isto é, de uma adolescente grávida que está abrigada. Patrícia, tendo ocupado a maior parte do encontro neste dia, revelou seu desejo de ser mãe, sonho que já teria concretizado se pudesse.

Patrícia almeja ser “*mãe jovem*” para poder “*aproveitar mais o bebê*”. Já Paula se contrapõe a irmã, ao esclarecer que já desejou ser mãe, mas mudou de opinião ao longo da vida: “*Eu acho fofo, eu acho bonito, mas eu não tenho muita paciência com criança sabe*”. Talvez a exigência emocional da maternidade a assuste.

Aproveito a oportunidade para explorar o que um bebê precisa em termos de cuidado e o que seria uma mãe suficientemente boa no imaginário das participantes: “*Ser mãe é estar ali com ele! Ter paciência e carinho*” esclarece Patrícia, a despeito dos cuidados emocionais.

Paula rebate a fala da irmã, trazendo um lado sombrio da maternidade, ao afirmar que muitas mulheres vivem o drama da depressão pós-parto. Enquanto Patrícia fica surpresa por não saber o que significa essa condição, Paula parece temê-la. Tenho a impressão de que Paula teria medo de não se identificar com o bebê, ou não ter paciência o suficiente com ele e acabar reproduzindo a violência sofrida com sua mãe, medos que já apareceram em encontros anteriores. É como se ela me perguntasse aflita: E se eu não tiver paciência o suficiente? E se eu não tiver recursos para ser uma mãe diferente da que eu tive? Apesar da maternidade

acessar como tarefa que colocaria os recursos de Paula à prova, atualizando experiências de violência intrafamiliar, percebo que Paula não tem tanta clareza de que possivelmente suas angústias estejam relacionadas às suas experiências infantis de violência intrafamiliar.

Depois de falarem sobre a maternidade de modo geral, busco explorar a cena apresentada pela NI e pergunto como vislumbram a experiência de Bárbara estando grávida no abrigo, me referindo ao contexto institucional que contempla tanto o Abrigo quanto a Casa Lar. Patrícia explica que, no Abrigo, *“segundo as regras, você tem tudo, tem seu filho com você aos 18 anos, mas você tem que mostrar mais confiança para o juiz de que você vai ser uma boa mãe e não vai desistir dela [bebê]”*, revelando que a adolescente abrigada que está grávida é cobrada *“em dobro”* para ser responsável, pois *“qualquer coisa errada que você faz”*, o juiz pode entender como irresponsabilidade ou incapacidade para cuidar de uma criança.

Além do desafio inerente à maternidade na adolescência, percebo que ser mãe no contexto institucional implica em provar aos cuidadores e à instância jurídica a capacidade de cuidar de uma criança, pressão que parece assombrar Patrícia, caso tivesse um bebê durante sua permanência na instituição. Patrícia ilustrou essa questão ao citar o caso de Mariana, a adolescente que participaria de nossos encontros, não fosse sua evasão dias antes de iniciarmos cujo bebê lhe foi retirado pelo juiz *“porque ela preferia ficar saindo”* emendou Paula desaprovando essa conduta.

Paula esclareceu em tom de ironia, que a menina não conseguiu abdicar de certos prazeres depois que se tornou mãe, como o de sair à noite, por exemplo, costume que foi interpretado como incompetência materna pelo juiz, e resultou na colocação do bebê para adoção. Apesar disso, Patrícia e Paula concordam que a gravidez foi indesejada e que ela foi *“irresponsável”*, pois não pensou no futuro e nas consequências de suas atitudes quando *“transou sem camisinha”*, explicou Patrícia. Diante do peso da responsabilidade, parece que ser mãe vai se tornando um sonho cada vez mais distante para Patrícia. Possivelmente essas meninas precisaram amadurecer precocemente para lidar com experiências de invasão sendo privadas de viverem a imaturidade saudável do adolescente, que, talvez, possa se contrastar com as condutas de Mariana gerando a raiva que eu atestava.

Também chamou a atenção a figura do juiz descrita por Patrícia, que surge como figura onipotente e punitiva em seu imaginário, pois pode tirar um bebê de sua mãe no abrigo a qualquer momento. Talvez Patrícia esteja tentando me comunicar que nenhuma instância está atenta as necessidades da menina abrigada, que permanece desamparada: *“No Abrigo é mais difícil, se você não mostrar responsabilidade você pode perder o bebê em um dia e ele ser adotado”*, sendo que permanecer na escola e ter um trabalho são formas de evitar essa situação. Parece-me que da adolescente institucionalizada se exige uma postura adulta, fato que pode agravar seu sentimento de desamparo. Finalmente, a figura paterna aparece na narrativa de Patrícia, quando afirma que *“procurar o pai para dar uma atenção”* para a criança é fundamental, a fim de verificar as possibilidades de a adolescente morar com o pai quando atingir a maioridade e sair do Abrigo.

Aproveito a fala de Patrícia para explorar a figura paterna. Paula se adiantou, lendo sua Narrativa em voz alta; durante a leitura, revela que retratou um vínculo positivo entre Bárbara e o pai da criança, que têm juntos uma casa. Paula destaca que a personagem *“merece ser feliz”*, pois *“se ela não tivesse sofrido muito na vida ela não estaria no Abrigo”* sinalizando a intensidade do sofrimento emocional vivido pela adolescente que vive institucionalizada.

Patrícia concordou com Paula, e afirmou que a função do pai é *“apoiar a mãe”* além de ser o provedor do lar. Paula logo se pronuncia, irônica, dizendo que nunca teve um pai, então não sabe dizer quais seriam as suas tarefas, contudo, *“todo mundo acha que o pai tem que trabalhar e dar as coisas para a mãe e para o filho, mas eu acho que o pai pode ser muito mais do que isso, não é só trabalhar e sustentar! Pode dar carinho, amor, afeto...”*, criticando a o imaginário social de que o homem deve ser o provedor financeiro enquanto à mulher são reservados os cuidados físicos e afetivos. Aqui as meninas falam sobre as relações de gênero estabelecidas socialmente em torno da parentalidade. Possivelmente, o conjunto de experiências invasivas e desacolhedoras com a sua família sejam elementos que sustentem a sua crítica ao modelo hegemônico de família.

A fala de Paula me desperta a seguinte questão: como seria a experiência da maternidade para essas meninas com histórico de violência intrafamiliar? Agora que Patrícia está familiarizada com o conceito de depressão pós-parto [esclarecido por Paula], acredita que a adolescente grávida no abrigo esteja mais vulnerável a esta

condição, em função das experiências traumáticas vividas na infância, além da pressão do abrigo e do juiz para que seja uma mãe suficientemente boa, além de estudante e trabalhadora. Chama a atenção o fato de Patrícia não vislumbrar a maternidade na vida adulta, somente hipotetizá-la na condição atual de abrigo, conforme mostra, conflitante, em sua narrativa: “Ser mãe é bom, mas é muita coisa para mim”.

Paula não esconde sua indignação, e acredita que engravidar neste momento seria uma “*irresponsabilidade*”, pois teria que parar de estudar, abdicar de seu tempo em função da criança: “E quando ela quiser sair? Como vai fazer com a criança? Vai ser igual a outra menina que morava aqui e quis sair, perdeu o filho dela!” debocha. Para Paula, Patrícia não pensa “*no que vai vir pela frente*”, isto é, nas consequências, pois está cega pelo desejo de ter um filho equiparando suas atitudes as de Mariana. Paula argumenta que uma mulher deveria ser mãe de modo planejado, quando estiver casada e tiver um emprego, enquanto Patrícia se mantém cabisbaixa. Sinto que Paula também está me comunicando sobre a irresponsabilidade materna que não deu conta das meninas, elemento que a faz se indignar perante o desejo da irmã em engravidar na adolescência.

Tenho a impressão de que Paula se sente ofendida e, talvez, essa ofensa oculte a inveja pela disponibilidade emocional da irmã em ser mãe, enquanto ela não tem essa mesma disponibilidade emocional. É como se me perguntasse: “Como pode uma menina que sofreu tanto com a mãe querer ter um filho e espaço interno para cuidar dele?” O fato é que Patrícia está mais inclinada a fazer novos investimentos afetivos que Paula, que resiste a eles.

Paula acrescenta sua hipótese sobre a adolescência para me explicar o seu raciocínio: “*O adolescente nem sabe o que ele quer! Ele vive mudando de ideia, eu toda hora mudo de ideia e filho é para sempre!*” afirma, lúcida. Outros elementos que a assustam se referem à dependência infantil e ao fato de que a maternidade inaugura uma relação definitiva com outro ser humano que não tem volta.

Depois de advertir sobre as vulnerabilidades associadas à maternidade, perguntei às meninas o que caracteriza, então, uma mãe suficientemente boa, buscando aprofundar essa temática, enquanto Paula permanece atacando Patrícia furiosa: “*Olha, eu acho errado uma jovem querer ser mãe! Ela nem sabe o que quer*

da vida, como vai querer ter um filho?". Patrícia desejar ser mãe é um desaforo para Paula. Seu movimento de atacar repetidamente Patrícia parece comunicar que sua fúria talvez esconda a inveja da esperança nutrida por Patrícia.

Também entendo a advertência insistente de Paula de que uma gravidez não planejada é um erro como um modo de me comunicar seu sofrimento sendo filha de uma maternidade conturbada e inóspita. Por este motivo, busco me conectar ao seu sofrimento, questionando quais seriam as consequências para uma criança quando a mãe não está muito afinada ao seu bebê, ou ainda, não planejou a gravidez.

Percebo que as meninas continuam trabalhando com a ideia da maternidade na adolescência, sem refletir sobre essa possibilidade na vida adulta, movimento respeitado por mim. Talvez a tarefa de refletir sobre o futuro seja árdua, quando é preciso sobreviver a tantas intrusões do passado e do presente.

Para Patrícia, a criança pode crescer com "*raiva da mãe*" e acabar "*parando no abrigo*". Paula finalmente concorda com Patrícia, e acredita que a criança pode desenvolver problemas físicos relacionados ao "*útero pequeno*" da adolescente. Além disso, a adolescente também está mais vulnerável a sofrer um aborto e conseqüentemente com o "*trauma*" que perder o filho pode ocasionar. Paula parece comunicar que a adolescência é um momento de fragilidade física e emocional que não combina com uma gravidez. Para Paula, a mãe também pode se tornar uma "*psicopata*", ser violenta com os filhos e a criança acabar sendo abrigada quando a mãe perceber que a maternidade não é "*tudo o que ela pensava*" como parece ter acontecido em sua história. Paula está a todo momento se queixando do desinvestimento afetivo de sua mãe, o que resulta no imaginário de que a maternidade somente pode tomar caminhos nocivos e em seu medo de reproduzir a violência materna.

Mais otimista, Patrícia sugere que a adolescente grávida que estamos hipotetizando deve procurar ajuda para enfrentar essa situação delicada. Paula logo rebate a fala da irmã, afirmando que uma jovem grávida no Abrigo seria bem recebida; posteriormente, no entanto, sofreria preconceito em função da "*irresponsabilidade*" de ter engravidado. Parece-me que o contato prejudicial com a irresponsabilidade materna fez com que Paula desenvolvesse um senso de responsabilidade precoce. Reflito em pensamento se existe espaço na vida das meninas para o lazer e para o prazer. Será que existe algo leve em suas vidas?

Aproveito a fala das meninas para entender melhor como seria a “ajuda” à qual Patrícia se referiu: “*Eu nem ia querer ser acolhida, eu ia dar um jeito de não ter o bebê!*”, antecipou-se Paula, furiosa, explicando que, se engravidasse, optaria pelo aborto mantendo seu posicionamento oposto ao da irmã. Patrícia também desaprova a postura de Paula, pois “*tirar a vida de uma criança quando muitas [mulheres] querem ser mães e não conseguem é muito errado*”. Patrícia só optaria pelo aborto em caso de estupro. O clima de nosso encontro é marcado pela rivalidade das duas. Essa situação delicada me fez sentir a fragilidade da vinculação entre elas, o que também me exigiu delicadeza ao manejar o abismo entre as irmãs.

Patrícia relativiza a situação, pois acredita que abortar é difícil emocionalmente e talvez pior do que manter a gravidez indesejada, pois “*a menina abrigada já tem os problemas dela, ela já não tem ninguém na vida dela, ai ela tira o bebê que está dentro dela? Fica aquele remorso porque já tem a família que abandonou ela*”. Aqui Patrícia comunica que, em seu imaginário, interromper uma gestação se equivale a repetir a história de abandono familiar; é como se ela se questionasse: como posso abandonar um bebê quando já me senti tão abandonada? Essa história só poderia acabar de modo trágico, pois Patrícia acredita que a adolescente acabaria recorrendo a drogas para lidar com essas angústias como acoteceu em sua família. Evidentemente, a história de violência intrafamiliar e vínculos afetivos sempre interrompidos na vida de Patrícia e Paula conferem uma tonalidade particular à sua visão sobre as questões de maternidade, gravidez na adolescência e aborto; porém, o posicionamento distinto das irmãs revela seus modos pessoais de resolverem os dramas que viveram.

Agitada em meio a tantas falas emblemáticas das irmãs, retomo a fala de Patrícia que me inquietou: “*A menina abrigada já tem os problemas dela*” para compreender melhor como as meninas se sentem. Patrícia explica que “*a menina abrigada não tem ninguém*”, diferentemente de crianças e adolescentes que não “*moram em abrigo*” e que tem “*pelo menos uma avó, um tio, ou alguém de cuide dela*”, revelando que um elemento marcante em sua vida e provavelmente na vida de outros acolhidos é o fato de não poder contar com nenhuma referência parental, como se não houvesse solo confiável e sustentador para se desenvolver. Aqui

Patrícia me comunica que a experiência das meninas se alterna entre (sobre)viver a um ambiente invasivo e violento e um ambiente desértico afetivamente.

Patrícia se recorda da série *“Inacreditável”* em que a personagem principal Marie, uma adolescente, passou por dois lares adotivos depois de sofrer um estupro; contudo, a família adotiva e as autoridades policiais não acreditaram em sua história. Patrícia reflete, entristecida, que, por ser uma *“menina que mora em abrigo”*, sente que as pessoas têm menos confiança nela, exatamente como acontece com Marie, acusada de uma denúncia falsa de violência sexual. Em outras palavras, Patrícia está me comunicando mais uma vulnerabilidade que carrega: o peso da estigmatização em função de sua condição de adolescente institucionalizada.

Neste momento as irmãs parecem mais afinadas. Paula, finalmente concorda com Patrícia. Tendo assistido o seriado também, indigna-se com o descrédito vivido por Marie, que só foi acolhida e *“levada a sério”* por duas investigadoras mulheres, o que revelou uma série de outros estupros sofridos pela personagem. As meninas indignam-se com o desamparo emocional vivido por Marie, que reflete as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, pois a uma menina *“ex-abrigada”* e socialmente concebida como *“problemática”* só resta a culpabilização pelo estupro sofrido por parte do delegado e do advogado. Paula e Patrícia também viveram histórias de violência sexual em que foram desacreditadas, o que faz pensar, evidentemente, que a indignação que sentem pela situação da personagem Marie também foi vivida por elas.

Patrícia também já viveu situações em que os adultos do Abrigo *“não acreditaram em mim”*, e começou a contar seu histórico dramático de adoções e devoluções. Inacreditavelmente, Patrícia foi adotada e devolvida duas vezes pela mesma família. Na época, a menina tinha apenas 4 anos e a mãe adotiva optou pela adoção, pois não conseguia engravidar do segundo filho. Entretanto, Patrícia conta que uma guerra de forças em que ela estava no meio se instaurou no lar adotivo, pois, enquanto a mãe e a filha biológica de 12 anos da família não estavam lidando bem com a presença de Patrícia, o pai e a avó adotivos queriam permanecer com a menina. A narrativa pausada de Patrícia revela seu esforço para resgatar essas lembranças, que parecem confusas e dolorosas em seu imaginário.

A mãe adotiva argumentou que Patrícia era muito “*bagunceira*” para justificar seu desejo de devolvê-la, o que me deixou igualmente decepcionada: “*A família adotiva tem que entender que a criança não é bagunceira ou arteira porque ela quer, mas porque a criança é criança*”. Com uma lucidez surpreendente, Patrícia percebe que a mãe adotiva tinha uma visão pejorativa sobre ela, quadro negativo pintado para o Abrigo e para o juiz para justificar a sua devolução. Patrícia se sentia um estorvo na casa dos pais adotivos, pois o conflito entre mantê-la ou devolvê-la estava começando a prejudicar “*o casamento deles*”. Surpreendentemente, os pais pegam novamente a guarda de Patrícia e, segundo a menina, eles assinaram um documento, assegurando que “*não iam mais me devolver*”, promessa quebrada pela gravidez da mãe adotiva: “*Eu acho que, por ela ter engravidado, ela não me queria mais*” afirmou Patrícia, cabisbaixa, fala triste que evidentemente também me abalou.

O pai adotivo de Patrícia tentou manter contato com ela após sua volta para o Abrigo, mas foi proibido judicialmente de manter contato com ela, pois o vínculo conflituoso poderia trazer prejuízos emocionais para Patrícia. O drama vivido por Patrícia na convivência com outras famílias se repetiu posteriormente quando um casal e uma moça solteira também manifestaram o desejo de adotar Patrícia. Essa convivência foi interrompida, aparentemente, porque a mãe biológica de Patrícia soube dessa aproximação e “*tentou mostrar pro juiz que ela tinha mudado e o juiz acreditou!*”. Então Patrícia foi reintegrada à família de origem e voltou para a casa da mãe biológica. Patrícia se recorda dessa época com decepção, pois gostaria de ter sido adotada por uma das pretendentes: “*Ela cuidou muito bem de mim, ela se importava, entende?*”, cuidado muito distinto do materno: “*Ela não cuidou de mim e não deixou ninguém cuidar*” revelou, entristecida.

Patrícia associou sua história a de um menino em outra residência que compõe as Casas Lares da instituição, que foi devolvido três vezes por famílias adotivas, associações que busquei aprofundar com as participantes. Paula afirma que considera a adoção um ato de amor: “*Você precisa querer muito*”, pois a criança já carrega um histórico de vivências traumáticas, o que torna a adoção um processo difícil tanto para os pais quanto para a criança, além de os pais adotivos carregarem uma responsabilidade de não repetirem os “*mesmos erros*” dos pais biológicos da criança.

As irmãs estão mais afinadas, diferentemente do começo do encontro quando mal faziam contato visual uma com a outra. Patrícia concorda e revela que adoraria ter um filho biológico e um adotivo, mas adverte que preferiria adotar “uma jovem”, pois a criança mais velha ou o adolescente já possuem uma bagagem de traumas como o desacolhimento e abandonos, diferentemente do bebê, “*que até pode ter essa bagagem, mas em menor quantidade*”. Parece-me que, no imaginário de Patrícia, o adolescente deveria ser uma opção mais desejável pelas pessoas que estão na fila de espera de adoção, pois, ao já terem sido expostos a mais situações de vulnerabilidade, necessitam mais de acolhimento. É claro que não me passa despercebido que Patrícia também está me comunicando sobre seu desejo de ser acolhida por uma família.

Apesar de ser mais nobre adotar um adolescente, Patrícia considera a adoção de crianças mais velhas uma tarefa mais desafiadora do que adotar um bebê, pois “*o jovem já está formado, ele já tem uma criação anterior*” enquanto considera o bebê uma “*tela em branco*” que precisa de cuidados da família adotiva, mas não tem um “*histórico de traumas*” para ser acolhido e manejado.

Patrícia sinaliza as diversas vulnerabilidades e desafios que uma adolescente com histórico de violência intrafamiliar seguida de abrigamento enfrenta, afinal, se nem os pais na fila de espera da adoção almejam por este público, quem é que daria conta de acolher tanto sofrimento? Paula concorda com a cabeça com o imaginário de Patrícia acerca da adoção de bebês e crianças mais velhas. Apesar do clima entre elas ter melhorado, sinto que algo grave está acontecendo na relação com as irmãs, o que me faz fechar esse encontro bastante preocupada. Será que no próximo encontro terei notícias sobre o conflito que as abala ou as meninas voltarão a resgatar a cumplicidade apesar do abismo que as separa?

Percebo que nosso encontro chega ao fim quando as associações se esgotam e Patrícia começa a se espreguiçar procurando seus sapatos. Recolho as produções das meninas, que começam a conversar sobre qual série vão assistir à noite, uma das poucas coisas que as meninas parecem concordar. As meninas me levam até o portão e nos despedimos com um abraço apertado.

3.8 Sexta Narrativa Transferencial

Neste dia, foi Célia, a cuidadora residente me recebeu no portão, Patrícia e Paula estavam se maquiando no banheiro, pois mais tarde iriam comemorar o aniversário da cuidadora, disse alegremente. Quando entrei no quarto das meninas, Paula e Patrícia me receberam muito entusiasmadas contando que Célia havia encomendado “*bolo e salgadinhos*” para comemorar seu aniversário. Me parece que os momentos de lazer são raros no contexto institucional, contudo, percebo a preocupação genuína de Célia com as adolescentes, que busca dar um contorno para elas. Na Casa Lar as adolescentes são tratadas como tal e não há inversão de papéis, o que me faz pensar que esse ambiente seja mais protetivo em relação ao ambiente familiar.

Nossos encontros acabaram seguindo esta dinâmica: acomodamo-nos no quarto; as meninas me contam um pouco sobre o que vão fazer no final de semana, ou me atualizam sobre coisas que têm acontecido em suas vidas antes que eu comece a leitura da Narrativa Interativa. Posteriormente ao momento da Reflexão em Grupo, alguns minutos são dedicados à retomada dessa conversa inicial antes de nos despedirmos.

Apesar da aparente sintonia entre Patrícia e Paula e o entusiasmo com a festa de aniversário que aconteceria mais tarde, logo notei que o clima tenso entre elas. Essa tensão me parece ter começado em nosso último encontro, e agora ganhou uma proporção maior. Minha preocupação também aumentou com essa constatação. O que estaria acontecendo entre elas? As duas mal faziam contato visual. Espero que o motivo do conflito apareça, mas respeito o movimento de Paula e Patrícia. As adolescentes se anteciparam pedindo para eu lesse a história em voz alta. Talvez as meninas ainda não consigam conversar e encarar uma com a outra de maneira franca e honesta, preferindo manter o silêncio e ocultar o que está acontecendo. Respeitei o movimento das meninas, guardo minhas indagações e leio a NI em voz alta no aguardo por aproximadamente 15 minutos até que completassem o desfecho da história.

Marcela encontrou Daniel na Oficina de Teatro, onde ensaiavam para uma apresentação da escola. Durante o aquecimento para entrar em cena, Daniel observou que Marcela parecia nervosa e perguntou:

– O que foi, Marcela? Aconteceu alguma coisa?

Marcela disse que em breve sairia do abrigo onde mora, mas não sabia exatamente o que iria acontecer. Daniel ficou chocado porque não sabia de nada e também porque perderia a amiga. Ele queria saber mais sobre a nova situação de Marcela, mas o professor fez sinal para que interrompessem a conversa e se concentrassem no ensaio.

Assim que o professor os liberou, Daniel e Marcela procuraram uma sala vazia para conversar. Marcela se certificou de que ninguém os escutava, mas, antes que pudesse falar, começou a chorar. Soluçava tanto que Daniel precisou controlar a ansiedade e esperar que ela se acalmasse. Depois de cinco minutos de aflição, Marcela começa o seu relato:

– Dani, senta aqui, vou te contar tudo, desde o começo...

Narrativa Interativa completa por Paula

Eu fui deixada no abrigo com um ano de idade, agora vou fazer 18 anos e tenho que sair e não tenho família, nem casa, nem nada.

– Porque não me falou nada? Eu sou seu amigo.

– Tenho vergonha de falar

– Mas tudo bem, eu vou te ajudar. Pode ficar em casa, amigo é para essas coisas

– Que bom. Obrigada por tudo. Você é a pessoa que Deus me deu.

Narrativa Interativa completa por Patrícia

– Então Daniel, como você é meu amigo quero dizer que vou começar a morar com a minha família adotiva, por isso eu vou sair daqui antes dos meus 18 anos. Estou muito ansiosa, mas feliz porque vou ter uma família

– Nossa, Marcela, que legal! Mas você vai mudar de cidade e escola? E o teatro?

– Então, eu vou morar aqui. Minha família é de [referência à cidade] e sim, nós vamos continuar nos vendo! KKK

– *Nossa, Marcela, estou muito feliz por você! Que tal nós comemorarmos em uma sorveteria?*

– *Sim! Vamos, Daniel. Como sempre quero o sorvete de flocos! [aqui a participante insere um desenho de uma face com expressão sorridente]*

Patrícia se antecipa querendo ler o desfecho de sua narrativa, que revelou um desfecho promissor: Marcela, a personagem principal da história, vendo-se diante da possibilidade de sair do abrigo, é adotada por uma família, notícia que é comemorada por Marcela e Daniel com uma ida a sorveteria. Apesar de estar se aproximando da maioridade, a adoção é um tema recorrente na fala de Patrícia, desejo reafirmado em sua NI.

Já o desfecho apresentado por Paula parece menos idealizado em relação ao da irmã, ao revelar o desamparo de Marcela diante da chegada da maioridade, quando o abrigo não pode mais amparar o adolescente. Paula parece equiparar o abandono diante da maioridade ao abandono vivido na infância pela personagem Marcela, revelando seu próprio sentimento de desamparo. Recordo-me de quando mostrei a mesma NI para os participantes de minha pesquisa de mestrado que, talvez, por serem mais novos, vislumbravam o desfecho ingênuo, porém promissor, de que Marcela e Daniel “*viveram felizes para sempre*”. Agarravam-se à reconfortante sensação de continuidade que o imaginário do “*para sempre*” pode trazer, afinal, a segurança de uma felicidade eterna e da permanência dos vínculos é tudo o que uma criança quer criar/encontrar no ambiente, sobretudo aquelas que viveram experiências de sucessivos (des)abrigamentos.

Apesar de não se apegar a narrativa infantil de uma “*felicidade eterna*” como antídoto ao sofrimento, Paula me mostra de qual recurso lança mão para sobreviver ao desamparo emocional: construir uma nova família “*do zero*”. Busco aprofundar essa ideia para ampliarmos a nossa compreensão sobre o assunto: “*Marcela precisa passar uma borracha*” em sua vida, “*esquecer tudo o que passou*” para conseguir “*seguir em frente*”, construir uma família e tentar ser feliz. Paula confirma minha impressão de que nada do que viveu pode ser “*aproveitado*”, em sua bagagem não há nada gratificante, positivo ou animador quando se trata das vivências passadas.

Resta-lhe então passar uma borracha nas experiências vividas e seguir em frente torcendo por um futuro melhor.

Patrícia concorda com Paula, acreditando que Marcela deveria tentar começar uma “*vida nova*”, mas adverte que é impossível esquecer o passado, e conclui que o sofrimento vivido ao longo da vida pode ser convertido em força para “*seguir em frente*”. Talvez a posição de Patrícia seja menos defensiva e mais esperançosa em relação ao imaginário de Paula. Nesse momento, Patrícia ergue a manga de sua blusa e aponta para a palavra “*resiliência*”, tatuada em seu ombro. A participante se compara metaforicamente a um bambu: “*Balança para os lados, mas não cede!*”, “*Eu me acho muito resiliente!*”, completa, sorrindo orgulhosa de si.

Aproveito a fala de Patrícia para explorar o tema da resiliência com as participantes. Patrícia explica que é impossível esquecer o que foi vivido no passado, como crê Paula, mas pensa que pode transformar o sofrimento em força se tiver o suporte de uma família, por exemplo. Ao se despir da personagem da narrativa, Patrícia explica que, além de ser adotada, deseja ter oportunidade de estudar fora do Brasil para ser atriz. Aqui Patrícia comunica algo extremamente importante: apesar de ser resiliente, a rede de apoio é fundamental para a superação das vulnerabilidades de natureza afetiva e material. Além disso, embora esteja perto da maioria, Patrícia ainda sonha em ser adotada, o que me parece traduzir sua esperança infantil de ser genuinamente cuidada. Patrícia ainda reivindica um reposicionamento do ambiente em termo do suprimento de suas necessidades. Patrícia também sinaliza que ter o apoio de uma família significa ter um motor para o crescimento e desenvolvimento que ultrapassa a mera sobrevivência psíquica confirmando a concepção psicanalítica hegemônica de que as relações iniciais e cuidado infantil suficientemente bom são o solo para o amadurecimento emocional saudável.

O clima tenso que percebi desde o começo do encontro se manteve; as meninas quase não estavam fazendo contato visual, mas agora Paula mostra que desaprova a postura de Patrícia, desaprovção que logo se converte em rixa e discussão entre as irmãs. Esse movimento havia aparecido no último encontro e agora, neste, se potencializava. O assunto que conversávamos ficou de lado, dando lugar a uma discussão. Finalmente minha impressão de que algo estava acontecendo entre elas se confirma. Parece-me que a postura esperançosa de

Patrícia é uma provocação para Paula. Diante da expressão fechada de Paula, Patrícia se queixa ao não entender o motivo pelo qual Paula estaria “*emburrada*”, enquanto Paula esbraveja repetidamente que “*Ela [Patrícia] tem que me dar atenção!*”. Parece que os conflitos entre as irmãs se intensificaram depois que Patrícia começou a trabalhar; a adolescente me explica que todos os dias levanta de manhã e acorda Paula a “*contragosto*” antes de sair para o trabalho; no entanto, no final de semana, quando Patrícia quer dormir até mais tarde, é Paula quem insiste para acordá-la.

Diante da briga entre as meninas e o lugar de terapeuta em que sou colocada, percebo que a discussão é uma amostra da dinâmica das irmãs. Parece-me que Paula se sentia mais “*forte*” e autossuficiente em relação à Patrícia, pois em seu imaginário a irmã é fraca e não aguentaria viver todo o sofrimento que Paula, por exemplo, viveu com a mãe e seu padrinho (abuso sexual).

No entanto, esse cenário se inverte com a autonomia de Paula sendo prejudicada com a doença que ceifou suas possibilidades de ir e vir com as próprias pernas. A autossuficiência que Paula sentia em relação à irmã foi abalada, colocando a relação das duas em xeque. Assim, parece que o movimento aparentemente banal de Paula acordar Patrícia mais cedo aos finais de semana é a forma que ela encontrou para comunicar seu descontentamento ao testemunhar a liberdade e autonomia da irmã. A liberdade de Patrícia ir e vir se somada a postura esperançosa se contrapõe a desesperança de Paula e sua autonomia ceifada, combinação que agrava os conflitos entre as irmãs.

A independência de Patrícia é vivida como ameaça para Paula, como se fosse um sinal de que Patrícia pode abandoná-la. Enquanto Patrícia busca mostrar o motivo de seu descontentamento, Paula se mantém irredutível, cruza os braços e repete que Patrícia precisa dar atenção a ela, pois depois que Patrícia começou a trabalhar se “*esqueceu*” de Paula, declaração que parece ir ao encontro de minhas impressões. A participante tenta fazer uma aliança comigo, ao questionar se concordo que Patrícia deveria passar mais tempo com ela. Percebo que, escondida em uma queixa aparentemente banal, Paula está comunicando, entre outras coisas, que se sente fragilizada, invisível e impotente em razão de seu adoecimento físico e escassez de recursos emocionais para lidar com a realidade.

Digo para as meninas que a mágoa que uma está sentindo pela outra não passou despercebida desde o início do nosso encontro, e talvez ambas tenham motivos legítimos para tal. No entanto, a falta de comunicação e abertura entre elas faz com que uma não saiba das necessidades da outra, o que abre espaço para equívocos, angústias e o descompasso que eu testemunhava naquele momento.

As irmãs balançam a cabeça em concordância; vejo tristeza nos olhos Patrícia, que está muito magoada com Paula, o que se contrasta com a fúria silenciosa da irmã. Patrícia sugere que conversem para poderem se “*resolver*”, mas Paula resiste. Comento que conversar de modo franco e genuíno seria um caminho produtivo, no entanto, talvez seja melhor aguardar a “*poeira abaixar*”, pois cada pessoa tem um tempo diferente para digerir as coisas. Talvez aquele não fosse o momento mais profícuo devido a indisponibilidade emocional de Paula para a conversa. Confesso que também fiquei apreensiva por elas, pois naquele momento uma conversa seria uma salvação para Patrícia, mas uma intrusão para Paula. E para mim? Seria um alívio, é claro. Despedi-me das meninas, no entanto, ansiando ter notícias de um desfecho positivo em nosso próximo encontro.

Deixei a Casa Lar reflexiva sobre o uso que as meninas fizeram de nosso encontro, inclusive, sobre a possibilidade de abordar a relação das irmãs em uma próxima Narrativa Interativa. Independente do tema desta pesquisa, estou me encontrando com duas adolescentes que estão vivendo seus dramas no presente e me trazendo necessidades que precisam ser atendidas neste momento. Minha maior intenção é dar voz as adolescentes, afinal, o ambiente já falhou demais com essas duas meninas.

3.9 Sétima Narrativa Transferencial

Neste dia, fui recepcionada por uma cuidadora que ainda não conhecia na Casa Lar: “*Você é a psicóloga das meninas, né?!*”, perguntou, sorridente. Os adolescentes que costumo encontrar estavam na Casa, exceto um deles, que havia evadido no dia anterior, segundo a cuidadora.

Excepcionalmente neste dia, as meninas me esperavam na cozinha e disseram que poderíamos realizar nosso encontro ali mesmo. Logo estranhei a atitude, mas segui o movimento para compreender o que as meninas tentavam me

comunicar. Será que a mudança do quarto para um ambiente menos íntimo pode significar que o desentendimento entre as irmãs se intensificou?

Paula se antecipa contando uma notícia que me preocupou: “*Você acredita que eu fiquei no hospital a semana inteira, Sofia?! Precisava te contar isso!*”. Paula precisou ser hospitalizada por quatro dias, por conta de uma infecção na bexiga que a acomete com frequência, mas não soube contar detalhes nem mesmo por qual motivo houve uma indicação de internação. Talvez sua condição possa ter agravado o quadro infeccioso e exigido uma atenção especial dos médicos, pois a doença afetou seus órgãos e membros inferiores. De todo modo, chamou-me a atenção o fato de Paula ter ficado mais vulnerável e ter sido hospitalizada pouco tempo depois de ter enfatizado o quanto precisava da atenção de Patrícia.

Enquanto busco saber sobre a condição de Paula, que me deixa preocupada, noto que Patrícia parece cansada neste dia, percepção confirmada quando diz estar cansada e aguardar ansiosamente pela chegada das férias. Até aquele momento, eu não sabia que sua terapia individual acontecia aos sábados de manhã, motivo que explicaria por que Patrícia comenta que está com sono quando em nossos encontros, que acontecem aos sábados à tarde.

Talvez Patrícia esteja exaurida de muitas coisas em sua vida, pois o termo “*cansada*” é usado para caracterizar a personagem de sua Narrativa Interativa duas vezes. Após ler a Narrativa abaixo em voz alta, as meninas são absorvidas pela tarefa de completá-la por alguns minutos.

Depois que os pais se separaram, Bruna e Alice nunca mais tiveram paz. Durante a semana ficavam na casa da mãe e, nos finais de semana, na casa do pai. Era aquela trabalhadeira levar roupa e material escolar de uma casa pra outra, mas elas nem imaginavam que a situação poderia piorar. E piorou.

A mãe teve câncer e faleceu depois de poucos meses. O pai, desesperado, não sabia como ia dar conta de tudo sozinho e acabou se casando de novo. Novo inferno começou. A bruxa Mariana, quer dizer, a madrasta Mariana não deixava as meninas em paz, sempre cobrando, criticando e mandando. Ela até conseguiu colocar Bruna contra Alice, fazendo fofoca de uma pra outra. E o pai, então? Comia na mão da tal Mariana, e nada fazia pra resolver as brigas diárias.

As irmãs se perguntavam até quando aquele sofrimento ia durar, sem encontrar resposta nem esperança, até que um dia...

Narrativa Interativa completada por Paula

Tudo ficou melhor, o pai não queria ficar com a Mariana. O pai disse:

– Você é louca! Porque eu estava todo esse tempo com você? Minhas filhas não gostam de você, você é chata. Sai da minha casa!

As filhas ficaram super felizes, era uma felicidade que só Deus sabe.

– Bruna falou – Deus obrigada por tudo. E a família ficou feliz.

Narrativa Interativa completada por Patrícia

Bruna cansada chamou Alice e disse:

– Vamos acabar com esse sofrimento! Então Alice concordou e chamou seu pai. Assim que ele chegou elas falaram:

– Chega! Não queremos mais essa Mariana aqui na nossa casa! O pai assustado perguntou – Mas o que houve?

Bruna cansada argumentou – Você não vê, ela tem você da cabeça aos pés. Nossa mãe faleceu! Não é fácil, mas aguentar essa mulher é demais.

O pai chateado e assustado falou que não queria ver as filhas assim e que ia resolver o problema. Então Bruna e Alice ficaram mais aliviadas.

Após este momento inicial do encontro, Patrícia sugere: “Acho melhor a gente ir pro quarto, né?”, incomodada com os ruídos causados pelos meninos na sala. “Só agora você percebeu isso, Patrícia?!”, respondeu Paula, irônica como de costume. Dirigimo-nos ao quarto, movimento que certamente também me deixou mais confortável.

Como normalmente acontece, Patrícia toma a iniciativa espontaneamente de ler em voz alta o desfecho de sua narrativa. Identificou-se com a personagem Bruna que, juntamente com Alice, vivem o drama de irmãs que perderam uma mãe para o câncer, e sofrem nas mãos de uma madrasta. Patrícia resolveu este conflito de modo que já observei anteriormente: as filhas tomando o papel do adulto, cuidando de si próprias ou implorando por proteção e cuidado. Na história de Patrícia, a figura paterna é fraca, impotente e infantilizada, ao passo que a madrasta é uma pessoa fria, insensível e dominadora do núcleo familiar.

O pai das personagens se dá conta do sofrimento das filhas diante das atitudes da madrasta somente com a reivindicação das meninas, revelando que o pai também figura como ausente, pois não enxerga as necessidades das filhas. O desfecho de Paula é semelhante, porém revela um pai mais potente, que percebe que a figura da madrasta é totalmente invasiva para as filhas, e a coloca para fora de casa.

Diante do desfecho apresentado pelas meninas, revelo minha leitura sobre a figura paterna que as irmãs construíram e pergunto o que elas pensam sobre o pai e sobre a figura masculina no contexto do cuidado. Patrícia explica que o homem “*vai muito pela emoção*” e que não pensa antes de colocar uma mulher para dentro da casa, pois ela deverá fazer o papel materno na ausência da mãe, conforme ocorre na NI: “*Ele fez tudo às pressas, nem conhecia a Mariana direito*”. Compreendo que Patrícia está dizendo que uma união ou casamento sem planejamento pode trazer muitos prejuízos quando se tem filhos. Percebo que essa condição é cotidiana no círculo social das meninas, que sempre falaram sobre os namorados que a mãe pouco conhecia e trazia para a casa, além de seus tios que têm o mesmo tipo de conduta. Enfatizaram que um dos namorados da mãe era um antigo amigo de infância, e quando ela o reencontrou na vida adulta, trouxe-o para casa no mesmo dia.

Paula contou que os homens “*simplesmente apareciam*” na casa delas, como na ocasião em que a mãe levou um namorado para a casa de madrugada, e as meninas acordaram com os ruídos de sexo no quarto ao lado: “*Ela fazia de propósito, Sofia, parecia que ela queria mostrar que pegava os homens, sabe?*” contou indignada ganhando a concordância de Patrícia. Enquanto as meninas reivindicavam cuidados e a proteção materna, a mãe só conseguia estabelecer uma relação negligente e de competitividade com elas.

Patrícia acrescenta que as personagens da NI vivem um duplo sofrimento: em primeiro lugar, o de terem perdido a mãe, e em segundo lugar, o de não encontrarem na madrasta uma pessoa acolhedora que possa exercer esta função. Para Patrícia, a madrasta deveria desempenhar um papel de apoio, pois o pai estaria sobrecarregado, por ter que lidar sozinho com o luto das filhas. Paula concorda veementemente com Patrícia, e noto o esforço elaborativo que as meninas fazem na busca de retraçarem um caminho menos destrutivo em relação aos seus familiares.

A mãe das meninas é logo associada à figura da madastra da história. Paula se diverte para esconder suas angústias ao dizer que sua mãe “*nem é mãe de verdade!*” e é pior que a madrasta da NI que é “*psicopata e desgovernada!*”. As irmãs repetem uma série de episódios sobre a agressividade materna, conforme ocorreu nos encontros anteriores, e acrescentam outro que eu ainda não sabia: antes do abrigo de Patrícia e Paula, quando tinham entre 12 e 15 anos de idade aproximadamente, moravam com a avó e um tio: “*Era um barraco que mal cabia a gente*”, contou Patrícia, desesperançosa.

Fiquei apreensiva quando Paula revelou que dormia na cama com a mãe, enquanto Patrícia, a avó e o tio dividiam o outro cômodo apertado da casa. “*Na verdade, a sala virou o meu quarto, de tão apertado que era*”. Se a convivência das três já parecia um pesadelo, imaginei, angustiada, os quatro dividindo um pequeno espaço. Segundo Paula, as brigas, acompanhadas pela violência física e psicológica eram uma constante no cotidiano da família: além de apanharem “*até sair sangue*” da mãe, as meninas sempre eram chamadas de “*vagabundas*” por ela. Além disso, episódios em que a avó ficava alcoolizada e drogada eram comuns: “*A gente sentia o cheiro!*”. Além disso, a mãe também apanhava da avó, revelando um cenário degradante de violência intrafamiliar entre os membros e gerações desta família. Tive a impressão de que existia uma competição pelo poder nesta família de um modo torto: quem exerce mais autoridade? Quem bate mais?

Minha preocupação diante do caos que as adolescentes viveram se contrastou com o sorriso de Paula, que relembra o prazer que sentia em testemunhar a mãe apanhando da avó. Enquanto Paula se gaba, Patrícia afirma, cabisbaixa, que tentava proteger a mãe, entrando no meio da briga, mas acabava apanhando também.

Busco saber mais sobre a figura do tio materno e Paula me conta, risonha, que ele pegava suas roupas para “*fazer programa*”. Parece-me que Paula oscila entre o ceticismo de alguém que já viveu muitas decepções e o riso defensivo para dar conta delas. Outras duas tias das irmãs também “*fazem programa*”, além de uma estar presa por homicídio e tráfico de drogas e outra já ter tentado cometer suicídio: “*A gente só sabe que ela não está bem*”. Exploro como é a família extensa das meninas e, segundo elas, apenas um tio aparenta não viver uma condição de

vulnerabilidade, pois *“ele tem emprego e tem dinheiro”*; apesar disso, não quer proximidade com os irmãos.

Segundo as meninas, seus tios não têm um vínculo afetivo saudável, o que demonstra que, além da precariedade financeira e da vulnerabilidade social, os vínculos familiares são frágeis. Uso abusivo de substâncias e exploração sexual também compõe esse quadro familiar dramático. Enquanto as meninas narravam as vulnerabilidades familiares, me percebo preocupada com a maioria que se aproxima para elas ao constatar a que a família extensa também constitui um ambiente hostil e inóspito. Onde vão morar? Com quem vão contar?

Paula passou um final de semana na casa de uma tia materna, durante o período que está acolhida na Casa Lar; no entanto, morar com ela ao completar a maioria não é uma possibilidade: *“Quando eu passo um dia lá ela já acha que fez muito e fica jogando na cara da minha mãe”*. Parece não haver nenhum adulto disponível nessa família para as irmãs, de modo que o afeto dos próprios familiares sempre está fora do alcance delas.

Apesar da constatação desanimadora, sou surpreendida pelo fato de as meninas terem percebido que, talvez, só possam contar com o apoio uma da outra. Patrícia soma outra preocupação: *“A gente vai ter que morrer de trabalhar e conseguir alguma coisa sozinhas”*, o que revela o desamparo sentido diante do desabrigo que se aproxima. É a primeira vez que as irmãs se colocam juntas na luta pela superação de suas vulnerabilidades afetivas e materiais.

Aproveito a fala das meninas sobre seu próprio relacionamento para retomar a tensão que tomou nosso último encontro. Desde o início do encontro eu estava apreensiva para ter notícias, mas respeitei o movimento e as possibilidades das meninas. *“Você nem sabe Sofia, a briga continuou depois que você foi embora!”*, explicou Paula, dizendo que chorou muito naquele dia. Patrícia foi firme ao esclarecer que a causa do conflito entre elas é o fato de Paula *“descontar”* sua raiva e seus problemas em Patrícia: *“Ela não fala nada, deixa acumular e depois desconta em mim!”*, reclamou. Paula permaneceu cabisbaixa, enquanto Patrícia se queixava da falta de comunicação assertiva da irmã, fato que também percebi no encontro anterior.

Paula logo abandonou a expressão leve com a qual me recebeu na Casa Lar neste dia, percebendo que até entrarem no Abrigo elas “*não eram irmãs*”, pois brigavam e se batiam todos os dias. A relação difícil das irmãs também era nutrida pela mãe, que inventava coisas para colocar as meninas em oposição, ter raiva e brigarem uma com a outra. Como se não bastasse Patrícia apanhar muito “*por qualquer motivo*”, a mãe saía com Paula para “*se divertir*” e “*jogava na cara*” de Patrícia que ela ficaria sozinha em casa como uma punição.

As irmãs continuam colhendo a discórdia que a mãe plantou na relação das duas, porque “*às vezes ela joga na minha cara que ela sofreu muito mais do que eu*”, afirma Paula decepcionada. Já Patrícia, ao sentir que Paula foi privilegiada, afirma em fúria que “*tinha que ouvir*” sobre o quase aborto diversas vezes, e que “*eu não deveria estar no mundo*”. Patrícia se defende argumentando que, apesar de tudo, Paula nunca sentiu a dor de ser uma filha indesejada.

Minha impressão de que Paula havia comprado o discurso da mãe e, talvez por este motivo sinta culpa – como me revelou em nosso segundo encontro – foi confirmada: Paula revelou que compactuava com a mãe, pois acreditava “*em tudo de ruim*” que ela dizia sobre Patrícia. Hoje, no entanto, Paula percebe a manipulação materna para que elas não tivessem um vínculo saudável.

Surpreendentemente, Paula explica que a condição de uso de cadeira de rodas que foi seguida do abrigamento aproximou as duas: “*A cadeira de roda foi um milagre para nós!*”, afirmou Paula, rindo, como também havia revelado em nosso segundo encontro – ocasião em que Patrícia não estava presente – pois antes ela não aceitava a aproximação de Patrícia e, após ter sua saúde parcialmente comprometida, Paula se tornou mais aberta para receber o afeto da irmã. “*A verdade é que a gente está conversando direito aqui*” comentou Patrícia referindo-se aos encontros, pois segundo a adolescente a relação delas continua conflituosa.

Apesar de saber que a aproximação das meninas é recente, fiquei impressionada ao saber que Paula praticamente não se relacionava com a irmã até se perceber gravemente doente. A constatação de que as meninas estavam conversando e, talvez, se conhecendo através dos encontros me deixou bastante surpresa. A vulnerabilidade de Paula parece ter favorecido a queda de algumas defesas, abrindo espaço para a entrada de Patrícia em sua vida. Somente quando

se viu dependente de Patrícia é que Paula pode se dar conta da manipulação materna.

A abertura para que Patrícia entrasse em sua vida, no entanto, não aconteceu sem ressentimentos, pois agora o quadro se inverteu: *“Eu estou apoiada na Patrícia, mas ela não está apoiada em mim”*, revelou, angustiada. Ao se dar conta de que a raiva e resistência de Paula são apenas uma fachada que esconde suas fragilidades, Patrícia respondeu: *“É claro que eu preciso de você e preciso de você bem e com saúde!”*, revelando uma preocupação com a condição de saúde de Paula e o medo recíproco de perdê-la.

Neste momento, as meninas revelam seus conflitos relativos à dependência versus independência de uma sobre a outra, que ganhou um colorido particular com a história de violência intrafamiliar que viveram. A minha apreensão pelas duas irmãs se intensifica ao perceber que dependência, inveja e rivalidade se mesclam, resultando em sentimentos de culpa e angústia. É a primeira vez que Paula se revela e eu testemunhava, desde o início de nosso encontros como estava sendo árduo para ela se mostrar despida de sua dureza. Patrícia também estava sensível ao sofrimento de Paula, e permaneceu fazendo carinho nos pés de Paula enquanto estava deitada em um colchão no chão.

Tive a impressão de que a hospitalização de Paula que aconteceu esta semana colocou a relação das duas em xeque, e ambas tiveram medo de perder uma à outra. Se até pouco tempo atrás o vínculo era quase inexistente, hoje as meninas temem uma pela outra. Segui o movimento das meninas, aproveitando este momento de escuta mútua e verdadeira para explorar como foi para ambas o período em que Paula estava internada, visando compreender como o breve afastamento foi processado por elas.

Patrícia começou a chorar ao lembrar a preocupação e o medo de perder a irmã. Paula, temendo pela própria saúde, pensou que seu quadro poderia piorar, e que sem sua irmã, sua vida fica esvaziada de sentido, pois *“não tinha ninguém para conversar, brigar e brincar”*.

Uma mistura de emoções me invade, pois enquanto temo pela relação das irmãs, acompanhar essa conversa franca entre as duas me reconforta. Neste momento, Paula revela que se sente solitária na ausência de Patrícia, com o reconhecimento do espaço que a relação delas tem em sua vida. Além disso,

percebo que pode existir uma parcela de culpa pelas vezes em que a mãe das meninas foi abusiva psicologicamente com Patrícia e Paula compactuou com a mãe, sentimento que pode ter vindo à tona agora que Paula depende mais de Patrícia. Apesar de Paula demonstrar esse afeto, percebo que ambas estavam vivendo sob a violência materna, buscando sobreviverem em um ambiente caótico e violento com os poucos recursos que tinham.

Mantendo o carinho nos pés de Paula, notei que Patrícia sentiu o peso da responsabilidade com a hospitalização de Paula ao pensar: *“Seja forte e vá trabalhar!”*, pois precisava se manter *“segurando as pontas”* diante da fragilidade da irmã. Reflito sobre a sensação de responsabilidade de Patrícia e busco explorar esse sentimento naquele momento. Patrícia explicou que, diante da necessidade da irmã, percebe que precisa focar no trabalho e nos estudos: *“Agora ela está precisando de mim, mas no futuro eu também posso precisar dela, entende Sofia?”*.

É claro que entendo a angústia de Patrícia; agora é Paula que surpreendentemente se emociona com a resposta da irmã: *“É muito bom saber que posso contar com a Patrícia”*. Para o nosso alívio, o clima tenso com o qual começamos o encontro dá lugar à escuta afetiva entre as duas. Apesar de saber que foram separadas durante anos e que se (re)encontraram no Abrigo eu não sabia que o laço entre elas era praticamente inexistente. Tal fato me mobilizou profundamente, pois agora comecei a perceber que era ali, em nossos encontros que as meninas estavam se conhecendo e conversando de modo autêntico uma com a outra. Talvez as meninas estejam descobrindo neste momento que podem contar uma com a outra e mediar este encontro foi muito importante para mim também.

Fiquei tão absorvida com essas descobertas e com o fortalecimento do laço entre as meninas. Nossos encontros são sempre tão vivos e intensos, e acredito que não poderia ser diferente. Parece que as minhas vivências e sentimentos intensos que, por tantas vezes não encontram lugar se conectaram com as vivências intensas dessas duas irmãs.

Percebi que nosso encontro chegava ao fim quando as meninas já estavam brincando e rindo um com a outra. Um clima leve dominava aquele quarto, nós três estávamos aliviadas. Reafirmamos nosso encontro para a próxima semana e, antes mesmo que pudesse me levantar, Patrícia virou-se sorridente para mim: *“Hoje foi muito bom, Sofia! Obrigada!”*. Despedi-me alegre de Patrícia e fui me dirigindo à

saída da Casa Lar, enquanto Paula me acompanhou até o portão: “*Obrigada por ajudar a gente, Sofia*”, afirmou parecendo-me aliviada. Depois deste encontro surpreendente e emblemático deixei a Casa Lar ansiando para a retomada de nossas conversas.

3.10 Oitava Narrativa Transferencial

Ao me encontrar com as meninas no dia 27 de Dezembro, imaginei que o tema “*Natal*” fosse aparecer em algum momento, mas isso não aconteceu. Por um lado, fiquei bastante surpresa, por outro, o silêncio sobre a data parece compatível com o esgarçamento de vínculos familiares vividos pelas meninas.

Como de costume fiz a leitura em voz alta da NI e aguardei ansiosamente pelas associações que as meninas fariam sobre a história apresentada a seguir:

Depois de horas de espera, naquela manhã chuvosa de segunda-feira, Bianca saiu ansiosa da entrevista para um novo emprego. Não fazia ideia se tinha ido bem, se seria contratada...precisava esperar pelo resultado! Quanta emoção! Enquanto seus pensamentos viajavam pelos documentos que precisaria providenciar, pelos cálculos do melhor horário para acordar, pelo itinerário do ônibus que a levaria ao desejado emprego, passou rapidamente no mercado antes de voltar para casa.

Andando rapidamente pelos corredores do mercado teve uma grande surpresa: esbarrou com a Manu, uma amiga da época do abrigo.

— Nossa! Quanto tempo!

Manu envolveu Bianca em um abraço apertado. As duas riram da surpresa e da coincidência de se encontrarem num dia como aquele. Nunca mais se viram depois que saíram do abrigo onde conviveram por tanto tempo. Apesar dos 28 anos, uma reconheceu a outra imediatamente.

— Me conta como estão as coisas com você, Bianca! E a sua irmã? Não tenho notícias de vocês duas há séculos!

De repente, um filme passou pela cabeça de Bianca e ela começou a se lembrar de tudo o que aconteceu em sua vida depois que saiu do abrigo...

Narrativa Interativa completada por Paula

— *Nossa muita coisa aconteceu. Eu e a minha irmã estamos bem. Hoje mesmo eu fiz uma entrevista de emprego. Nós estamos bem, graças a Deus! E vc?*

— *Eu estou bem também, que saudades! Fico feliz por você* — *Respondeu Manu.*

As duas ficaram conversando um pouco e depois cada uma foi para o seu lado. Bianca foi para casa e falou para sua irmã que encontrou Manu.

— *Ela está bem? Perguntou a irmã*

— *Está sim* — *respondeu Bianca*

— *Que bom, vamos comer que eu já estou com fome*

Assim as duas irmãs ficaram bem e no outro dia a Bianca recebeu uma ligação dizendo que tinha passado na entrevista de emprego!

Narrativa Interativa completada por Patrícia

— *Então, nós estamos bem. Meus pais nos deixaram na vida louca, agora eu e a minha irmã estamos morando juntas, etc...* — *respondeu Bianca*

— *Porque não compramos um sorvete e sentamos ali na pracinha?*

— *Ok! Sorvete de flocos ainda, né?! KKK*

— *Nossa! Você lembra do meu sorvete favorito!!*

— *Sim! Aliás e você, como está indo?*

— *Estou casada, trabalhando muito, meu marido é maravilhoso e nós moramos juntos!*

— *Que legal!*

— *Pena que sua família não se endireitou!*

— *Manu, não tenha pena. Eles quiseram isso e a última coisa que espero de você é que tenha pena!!*

— *Nossa, Bianca!*

— *É, pelo que eu vejo você não mudou nada, ama me rebaixar e eu sempre estava com você e você só me rebaixa. Lembrando que eu e a minha irmã somos uma família. Nós moramos juntas, já temos mantimentos em casa e não falta nada. Temos um apartamento lindo e namorados maravilhosos também. Bom, agora eu*

tenho que sair porque estou muito ansiosa porque acabei de fazer uma entrevista de emprego. Ah! Desejo boa sorte com o seu marido.

— *Ok — respondeu Manu tensa*

— *Ah, Manu, um beijão de luz porque você vai precisar brilhar!!!*

A reflexão que fizemos juntas seguiu o enredo da Narrativa Interativa, como estímulo para que as meninas vislumbrassem o caminho que vão seguir no futuro, depois do emblemático momento da saída do abrigo. Patrícia afirmou rindo “*adoro suas histórias, mas essa foi top!*” fazendo com que eu e Paula ríssemos junto com ela. Sem precisar que eu estimulasse a reflexão acerca da narrativa que as meninas completaram, as irmãs se anteciparam contando como imaginam suas vidas após a desinstitucionalização. Paula almeja morar sozinha na cidade onde realiza seu tratamento médico (que fica há cerca de 80 km da Casa Lar), pois “*lá ninguém me olha com ar de superioridade*”.

Patrícia balança a cabeça concordando com Paula, que afirmou perceber olhares de pena de sua condição de ser abrigada e fazer uso de cadeira de rodas. Paula está me dizendo que encontra nesta cidade um olhar acolhedor e aceitador, diferentemente do que ocorre na sua cidade. Quando compartilho essa impressão com ela, Paula parece se desarmar e concorda comigo aliviada.

Outro motivo é elencado para mudar-se de cidade: Paula se considera um “*encosto*” para Patrícia. Percebo que Patrícia arregala seus olhos, surpresa, e lágrimas escorrem pelo seu rosto. Parece-me que Patrícia não tinha notícia dos planos de morar sozinha da irmã, o que se confirma quando as meninas revelam que, ali no encontro, era a primeira vez que falavam sobre isso. Para a decepção de Patrícia, Paula acredita que precisa aprender a “*viver sozinha*” e ter autonomia.

Notavelmente, Paula tem carregado prejuízos importantes decorrentes de sua doença, que respinga na relação conflituosa que já existia entre as irmãs. Enquanto observo Paula sentindo-se um fardo para Patrícia desde que foi acometida pela doença, também vejo o sofrimento de Patrícia, que me olha assustada, com a ameaça de uma separação, mesmo que temporária, da irmã, como se fizesse a pergunta: justo agora que nos aproximamos iremos nos separar? Percebendo a angústia de Patrícia, é claro que eu também fico apreensiva pelas irmãs.

A insistência de Paula em morar sozinha e não depender de ninguém me chamou a atenção, justamente por já ter revelado que uma de suas maiores angústias está associada a perda da independência causada pela doença. Esse movimento que transita entre a dependência e a negação da dependência me preocupa, pois revela como Paula está assustada e ainda não conseguiu lançar mão de recursos mais saudáveis para lidar com a destituição de sua autonomia. Além disso, apesar do discurso de almejar a independência de Patrícia, Paula retratou em sua NI que as personagens da história, que são irmãs, estão morando juntas. Percebo que Paula deseja ser cuidada por Patrícia, mas admitir que precisa deste afeto parece se equiparar a inverter o papel que ocupa nesta relação em seu imaginário, afinal, acredita ter sofrido mais na vida e ser mais forte em relação a Patrícia como revelou em nosso segundo encontro.

Apesar de Paula parecer mais preocupada com a independência emocional em relação a irmã, enquanto Patrícia se preocupa com aspectos concretos da vida após a saída do Abrigo, suas angústias não são tão distintas, pois todas elas convergem para o mesmo ponto: como irão sobreviver após a a maioridade sem a proteção institucional?

Enquanto Patrícia se recupera do susto, convido-a a compartilhar comigo como imagina seu futuro. Entristecida, Patrícia conta que gostaria que ela e a irmã morassem juntas, e que *“vou ter que morrer de trabalhar para poder pagar alguém para fazer faxina em casa”*. A preocupação de Patrícia também me aflige, pois ela está me dizendo que o fardo que está prestes a carregar após a saída do Abrigo é pesado demais, como se ela duvidasse de sua capacidade de dar conta deste peso. Esse sentimento é absolutamente legítimo, afinal, dar conta da própria vida sem suporte com 18 anos pode ser desafiador para qualquer pessoa, sobretudo quando seu viveu uma histórica de violência intrafamiliar e (des)abrigamentos. Patrícia já revelou que a rede de apoio é fundamental para tomar caminhos mais saudáveis, mas será que a adolescente encontrará essa rede de apoio quando não estiver mais na instituição?

Em sua NI, no entanto, a personagem conseguiu superar as vulnerabilidades de natureza afetiva e material, inclusive com uma casa repleta de *“mantimentos”*. Esse termo chamou a minha atenção, pois se contrasta com a vida de privação e mendicância que Patrícia viveu. Essa passagem da NI me lembrou da fala de uma

adolescente de 12 anos que atendi voluntariamente no SOS Ação Mulher e Família na mesma época dos encontros. Apesar de se responsabilizar pela própria institucionalização e idealizar a família violenta, como me parece ser comum entre os adolescentes mais novos que vivem essa condição, afirmou entristecida que “*só queria que meus pais tivessem oportunidade de emprego e de comida*”, constatação devastadora que ficou gravada para sempre em minha memória.

Minhas reflexões, contudo, não interrompem minha inclinação atenta ao relato de Patrícia. Apesar de considerar o estudo muito importante, a adolescente esclarece que focou mais no trabalho no último ano, motivo de sua repetência no último ano. Patrícia está se esforçando para conciliar o trabalho com os estudos, tentando driblar as dificuldades e sobreviver a todas as preocupações e angústias inerentes a condição do abrigo. Quantas preocupações...

Outro fato que me chama a atenção é que nenhuma das meninas se refere a um companheiro, diferente do que foi apontado no desfecho da NI de Patrícia. Quando exploro o assunto, Paula me mostra que a conjugalidade é uma ameaça, assim como o estabelecimento de novos vínculos, pois não sabe se poderá contar de fato com alguém: “*Eu não gosto de relacionamento sabe, é difícil*”. Apesar de por vezes compartilhar do sentimento de desesperança nas relações, é entristecedor ver que Paula precisa manter uma dureza defensiva que eu já conheço para não correr o risco de se decepcionar.

Por notar que Paula não tem essa clareza, busco acolher sua angústia de modo afetuoso, diminuindo meu tom de voz e dizendo que estabelecer vínculos com as pessoas é muito difícil, pois corremos tantos riscos de nos sentirmos frustrados ou rejeitados, e isso é muito assustador. Paula, que estava cabisbaixa, de repente me olha fixamente, dando-me a impressão de que se sentir compreendida é uma experiência rara para ela. Acrescento que se entregar para o outro implica muitos riscos, contudo, elas ali estavam, abertas e corajosas, compartilhando espontaneamente suas histórias comigo.

É a primeira vez que vejo lágrimas escorrendo pelo rosto desarmado de Paula. A postura dura cai e revela diversas fragilidades, como o medo de permanecer na invisibilidade e no desamparo. Fico aflita por Paula, pois sei que daqui dois meses ela completará 18 anos. Minhas reflexões, no entanto, são interrompidas com a pergunta surpreendente de Paula: “*Por que você não fala para*

o [coordenador geral] para você trabalhar aqui, Sofia?”. Patrícia concorda e diz: “As meninas do Abrigo [referência a Casa Lar] precisam falar dessas histórias!”, referindo-se às Narrativas Interativas. Aproveito a fala surpreendente das meninas e busco saber se elas fariam alguma mudança no formato dos encontros propostos, e Patrícia responde, animada: “Seria legal fazer igualzinho o que você faz com a gente!”. Paula concorda sorrindo com os olhos marejados.

Patrícia emenda sua fala, e retoma seu raciocínio explicando que, assim como mostrou em sua NI, tem planos mais promissores que o de Paula, pois sonha em se casar e em ter filhos. Deste modo, parece que a conjugalidade aparece como uma solução que vem resgatá-la do sofrimento, porém, o casamento não é tão idealizado quanto parece, pois Patrícia adverte que precisa aprender a ter autonomia e viver sozinha, caso um dia o marido a traia ou vá embora. O rompimento dos vínculos me parece ser um dos maiores temores dessas meninas. Após tantas interrupções e descontinuidades, para Patrícia, construir uma família, isto é, laços afetivos, parece uma urgência, enquanto Paula não consegue se aproximar desta ideia, a não ser pela via ficcional.

Além disso, Patrícia já tem em sua família todos os “*exemplos ruins*” do que uma pessoa não deve fazer na vida, especialmente as mulheres, que dependem financeiramente de seus companheiros, e muitas vezes não conseguem sair de relacionamentos violentos e abusivos. Paula concorda. Percebo o esforço para traçarem caminhos, ainda que imaginativamente, distintos ao da família, especialmente o das mulheres.

Apesar de acreditar na sua potencialidade de resiliência e superação, Patrícia explica que gostaria de ganhar muito dinheiro para poder ajudar sua mãe e melhorar suas condições de vida. Parece que Patrícia ainda busca o amor materno, desejando recuperar coisas do passado que talvez não tenham sido vividas, como se pudesse recuperar ou mesmo reconstruir a mãe. Talvez Patrícia deseje recuperar uma mãe que nunca teve, o que também se revela em sua urgência pela maternidade. Já Paula não acredita que as coisas do passado podem ser recuperadas ou reconstruídas, pois como já comentou anteriormente, resta-lhe passar uma borracha no passado para seguir em frente.

Quando exploro o desejo de Patrícia, a menina explica que acredita que a mãe pode mudar caso tenha ajuda: em seu imaginário, sua mãe pode ser salva.

Paula se indigna, pois quer se mudar para a cidade onde realiza seu tratamento e seria ótimo “*nunca mais*” ver a mãe ou ter notícias dela. Paula quer distância da mãe, enquanto Patrícia quer recuperá-la. Prevalece na fala de Patrícia uma tristeza e pesar quando se refere à mãe, enquanto na fala de Paula são predominantes o ódio, a revolta e a desesperança.

Quando exploro o imaginário das meninas acerca da vida profissional, o mesmo desejo de salvar e recuperar (re)aparece, pois Patrícia almeja “*ajudar crianças que foram abandonadas*”, identificação que também revela seu desejo de ser cuidada. Apesar de trabalhar hoje na recepção do Centro Técnico da instituição, Patrícia argumenta que quer “*algo maior*”: “Eu admiro, eu gosto de quem é caixa de supermercado, mas quero algo a mais”, explicando que, se permanecer na recepção da instituição, ou trabalhar como caixa de supermercado – ofício que provavelmente faz parte de seu círculo social – não terá a condição financeira que almeja. Patrícia também revela sua preocupação em se manter sozinha após a maioridade, mas reforça sua afinidade, que não me surpreende, a profissões que convocam o cuidado, tais como enfermagem e medicina veterinária.

Assim como Patrícia, Paula também teme reproduzir a dinâmica da família e ser mais uma mulher que depende financeiramente do seu marido e fica à mercê de seus abusos. Paula, que já teve uma experiência como jovem aprendiz em um banco, explica que gostaria de trabalhar nesse ambiente para “*ganhar muito dinheiro*”, bancar a própria vida e desfrutar de muitos luxos, como ter roupas de marca e “*andar de lancha*”. Chama a atenção Paula contar que gostaria de trabalhar muito “*arrumada, maquiada e de salto alto!*”, pois se contrapõe a sua condição atual de “bancar” sua locomoção pelas próprias pernas.

Parece-me que Paula está tentando me comunicar sobre o sentimento de humilhação e inferioridade que sente em decorrência do uso de cadeira de rodas, fato que já revelou no início do nosso encontro, por exemplo, quando disse que, na cidade onde realiza seu tratamento, não recebe olhares de superioridade. Patrícia concorda que a “*menina abrigada*” já sofre preconceito e estigmatização, o que parece se agravar no caso de Paula, em decorrência de sua doença.

Percebo que as meninas estão preocupadas tentando sobreviver psiquicamente a história de violência intrafamiliar, rupturas e (des)abrigamentos e a

estigmatização decorrente de suas histórias. Não tem certeza de nada e não sabem como será a vida após a saída da instituição. A única coisa que lhes resta é apoiarem-se uma na outra. Este me parece ser o desejo das duas irmãs, embora Patrícia me comunique isso de forma manifesta e Paula, mais defensiva, de forma latente.

Percebo que nosso encontro chega ao fim quando as associações dão lugar aos comentários sobre a série que vão assistir à noite. As meninas estão empolgadas com a série “*The Witcher*”, que trata de um bruxo que mata monstros por dinheiro e é muito “*violento e legal!*”, sugerindo que assistisse também. As meninas têm me trazido referências de séries intensas e violentas que parecem estar em sintonia com suas histórias. Uma associação logo me vem à mente: o bruxo da série guarda semelhanças com o funcionamento materno, pois a mãe das meninas parece “*destruí-las*” ao usá-las para obter dinheiro. Despedimo-nos, as meninas animadíssimas para o próximo encontro, que fecharia esse caminho importante que traçamos juntas.

3.11 Nona Narrativa Transferencial

Ao final deste estudo, revisei minhas Narrativas Transferenciais e percebi que não tinha registrado o último encontro com as meninas. Assustadíssima com a minha falha, percebi que o envolvimento com as meninas tinha sido tão intenso que a “*tarefa*” de registrar o último encontro, aquele que seria a “*nossa despedida*” conforme a demanda das participantes, se perdeu e talvez tenha se tornado, de fato, somente uma tarefa sem sentido. Agora, posso perceber que, talvez, naquele momento, eu já não estivesse mais fazendo uma pesquisa, mas vivendo um verdadeiro encontro com essas meninas.

Recordo-me de que, no terceiro encontro, quando as meninas sugeriram que saíssemos juntas abracei com entusiasmo essa ideia, pois isso me mostrou o vínculo de confiança que tinha se estabelecido entre nós. Empolgada com a ideia refleti sobre as possibilidades de fazer desta “*saída*” um momento significativo para nós. Sugeri a elas que nosso último encontro fosse realizado fora da Casa Lar, em lugar escolhido por elas, que se mostraram propensas a escolher ou um passeio no shopping da cidade ou um piquenique em uma praça próxima da Casa Lar.

Na semana seguinte, conversei com o coordenador geral da instituição que sempre acolheu minhas ideias e visitas com abertura e incentivo, e daquela vez não foi diferente. O coordenador ressaltou o quanto seria importante esse momento, especialmente para Paula, que pelo fato de utilizar cadeira de rodas tem levado uma vida ainda mais restrita. Me recorro da fala marcante do coordenador: “*A gente precisa mais desse tipo de iniciativa aqui na instituição. Os acolhidos precisam desses momentos*”. Explicou também que eu poderia usar o próprio transporte da instituição, mas que precisaria da aprovação da coordenadora da Casa Lar que abriga as meninas.

No entanto, não encontrei a mesma postura de abertura e entusiasmo na coordenadora da Casa Lar, mesmo depois da minha insistência com diversas mensagens e ligações. Explicou que um educador social deveria nos acompanhar para ajudar a colocar e tirar Paula do carro, devido à sua dificuldade de mobilidade, e que no momento não havia nenhum educador social disponível. A coordenadora advertiu quanto à vulnerabilidade física tornar esse encontro fora da instituição mais complexo do que aparentava ser, mostrando certa indisponibilidade para me auxiliar na viabilização do encontro. Fiquei bastante frustrada, pois essa atitude era oposta a do coordenador geral, que exibiu um genuíno interesse pelo drama vivido pelas crianças e adolescentes e estava acompanhando mais de perto essa pesquisa. Também é verdade que os desafios e demandas do dia-a-dia da Casa Lar estavam sob responsabilidade da coordenadora, e que aquela nova demanda que fazíamos poderia significar uma sobrecarga para ela.

Essa notícia ficou indigesta para mim por semanas, e foi difícil contar para as meninas. Fiquei pensando no que esse momento representaria para elas e para nós e, agora, a impossibilidade de realizá-lo. Uma mistura de raiva e tristeza tomou conta de mim, ao imaginar que essa é mais uma de uma série de experiências que elas não puderam viver, usufruir. Quando, finalmente, lhes dei a notícia, ficaram indignadas, seguindo-se alguns minutos de agitação e raiva naquele encontro. Busquei converter a o clima de revolta em reflexão sobre outras possibilidades de fazer algo diferente na própria casa lar, para marcar significativamente o nosso último encontro. Paula, entusiasmada, sugeriu que fizéssemos um “*café da tarde especial só nosso!*” no quintal da Casa Lar. “*Eu vou fazer bolo pra gente!*” respondeu Patrícia, reanimada pela proposta da irmã.

Apesar de não ter saído conforme planejamos, o último encontro não deixou de ser significativo. Foi muito gostoso ser recebida pelas meninas nesse dia. Logo notei a agitação e alegria das meninas com a minha chegada, enquanto elas finalizavam os preparativos. Quando adentrei a Casa Lar, Patrícia se adiantou, pegou minha mão e, empolgada, me conduziu até o quintal. É como se as meninas estivessem me recebendo para uma festa, recepção calorosa que não encontrei igual em minha memória.

Estávamos nos primeiros dias de Janeiro de 2020, ano emblemático para todas nós. Enquanto eu me preparava para meu exame de qualificação de doutorado que aconteceria em dois meses, em dois meses também Paula se preparava para completar a maioridade e sair da instituição. As irmãs se preparavam para mais um desencontro imposto pela vida.

Quando nos sentamos à mesa, comentei o quanto aprecio esse momento em torno da mesa, pois esta é uma linda tradição deixada pela minha avó materna, que perdi precocemente. Nunca me esquecerei de quando reunia todos ao redor da mesa para tomar café. Era ali que compartilhávamos histórias, angústias e surpresas. Era ao redor da mesa que nossos laços se estreitavam e se ampliavam. Era ali que a vida se fazia e a gente se (re)conhecia. E assim é a vida, feita de pedacinhos de cotidiano que vamos costurando até um dia se tornarem memórias...

Minhas lembranças, contudo, foram interrompidas por uma fala importante de Patrícia, que expressou uma esperança em si mesma e no mundo reconfortante: *“Eu não tive uma boa avó, mas quero ser uma supermãe e superavó!”*. Apesar de algumas colocações pueris, a fala sonhadora de Patrícia me faz lembrar de que resgatar o sonho de uma vida melhor talvez seja o elemento que nos mova a todos verdadeiramente.

Minhas reflexões logo deram lugar à agitação das meninas, que foram surpreendidas quando tirei da bolsa uma lembrança que providenciei com tanto carinho para elas. Parecia que nunca tiveram em suas mãos um pacote embrulhado em papel brilhante arrematado com um laço. Enquanto Patrícia se antecipava e abria rapidamente o pacote com um largo sorriso e olhos arregalados de surpresa, Paula ficou alegre e sem graça ao mesmo tempo, e disse que eu não precisava me *“incomodar”* com elas, com dificuldade de receber e de se sentir grata. Ao encontrarem um diário cuja capa estampava uma árvore frondosa com flores ao

redor, expliquei que essa lembrança poderia ser usada por elas de acordo com suas preferências.

A escolha pela figura da árvore foi intencional, pois sempre a tomei como símbolo de amadurecimento e desenvolvimento rumo à segurança e autoconfiança, conquistas que foram e permanecem tão caras em minha vida. Os dizeres “*para onde for, floresça!*” significam a minha aposta nessas meninas, em suas forças e potencialidades. Evidentemente, não tomei como uma daquelas frases motivacionais ingênuas que logo me causam aversão, mas como uma aposta genuína no potencial dessas meninas. Talvez elas nunca tenham se sentido verdadeiramente vistas e investidas por alguém e transmitir ao menos um pouco desse afeto foi muito importante para mim e imagino que para elas também.

As meninas abraçaram o diário, encantadas, e sugeriram algo que não poderia faltar em nosso último encontro: uma foto nossa! Ainda surpresa, posicionei-me no meio delas e tiramos uma foto muito feliz de nós três, eternizando aquele momento. Aproveitei a ocasião para devolver suas produções narrativas, como me pediram logo em nosso primeiro encontro. Talvez precisassem reunir essas histórias como forma de resgatar o fio de sentido que as uniu em torno dos encontros cheios de vida que tivemos, depois de uma vida marcada por inúmeras interrupções.

Despedimo-nos e parti com certa angústia. Demorei um pouco até entender o sentido desse incômodo. Dirigi de volta para minha cidade, imersa em reflexões sobre nossos últimos momentos. A cena de nossa despedida ficou gravada em minha memória quando, na porta, as meninas acenavam alegremente, com uma leveza que contrastava com o peso de suas histórias. É fato que fiquei tão envolvida que os nove encontros passaram num piscar de olhos.

Questionei-me por qual motivo as meninas não demandaram mais encontros sem encontrar respostas. Será eu não havia desempenhado meu papel pesquisadora de modo suficientemente bom? De repente, percebi que, talvez, as meninas estivessem lidando melhor com essa separação do que eu. Talvez eu também precisasse delas. Por que não poderiam ser as “*minhas meninas*” para sempre? Minhas angústias, no entanto, foram reconfortadas logo que me recordei da concepção winnicottiana sobre o uso do objeto transicional pelo bebê. Na medida em que o bebê vai conseguindo lidar com a ausência da mãe, o objeto vai pouco a pouco sendo desinvestido, pois já cumpriu seu papel na vida desse bebê.

Compreendo que as meninas puderam usar criativamente o espaço transicional que criamos juntas, e que meu papel com elas foi cumprido. Foi um processo que teve começo, meio e fim, uma experiência completa que mereceu, inclusive, ser comemorada. Elas estavam satisfeitas, como o bebê que explora a espátula e finalmente a joga no chão. Tranquilizo-me ao me dar conta de que assim como deve acontecer com a mãe devotada comum e, posteriormente com o objeto transicional, eu já não era mais tão necessária na vida dessas meninas e, talvez, esse movimento represente que elas mesmas já podem caminhar sozinhas (e, por isso, também juntas) porque reconstruíram um laço interrompido que resgatamos em meio aos escombros da violência intrafamiliar.

Neste momento, não sei se estou certa do desfecho de minha pesquisa, mas estou certa de que estive presente nos encontros com Paula e Patrícia de modo autêntico e visceral, constatação que pouco a pouco transformou minha angústia em tranquilidade e numa torcida genuína pelas meninas. Eu saía de um mergulho intenso de nosso jogo brincante em uma realidade de tanto sofrimento e agora retornava à superfície.

Foi a última vez que vi Paula e Patrícia. Paula deixou a instituição nos meses seguintes e Patrícia permaneceu na Casa Lar durante um ano até completar a maioridade. Quase dois anos após a finalização dos encontros, retornei à instituição e tive notícias de que Paula tinha sido alojada em um serviço destinado ao acolhimento de adultos em situação de rua (NAS) e meses depois foi morar com o tio materno, com quem já havia residido na adolescência, juntamente com a mãe, a avó e Patrícia. Já Patrícia completou a maioridade e passou a morar com a sogra. Tais fatos me fizeram refletir sobre a repetição dramática da provisoriedade e impermanência dos vínculos na vida de Paula e Patrícia mesmo após a saída da Casa Lar. Esse viver marcado por tantas discontinuidades talvez tenha se interrompido quando decidiram espontaneamente morar juntas, resgatando a possibilidade de fortalecer aquele frágil vínculo fraterno que sobreviveu à história de violência intrafamiliar.

CAPÍTULO 4. “A MENINA ABRIGADA NÃO TEM NINGUÉM”: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA EMOCIONAL DAS PARTICIPANTES

“Ocupar um lugar no mundo é ocupar um lugar na vida de outro”

Gilberto Safra

Nesta seção discutiremos o campo de sentido afetivo-emocional “*A menina abrigada não tem ninguém*”, que foi criado/encontrado a partir da análise interpretativa do material narrativo, como emblemático da experiência emocional das participantes no que se refere à violência intrafamiliar. Ressaltamos que não pretendemos esgotar o assunto, pois é evidente que a experiência emocional das participantes é complexa, dinâmica e transborda esse grande campo que reúne suas vivências no campo da violência intrafamiliar. Vale lembrar que as reflexões aqui tecidas estão informadas tanto pelo lugar de fala (Ribeiro, 2016) da pesquisadora - mulher, branca, psicóloga, sem filhos e cuja condição socioeconômica difere das participantes -, quanto pelos relatos vivenciais das participantes.

O campo de sentidos “*A menina abrigada não tem ninguém*” revela o desamparo emocional como cerne do sofrimento engendrado pelas inúmeras experiências de violência intrafamiliar e pelos vários (des)abrigamentos que se sucederam ao longo da vida das participantes Paula e Patrícia. O sentimento de desamparo comporta a crença de que o mundo é um lugar perigoso e inóspito, o que mobiliza desconfiança na relação com o outro.

Embora em pesquisa anterior com adolescentes em situação de abrigo (Bonfatti & Granato, 2021) estivéssemos interessadas em compreender como os jovens estavam lidando com a aproximação da saída do abrigo, algo muito importante nos foi comunicado pelos participantes. O desabrigo começou muito antes da entrada na instituição, pois no imaginário dos jovens a vivência de estar desabrigado transcendia o mero desalojamento para incluir o desamparo emocional. Dessa forma, pudemos identificar que a iminência da saída do abrigo estava sendo vivida como uma repetição de experiências anteriores de desamparo físico e emocional que os convocava a elaborar os motivos pelos quais foram retirados do lar e abrigados em uma instituição. Também pudemos compreender que

predominavam episódios de violência intrafamiliar em suas narrativas e nos prontuários institucionais.

Enquanto aqueles adolescentes se afligiam diante da experiência paradoxal de serem acolhidos em uma instituição depois de retirados daquele que supostamente deveria ser seu lar, Paula e Patrícia, já próximas da maioridade legal, e devidamente informadas pelas experiências vividas na infância e adolescência, concluem que já não têm com quem contar embora cada uma utilize recursos distintos para lidar com essa realidade.

Para iniciar a discussão sobre a experiência emocional das participantes e compreendermos a natureza do desamparo vivido que o campo "*A menina abrigada não tem ninguém*" contempla, relembremos que a naturalização da violência intrafamiliar como modo aceitável de educação resulta de valores sociais adultocêntricos, ou de soberania do adulto sobre a criança, falocráticos ou falocêntricos, que fundamentam a desigualdade de gênero, e androcêntricos, que propõem a supervalorização do masculino (Azevedo & Guerra, 2015; Safiotti, 2001).

Esse jogo complexo de valores e imaginários sociais são comumente observados nas famílias onde impera a violência intrafamiliar, seja desde a perspectiva dos pais (Assis & Ferreira, 2012; Branco & Tomanik, 2012; Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019; Gunnlaugsson et al., 2011; Magalhães et al., 2017; Mwakanyamale & Yizhen, 2019; Trindade & Hohendorff, 2020; Pinto et al., 2017; Penna, Carinhanha, Martins & Fernandes, 2012), seja na visão dos próprios filhos (Gessner, Fonseca & Oliveira, 2014; Haque et al., 2017; Magalhães et al. 2017).

Já as adolescentes participantes deste estudo identificam as agressões sofridas como violência e questionam sua repetição transgeracional, especialmente por parte da figura materna como se intuitivamente soubessem que, de acordo com a literatura científica, vítimas de violência intrafamiliar na infância estão mais vulneráveis a reproduzir o modelo parental agressivo com os próprios filhos na adultez (Apostólico et al., 2012; Assis & Ferreira, 2012; Azevedo & Guerra, 2001; Hildebrand et al., 2015; Miura, Tardivo & Barrientos, 2018; Narayan et al., 2017; Neppl et al., 2019; Pinto Junior, Cassep-Borges & Santos, 2015; Pinto & Colossi, 2017; Pinto Junior et al., 2012; Pinto Junior et al., 2015; Wilkinson & Bowyer, 2017). Isto porque a família, além de exercer uma função econômica e socializadora

também é uma instituição de reprodução ideológica de valores, hábitos, padrões e costumes (Azevedo & Guerra, 2015).

No caso da família de Paula e Patrícia, notamos que a transmissão psíquica transgeracional (Scorsolini-Comin & Santos, 2016) de um modelo parental agressivo parece ter sido transmitido da avó para a mãe e desta para as filhas, conforme Patrícia revela, com indignação, em nosso 3º encontro: *“Não é porque ela apanhou de cinta que tinha que bater na gente de cinta também, não é porque ela apanhou de fio que tinha que bater na gente de fio também!”*. Paula e Patrícia apresentam uma clareza desconcertante sobre os efeitos da transmissão transgeracional da violência, quando o modo de existir no mundo da família e seu funcionamento violento são transmitidos de forma bruta, sem elaboração (Benghozi, 2010).

Neppl et al. (2019) mostram que a violência psicológica vivida na infância e adolescência pode se converter em severidade com os próprios filhos, como parece ter acontecido na família das participantes tendo em vista que a mãe também foi vitimada pela violência intrafamiliar. Embora não tenhamos informações sobre o funcionamento das gerações que antecedem a da avó materna de nossas participantes, parece razoável supor que a violência intrafamiliar tenha começado décadas antes de seu nascimento, ideia que comporta a hipótese de que a avó das adolescentes também tenha sido vítima de uma dinâmica familiar violenta.

A nosso ver, a lucidez de Paula e Patrícia parece protegê-las da reprodução da conduta violenta com os futuros filhos imaginados, contrastando com os estudos citados acima ou, ainda, com a autorresponsabilização como identificamos em estudo anterior (Bonfatti & Granato, 2021). Neste, o fato dos participantes serem mais jovens que Paula e Patrícia pode explicar, pelo menos em parte, a forte presença de mecanismos defensivos contra o desamparo que estavam vivendo, tais como a manutenção da imagem do lar afetuoso que supostamente os aguardava depois que saíssem do abrigo.

Em contrapartida, chamou a nossa atenção o fato das participantes não incluírem figuras masculinas em seu questionamento sobre o cuidado que receberam denunciando a ausência ou algum outro tipo de violência. A ausência do avô e do pai não são sequer mencionadas, o que evidencia a aceitação implícita da falta de compromisso paterno característico da lógica patriarcal que fundamenta o modelo de família nuclear tradicional ainda hegemônico (Butler 1990/2003;

Roudinesco, 2003). Nesse cenário de múltiplas exigências que recaem sobre a figura materna, compreendemos que tornar-se mãe pode engendrar sentimentos de culpa materna quando o ideal social não é atingido (Aching, Biffi & Granato, 2016; Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017).

Embora as participantes afirmem que o pai deva se envolver emocionalmente com os filhos, no exercício imaginativo que a NI convoca, quando se trata de suas próprias vidas dispensam a figura masculina da cena do cuidado. Como resultado de uma sociedade que visa realizar o projeto de dominação-exploração das mulheres (Safiotti, 2001), a responsabilização da violência intrafamiliar também recai sobre a figura materna. Esse drama se intensifica quando consideramos a configuração familiar monoparental feminina, aquela que é constituída por mãe e filhos (Leonardo & Morais, 2017), na medida em que favorece que a mãe se converta em figura agressiva (Gabatz et al., 2013; Nunes & Sales, 2015; Waiselfisz, 2015). Além disso, a ausência paterna somada à centralidade da mulher no cuidado infantil, nas tarefas domésticas e na provisão financeira do lar resultam em sobrecarga materna ainda maior nas famílias em situação de vulnerabilidade social cuja rede de apoio é usualmente insuficiente (Benatti, Pereira, Santos & Paiva, 2020; Carlos et al. 2020).

A teorização de Safiotti (2001) sobre a violência de gênero também nos ajuda a compreender a conduta agressiva das figuras femininas na história de Paula e Patrícia. De acordo com a autora, a violência de gênero é resultado de uma complexa interação entre etnia, classe social e gênero. Embora a sociedade se organize a partir da lógica da dominação-exploração do homem sobre a mulher, esta também pode desempenhar a mesma função patriarcal com os filhos, especialmente quando não pode usufruir de uma efetiva rede de apoio (Carlos et al., 2020; Wilkinson & Bowyer, 2017), como ilustra o relato de Paula e Patrícia.

A internalização de valores sexistas por parte das mulheres no contexto familiar resulta da danosa tríade capitalismo-racismo-patriarcado, como estruturas que regem a sociedade e favorecem a hierarquização dos gêneros, gerações e etnias. Conforme nos ensina Federici (2017, 2019), a naturalização da condição da mulher como responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos é essencial para a manutenção do capitalismo, na medida em que garante a reprodução da força de trabalho. O fato deste trabalho reprodutivo não ser remunerado só amplia as possibilidades de opressão masculina. A desigualdade

entre homens e mulheres e entre adultos e crianças se expressa no interior das famílias através da dominação do homem sobre a mulher e da dominação da mulher sobre a criança (Safiotti, 2007), perpetuando um ciclo opressão de gênero e geração. Assim, enquanto o velho adágio sobre o instinto materno (Badinter, 1985; 2011) é colocado em xeque, paradoxalmente também sustenta a prática da violência intrafamiliar pela mulher, quando imersa nessa lógica opressiva, ela toma para si a função do patriarcado com os próprios filhos.

No contexto familiar de Paula e Patrícia, a lógica do poder parental e patriarcal sobre os filhos parecia fomentar a agressividade da mãe e da avó, ambas igualmente desamparadas de sua contraparte masculina para o compartilhamento da tarefa parental. Vale lembrar que a mãe compartilha com as filhas o lugar de vítima, quando é objetificada pelos homens que frequentam sua casa com o intuito de explorar mãe e filhas. Nas palavras de Patrícia sobre a oscilação materna entre o papel de agressora e o de vítima, reconhecemos a impossibilidade da mãe proteger a si – *“Fora os roxos que a gente via nela!”* – e às filhas – *“no dia seguinte eu ainda apanhei”* – da violência sexual masculina.

Em sua teoria sobre o ambiente suficientemente bom para o amadurecimento emocional saudável do ser humano, Winnicott (1956/2000) assinalou que a mulher psicologicamente saudável pode entrar em estado de preocupação materna primária no final do período gestacional, direcionando seus investimentos afetivos ao bebê a fim de acolher suas necessidades físicas e emocionais. Embora esse estado psíquico seja fundamental e independa do gênero do cuidador ou do vínculo biológico com a criança (Diniz, 2020; Pekny & Granato, 2019; Ribeiro & Granato, 2021) pode ser insuficiente para garantir uma maternagem suficientemente boa, na ausência de uma rede de apoio familiar e social para o cuidador primário.

Evidentemente, esse processo descrito por Winnicott (1956/2000) se contrapõe de forma dramática à realidade vivida desde os primórdios da vida por Paula e Patrícia, que nasceram em solo árido e vulnerável em termos de seus recursos econômicos, humanos e psíquicos (Aching & Granato, 2016). A subjetividade materna parece ter se constituído também em um ambiente inóspito, haja vista o abrigo dos tios das participantes e o envolvimento da família extensa com a exploração sexual. Esse cenário de precariedade nos leva a ponderar sobre as reais possibilidades de Paula e Patrícia serem acolhidas por um

ambiente familiar com tantas fragilidades e demandas físicas e emocionais não atendidas.

Compreendendo o cuidado infantil como o solo fértil para o amadurecimento saudável do ser humano, parece-nos razoável afirmar que uma das falhas ambientais que mais profundamente afetou as participantes diz respeito à ausência de uma mãe suficientemente boa (Winnicott, 1956/2000) que as protegesse das invasões da realidade e fomentasse o desenvolvimento emocional das filhas, uma vez que a mãe psiquicamente adoecida pode ter dificuldade de sustentar e aproximar-se afetivamente de seu bebê (Safra, 2014).

Entretanto, a expectativa social de que a mãe seja essa figura devotada (Badinter, 1985) também encontrou respaldo nas teorias psicológicas que, dado seu caráter histórico, se produziram de acordo com os valores de sua época (Aiello-Vaisberg, 2004).

Apesar dos avanços sociais no campo das relações familiares a partir de 1960, impulsionados pelo movimento feminista, pela entrada da mulher no mercado de trabalho, pelo advento de métodos contraceptivos e a possibilidade de divórcio, na família contemporânea (Roudinesco, 2003) ainda prevalece o maternalismo (Teperman, Garrafa & Iaconelli, 2020) que se organiza ao redor da crença naturalizante de que a mulher é a melhor cuidadora da família (Assis, Visintin, Borges & Aiello-Vaisberg, 2020) e que a maternidade seria o ápice da realização feminina (Beauvoir, 1949; Schulte, Gallo-Belluzzo & Aiello-Vaisberg, 2019) como resquícios de uma época em que a mulher se subjetivava exclusivamente pela via da maternidade (Kehl, 2008). Esse ideologia utópica em torno da maternidade (Granato, Tachibana & Aiello-Vaisberg, 2011) que atrela o bom cuidado ao sexo biológico (Diniz, 2020; Ribeiro & Granato, 2021) também atende a ideologias opressoras da mulher (Homem & Calligaris, 2019), tais como o capitalismo e a nova organização social e familiar que propôs (Federici, 2017).

Cientes de que essas mudanças sociais na vida da mulher promoveram a dupla jornada feminina (Queiroz & Bárbara, 2021) como um dos meios de opressão feminina (Batoni, Schulte, Gallo-Belluzzo & Aiello-Vaisberg, 2021), nos afastamos dessa concepção biologizante do ser humano (Bleger 1963/2007) e compreendemos que o cuidado afinado às necessidades do bebê pode ser desempenhada por qualquer cuidador que se disponha e tenha condições para fazê-lo. Desse modo,

ampliamos o conceito naturalizante winnicottiano de preocupação materna primária e retiramos o fardo dos ombros da mulher na direção de um compartilhamento do cuidado infantil, ou seja de uma preocupação parental primária (Campana, Santos & Gomes, 2019; Moraes, 2017).

As reflexões sobre o papel central do feminino nos cuidados infantis já haviam sido desenvolvidos pela psicanalista Nancy Chodorow (1978) em sua (re)leitura crítica da psicanálise. De acordo com a autora, a teoria psicanalítica naturalizou os papéis do homem e da mulher na família patriarcal, refletindo a cultura da época quando o ambiente familiar e o cuidado infantil eram predominantemente maternos.

Possivelmente esse resquício histórico perpetua o imaginário social de que a culpa do fracasso no cuidado é sempre da mãe. Reproduzindo essa mesma ideologia, as próprias mulheres criaram meninas para que desenvolvessem habilidades voltadas ao cuidado enquanto essas habilidades sofreram certo apagamento nos meninos, incentivados a conterem as emoções e ocuparem o espaço público.

A partir da constatação desse imaginário coletivo perverso que circunda a figura da mulher-mãe, o sofrimento emocional de Paula e Patrícia que abarca a decepção de não terem sido bem recebidas no mundo (Ferenczi, 1929) pela mãe começa a se iluminar. No entanto, a oposição da mãe concreta à figura da mãe suficientemente boa de Winnicott (1949/2000), somada à interminável sucessão de (des)abrigamentos comprometeu a capacidade de Paula e Patrícia confiarem no adulto como guardião do desenvolvimento infantil (Winnicott, 1945/2000), que as protegeria da violência familiar (Carlos et al., 2019).

Nesse sentido, podemos supor que a assunção equivocada de que a mãe biológica é sempre a melhor cuidadora (Diniz, 2020; Fonseca-Inacarato, 2021; Pekny & Granato, 2019; Ribeiro & Granato, 2021; Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017) pode ter predisposto autoridades e familiares a julgar o retorno das participantes ao lar de origem como desejável e adequado. Nesse contexto de cuidados precários, as falhas maternas somadas à responsabilização social da mulher pela maternidade parecem ter produzido nas participantes a crença de que a conduta de sua mãe era tudo menos humana (Bleger, 1963/2007), como Paula ilustra indignada (3º encontro): *“Já te falei que minha mãe é uma psicopata, né? Ela é louca, doente da cabeça, sabe?”* Paula não acredita que teve uma *“mãe de verdade”* diante da

violência materna (Tachibana & Ferreira, 2020), sendo obrigada a processar a passagem de mãe idealizada para “*monstro*” sem chegar a conhecer a mãe dedicada comum (Winnicott 1949/2000) como versão mais real e confiável.

Apesar de estarmos alinhadas a proposição do conceito de preocupação parental primária por Moraes (2017), concordamos com Winnicott (1962/1990a; 1962/1990b; 1969/1993) sobre a provisão ambiental suficientemente boa resultar na previsibilidade, segurança e confiabilidade do ambiente. O holding (1962/1990a) como oferta rotineira de cuidados por um ambiente previsível, que apresenta o mundo ao bebê em pequenas doses (Winnicott, 1949/1982) favorece o processo de integração psíquica. A previsibilidade do ambiente transmite ao bebê um sentimento de segurança, na medida em que se torna um ambiente confiável para que o bebê possa ser, isto é, possa expressar-se de modo autêntico (Winnicott, 1949/1982) sem precisar defender-se excessivamente.

Considerando que desde a concepção winnicottiana de que o cuidado oferecido nos primórdios da vida estabelece as bases para uma vida autêntica, segura e gratificante (Winnicott, 1945/2021) parece-nos tão dramático quanto legítimo o campo “*A menina abrigada não tem ninguém*” em que Paula e Patrícia habitam, ao final da adolescência, para comunicar o desamparo existencial que resulta quando necessidades básicas são negligenciadas ao longo da vida. Ao serem realocadas na casa da avó já nos primeiros anos de vida, em função do encarceramento da mãe, o drama da violência intrafamiliar se repete com a segunda figura feminina da qual se esperava a provisão de cuidados básicos. Assim, as falhas ambientais se acumulavam à medida que Paula sofria sucessivos abusos sexuais por parte do padrinho enquanto Patrícia ansiava pela adoção que a libertaria do ambiente institucional seguro, em sua busca incessante pelo cuidado afetivo (Bonfatti & Granato, 2021). Foram ambas continuamente frustradas em seus anseios. Patrícia volta para o abrigo aproximadamente seis meses após ter sido adotada por um casal de modo que a mãe adotiva constitui uma terceira figura feminina na qual Patrícia criou a expectativa de ser acolhida “*Acho que minha mãe adotiva não gostava de mim e isso fez mal para ela, mas meu pai adotivo queria ficar comigo*” (3º encontro).

Vale lembrar que na maior parte de suas vidas, Paula e Patrícia estiveram separadas e sem notícias uma da outra, interrompendo-se o vínculo fraterno cuja

manutenção poderia ter sido um fator protetivo para ambas em termos de enfrentamento da violência intrafamiliar. Tal fato mostra mais uma violação de direitos que impactou a vida das participantes, pois de acordo com o ECA (1990) não é recomendável a separação de irmãos (Souza & Brito, 2015). Ainda que Paula já estivesse na casa dos padrinhos, enquanto Patrícia vivia em um abrigo distantes de sua cidade, não houve tentativa de aproximação das irmãs.

Em estudo anterior (Bonfatti, 2017) destacamos que no ambiente institucional os pares do adolescente, bem como seus próprios irmãos, são fundamentais na constituição de uma rede de apoio emocional. Com os vínculos familiares, incluindo o fraterno, esgarçados, Paula e Patrícia se aproximam da maioria sem esperança de encontrar uma presença suportiva, incluindo os próprios pares da instituição. Assim, as participantes nos alertam que o sentimento de desamparo que carregam não é somente vivido por elas, mas possivelmente compartilhado pela categoria social (Aiello-Vaisberg, 2004) que representam enquanto adolescentes institucionalizadas do sexo feminino.

Algumas falas de Patrícia e de Paula continuam a ressoar na constituição deste campo de sentidos que ora examinamos: *“Se eu tiver um amigo é a mesma coisa, na hora que você precisa mesmo, você não tem ninguém, é você por si”*, ou *“Hoje, para mim, os homens são um lixo. De 100 homens, 95 são ruins”*, ou *“mesmo quando ela se casar não terá total confiança no marido”*. Notamos que a dor da desilusão que se traduz na desesperança e desconfiança das participantes se estende ao campo das amizades, aos cuidadores da instituição e, imaginativamente, à futura relação com seus futuros companheiros. Já as adolescentes do estudo de Corbett (2015) apostavam imaginativamente na conjugalidade como um modo de salvar-se da violência intrafamiliar e da vulnerabilidade.

Sobre o impacto emocional da violência intrafamiliar na vida de adolescentes, Mwakanyamale e Yizhen (2019) explicam que os jovens podem internalizar o tratamento parental severo que, na maior parte das vezes, se iniciou na infância. Como resultado, o sentimento de menos valia e a crença de que o mundo é ameaçador, mobiliza sentimentos de insegurança e autoestima frágil. Além disso, o fato de que tais jovens precisam desenvolver o autocuidado desde a tenra infância a fim de se protegerem de um ambiente invasivo e incapaz de protegê-los (Winnicott, 1949/2000), nos permite compreender que a desconfiança de Paula e Patrícia que

se estende a várias áreas da vida comunica a necessidade de reagir, antes de agir, sacrificando a espontaneidade e a possibilidade de desfrutar das relações interpessoais.

Paula se surpreende quando o ambiente não responde com a mesma severidade com que foi tratada pelos adultos (Haan et al., 2017; Mwakanyamale & Yizhen 2019; Witt et al., 2016). Ficou admirada com o fato de a educadora ter se emocionado, abraçando-a quando soube que a adolescente tinha conseguido mexer os dedos dos pés (4º encontro). Também se constrange em nosso último encontro ao receber uma lembrancinha da pesquisadora, denotando uma vida marcada pela ausência de reconhecimento e gratificação. Assim como Paula, os participantes da pesquisa de Lesson e Nixon (2011) e Tanakaa et al. (2011) que sofreram violência física e psicológica mostram dificuldade de compaixão consigo mesmos, apesar da história de violência intrafamiliar. Esse achado nos leva a pensar que fazer as pazes com a própria história e a capacidade de se tratar de modo gentil são recursos psíquicos protetivos para adolescentes que vivem o drama da violência intrafamiliar. Entretanto, como desenvolver tais recursos na ausência de rede de apoio e cuidados emocionais? Tal fato também nos faz ponderar sobre a urgência de intervenções acolhedoras do sofrimento emocional no ambiente institucional.

Também os adolescentes que participaram do estudo de Haan et al. (2017) sinalizaram crenças negativas sobre si e sobre o mundo como importante desdobramento da violência intrafamiliar, sendo as meninas mais suscetíveis, e independente de outros fatores como idade, histórico de migração e qualidade dos cuidados recebidos fora de casa. Tais crenças revelam o sentimento de impotência das jovens diante de um mundo perigoso e imprevisível, seu desamparo e a percepção de que o sofrimento decorrente da violência marcará suas vidas para sempre conforme revela Patrícia: “*vai carregar para sempre essa dor*” (3º encontro).

No caso de Paula e Patrícia, a crença de que não encontrarão sustentação emocional no ambiente parece ser um dos resultados do acúmulo das experiências traumáticas que viveram. Para Winnicott (1999/1969), a confiança da criança no ambiente é construída pela repetição de experiências de satisfação de necessidades ao longo do tempo, caminho que é também pontuado por frustrações que são, no entanto, proporcionais aos recursos que a criança desenvolveu até então. Quando há encontro entre o que a criança necessita e o que o cuidador provê, estabelece-se

a base para a experiência de ilusão, de acordo com a qual a criança se sente no centro do mundo para somente em um momento posterior ser capaz de desiludir-se, ou seja, reconhecer seus limites sem perder suas possibilidades de existir de modo autêntico e real.

Sendo assim, desde que não haja interrupções em sua continuidade existencial, o bebê começa a se sentir real em seu próprio corpo como resultado da integração dos cuidados físicos e emocionais que permitiram a ilusão de ter criado/encontrar o seio e a satisfação para as suas necessidades (Winnicott, 1971/1975). Esse sentimento de onipotência inicial resultante da fusão cuidador- bebê vai sendo pouco a pouco substituída pelo reconhecimento da alteridade do cuidador quando é apresentada a realidade ao bebê em pequenas doses (Winnicott, 1949/1982). Podemos supor que, no caso das participantes deste estudo, ainda que tenham criado imaginativamente um ambiente suportivo, não o encontraram de modo suficiente na realidade, sendo esse fracasso repetitivo do ambiente o que se converteu na desconfiança e desesperança presentes em suas falas.

Considerando Paula e Patrícia viveram inúmeros episódios de violência intrafamiliar nos ambientes humanos que supostamente deveriam tê-las sustentado, parece-nos que a desilusão, que na concepção winnicottiana é a contraparte necessária para a aproximação gradual e protegida da realidade, converte-se aqui em desesperança duradoura (Nunes & Sales, 2015; Oliveira et al. 2016; Pinto Junior et al., 2015; Tardivo, 2017; Tardivo & Pinto Júnior, 2011; Wilkinson & Bowyer, 2017; Waikamp & Serralta, 2018; Weber, Jud & Landolt, 2015) como ilustra Patrícia no 3º encontro: *“Você tem que perceber que você é sozinha na vida, não importa se tem família ou namorado, a gente fala que tem amigo ou colegas só pra sustentar isso para as pessoas, mas quando você tem um problema ninguém vai te ajudar”*.

Às participantes foi apresentado *“um mundo ruim”* (Paula, 1º encontro) que por ter impedido a protetora experiência de ilusão e a aproximação gradual da realidade com sua natureza violenta converteu-se em experiência traumática. De acordo com Winnicott (1965/1994), a experiência do trauma acontece quando a criança deixa de ser atendida em suas necessidades no período de dependência, de modo que a realidade se torne intrusiva atravessando a capacidade infantil de digerir ou compensar a falha do ambiente. Isso significa que a experiência traumática interrompe a sensação de continuidade-de-ser que o *continuum* de cuidados

ofertados por um ambiente que oferece previsibilidade, segurança e confiabilidade proporciona (Winnicott, 1971/1975). Figueiredo (2018) acredita que as vivências traumáticas não se restringem à fase da dependência, pois a continuidade existencial pode ser rompida em qualquer fase da vida, sempre que uma invasão supera os recursos emocionais do indivíduo. Já em nosso 1º encontro, Paula referiu a dificuldade de lidar com a presença materna que perdurou até a adolescência: “*Ela bagunçava meus sentimentos*”.

A literatura científica também alerta quanto ao potencial traumático do acúmulo de experiências de violência intrafamiliar, como ocorreu com Paula e Patrícia, quando comparadas a um tipo único de violência (Adams et al., 2016; Haan et al., 2017; Karsberg et al., 2018; Munzer, Fegert & Goldbeck, 2016; Oliveira et al., 2018; Witt et al., 2016). É evidente que não se trata de quantificar a violência sofrida pelas participantes, mas de refletir sobre como o conjunto dos variados tipos de violência intrafamiliar (Leeb et al., 2008) se converteram no campo de sentidos afetivo-emocionais que giram em torno do desamparo e da desesperança permanente.

Hohendorff e Patias (2015) nos auxiliam na reflexão que aqui fazemos ao elencar fatores que modulam o grau de impacto emocional da violência sexual sofrida por crianças e adolescentes como: fatores que abarcam a individualidade da vítima (predisposição a adoecimento mental); fatores relacionados aos agressores (grau de proximidade e parentesco e faixa etária); fatores relacionados ao(s) episódio(s) violento(s) (duração, frequência e intensidade); fatores relativos ao ambiente social e afetivo (presença de rede de apoio e reação do ambiente diante da revelação). Embora os autores estejam se referindo à violência sexual, concordamos com Wilkinson e Bowyer (2017) que esses fatores contribuem para considerações sobre o impacto de outros tipos de violência intrafamiliar, sobretudo porque é frequente a co-ocorrência de diferentes tipos de maus-tratos (Munzer, Fegert & Goldbeck, 2016; Oliveira et al., 2018; Witt et al., 2016), como também atestamos neste estudo.

As experiências vividas por Paula e Patrícia se alinham aos fatores indicados por Hohendorff e Patias (2015) quanto à gravidade dos episódios. Desde a perspectiva de uma psicologia concreta (Bleger, 1963/2007) que entende o sofrimento emocional absolutamente vinculado às condições concretas de vida,

entendemos que a violência do ambiente familiar das participantes começa pela situação de vulnerabilidade social de sua família, dado que o abandono do Estado constitui uma violência estrutural que não pode ser desconsiderada como fator sociopolítico que incide diretamente sobre a conduta dos indivíduos (Bleger, 1963/2007). Esse quadro de desamparo que deixa a família à deriva e tem na ausência paterna (Miura, Tardivo & Barrientos, 2018) uma espécie de fuga dessa precarização da vida que, por sua vez, renova o ciclo da opressão feminina sustentada pela organização social patriarcal (Butler, 1990/2003; Chodorow, 1978; Safiotti, 2001), acaba responsabilizando a mãe pelo destino dos filhos.

A respeito da precariedade social, Patrícia afirma em nosso 7º encontro que o local em que residiam com a avó e o tio, antes de serem institucionalizadas na Casa Lar, “*era um barraco que mal cabia a gente*”. Segundo Paula, o tio materno, que também passou pela instituição de abrigamento, usava suas roupas para “*fazer programa*”, enquanto as tias estavam envolvidas com exploração sexual e tráfico de drogas, além de uma tia já ter tentado cometer suicídio.

É evidente que este cenário marcado pela carência de recursos de mulheres vitimadas pela violência de gênero intensifica o sentimento de desamparo vivido pelas participantes. Afinal, sem sequer vislumbrar o suporte físico e emocional do lar, somado à vulnerabilidade social em que vivem, Paula imagina que a vida adulta não será diferente, pois terão que “*morrer de trabalhar e conseguir alguma coisa sozinhas*”. Assim, a participante revela sua crença na manutenção do desamparo, que as acompanhará na vida adulta (Oliveira et al. 2016; Narayan et al., 2017; Nunes & Sales, 2015; Pinto Junior et al., 2015; Tardivo, 2017; Tardivo & Pinto Júnior, 2011; Wilkinson & Bowyer, 2017; Waikamp & Serralta, 2018; Weber, Jud & Landolt, 2015).

Desse modo, a fragilidade da rede de apoio na adolescência é um fator que intensifica o sofrimento emocional e o sentimento de desamparo (Hildebrand, Celeri, Morcillo & Zanolli, 2019; Wikinson & Boyer, 2017) sobre o qual versa o campo vivencial que estão habitando. Vale lembrar que embora Winnicott (1983/2007) destaque a preponderância do holding para a constituição do self nos primórdios da vida, o adulto alcança uma independência relativa, mantendo a necessidade de sustentação e reconhecimento, sempre que uma crise se afigura.

Além do desamparo social da família, a qualidade do relacionamento parental (Harold & Sellers, 2018) e a vivência de experiências adversas durante a infância, tais como histórico de violência intrafamiliar, problemas de saúde mental, abuso de substâncias, separação, histórico de crime (especialmente de natureza sexual) e dificuldade de aprendizagem são fatores que interagem de modo complexo tornando a família vulnerável ao risco de reprodução da violência intrafamiliar.

A despeito desse quadro de convergência de vulnerabilidades, Paula e Patrícia entendem as falhas do ambiente familiar como irresponsabilidade materna. Não temos dúvida quanto ao fracasso desse ambiente familiar na oferta de condições para o desenvolvimento emocional saudável, mas queremos sublinhar a reprodução do imaginário social sobre o lugar da mãe, e aqui a avó se inclui como figura materna, como a única responsável pelo desfecho da vida dos filhos. Dado que a mãe das participantes também cresceu em um ambiente violento, notamos não somente a perpetuação do ciclo da violência intrafamiliar e a revitimização na vida adulta, mas a perversidade da organização patriarcal com as mulheres (Butler 1990/2003), ao converter vítimas em culpadas, o que favorece sofrimentos femininos (Assis, 2019).

O imaginário social construído em torno de uma figura materna idealizada e dotada de um suposto instinto materno sustenta a sociedade que confia uma criança a braços femininos pelo simples fato de tratar-se de uma mulher (Moraes & Granato, 2016; Ribeiro & Granato, 2019; Diniz, 2020; Aching & Granato, 2016) naturalizando a maternidade (Federici, 2019; Badinter, 2011). Granato, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2011) constataram que este mesmo imaginário idealizado comprometia a oferta de um cuidado acolhedor de enfermeiras de um hospital a mães que se mostravam ambivalentes em relação ao recém-nascido, uma vez que atribuíam essa conduta à falta de investimento e amor materno.

No caso da mãe de Paula e Patrícia, supomos que sua capacidade de cuidar tenha sido comprometida pela continua oscilação entre a condição de objeto de exploração pelos homens e por sua própria mãe, restando-lhe a reprodução automática da violência, desta vez no papel de agressora das filhas. Como é possível perceber, a conduta materna só pode ser compreendida a partir de seu contexto concreto de vida (Bleger, 1963/2007) a partir de uma escuta sensível que é capaz de ouvir a voz da criança no adulto (Figueiredo, 2018). O fato de que a mãe

das participantes tenha buscado o CRAM como rede de apoio, de modo recorrente, para escapar do ciclo da violência de gênero e da vulnerabilidade social em que permanece (re)vitimada (Nogueira, et a. 2021) só confirma a hipótese de reprodução transgeracional da violência.

Nesse sentido, podemos supor gerações de mulheres desprovidas de holding familiar e social na família de Paula e Patrícia, habitando o campo do desamparo emocional e social (Aching & Granato, 2016), para na adultez apresentarem dificuldades de nutrir vínculos saudáveis e protetivos com os filhos e com o mundo. No entanto, a mulher segue sendo responsabilizada pela infelicidade dos filhos que como Paula e Patricia não compreendem as raízes da violência materna e de sua permanência em relacionamentos abusivos: *“Porque quer, ou porque é muito louca!”* esbraveja Paula logo em nosso 1º encontro. Nem os quase 400 adolescentes participantes da pesquisa de Singulano e Teixeira (2020) associam a violência doméstica com a desigualdade de gênero, prevalecendo os valores machistas de nossa sociedade, inclusive entre as meninas.

A impossibilidade materna de oferecer um ambiente seguro e protetor, pois *“ela vive no mundo da lua”*, segundo Patrícia, se expressava em agressão e intrusão na vida das participantes, sendo esta a principal queixa desde o 1º encontro. A expectativa frustrada de ter as necessidades satisfeitas para encontrar, em seu lugar, somente agressão e negligência gerou um profundo sentimento de revolta e indignação contra a violência perpetrada pela mãe: *“Precisava sair sangue para ela ver que já deu”* (Patrícia). Além dos episódios relatados pelas participantes, consta no prontuário de Patrícia que havia sido golpeada na cabeça, diversas vezes, pela mãe.

Sobre a violência psicológica (Mwakanyamale & Yizhen, 2019) Paula expressa sua indignação no 3º encontro e sua forma de enfrentá-lo: *“Ela humilhava a gente o tempo todo, a Patrícia só chorava, mas eu xingava de volta! [...] ela xingava a gente de puta o tempo todo”*. Patrícia lamenta o fato de a mãe estimular a rivalidade e a agressividade entre elas: *“Ela não queria que nós fôssemos amigas”* (2º encontro).

Patrícia só tem 30% da audição preservada. Além de sofrer de uma doença rara desde a infância no aparelho auditivo, Patrícia teve um tumor recentemente que teve que ser retirado. Essa notícia nos remete as suas falas em nosso 1º encontro

sobre ter ouvido repetidas vezes que é uma “*menina podre e imprestável*” depois de três tentativas de aborto da mãe: “*Ouvir isso de uma mãe é inacreditável*” conclui com pesar. Embora nos afastemos de concepções que tratem os sofrimentos emocionais de forma rasa a partir de uma lógica causal, não deixamos de ficar impactadas emocionalmente com a relação metafórica entre o sofrimento emocional e o problema de saúde de Patrícia.

Além de ser abusiva psicologicamente com as filhas de modo dramático compreendemos que a mãe foi negligente emocionalmente (Mwakanyamale & Yizhen, 2019) com as participantes ao ignorar suas necessidades emocionais. Um fato que exemplifica esse tipo de violência é o fato de rivalizar com as filhas omitindo-se em seu papel de adulta protetora. Patrícia sofreu a dor da negligência ao ficar em situação de mendicância, além de outras situações como Paula ilustra: “*Minha mãe nunca cozinhou, ela só cozinhava quando namorava, para ele, não para a gente*” (4º encontro).

Além das múltiplas agressões que parecem ter sido registradas no campo do desamparo, as irmãs testemunharam a mãe sendo colocada no lugar de vítima, como na situação em que Patrícia tenta proteger a mãe de uma agressão: “*No dia seguinte, eu ainda apanhei*” (4º encontro), conta a participante triste e perplexa sobre a preferência materna pelos homens em detrimento das próprias filhas. As irmãs também testemunharam outras mulheres da família vítimas da exploração sexual e de relacionamentos abusivos, que as levaram a concluir que só tiveram acesso a “*exemplos ruins*” (Patrícia, 1º encontro), mas que desejavam uma outra forma de estar no mundo como objeto do desejo do outro.

A violência sexual também fez parte da vida das participantes à medida que foram se aproximando da adolescência (Miranda, Barreto, Lirio & Clemente, 2020), época de maior incidência de abuso sexual em meninas (FBSP, 2021; UNICEF, 2021). Paula sofreu constantes abusos sexuais, dos 7 aos 11 anos, de seu padrinho cuja promessa era tirá-la do Abrigo e acolhê-la em sua casa. Já Patrícia teve que lidar com a violência sexual por parte de um namorado da mãe, adultos que supostamente deveriam protegê-la. Enquanto a vítima de abuso sexual costuma sentir culpa ou medo de revelar a violência por medo de retaliação (Almeida, Miranda & Lourenço, 2013; Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019), Paula tentou romper a Síndrome do Segredo (Furniss, 1993), também conhecida como lei do

silêncio (Araújo, 2002), e a cegueira de sua tia diante dos abusos: *“Eu sempre fui bocuda e disse que ela [tia] só não queria enxergar! E se fossem seus filhos? E se fossem seus netos?”* (2º encontro). Porém, seus esforços foram em vão. Patrícia também teve que enfrentar a negação materna diante da violência sexual do namorado, quando a própria Patrícia acompanhada da tia buscou o Conselho Tutelar para se proteger da indiferença materna após a revelação do abuso (Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019).

Um aspecto importante desse tipo de experiência traumática referido por Ferenczi (1932/1990) é o fato do desmentido, seja pela invalidação, punição ou silenciamento da vítima diante de seu relato. A negação do adulto pode convencer a criança de que sua experiência de violência não é relevante, levando a um apagamento dessa memória, transformando-a em trauma, que pode acompanhá-la até a adultez (Ferenczi, 1932/1990). A reação do ambiente diante da revelação é determinante para a vivência de sentimentos de raiva, injustiça e culpa (Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019, Hohendorff & Patias, 2017) como atestamos no relato de Paula.

Além da violência sexual física, Paula e Patrícia habitaram um mundo sexualizado, marcado pela banalização e exploração da sexualidade e objetificação do corpo como mercadoria, ao testemunharem a família envolvida com a exploração sexual de seus membros e ouvirem a mãe tendo relações sexuais com diferentes homens dentro de casa. Além de testemunhas, as adolescentes foram vítimas desse mesmo jogo perverso (Campbell, 2020; Gunnlaugsson et al., 2011; Marques et al., 2020; Peterman et al., 2020 Piosiadlo, Fonseca & Gessner, 2014), pois só podiam receber seus namorados em casa sob a condição de gratificar a mãe: *“Naquele dia, ele não tinha dinheiro e tinha acabado de sair do serviço, então ela disse que ele não prestava para ser meu namorado”* (Patrícia, 1º encontro). A mesma lógica sujeito-objeto era estabelecida quando a mãe recomendava que as meninas pedissem recompensas aos namorados com quem mantinham relações sexuais: *“Mas, na verdade, ela queria tudo para ela”*, conclui Patrícia.

Assim notamos que a violência sexual impregnava o cotidiano daquela família, sendo a hipersexualização materna um sintoma de um viver marcado por violências sexuais (Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019; Trickett, Noll & Puntnam, 2011). Sabendo que a mãe é agredida pela avó podemos supor que ela seja uma

dentre 96,8% das pessoas que cometem violência intrafamiliar (incluindo a violência sexual) depois de ocuparem o lugar da vítima na infância (Hildebrand et al., 2015). Concordamos com Lainetti (2014) quanto ao sentimento de traição e desconfiança não se restringir ao agressor que cometeu a violência sexual, abarcando também as pessoas que não se mobilizam para interrompê-la ainda que cientes dos episódios.

Apesar de ter vivido em um ambiente sexualmente invasivo, Patrícia não se considera, pelo menos conscientemente, uma vítima de violência sexual, mas acredita que essa situação seja a pior coisa que pode acontecer na vida de uma menina, por causar uma ferida duradoura e impossível de ser cicatrizada, sobretudo quando o vínculo com o agressor é estreito. A aproximação lúdica, via NI, desse assunto delicado permitiu sua expressão emocional: “*Ela [personagem] nunca vai esquecer, vai acordar e lembrar disso todos os dias, vai carregar para sempre essa dor*” (3º encontro). Paula também classifica a violência sexual como a mais prejudicial em termos de invasão do self: uma coisa é você apanhar, outra é alguém mexer com você!” (3º encontro).

A conclusão das participantes corrobora os achados de Munzer, Fegert e Goldback (2016) e Oliveira et al. (2018) sobre a experiência de violência sexual estar associada a menor qualidade de vida e adoecimento mental, quando comparada à experiência de maus-tratos que excluem a violência sexual. Esse impacto da violência sexual se faz sentir em várias dimensões: física, emocional, cognitiva, comportamental e social, podendo se desdobrar em psicopatologias que prejudicam significativamente o viver (Choudhary; Satapathy & Sagar, 2019; Hohendorff & Patias, 2017).

Além dos fatores psicossociais que apresentamos ao longo desta discussão, a discrepância entre o cuidado demandado pelas participantes e a inadequação do ambiente nos remete à confusão de línguas (Ferenczi, 1933/2011) que pode se estabelecer entre o mundo adulto e o infantil. Ferenczi (1933/2011) define a língua da ternura como a comunicação lúdica infantil enquanto atribui a linguagem da paixão ao mundo adulto.

Essa assimetria de maturidade que desemboca na assimetria de poder entre adultos e crianças (Azevedo & Guerra, 2015) também nos é comunicado por Paula e Patrícia através de Marie, a protagonista do seriado “*Inacreditável*” com a qual estão identificadas para mostrar o sofrimento da menina (des)abrigada que sofreu

violência sexual nos mostrando que a possibilidade emocional das participantes é aproximar-se do tema pela via ficcional. À semelhança do que ocorreu com as participantes, Marie foi desacreditada pelos pais adotivos e pelas pessoas de seu entorno que silenciaram e reprimiram seu relato, como é comum nos casos de abuso sexual (Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019; Ferenczi, 1933/2011; Hohendorff & Patias, 2017). Além de Marie ser considerada “problemática” em razão do histórico de abrigo, outro aspecto salientado por Paula e Patrícia, nossas participantes enfatizam que somente a policial (uma mulher) acreditou em seu relato de abuso sexual. Desta identificação dramática com a série, podemos depreender o temor das irmãs continuarem sendo desacreditadas após a saída da instituição quando perderão o último teto que as abrigou antes da maioridade. Afinal, se alguns adultos da instituição “*não acreditaram em mim*” (Patrícia, 5º encontro) quem acreditaria mundo afora? Quem poderia salvá-las do desamparo?

Nem os relacionamentos amorosos, nem a conjugalidade parecem acenar como alternativas para socorrê-las como afirmaram meninas abrigadas em estudo anterior (Bonfatti & Granato, 2021). O encanto que cerca o imaginário infantil sobre o desfecho de alguns Contos de Fadas – “*E viveram felizes para sempre*” – se desfez precocemente para Paula e Patrícia, pois as experiências de violência sexual, incluindo aquelas vividas pela mãe e testemunhadas pelas irmãs as levaram a concluir que os homens “*não prestam [...] hoje, para mim, os homens são um lixo [...] de 100 homens, 95 são ruins*” (Patrícia, 4º encontro). Embora Paula pondere sobre o homem que pratica violência com uma mulher ter supostamente sofrido muito na infância, concorda com Patrícia acerca da impossibilidade de confiar na figura masculina (Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019).

A conclusão de que a violência sexual é uma das maiores causas de sofrimento para Paula e Patrícia vai ao encontro do estudo de Freitas et al. (2021) cujas participantes afirmam que o aspecto mais negativo de pertencer ao gênero feminino é a vulnerabilidade à violência sexual enquanto uma das repercussões da desigualdade de gênero em nossa sociedade, sofrimento feminino (Assis, 2019) que se aprofunda quando o imaginário coletivo sobre o adolescente o define como socialmente invisível ou como problemático (Assis, Aiello Fernandes & Aiello-Vaisberg, 2016).

Retomamos a afirmação categórica de Paula sobre Ihe ter sido apresentado “*um mundo ruim*” (1º encontro) ao se referir a violência do ambiente em que viveu. Ao se depararem com a impossibilidade de criar/encontrar satisfação para suas necessidades, tiveram acesso ao pior lado do ser humano em diversos aspectos que incluem a violência intrafamiliar, a sexualidade, o desamparo emocional, a pobreza material e a ausência paterna. A escassez de sustentação emocional ativa defesas primitivas de quem precisa se defender de uma realidade invasiva e desacolhedora (Ferenczi, 1929/2011), impedindo o viver espontâneo. Privadas da vivência de serem bem recebidas na família, que possibilitaria viver a experiência de ilusão que fundamenta a confiabilidade do ambiente, a possibilidade de sonhar e a esperança de ser acolhidas (Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019), só Ihes resta a sobrevivência psíquica.

A agonia de não poder viver espontaneamente nos é colocada através da ficcionalidade logo no 1º encontro, quando Paula usa a personagem Manuela, a protagonista da NI que cuida de seus irmãos para dizer que “*ela não tem a própria vida!*”, na medida em que tem que se sacrificar para desempenhar uma tarefa que não Ihe cabe. Isto é, vive uma vida de submissão ao desejo do outro. Patrícia concorda. As irmãs nos avisam: não podemos viver espontaneamente.

A lucidez das participantes quanto a não terem sido bem-vindas na família Ihes coloca a questão: como pais que “*não estão aptos para terem filhos*” e não estão disponíveis afetivamente para o cuidado “*colocam filhos no mundo?*”, confirmando a teoria de Ferenczi (1929/2011) sobre a criança mal acolhida. Tal questionamento também parece ser resultado da inversão de papéis com os pais, na falta de um ambiente sustentador, quando Paula e Patrícia precisaram amadurecer precocemente para dar conta de si próprias como Manuela, a personagem da NI, que precisou abdicar de sua infância para cuidar de três crianças na ausência dos pais.

Notamos que há um afrouxamento das fronteiras intergeracionais na família das participantes, pois enquanto Paula e Patrícia percebem que nenhum adulto da família irá protegê-las, a mãe parece também ocupar um lugar infantilizado para a avó que ainda a violenta, sendo coisificada (Azevedo & Guerra, 2015; Moreira & Lima, 2020; Santana & Santana, 2016). Ora a mãe é agressiva com as filhas, ora é figura passiva e vítima da agressão dos homens (Corbett, 2014). Esse ambiente

caótico e, portanto, intrusivo falha nos vários aspectos do cuidado que estabelece as bases para um viver saudável.

A hostilidade e imprevisibilidade do ambiente, além de interromper a continuidade existencial favorece um amadurecimento defensivo e precoce (Winnicott, 1965/1994), na medida em que precisa assumir o cuidado negligenciado pelos adultos. Patrícia demonstra sua indignação com a imaturidade emocional dos adultos: “*muitos adultos sem responsabilidade no mundo*” que não “*usam camisinha*” nas relações sexuais e “*não pensam no amanhã*”, questionando a própria história de negligências múltiplas.

A situação de vulnerabilidade social somada ao desamparo emocional é outro fator que parece contribuir para o amadurecimento precoce das participantes. Em nosso 8º encontro, depois de Paula e Patrícia terem contado suas histórias de violência intrafamiliar e entrarem em contato com a história e o modo de enfrentamento da realidade pela outra, trazem outra preocupação: como se sustentarão física e emocionalmente após a saída do abrigo? Afinal, a maioria se aproxima para as duas.

O campo de sentido afetivo-emocional habitado por Paula e Patrícia guarda um paradoxo: a “*menina abrigada*” teve e continua tendo muitas pessoas ao redor, mas nenhuma capaz de prover suas necessidades. Elas estão narrando o sofrimento da solidão acompanhada em seu percurso pelos diversos refúgios, inclusive a própria instituição de abrigamento que nos parece socorrê-las das invasões da realidade e do abandono de suas necessidades. A falha nos cuidados se repetiu nos lares substitutos das participantes (a família adotiva de Patrícia e a casa dos padrinhos de Paula, por exemplo). Nesse sentido, Paula usa a personagem Barbara para expressar a condição da adolescente que sofreu violência intrafamiliar e foi institucionalizada “*se ela não tivesse sofrido muito na vida ela não estaria no abrigo*” (5º encontro).

Embora nos pareça que o período de abrigamento tenha sido vivido como descanso da realidade, e talvez como oportunidade para repensarem a própria vida relaxando as defesas contra um mundo invasivo, as irmãs são categóricas em afirmar que não podem contar com ninguém, incluindo os pares e os cuidadores da instituição. A proteção do Abrigo que as resgatou da hostilidade do universo familiar é ilustrada por Patrícia em nosso 4º encontro: “*O Abrigo é muito bom para mim, se*

eu não morasse aqui eu estaria tendo uma vida louca me prostituindo e usando drogas como a minha mãe e a minha vó”, no entanto, *“quem não gosta de regra não consegue ficar no Abrigo, porque aqui tem muita regra. É tenso, as vezes você tem que respirar fundo, e seguir em frente, ter paciência sabe...”*. Entre a violência do ambiente familiar e o deserto afetivo da instituição, a permissividade caótica de um ambiente e a rigidez protetora do outro, as participantes revelam que nunca viveram em um lar suficientemente bom: aquele capaz de integrar cuidados técnicos e afetivos (Winnicott, 1963/1994).

A expressão *“menina abrigada”* utilizada por Patrícia (5º encontro) não é usada somente para comunicar o desamparo emocional que habitam, mas o estigma carregado pelas irmãs em razão de pertencerem a uma condição socioeconômica desfavorecida e terem sido institucionalizadas. Patrícia se sente diferente de crianças e adolescentes que não *“moram em abrigo”* e que tem *“pelo menos uma avó, um tio, ou alguém que cuide dela”*. De acordo com Patrícia, esse estigma permanecerá após atingirem a maioridade, pois a menina *“ex-abrigada”* é considerada *“problemática”*. Não foram raras as vezes em que a participante foi desacreditada por profissionais da instituição como comentamos anteriormente.

Paula também percebe um *“olhar de superioridade”* (8º encontro) dos conhecidos, inclusive de seus antigos colegas de trabalho (quando era jovem aprendiz) desde que foi alojada na instituição e passou a usar cadeira de rodas, mostrando que o sentimento de invalidação não se restringe ao âmbito familiar, de modo que sua doença também seja outro fator que some vulnerabilidades ao estigma de pertencer ao grupo social *“menina abrigada”*.

Assim, compreendemos que as participantes sofrem três importantes fraturas éticas contemporâneas identificadas por Safra (2014): a humilhação decorrente da exclusão social, o desenraizamento ético que surge através de um mundo apresentado a criança como descomprometido de seu cuidado e alheio ao sofrimento humano, e a invisibilidade que constitui a experiência de não ser visto no campo social. Carreteiro (2003) enfatiza essa última condição na produção de sofrimento emocional.

Winnicott (1967/1975) já havia destacado que o sentimento de mais valia, segurança, autoestima e pertencimento advêm da experiência de ser visto e

acolhido pelo outro (seu cuidador primário) no começo da vida, cuidado que se estende a outras pessoas, o que ele chamou de “*função de espelhamento*” e que sintetiza na seguinte frase: “*Quando olho, sou visto, logo existo!*”. Articulando a perspectiva de uma psicologia concreta (Bleger, 1963/2007) aos pressupostos winnicottianos sobre o ambiente e à compreensão de Safra (2014) no campo do cuidado ético, compreendemos que essa função de espelhamento que acolhe o gesto do bebê vai sendo continuamente ampliada a outros círculos de relacionamento em que a criança e sua família estão inseridas. Assim, o campo “*A menina abrigada não tem ninguém*” nos remete ao sofrimento das participantes que, em suas diferentes trajetórias, não foram bem recebidas no mundo ao serem despojadas de um tratamento humano e compreensivo desde, seja nos braços da mãe, da família ou da sociedade.

Embora não seja uma regra, de modo geral parece-nos que no caso de Patrícia prevalecem os sentimentos de tristeza, rejeição e abandono, registro emocional que possivelmente se estabeleceu com o abandono físico e afetivo da mãe biológica que tentou abortá-la três vezes e, depois, com o abandono da mãe adotiva. Já para Paula, os sentimentos de raiva e injustiça dominam, possivelmente por ter se sentido manipulada pela mãe, quando sofria variadas violências, a despeito de ser identificada pela mãe como a filha favorita. Essa ilusão permaneceu até que Paula se desse conta da “*traição materna*”, pois a mãe estimulava a rivalidade entre as irmãs, estratégia perversa para que não desenvolvessem um vínculo protetivo: “*Todos os dias ela dava um jeito de colocar eu e a Patrícia uma contra a outra*”, “*ela não gostava de ninguém que quisesse meu bem*” (Paula, 3º encontro).

Além das variadas decepções a que já nos referimos, a ilusão de Patrícia ser finalmente acolhida por uma família adotiva e a ilusão de Paula ser a filha favorita desembocou na derradeira decepção das participantes ao retornarem ao lar materno na adolescência. O que parecia ser um resgate de Patrícia, que estava em um abrigo distante de sua cidade natal, e de Paula, que morava com um padrinho sexualmente abusivo, converteu-se numa decepção ainda maior. Isto porque a mãe se aproximou com promessas acolhedoras recorrendo à sedução: “*No começo, eu fui pra casa dela e todo dia era McDonalds, doces, salgadinhos*” (Patrícia, 3º

encontro). As participantes, que tiveram uma vida marcada por (des)abrigamentos, ainda nutriam esperanças de um final feliz, mas o retorno a casa da mãe *“foi um inferno”* quando até mesmo o *“juiz achou que ela tinha mudado”*.

Assim concluímos que o campo *“a menina abrigada não tem ninguém”* comporta a desilusão das participantes, ao lhes ser retirado o colo materno, familiar e social, com a exigência de andar precocemente com as próprias pernas, engendrando o sentimento de desamparo e desesperança duradouros. Talvez não tenha sido por acaso que Paula perdeu o movimento das pernas diante de uma exigência de maturidade precoce que se arrastava em sua vida há anos.

Embora sozinhas num mundo desacolhedor que falha em termos emocionais, éticos e sociais, Paula e Patrícia se esforçam para romper o ciclo da violência do ambiente familiar buscando imaginativamente caminhos distintos dos traçados pelas mulheres de sua família que permanecem vivendo relacionamentos assimétricos (Nogueira et al., 2021). Contudo, cada uma das participantes apresenta modos distintos de enfrentar a realidade, o que, inclusive, gera conflito entre elas.

Patrícia se mostra ambivalente, embora enfatize a desconfiança nas relações interpessoais: *“Se eu tiver um amigo é a mesma coisa, na hora que você precisa mesmo você não tem ninguém, é você por si”*, que se estende aos pares e cuidadores, *“É difícil não ter ninguém para contar, nem família, nem amigos e nem educadores”*, e a um futuro companheiro, *“não sei se amanhã ele vai me abandonar”*, oscilando entre o medo e o desejo de estabelecer novos vínculos.

Parece-nos que a urgência que Patrícia manifesta pela maternidade seja um dos recursos para salvar-se do histórico de relacionamentos familiares fragilizados, conforme sintetiza nesta frase emblemática sobre ter filhos: *“Para dar todo o amor que eu não tive”*. A maternidade na adolescência faz parte do projeto de vida de muitas adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Além da maternidade ser socialmente considerada o ápice da realização feminina, Santos e Motta (2014) identificaram que, embora não seja uma regra, nas famílias em situação de vulnerabilidade social a transição para a maternidade (Aching & Granato, 2016) confere uma mudança de status social à adolescente, uma vez que o lugar social que ocupam numa classe socialmente desfavorecida restringe suas oportunidades (Ribeiro, 2016).

Como parece ser o caso de Patrícia e de outras adolescentes acolhidas institucionalmente, a maternidade é imaginada como fonte de motivação e amadurecimento (Gontijo & Medeiros, 2008; Penna et al., 2012; Santos & Motta, 2014), como fonte de amor e resgate da possibilidade de estabelecer laços afetivos permanentes (Gontijo & Medeiros, 2008; Rosa, Reis & Tanaka, 2007; Santos & Motta, 2014), ou como a possibilidade de ter um futuro, o que protege do abandono e permite a jovem vislumbrar um projeto de vida (Gontijo & Medeiros, 2008; Penna et al., 2012; Reis & Monteiro, 2007; Santos & Motta, 2014; Cruz, 2015), anseios que se diferem de adolescentes que não sofreram violência intrafamiliar (Miura et al., 2019).

Sendo vivida como mudança positiva no status da jovem ou uma salvação para suas vulnerabilidades, a gravidez nesta situação engendra sofrimento psíquico e pode ser vivida como mais uma situação de desamparo pela jovem (Miura, Tardivo & Barrientos, 2017; 2018) especialmente quando a adolescente se depara com o bebê concreto e o cotidiano da maternidade que se opõem dramaticamente às produções de seu imaginário (Penna, et al., 2012; Santos & Motta, 2014).

Para Patrícia, a possibilidade de cuidar de um bebê como gostaria de ter sido cuidada e ser objeto de investimento afetivo da criança a salvaria dos vínculos interrompidos resgatando a continuidade existencial e garantindo um laço afetivo permanente em sua vida. Fazendo-se mãe de seu bebê, estaria ela, de modo especular, cuidando de si, em um processo de autocura, como seus projetos profissionais sugerem: “*cuidar de crianças que foram abandonadas*” (8º encontro).

Chamou a nossa atenção o fato de que paralelamente ao ideal de ser mãe, Patrícia ainda sonhava com a possibilidade de ser adotada, apesar de seus 16 anos, mantendo viva a esperança de ser cuidada por pais amorosos. Ao longo dos encontros seu investimento nesse imaginário sustentado pela sua necessidade de cuidados primitivos se converteu em uma preocupação mais realista, quando começou a se questionar sobre como iria sobreviver em termos psíquicos e materiais após a chegada da maioridade e a consequente desinstitucionalização.

O dramático paradoxo entre viver no desamparo e a necessidade de amadurecer precocemente parece se arrastar na vida das participantes. Embora a imaturidade seja um traço saudável da adolescência, conforme ponderação de

Winnicott (1989/2016), as irmãs percebem que devem sacrificá-la em prol de um pseudo-amadurecimento defensivo.

Paula também recorre aos próprios recursos na falta de um ambiente confiável e emocionalmente sustentador. Durante nossos encontros, ao descobrir o desejo de Patrícia a critica por ser romântica e imatura demais aos seus olhos: “*Olha, eu acho errado uma jovem querer ser mãe! Ela nem sabe o que quer da vida, como vai querer ter um filho?*”. Paula talvez reconheça a vulnerabilidade psíquica da adolescente em situação de abrigo para acrescentar mais uma – ter um filho (Miura, et al. 2020; Miura, Tardivo & Barrientos, 2017; 2018; Penna et al., 2012; Santos & Motta, 2014).

Enquanto Patrícia oscila entre a desesperança nas relações e o sonho de construir uma família como forma de desfrutar de laços de confiança, Paula repudia esse desejo depois de “*tudo o que já sofreram na vida*”. Paula talvez perceba (in)conscientemente a identificação com a figura materna, pois além de ter se aliado com ela contra Patrícia durante o período que moravam com a mãe, a participante se dá conta de que se continuasse vivendo com a mãe “*ia virar um monstro*” (2º encontro). A adolescente reconhece que ambientes cujo idioma é a violência intrafamiliar favorecem a sua reprodução, quando diz através da personagem da primeira NI “*um dia poderia não aguentar mais a pressão de ter que cuidar dela, dos irmãos e dos filhos e acabar batendo neles assim como sua mãe fez*”, como alusão ao seu medo da repetição transgeracional da violência (Apostólico et al., 2012; Assis & Ferreira, 2012; Azevedo & Guerra, 2001; Hildebrand et al., 2015; Miura, Tardivo & Barrientos, 2018; Narayan et al., 2017; Neppl et al., 2019; Pinto Junior, Cassep-Borges & Santos, 2015; Pinto & Colossi, 2017; Pinto Junior et al., 2012; Pinto Junior et al., 2015; Wilkinson & Bowyer, 2017).

O temor de Paula também sugere a dúvida da adolescente em relação à própria capacidade de maternar, cuidar, reparar e de fertilizar novas relações mais saudáveis, o que exige disponibilidade emocional para estabelecer uma relação de confiança neste vínculo que está por vir (Clemens & Souza, 2020). De fato, uma mãe adoecida e que vive em um ambiente fragilizado pode ter mais dificuldade de sustentar a própria vitalidade e a do bebê (Safra, 2014). Enquanto Patrícia está certa de que desenvolverá a capacidade de inclinar-se às necessidades de seu futuro bebê (Winnicott 1956/2000), provendo um investimento afetivo que nunca teve,

Paula duvida de sua capacidade de desenvolver a preocupação parental primária quando existem tantas demandas emocionais insatisfeitas.

Embora ambas as participantes tenham esclarecido, ao longo dos encontros, que não terão total confiança em um suposto futuro marido, Patrícia diz que deseja se casar no 8º encontro usa a protagonista da última NI para mostrar o seu desejo de se casar mostrando que apesar de não ter encontrado um ambiente humano satisfatório continua criando-o imaginativamente (Winnicott 1971/1975). Já Paula parece ter perdido a capacidade de ilusão e de sonhar com uma vida mais gratificante, acreditando que o antídoto para o seu sofrimento consiste em “*passar uma borracha no passado*” e começar uma vida “*do zero*” conforme mostra utilizando a personagem da NI: “*Marcela precisa passar uma borracha [...] esquecer tudo o que passou [...] seguir em frente e tentar ser feliz*” (6º encontro).

Apesar de ainda acreditarem na possibilidade de superar as vulnerabilidades afetivas e materiais através de uma rede de apoio suportiva, as participantes se queixam de não encontrá-la na realidade. Além disso, Paula é categórica ao afirmar, em nosso penúltimo encontro, que deseja morar sozinha para aprender a “*viver sozinha*” e ter autonomia; afinal, se considera um “*encosto*” para a irmã. O movimento de Paula nos parece uma forma de punir-se pelas vezes em que se sentiu identificada no lugar de cúmplice da mãe que a instigava contra Patrícia, bem como pelo fato de ter se tornado mais dependente de Patrícia recentemente, quando as irmãs mal se falavam e Paula adoeceu gravemente. Embora tenha relatado a manipulação materna para que ficasse contra Patrícia, Paula não parece ter clareza sobre a violência psicológica que sofreu, talvez porque o reconhecimento de que também ela esteve nesse lugar de agressora da irmã a desautorize a estar agora no papel de aceitar os cuidados de Patrícia.

A ilusão de autossuficiência de Paula revela que ainda recorre ao auto-holding, processo em que o bebê cuida prematuramente de si mesmo na tentativa de manter-se coeso e evitar a desintegração na ausência de cuidados ambientais (Winnicott, 1960/1983). Na falta de um solo seguro, Paula prefere recolher seus investimentos afetivos fechando-se para Patrícia.

Ainda que o ceticismo, o pessimismo e a desconfiança façam parte do viver de pessoas que não contaram com a hospitalidade do mundo (Ferenczi, 1929), Paula se orgulha de sua maturidade precoce e explica, no 3º encontro, que se não

tivesse uma história de violência intrafamiliar “*seria bobinha, ia acreditar em todo mundo, em tudo o que me falam!*”. Tais características bem como a dificuldade de estabelecer relações que se pautam pelo cuidado e pelo amor (Hingel et al., 2021) se expressam em várias condutas de Paula, como sua crença de que não conseguirá estabelecer uma relação de amor com um possível futuro bebê, dada a dificuldade de vislumbrar relacionamentos amorosos “*Eu não gosto de relacionamento sabe, é difícil*”, a dificuldade de pensar sobre morar junto com Patrícia após a saída da Casa Lar, embora em nossos últimos encontros as irmãs vão percebendo que talvez só tenham uma a outra para contar.

Além disso, a necessidade de cuidar de si própria, na falta de um ambiente sustentador, que se arrastou pela infância e adolescência também se revela na resistência aos cuidados e à aproximação dos cuidadores da instituição, sendo, por vezes, agressiva verbalmente com eles (Hingel et al., 2021) conforme foi observado em seu prontuário. Essa postura de desconfiança que também foi percebida na época em que realizamos o convite para participar deste estudo parece ter-se convertido em confiança genuína logo no 1º encontro.

Embora Paula e Patrícia compartilhem o sentimento de desamparo e de desconfiança nas relações, a postura de Paula nos leva a refletir sobre a intensidade do drama vivido pela adolescente, em sua dificuldade de abertura à aproximação afetiva de Patrícia. Seu movimento de recolhimento também nos remete ao conceito de “*solidão traumática*” elaborado por Ferenczi, ideia que nos parece precursora do falso self de Winnicott (1960/1983.): “*O ser que fica só deve ajudar-se a si mesmo e, para esse efeito, clivar-se naquele que ajuda e naquele que é ajudado*” (Ferenczi, 1933/2011, p.240). Para Paula, a possibilidade de depender concretamente de Patrícia parece engendrar o medo do colapso, descrito por Winnicott (1963/1994), quando a armadura empregada para o enfrentamento de uma realidade angustiante é colocada à prova. Nesse sentido, Paula conseguiu despir-se de suas defesas no 7º encontro, abrindo espaço para estreitar laços com Patrícia, movimento ao qual rapidamente sucedeu um novo recolhimento.

Paula precisa se manter mais cética que Patrícia e menos dependente do outro; afinal, é ela quem está prestes a completar a maioridade, sendo despejada no mundo sozinha e com o agravante da doença que a ceifa das possibilidades de

andar com as próprias pernas concretamente. Paula parece concluir que ela precisa ser a sua própria salvação como um “*anjo da guarda interno*” (Ferenczi, 1990).

Depois de uma vida de auto-holding (Winnicott, 1960/1983) cuidando de si na ausência de adultos capazes de realizar a tarefa parental que engendra a vivência de desamparo, dada a inversão de papéis que implica, Paula precisou aprender a andar com as próprias pernas. Conseguiu afastar-se do ambiente destrutivo do lar de origem e passou a trabalhar para garantir a própria sobrevivência, agora não somente psíquica, mas também material. No entanto, esse quadro se inverteu de forma dramática quando Paula adoeceu repentinamente, sendo levada de volta para a condição de dependência. A dependência do outro que é tão fundamental para o amadurecer saudável, tornou-se lugar perigoso para Paula, já que depender supõe a disponibilidade e a estabilidade do outro.

Paula não se reconhece mais, quando é despojada da maturidade precoce que se viu obrigada a conquistar: “*Antes era eu comigo mesma, sabe? Eu estudava, trabalhava, tinha o meu dinheiro, fazia as minhas coisas e agora eu não sou mais eu mesma*” como revela no 2º encontro em que Patrícia esteve ausente, ocultando da irmã o que entende ser sua fragilidade.

Além da condição física de Paula, como experiência concreta que impacta seu viver, destacamos que enquanto Patrícia viveu mais tempo acolhida institucionalmente, Paula viveu no lar abusivo e negligente da tia e do padrinho, nos levando a refletir sobre o papel protetivo do abrigo institucional na vida de crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar. Aqui não se trata de comparar vivências emocionais, que são sempre singulares, mas compreender a experiência emocional das participantes em torno da violência intrafamiliar e (des)abrigamentos.

Diante dos dramas comunicado pelas participantes, parece-nos que o fato do adulto cuidador utilizar-se da diferença geracional para exercer poder sobre a criança ou adolescente (Azevedo & Guerra, 2015) seja um dos fatores que tenha levado Paula e Patrícia a desenvolver a autonomia e o autocuidado precoces embora cada uma o tenha feito à sua maneira.

À medida que os encontros se sucediam as participantes anunciavam que a aproximação da maioridade era vivida como um novo abandono (Campos & Figueiró, 2013; Franco & Tinoco, 2011), visto que a perda da proteção institucional

reativa a experiência de desacolhimento original vivida no lar de origem (Bonfatti & Granato, 2021) e mantém as adolescentes no lugar de invisibilidade e exclusão (Rabelo, 2015; Safra, 2014). Hook (2016) e Okpych e Courtney (2014) enfatizam a necessidade de ampliar o cuidado oferecido ao jovem no período pós-desligamento da instituição, considerando que a invisibilidade e estigmatização dessa população aumentam suas dificuldades de adaptação diante dos desafios da transição para a adultez. Pecora (2012) alerta que investir em intervenções que focalizem a transição para a vida adulta alavanca as chances do adolescente ter autonomia profissional e desfrutar de uma vida realizadora, cuidado que as participantes talvez não tenham tido acesso durante o período de acolhimento institucional: *“Eu admiro, eu gosto de quem é caixa de supermercado, mas quero algo a mais”* (Patrícia, 8º encontro); *“A gente vai ter que morrer de trabalhar e conseguir alguma coisa sozinhas”* (Patrícia, 7º encontro).

O sentimento de desamparo das participantes (Fontes, Conceição & Machado, 2017), implícito ao campo *“A menina abrigada não tem ninguém”* reflete a impossibilidade de encontrar alguém capaz de fornecer-lhes a experiência de um lar primário, como Winnicott (1984/2016) observou nas crianças desalojadas de seus lares no período da II Guerra Mundial. Enquanto Paula e Patrícia tentam curar sozinhas as feridas que foram abertas ao longo da vida, percebem que só podem contar com a própria sorte, visto que o mesmo mundo que falhou em termos éticos, humanos e sociais (Safra, 2014), lhes exigirá a maturidade do adulto que se desenvolveu saudavelmente antes de alcançar a maioridade.

Maturidade para enfrentar a vulnerabilidade social que atinge suas vidas e a das últimas gerações de sua família; para escapar da repetição da violência de gênero que também marcou as últimas gerações de mulheres de sua família; para seguirem em frente com a estigmatização produzida pelas experiências de (des)abrigamentos e violência intrafamiliar; para lidarem com a invalidação e invisibilidade de seus sofrimentos; e, maturidade para encararem um mundo patriarcal opressivo. Mundo este que também exige mulheres autossuficientes (Cougo et al., 2021), ao mesmo tempo que restringe decisões relativas à sua liberdade, ao seu corpo (Assis, 2019) e a suas possibilidades de realização (Ribeiro, 2016).

Concordamos com as participantes de Freitas et al. (2021) que ser menina adolescente nesta sociedade engendra sofrimento emocional (Assis, 2019) pernicioso ao oprimir a espontaneidade feminina (Assis, 2019), especialmente quando a vivência de tantas intersecções (Crenshaw, 2012) vão se somando de forma dramática, tornando cada vez mais distante a possibilidade de um viver autêntico e gratificante, tal como testemunhamos no caso emblemático de Paula e Patrícia.

4.1 Algumas reflexões sobre o enquadre da pesquisa

Tendo discutido o campo de sentido dramático-vivencial habitado pelas participantes, a experiência vivida nos encontros nos suscitou reflexões sobre a qualidade de aproximação que empreendemos para compreender a experiência emocional das participantes no âmbito da violência intrafamiliar. Relembrar o objetivo desta pesquisa e nossas intenções iniciais, pode ser um bom começo para abordarmos o enquadre proposto.

O leitor já sabe que o objetivo de compreender a experiência emocional da adolescente abrigada a respeito da violência intrafamiliar foi elaborada a partir de nossa experiência em estudo anterior, quando tivemos a oportunidade de sentir o clima emocional que tomava conta das adolescentes ao preencherem uma NI sobre a saída do abrigo, bem como o dinamismo da instituição que as acolhia. Além dos sentidos afetivo-emocionais que criamos/encontramos na ocasião sugerirem a demanda das jovens para recordar, repetir e elaborar suas experiências de violência intrafamiliar, quatro das 14 adolescentes que participaram da entrevista transicional coletiva aguardaram as demais se retirarem, ao final do encontro, para contar suas histórias de violência seguida de (des)abrigamento, fato que revela a urgência de uma escuta sensível e do acolhimento emocional.

A partir do contexto de sofrimento e de tantas interrupções existenciais na história de vida dessas adolescentes, o percurso metodológico winnicottiano da presente pesquisa foi pensado em cada uma de suas etapas até chegarmos a um enquadre que nos pareceu minimamente perturbador da continuidade de ser daquelas que seriam nossas participantes. Nossa intenção era realizar a

aproximação do drama vivido pelas participantes de forma sensível e gradual evitando revitimizá-las com uma abordagem invasiva.

Colocamos em marcha a “*novidade freudiana*” (Figueiredo, 2012 p.12) do uso do método psicanalítico (Herrmann, 2001/2004) para delinear uma aproximação lúdica do vivido nos sucessivos encontros que tínhamos. Com isso, pretendíamos compreender em profundidade o drama da “*menina abrigada*” vítima de violência intrafamiliar enquanto atendíamos a demanda de resgate da própria história que nos foi colocada no estudo anterior através de uma postura sustentadora (Winnicott 1983/2007).

Ao final deste processo, podemos afirmar que os encontros com as participantes resultaram em material significativo que comunica a experiência emocional das participantes e alguns de seus recursos de enfrentamento da realidade da violência intrafamiliar, nos sugerindo a adequação do enquadre delineado.

Os encontros foram agendados respeitando as necessidades e a rotina das participantes e da instituição, o que significa que havia muito a se considerar antes do agendamento do encontro seguinte. Nesses intervalos entre encontros, o grupo de pesquisadores discutia a entrevista que forneceria as “*pistas*” para a construção da NI que seria apresentada no encontro seguinte.

Winnicott (1971/1975) destacou o lugar da temporalidade no amadurecimento saudável do indivíduo, uma vez que ao bebê seria permitido viver suas experiências de acordo com o seu tempo de elaboração psíquica, isto é, respeitando seus ritmos de atividade e de descanso emocional. Como Winnicott (1941/2000) testemunhou em suas consultas pediátricas com mães e bebês, se fosse dado tempo e liberdade ao bebê este exploraria a espátula até que essa experiência se completasse em termos de satisfação emocional, ocasião em que seria definitivamente jogada ao chão. A adequação da mãe ao tempo do bebê é fundamental para que uma experiência seja vivida por completo, processo que favorece o senso de continuidade existencial, o senso de si mesmo (Winnicott, 1971/1975).

Preocupadas com o impacto emocional de uma nova abordagem do drama da violência intrafamiliar com as participantes, buscamos traduzir as vivências relatadas em uma espécie de rabisco dramático – a NI – a fim de reinstaurar o brincar da Entrevista Transicional a cada novo encontro. Com a proposição de um

enquadre longitudinal entrevistamos a possibilidade de restabelecer minimamente a continuidade vivencial dos processos de integração psíquica (Winnicott, 1969/1999) das experiências traumáticas que viveram. Também o encerramento dos encontros foi orientado pela escuta afinada das necessidades emocionais das participantes, sendo estabelecido o último encontro a posteriori, somente quando as participantes sinalizaram que estavam prontas para o que chamaram de “*a despedida*”.

A postura de flexibilidade e acolhimento do gesto espontâneo que constitui a proposta winnicottiana parece ter favorecido o estabelecimento de um sentimento de confiança entre pesquisadora e participantes, o qual se desenvolveu ao longo dos encontros: “*Sofia, tem mais uma história semana que vem, né?!*” perguntou Patrícia no terceiro encontro, para se certificar da real disponibilidade da pesquisadora.

A adequação do enquadre de pesquisa e sua potencialidade no estabelecimento de um espaço potencial (Winnicott, 1951/2000) nos é sugerida através de alguns movimentos das participantes: (a) a ansiedade com que aguardavam pelos encontros e pelas NI que seriam apresentadas; (b) o modo alegre e afetuoso com que recebiam a pesquisadora na instituição e se despediam dela; (c) os convites para a pesquisadora tomar parte nos cafés da tarde na Casa Lar; (d) a reação positiva a cada NI; (e) o afinco com que elaboravam o desfecho de suas NI; (f) a confiança e abertura estabelecida pelas participantes desde o primeiro encontro; (g) o desejo de celebrarem o final daquele processo de interlocução que se mostrou genuíno e produtivo para pesquisadora e participantes.

Também destacamos o movimento de Paula quando utilizou o espaço do 2º encontro para falar mostrar suas fragilidades na ausência da irmã. Além de abordar o seu recente adoecimento físico, revelou alguns conflitos com Patrícia, o que sugere o lugar de confiabilidade em que a pesquisadora passou a figurar: “*Você acredita que tem coisas que eu falo para você e não falo para ela?*” Referindo-se ao atendimento psicológico que recebeu, mas que encerrou depois de poucos encontros ao sentir-se avaliada pela profissional. Paula também verbaliza sua expectativa diante do reencontro: “*Eu já estava esperando você chegar [...] Você acredita que eu fiquei no hospital a semana inteira, Sofia? Precisava te contar isso!*”.

Além disso, o movimento espontâneo das irmãs de sugerir que o mesmo formato de encontro fosse realizado com as outras adolescentes da instituição e o apontamento sobre a NI ser um recurso brincante frutífero para mediar a conversa

de assuntos tão sofridos nos fez ponderar sobre o potencial do enquadre transicional na mobilização dos afetos: *“Por que você não fala para o [coordenador geral] para você trabalhar aqui, Sofia?”* (Paula, 8º encontro); *“As meninas do Abrigo [Casa Lar] precisam falar dessas histórias!”* (Patrícia, 8º encontro); *“Seria legal fazer igualzinho o que você faz com a gente!”* (Patrícia, 8º encontro); *“Você trouxe a terceira história hoje, né?!”* (Patrícia, 4ª encontro); *“Adoro suas histórias, mas essa foi top!”* (Patrícia, 8ª encontro).

O enquadre transicional permitiu a criação de um espaço potencial (Winnicott, 1951/2000) para que as participantes fizessem uso de acordo com suas necessidades. No 6º encontro, por exemplo, a discussão sobre o tema da NI se tornou secundária ao conflito fraterno que começava a emergir para, no 7º encontro, ser demandada a mediação da pesquisadora: *“Você nem sabe Sofia, a briga continuou depois que você foi embora!”* (Paula); *“Hoje foi muito bom, Sofia! Obrigada!”* (Patrícia); *“Obrigada por ajudar a gente”* (Paula).

Considerando que Paula e Patrícia tinham se (re)encontrado há cerca de um ano no Abrigo, depois de uma vida de rupturas e trajetórias distintas, notamos que os encontros podem ter se constituído em uma espécie de resgate de um laço precário. O período de aproximadamente três anos em que conviveram na adolescência antes da última institucionalização tinha sido marcado por agressões física e verbal entre elas, mas incentivada pela mãe, dinâmica que se repetiu na instituição, motivando os cuidadores a separar as irmãs no momento de dormir. No sétimo encontro, Patrícia revela o efeito dos encontros de pesquisa sobre a relação fraterna: *“A verdade é que a gente está conversando direito aqui”*.

Enquanto o ambiente familiar negligenciava as necessidades das participantes e invadia suas capacidades, o institucional consistia em um descanso da realidade afetivamente insuficiente. À *“menina abrigada que não tem ninguém”* foi possível oferecer um terceiro ambiente, em que pudemos conversar sobre a dureza de sua realidade de forma acolhedora. Livres da necessidade de estar constantemente se defendendo de um ambiente hostil, Paula e Patrícia confirmam que a experiência da transicionalidade convida para um verdadeiro encontro.

Vale ressaltar que esse processo de abertura e (re)conhecimento da alteridade da outra irmã se iniciou meses antes de iniciarmos as Entrevistas, com a

constatação do grau de severidade da doença de Paula potencializando o espaço mediador criado conforme esclarece a participante no sétimo encontro: *“A cadeira de roda foi um milagre para nós”*. Embora Paula tenha adoecido aproximadamente um ano antes dos encontros, é no sexto encontro que o conflito vem à tona e as duas passam a colocar às claras o ressentimento mútuo. Já no sétimo encontro emerge o temor da perda daquele vínculo que ainda estava sendo construído: *“É claro que eu preciso de você e preciso de você bem e com saúde!”* (Patrícia); *“Eu estou apoiada na Patrícia, mas ela não está apoiada em mim”* (Paula).

A intolerância e a intransigência que marcava a relação fraterna das participantes foram cedendo à medida que os encontros se sucediam. O primeiro momento de rememoração das experiências da infância e adolescência permitiu a ambas o testemunho da história da irmã na primeira pessoa, movimento de resgate narrativo das vivências pessoais. Aos poucos, a rivalidade foi dando lugar à constatação do drama que hoje compartilham: o se serem adolescentes institucionalizadas que, próximas da maioridade, se questionam sobre como enfrentarão a vida adulta. Passaram a se comunicar de modo mais franco a respeito das distintas perspectivas sobre suas vivências pessoais no campo da violência intrafamiliar.

Embora a aproximação afetiva das irmãs tenha reativado o medo da dependência do outro, e seu potencial frustrador especialmente em Paula, quando a Patrícia saiu da Casa Lar as participantes passaram a morar juntas. Depois do desligamento institucional, Paula foi alojada no NAS e em seguida foi morar com o tio materno. Já Patrícia foi morar com a sogra depois de ter completado a maioridade. A decisão final de morarem juntas nos faz supor que esses lares provisórios também se mostraram insuficientes e possa ter havido uma movimentação no campo de sentido afetivo-emocional (Hermann, 2017) habitado até então pelas participantes. *“A menina abrigada que não tem ninguém”* agora tem sua irmã, gesto que revela uma saída criativa de Paula e Patrícia, inaugurando, talvez, possibilidades mais gratificantes de ser, agir e (con)viver no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos concluir sobre a potencialidade da aproximação winnicottiana na mobilização dos afetos e compartilhamento de experiências que engendram sofrimento emocional no contexto da Casa Lar. Considerando que a menina abrigada não tem ninguém, embora esteja rodeada de pessoas, a proposta winnicottiana de encontro pode vir a subsidiar futuras ações no contexto institucional com adolescentes vítimas de violência intrafamiliar.

A experiência que tivemos nos faz sugerir que intervenções nesse contexto devam levar em conta o dinamismo institucional, em que há rotatividade de profissionais, horários de escola, trabalho e outras atividades dos próprios adolescentes que demandam sensibilidade e flexibilidade do profissional. Ao final dessa jornada, deixamos como sugestão a proposta de um trabalho psicológico de sustentação emocional através de oficinas narrativas oferecidas na medida da necessidade das adolescentes que pode ou não ser de caráter breve. As oficinas podem ser constituídas por grupos, duplas ou individualmente, como uma forma flexível e adaptada de levar a escuta winnicottiana para instituições e outros ambientes em que a desigualdade social dificulta a oferta de um cuidado suficientemente bom.

Vale lembrar que a proposta winnicottiana se pauta na ética do cuidado que possibilita o tato psicológico, isto é, o “*sentir com*” o paciente (Ferenczi, 1928/2011). Essa sensibilidade permite que o psicanalista “*faça outra coisa*” (Winnicott, 1962/1982, p. 155) que julgue mais adequada quando a demanda do paciente ultrapassa a interpretação do desejo, para convocar a sustentação emocional de uma experiência de cuidado inclinada as suas necessidades emocionais, podendo favorecer o vir-a- ser do outro. Essa ação também pode constituir uma rede de apoio afetiva entre os participantes do grupo de adolescentes abrigados convertendo-se ele mesmo em ambiente confiável; inclusive na especificidade da relação fraterna, cujo fortalecimento do vínculos podem ser fundamentais no enfrentamento das vulnerabilidades como nos sugerem as participantes do estudo.

A sugestão de intervenções que resgatam a clínica extensa instituída por Freud se alinha a outros trabalhos de nosso grupo de pesquisa que visam uma abordagem clínico-social e se fundamentam na defesa que Bleger (1973/1984) faz

de uma psicanálise acessível a todas as camadas da população, desdobrando-se em ações psicofiláticas e interventivas.

Tal posicionamento ético-político pode atuar como instrumento de transformação social (Aiello-Fernandes, Ambrosio & Aiello-Vaisberg, 2012; Aiello-Vaisberg, 2004) de uma sociedade cuja organização permanece produzindo meninas vitimadas pela violência intrafamiliar e mulheres vitimadas pela violência de doméstica e de gênero. Apesar de nossa pequenez frente a essa realidade social complexa e transbordante, como psicanalistas winnicottianas poderemos contribuir com a proposição de intervenções acolhedoras do sofrimento emocional da menina abrigada que resgatem a humanidade perdida no círculo vicioso de (des)abrigamentos. Afinal, o que seria a busca por ser compreendido, senão a necessidade de ser encontrado?

REFERÊNCIAS

- Abram, J. (2000). *Linguagem de Winnicott*. Revinter.
- Abranches, C. D. & Assis, S. G. (2011). A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(5), 843-854. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000500003>
- Acosta, D. F., Gomes, V. L. O., Oliveira, D. C. Gomes, G. C. & Fonseca, A. D. (2017). Aspectos éticos e legais no cuidado de enfermagem às vítimas de violência doméstica. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 26(3), e6770015, 1-9. <https://doi.org/10.1590/0104-07072017006770015>
- Aching, M. C. (2013). *A mãe suficientemente boa: imaginário de mães em situação de vulnerabilidade social* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – PUC-Campinas. <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/316>
- Adams, Z. W., Moreland, A., Cohen, J. R., Lee, R. C., Hanson, R. F., Danielson, C. K., Self-Brown, S., & Briggs, E. C. (2016). Polyvictimization: Latent profiles and mental health outcomes in a clinical sample of adolescents. *Psychology of Violence*, 6(1), 145–155. <https://doi.org/10.1037/a0039713>
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2004). *Ser e Fazer: enquadres diferenciados na clínica winnicotiana*. Idéias & Letras
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. & Machado, M.C.L. (2005). *Narrativas: Gesto do Sonhador Brincante*. Anais do IV Encontro Latinoamericano dos Estados Gerais da Psicanálise. <http://serefazer.psc.br/narrativas-o-gesto-do-sonhador-brincante/>
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). *Psicologia Clínica Social na esteira da Psicoigiene e da Psicologia Institucional*. Anais da XVII Jornada Apoiar, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. <http://serefazer.psc.br/wp-content/uploads/2016/06/PSICOLOGIA-CLINICA-SOCIAL-NA-ESTEIRA-DA-PSICOHIGIENE-E-DA-PSICOLOGIA- INSTITUCIONAL.pdf>
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., Machado, M. C. L., Ayouch, T., Caron, R., & Beaune, D. (2009). Les récits transferenciels comme presentation du vécu clinique: une

- proposition méthodologique. In D. Beaune (Org.). *Psychanalyse, Philosophie, Art: Dialogues*. (pp. 39-52). L'Harmattan
- Aiello-Fernandes, R., Ambrosio, F. F. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2012). *O método psicanalítico como abordagem qualitativa: considerações preliminares*. In Anais da X Jornada Apoiar (306-314). IPUSP
- Antoni, C., & Batista, F. A. (2014). Violência familiar: análise de fatores de risco e proteção. *Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 14(2), 26-35. <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/62>
- Acioli, R. M. L., Barreira, K. Lima, M. L. C., Lima, M. L. L. T., & Assis, S. G. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(2), 529-542. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018232.01172016>
- Aching, M. C., & Granato, T. M. M. (2016). A mãe suficientemente boa em situação de vulnerabilidade social. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(1), 15-24. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000100003>
- Aching, M. C., Biffi, M., & Granato, T. M. M. (2016). Mãe de primeira viagem: narrativas de mulheres em situação de vulnerabilidade social. *Psicologia em Estudo*, 21(2), 235-244. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v21i2.27820>
- Aching, M. C., & Granato, T. M. M. (2018). O papel da rede de apoio a mães refugiadas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 35(2), 137-147. <https://doi.org/10.1590/1982-02752018000200003>
- Almeida, A. A., Miranda, O. B., & Lourenço, L. M. (2013). Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma revisão bibliométrica. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 298-311. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200011&lng=pt&tlng=pt
- Apostólico, M. R., Nóbrega, C. F., Guedes, R. N., Fonseca, R. M. G. S., & Egry, E. Y. (2012). Características da violência contra a criança em uma capital brasileira.

- Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 20(2), 266-273. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692012000200008>
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000200002>
- Assis, F. R. E. R., & Ferreira, E. B. (2012). Repercussões da violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Adolesc. Saude*, 9(2), 53-59
- Assis, N. D. P., Aiello-Fernandes, R., & Aiello-Vaisberg, T. (2017). “Problemáticos ou invisíveis”: o imaginário coletivo de idosos sobre adolescentes. *Memorandum: Memória E História Em Psicologia*, 31, 259–275. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6439>
- Assis, N. D. P., Visintin, C. D. N., Borges, A. A. B., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2020). Mulher, mãe e filha cuidadora: imaginários coletivos sobre relações intergeracionais. *Psicologia Clínica*, 32(2), 213-230. <https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0032n02A01>
- Autuori, M. (2018). *Encontros e Desencontros no Processo de Encaminhamento Psicológico Infantil*. (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC Campinas. <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1071?mode=full>
- Azevedo, M. A. (1985). *Mulheres espancadas – violência denunciada*. Cortez
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1995). *Violência doméstica na infância e adolescência*. Robe.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. (2015). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. Cortez. (Trabalho originalmente publicado em 1993)
- Azevedo, M. A. N., & Guerra, V. N. de A. (2001). Violência psicológica doméstica: vozes da juventude. In *Resumos*. IP/USP
- Badinter, E. (2011). *O conflito: a mulher e a mãe*. Record
- Batoni, B. R., Schulte, A. A., Gallo Belluzzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2021). A Dupla Jornada no imaginário de universitárias conforme a Psicologia

- Psicanalítica Concreta. *Psic. Rev. São Paulo*, 30(2), 261-282. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2021v30i2p261-282>
- Beauvoir, S. (2018). La mère. In S. Beauvoir, *Le deuxième sexe*, vol II (pp. 326-386). Galimard (Trabalho originalmente publicado em 1949)
- Biffi, M. C. (2020). *Encontros narrativos com mães, pais e bebês na transição para a parentalidade*. (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC Campinas. <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/1247/2/MARIANA%20BIFFI%20CARVALHO%20GOMES.pdf>
- Biffi, M. C. (2014). *Narrativas de jovens casais sobre o projeto de ter filhos na contemporaneidade*. (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC Campinas. <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/334/1/Mariana%20Biffi.pdf>
- Benatti, A. P., Ferreira, C. R. R., Santos, D. C. M., & Paiva, I. L. (2020). A maternidade em contextos de vulnerabilidade social: papéis e significados atribuídos por pais e mães. *Interação em psicologia*, 24(2), 130-141. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v24i2.59856>.
- Benjamin, W. (1996). O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp.197-221). Editora Brasiliense. (Trabalho originalmente publicado em 1936)
- Benghozi, P. (2010). *Malhagem, filiação e afiliação*. Vetor
- Betts, M. K., Dell'Aglio, D. D., & Siqueira, A. C. (2006). A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. *Revista Interamericana de Psicologia*, 40(2), 149-158. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28440202>.
- Bonfatti, S. C. (2017). *Narrativas Interativas de adolescentes institucionalizados sobre o (des)abrigo*. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade

- Católica de Campinas, Campinas). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC Campinas. <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1000>
- Bonfatti, S. C., & Granato, T. M. M. (2021). "É muito peso para uma pessoa só": narrativas interativas de adolescentes sobre o (des) acolhimento institucional. *Vínculo*, 18(1), 32-41. <http://dx.doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p37-52>
- Bleger, J. (2007). *Psicologia de la Conduta*. Paidós. (Trabalho originalmente publicado em 1963)
- Bleger, J. (2015). *Temas de psicologia: entrevistas e grupos. Grupos e Entrevistas*. Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1964)
- Bleger, J. (1984). *Psicohigiene e psicologia institucional*. Artes Médicas. (Original publicado em 1973)
- Branco, M. A. O., & Tomanik, E. (2012). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção e enfrentamento, *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 402-411. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200018>
- Brino, R. F., & Souza, M. A. O. (2016). Concepções sobre Violência Intrafamiliar na Área Educacional. *Educação & Realidade*, 41(4), 1251-1273. <https://doi.org/10.1590/2175-623653298>
- Brunet, L. (2009). La recherche psychanalytique et la recherche sur les thérapies psychanalytiques. Reflexions d'un psychanalyste et chercheur. *Filigrane*, 18(2), 70-85. <https://doi.org/10.7202/039290ar>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira. (Trabalho originalmente publicado em 1990)
- Calza T. Z., Dell'Aglio D. D., & Sarriera J. C. (2016). Direitos da criança e do adolescente e maus-tratos. *Revista da SPAGESP*, 17(1), 14-27. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100003&lng=pt&tlng=pt

- Campos, M. C. (2022). Acolhimento institucional: entre a proteção e a violação de direitos. *Serviço Social em Debate*, 5(1). <http://doi.org/10.36704/ssd.v5i1.6340>
- Carias, A. R. (2018). Uma compreensão winnicottiana sobre o sofrimento de filhos de alcoolistas [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC Minas.<http://tede.bibliotecadigital.puccampinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1172>
- Carinhanha, J. L., & Penna, L. H. G. (2012). Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigo. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 21(1), 68-76. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000100008>
- Carlos, D. M., Oliveira Sobrinho, F. H., Lopes, D. G., Dias, M. S., Souza, M. S., & Oliveira, W. A. (2019). Vivências de adolescentes vítimas de violência doméstica e acolhidos institucionalmente: vulnerabilidade e desfiliação. *Aletheia*, 52(1), 129-141. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942019000100010&lng=pt&tlng=pt
- Carlos, D. M., Campeiz, A. B., Oliveira, W. A., Silva, J. L., Wernet, M., & Ferriani, M. G. C. (2020). “Não tenho, não tive”: vivências de famílias envolvidas na violência contra crianças e adolescentes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(4), 1-8. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0195>
- Cezar, P. K., Arpini, D. M., & Goetz, E. R. (2017). Registros de notificação compulsória de violência envolvendo crianças e adolescentes. *Psicologia Ciência e Profissão*, 37(2), 432-445. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001942015>
- Carvalho, A. M. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: Possibilidades e limites. In E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalho & S. H. Koller (Orgs.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 14-19). Casa do Psicólogo
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2009). Processos de saúde-doença entre crianças institucionalizadas: Uma visão ecológica.

- Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 14-625. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200030>
- Campana, N. T. C., Santos, C. V. M., & Gomes, I. C. (2019). De quem é a preocupação primária? A teoria winnicottiana e o cuidado parental na contemporaneidade. *Psicologia Clínica*, 31(1), 32-53. doi:10.33208/PC1980-5438v0031n01A02
- Campos, H. R., & Figueiró, M. E. S. S. (2013). Abandono e acolhimento institucional: estudo de caso sobre maioridade e desinstitucionalização. *Psicologia e Argumento*, 31(72), 113-125. <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.7593>
- Campos, B., Tchalekian, B., & Paiva, V. (2020). Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de sars-cov-2/covid-19 em São Paulo. *Psicologia e Sociedade*, 32, e020015. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240336>
- Campbell, A. M. (2020). An increasing risk of family violence during the Covid-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. *Forensic Science International: Reports*, 2, 100089. <https://doi.org/10.1016/j.fsir.2020.100089>
- Carmo, P. H. B. & Alvarenga, P. (2012). Práticas educativas coercitivas de mães de diferentes níveis socioeconômicos. *Estud Psicol (Natal)*, 17(2),191-198. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000200001>
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart, et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp.295-306). Vozes
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [Conanda], & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS], (2009). *Orientações técnicas para serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes*.Conanda/CNAS
- Calvete, E., Fernández-González, L., Orue, I., & Little, T. D. (2018). Exposure to family violence and dating violence perpetration in adolescents: Potential

- cognitive and emotional mechanisms. *Psychology of Violence*, 8(1), 67–75.
<https://doi.org/10.1037/vio0000076>
- Corbett, E. (2014). *Contos sem fadas: mães e filhos em situação de violência doméstica*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas)
- Corso, D. T., & Corso, M. (2017). *Fadas no Divã: Psicanálise nas Histórias Infantis*. Artmed (Trabalho originalmente publicado em 2005)
- Chandan, J. S., Taylor, J., Bradbury-Jones, C., Nirantharakumar, K., Kane, E., & Bandyopadhyay, S. (2020). COVID-19: a public health approach to manage domestic violence is needed. *The Lancet. Public health*, 5(6), 309-315. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30112-2](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30112-2)
- Choudhary, V., Satapathy, S., & Sagar, R. (2019). Qualitative Study on the Impact of Child Sexual Abuse: Perspectives of Children, Caregivers, and Professionals in Indian Context. *Child Sex Abuse*, 28(4), 489-510. [10.1080/10538712.2018.1563262](https://doi.org/10.1080/10538712.2018.1563262)
- Crenshaw, K. (2012). *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>
- Crestani, V., & Rocha, K. B. (2018). Risco, vulnerabilidade e confinamento da infância pobre. *Psicologia & Sociedade*, 30, 177502. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30177502>
- Cresweel, J. W. (2010). *Projeto de Pesquisa-Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. Artes Médicas
- Cruz, F. (2015). Da maternidade como invenção de novas possibilidades de vida: Análise das experiências de jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 15(2), 326-341. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.2.18103>
- Day, V. P., Telles, L. E. B., Zorattol, P. H., Silveira, M. B., Debiaggi, M., Reis, M. G., Cardoso, R. G., & Blanck, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes

- Manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25(1), 9-21. <https://doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003>
- Denzin, N. K., & Lincoln Y. S. (1994). *Handbook of qualitative research*. Sage
- Deslandes, S. F. (1994). Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um Serviço. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(1), 177-187. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500013>
- Diniz, T. L. (2020). *“Afinal, o que é cuidar bem de uma criança”: percepções de pais e avós no contexto da homoparentalidade*. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Biblioteca de Teses e Dissertações da PUC Campinas
- Drummond de Andrade, C. (1989). *Ausência*. In Drummond de Andrade, C. *Obra poética, Volumes 4-6*. Publicações Europa-América
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante (Originalmente publicado em 2004)
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante. (Originalmente publicado em 2012)
- Ferenczi, S. (2011). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In, S. Ferenczi, *Obras completas, vol. 4*. (pp.55-60). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1929)
- Ferenczi, S. (2011). Elasticidade da técnica psicanalítica. In, S. Ferenczi, *Obras completas, vol. 4*. (pp.29-42). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1928)
- Ferenczi, S. (2011). Confusão de línguas ente adultos e crianças. In S. Ferenczi. *Obras completas (psicanálise IV)* (p. 11-121). Martins Fontes. (Original publicado em 1933)
- Ferreira, F. P. M. (2014). Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. *Serviço Social & Sociedade*, (117), 142-168. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000100009>

- Figueiredo, L. C. (2012). *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. Escuta
- Figueiredo, L. C., & Coelho Junior, N. E. (2018). *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura – Matrizes e modelos em psicanálise*. Blucher
- Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisas em psicanálise: algumas ideais e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39 (70), 257-278. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0103-5835
- Fontaine, D., & Nolin, P. (2012). Personality disorders in a sample of parents accused of physical abuse or neglect. *Journal of Family Violence*, 27(1), 23–31. <https://doi.org/10.1007/s10896-011-9403-3>
- Fontes, L. F. C., Conceição, O. C., & Machado, S. (2017). Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2919-2928. <http://doi.org/10.1590/1413-81233017229.11042017>
- Fonseca-Inacarato, G. M. (2021). *"Quem cuida é a mãe": Imaginário coletivo de mediadores judiciais sobre cuidado dos filhos*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas)
- Fulgêncio, L. (2013). *Metodologia de pesquisa em psicanálise na universidade*. In: C. A. Serralha & F. Scorsolini-Comin. (Org.). *Psicanálise e Universidade: um encontro na pesquisa* (pp. 27-67). CRV
- Flick, U. (2014). *An introduction to qualitative research*. Sage.
- Fraser, E. (2020). *Impact of COVID-19 Pandemic on Violence against Women and Girls*. Helpdesk Research Report No. 284. VAWG Helpdesk. <https://www.sddirect.org.uk/media/1881/vawg-helpdesk-284-covid-19-and-vawg.pdf>.
- Freitas, L., G., Santos, B. R., Santos, L. S., & Silva, H. V. (2021). Quando ser menina é ruim: percepções de gênero em crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 33, e225927, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33225927>

- Freud, S. (1895). *Estudos sobre a Histeria*. Companhia das Letras (Trabalho originalmente publicado em 1893)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2021). *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>
- Gabatz, R. I. B., Padoin, S. M. M., Neves, E. T., & Lima, J. F. (2013). A violência intrafamiliar contra a criança e o mito do amor materno: contribuições da enfermagem. *Revista De Enfermagem Da UFSM*, 3, (esp), 563-572. <https://doi.org/10.5902/2179769210990>
- Gessner, R. Fonseca, R. M. G. S., & Oliveira, R. N. G. (2014). Violence against adolescents: an analysis based on the categories gender and generation *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48 (spe), 104-110. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000600015>
- Gilbert, R., Widom, C. S., Browne, K., Fergusson, D. M., Webb, E., & Janson, S. (2009). Burden and consequences of child maltreatment in high-income countries. *Lancet*, 373(9657), 68-81. doi: 10.1016/S0140-6736(08)61706-7.
- Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children. (2017) *Prohibiting corporal punishment*. <http://www.endcorporalpunishment.org/prohibiting-corporal-punishment/introduction.html>
- Granato, T. M. M. (2004). *Tecendo a clínica winnicottiana da maternidade em narrativas psicanalíticas*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-13062006-152940/pt-br.php>
- Granato, T. M. M., Tachibana, M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativas interativas na investigação do imaginário coletivo de enfermeiras obstétricas sobre o cuidado materno. *Psicologia & Sociedade*, 23 (n.spe.), 81-89. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400011>

- Granato, T. M. M., Corbett, E., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativa Interativa e psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 157-163. <https://www.scielo.br/j/pe/a/8Vrkcz4wbyXxF9PDRGQty9P/?lang=pt#>.
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. *Psicologia Clínica*, 25(1), 17-35. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652013000100002>
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2016). Interactive narratives in the investigation of the collective imaginary about motherhood. *Estudos de Psicologia*, 33(1), 25-35. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000100004>
- Gulassa, M. L. C. R. (2010). Novos rumos do acolhimento institucional. In Oliveira, A.L., Vidigal, C., Guará, I. M. F.R., Wada, M., Vitale, M. A. F., Maricondi, M. A., Machado, M. E., Gulassa, M. L. C. R., Baptista, M. V., Barros, R., Gentile, R., Oliveira, R. C., Rios, T. A., & Sayão, Y. *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 49-59). NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente
- Haan A, Ganser H. G, Munzer A, Witt A., Goldbeck L. Dysfunctional maltreatment-related cognitions in children and adolescents. (2017). *Child Adolesc. Psychiatry Ment Health*. 11(31), 1-11. <https://doi.org/10.1186/s13034-017-0168-1>
- Herrmann, F. (2001). *Andaimos do Real: o método da psicanálise*. Casa do Psicólogo. (Trabalho original publicado em 1979)
- Herrmann, F. (2004). *Introdução à Teoria dos Campos*. Casa do Psicólogo
- Herrmann, F. (2004). Pesquisando com o método psicanalítico. In F. Herrmann. T. Lowenkron, (orgs). *Pesquisando com o método psicanalítico*. (pp. 34-84). Casa do Psicólogo.
- Herrmann, F. (2017). *Sobre os Fundamentos da Psicanálise - Quatro Cursos e um Pré-âmbulo*. Blucher

- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2), 395-416. 10.1590/s0103-65642012005000007
- Hohendorff, J. V., & N. D. Patias, (2017). Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*, (49), 239-257. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.9474>
- Hino, P; Takahashi, R. F.; Nichiata, L. Y. I.; Apostólico, M. R., & Taminato, M. (2019). As interfaces das dimensões da vulnerabilidade face à violência contra a criança. *Rev. Bras. Enferm.* 72(3), 343-347. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0463>
- Hildebrand, N. A., Celeri, E. H. R. V., Morcillo, A. M., & Zanolli, M. L. (2015). Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 213-221. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528201>
- Hildebrand, N. A., Celeri, E. H. R. V., Morcillo, A. M., & Zanolli, M. L. (2019). Resiliência e problemas de saúde mental em crianças e adolescentes vítimas de violência. *Rev Saude Publica*, 53(17), 1-14. <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2019053000391>
- Hills S., Mercy J., Amobi A., & Kress H. (2016). Global prevalence of past-year violence against children: a systematic review and minimum estimates. *Pediatrics*, 137(3). doi: 10.1542/peds.2015-4079
- Homem, M., & Calligaris, C. (2019). *Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo*. Papirus
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2003). *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada*. IPEA
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (2021). *Atlas da Violência 2021*. Fórum Brasileiro de

Segurança Pública (FBSP).<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

Junior, A. A. P., Cassepp-Borges, V., & Santos, J. G. (2015). Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Colet.*, 23(2), 124-13. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201500020062>

Jurado, T. (2013). *Produções imaginativas sobre a homoparentalidade por meio de Narrativas Interativas*. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

Kehl, M. R. (2008). *Deslocamentos do feminino* (2. ed.). Imago

Lainetti, M. O. (2014). Falando do que não quer se falar: abuso sexual e sentimento de vergonha. In Ferrari, D. C. A., Miyahara, R. P., Sanches, C. (org.). *A violação de direitos de crianças e adolescentes – perspectivas de enfrentamento*. Editoria Summus

Langevin, R., Gagné, M. E., Brassard, A. & Fernet, M. (2022). Intergenerational continuity of child maltreatment: The role of maternal emotional dysregulation and mother–child attachment. *Psychology of Violence*. <https://doi.org/10.1037/vio0000409>

Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.(1990, 13 julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências

Leonardo, F. A. M., & Moraes, A. G. L. de. (2017). Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família. *Revista Do Instituto De Políticas Públicas De Marília*, 3(1), 11–22. <https://doi.org/10.33027/2447-780X.2017.v3.n1.02.p11>

Levandowski, M. L., Stahnke, D. N., Munhoz, T. N., Hohendorff, J. V., & Salvador-Silva, Roberta. (2021). Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(1), e200140020. <http://doi.org/10.1590/0102-322X00140020>

- Lira, M. O. S.; Rodrigues, V. P.; Rodrigues, A. D.; Couto, M.; T.; Gomes, N. P.; Diniz, N. M. F. (2017). Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. *Texto Contexto Enferm.*, 26(3), 1-8. <https://doi.org/10.1590/0104-07072017000080016>
- Lopes, J. P., Tomazll, J. M. T., Cruz, D. M., Teixeira, L. C. T., Rocha, B. E. A. B., & Danziato, L. (2022). Atendimentos psicanalíticos em urgência subjetiva - mulheres em situação de violência doméstica em tempos de covid-19. *Cadusp*, 16(1), 66-74
- Magalhães, J. R. F., Gomes, N. P., Campos, L. M., Camargo, C. L., Estrela, F. M., & Couto, T. M. (2017). Expressão da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. *Texto Contexto Enferm.*, 26(4), 1-9. <https://doi.org/10.1590/0104-07072017001730016>
- Maranhão, R. A. (2020). Domestic Violence During the Quarantine of COVID-19: between Novels, Femicides and Prevention. *Brazilian Journal of Health Review*, 3(2), 3197-3211. <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n2-161>
- Marques, E. S., Moraes, C. L., Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F., & Reichenheim, M. E. (2020). A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4), e00074420, 1-6. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>
- Martins, C. B. G. & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do brasil. *Texto Contexto Enferm*, 19(2), 246-255. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072010000200005>
- Martins, A. F., Filho, J. G. F., Silva, K. A. S., Ribeiro, M. A., & Queiroz, A. C. M. (2013). Violência envolvendo crianças e adolescentes: perfil das vítimas, da agressão e dos agressores. *Rev Enferm UFPI*, 2(4), 50-77. <https://doi.org/10.26694/reufpi.v2i4.1219>

- Martins, C. S., Ferriani, M. G. C., Silva, M. A. I., Zagr, N. R., Arone, K. M. B., & Roque, E. M. S. T. (2007). A dinâmica familiar na visão de pais e filhos envolvidos na violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Rev Latino-am Enfermagem*, 15(5), 889-894. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000500002>
- Miller, A. (2002). *For your own good: hidden cruelty in child-rearing and the roots of violence*. Farrar, Straus and Giroux
- Miranda, A. C., Barreto, M. L. M., Lirio, V. S. & Clemente, F. (2020). Violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Ciências Sociais Unisinos*, 56(3), 316-326. http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2020.56.3.06/60748341
- Minayo, M. C. S. (2001). Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.*, 1(2), 91-102. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292001000200002>
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teorias, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/?format=pdf&lang=pt>
- Minayo. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista de Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 01-12. <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82>
- Ministério da Saúde (2002). *Violência intrafamiliar – Orientações para a prática em serviço*. Secretaria de Políticas de Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf
- Ministério da Saúde (2013). *Vigilância de violência doméstica, sexual e/ou outras violências: Viva/Sinan – Brasil, 2011*. Secretaria de Vigilância e Saúde
- Ministério da Saúde. (2017). *Notificação de violências interpessoais e autoprovocadas*. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde

- Ministério da Saúde. (2018). *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Secretaria de Políticas da Saúde. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf
- Ministério da Saúde. (2018). *Análise epidemiológica a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017 – Boletim Epidemiológico*. Secretaria de Vigilância em Saúde. <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/07/2018-024.pdf>
- Miranda, M. L. A., & Granato, T. M. M. (2016). Pais encarcerados: narrativas de presos sobre a experiência da paternidade na prisão. *Psico*, 47(4), 309-318. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2016.4.23413>
- Miranda, J. J., Timo, A. L. R., & Belo, F. R. R. (2019). Crítica à teoria da maternidade em Winnicott: é preciso ser mulher para cuidar de crianças? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39,1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003176863>
- Miura, P. O., Tardivo, L. S. P. C., & Barrientos, D. M. S. (2018). O desamparo vivenciado por mães adolescentes e adolescentes grávidas acolhidas institucionalmente. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(5), 1601-1610. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.14152016>
- Miura, P. O., Tardivo, L. S. L. P. C., Barriento, D. M. S., Egry, E. Y., & Macedo, C. M. (2020). Adolescence, pregnancy and domestic violence: social conditions and life projects. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(1), 1-9. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0111>
- Miyahara, R. P. (2011). *Trabalhando com violência sexual contra a criança e o adolescente: a perspectiva do Psicodrama na formação dos profissionais da rede de proteção*. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
- Moraes, C. J. A., & Granato, T. M. M. (2016). Tornando-se pai: uma revisão integrativa da literatura sobre a transição para a paternidade. *Psicologia em Estudo*, 21(4) 557-567. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v21i4.29871>

- Moraes, C. J. A. (2017). *Tornando-se pai: narrativas de casais grávidos sobre a transição para a paternidade*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas)
- Moré, C. L. O. O. & Sparetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 519-528. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/7DFRR36knkT9V7CfT3W6r5f/abstract/?lang=pt>.
- Moreira, M. I. C. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 28-37. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/8K6q7MWYjwhrMtBKQxtQ34t/abstract/?lang=pt>.
- Moreira, M. I. C. (2016). Trabalhadoras e trabalhadores nas casas de acolhimento institucional: diagnóstico e perspectivas. In Moreira, M. I. C., Passos, A. P. C. P. & Almeida, V.P. *Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional* (pp.15-42). CRV
- Moreira, R. B. R., & Lima, R. P. (2020). O Ciclo de Políticas Públicas para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nos Municípios Brasileiros. *Revista Juris Poiesis*, 33(23), 395-429. <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/jurispoiesis/article/view/9343>
- Moreira, E. N. S., Santos, K. F. O., Andrade, C. G., Costa, C. G., Fernandes, M. G. M., & Brito, F. M. (2014). Buscando o significado do adolecer em uma instituição de abrigo. *Rev. pesqui. cuid. fundam.*, 6(4), 1546-1557. <https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750770020.pdf>.
- Moreira, K. F. A., Oliveira, D. M., Oliveira, C. A. B., Alencar, L. N., Orfãos, N. H., & Farias, E. S. (2017). Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência. *Rev enferm UFPE*, 11(11), 4410-4417. <http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/4161>
- Munzer, A., Fegert, J., & Goldbeck, L. (2016). Psychological Symptoms of Sexually Victimized Children and Adolescents Compared With Other Maltreatment

Subtypes. *Journal of Child Sexual Abuse*, 25(3), 326-346.
doi:10.1080/10538712.2016.1137667

Naffah Neto, A. (2006). A pesquisa psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 279-288. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100018

Nascimento, C. R. R. N., Rosa, E.M., Santos, J.R., & Matos, J. R. (2012). O Processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 361-368. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300003>

Neppl, T. K., Lohman, B. J., Senia, J. M., Kavanaugh, S. A. & Cui, M. (2019). Intergenerational continuity of psychological violence: Intimate partner relationships and harsh parenting. *Psychology of Violence*, 9(3), 298–307. <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fvio0000129>

Nogueira, C. M., Backes, D. S., Costenaro, R. G. S., Londero, C. A., & Teixeira de Souza, M. H. (2021). Situações e repercussões da violência doméstica na saúde das mulheres. *Revista Enfermagem Contemporânea*, 10(2), 272–279. <https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v10i2.3888>

Nunes, A. J., & Sales, M. C. V. (2016). Violência contra crianças no cenário brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(3), 871-880. <https://www.scielo.br/j/csc/a/hbQG5xjXFgD6qBLw4D95NNg/>

Oliveira, A. P. G. D. (2006). *O ambiente de abrigo como holding para adolescentes*. I Congresso. Internacional de Pedagogia Social. http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100004&script=sci_arttext#:~:text=Um%20ambiente%20de%20abrigo%20realmente,ambiente%20comprometido%20com%20o%20cuidar

Oliveira, B. R. G., Thomazine, A. M., Bittar, D. B., Santos, F. L., Silva, M. A. L., & Carvalho, M. G. B. (2008). A violência intrafamiliar contra a criança e o

- adolescente: o que nos mostra a literatura nacional. *Rev. Min. Enferm.*, 12(4), 547-556. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-17889>
- Oliveira, S. M., Fathal, L. C. P., Rosa, V. L., Ferreira, C. D., Gomes, G. C., & Xavier D. M. (2013). Notificação de violência contra crianças e adolescentes: atuação de enfermeiros de unidades básicas. *Revista de Enfermagem UERJ*, 21(5), 594-599. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/10012/7807>
- Oliveira, L. B., Soares, F. A., Silveira, M. F., Pinho, L., Caldeira, A. P. & Leite, M. T. S. (2016). Violência doméstica contra a criança: elaboração e validação de instrumento para avaliação do conhecimento dos profissionais de saúde. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 24, 1-8. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.0805.2772>
- Oliveira A. P. F., Silva, S. M. C., Campeiz, A. B., Oliveira, W. A., Silva, M. A. I. & Carlos, D. M. (2021). Violência nas relações íntimas entre adolescentes de região de alta vulnerabilidade social. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 29, e3499, 1-10. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.5353.3499>
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2006). *Relatório mundial sobre violência contra a criança*. ATAR Roto Presse SA
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2015). *Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência, 2014*. Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo/Organização Mundial da Saúde
- Palermo, T., & A. Peterman (2011). Undercounting, overcounting, and the longevity of flawed estimates: Statistics on sexual violence in conflict. *Bulletin of the World Health Organization*, 89(12), 924-925. <http://dx.doi.org/10.2471/BLT.11.089888>.
- Pasian, M. S., Faleiros, J. M., Bazon, M. R., & Lacharité, C. (2013). Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. *Pensando famílias*, 17(2), 61-70. <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?>

[script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000200005&lng=pt&nrm=iso>](#). ISSN 1679-494X

- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dias, A. C. G. (2013). Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. *Mudanças: Psicologia da Saúde*, 21(1), 29-40. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v21n1p29-40>
- Pekny, V. M. (2017). *Tempo de espera: narrativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo*. (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Biblioteca de Teses e Dissertações da PUC Campinas. <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/1042/2/VIVIAN%20MAZZINI%20PEKNY.pdf>
- Pekny, V. M. & Granato, T. M. M. (2019). *Tempo de espera: narrativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo*. *Psicologia Clínica*, 31(3), 499-519. <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n03A05>.
- Penna, L. H. G.; Carinhanha, J. L.; Martins, V. V. & Fernandes, G. S. (2012). A maternidade no contexto de abrigamento: concepções das adolescentes abrigadas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 46(3), 544-548. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000300003>
- Peterman, A., Potts, A., O'Donnell, M., Thompson, K., Shah, N., Oertelt-Prigione, S., & Gelder, N. (2020). *Pandemics and violence against women and children*. Center for global development. <https://www.cgdev.org/sites/default/files/pandemics-and-vawg-april2.pdf>
- Pinto, L. A. P. A., & Colossi, P. P. M. (2017). Percepção materna acerca das práticas educativas coercitivas e a transmissão de modelos familiares. *Contextos Clínicos*, 10(2), 157-171. <https://doi.org/10.4013/ctc.2017.102.02>
- Pires, A. L. D., & Miyazaki, M. C. O. S. (2005). Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arq Ciênc. Saúde*, 12(1), 42-49. <https://repositorio-racs.famerp.br/Vol-12-1/08%20-%20id%20102.pdf>

- Pinto Junior, A. A., Cassep-Borges, V., & Santos, J. G. (2015). Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, 23(2), 124-131. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201500020062>
- Pinto Junior, A. A., Lopes, D. C., Pinheiro, V. S., Ortiz, M. M., & Oliveira, S. L. (2012). Perfil da Violência Sexual Doméstica Contra Crianças e Adolescentes no Município de Dourados/MS. *Revista Psicologia e Saúde*, 4(1), 59-68. <https://doi.org/10.20435/pssa.v4i1.125>
- Pinto Junior, A. A., Sá Pinto, E. P., Souza, K. T., Moreira, G. T., Junior, B. E. D., Silva, E. A., Balbino, N. R., & Mello, G. F. (2015). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção nos centros de referência de assistência social. *Revista Ciência em Extensão*, 11(2), 91-103. https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1155
- Platt, V. B., Guedert, J. M., Coelho, E. B. S. (2020). Violence against children and adolescents: notification and alert in times of pandemic. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 39. <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2020267>
- Politzer, G. (1998). Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise. Editora Unimep. (Trabalho originalmente publicado em 1928)
- Pfeiffer L., Rosário, N. A., & Cat, M. N. L. (2011). Violência contra crianças e adolescentes: proposta de classificação dos níveis de gravidade. *Revista Paulista de Pediatria*, 29(4), 77-82. <https://doi.org/10.1590/S0103-05822011000400002>
- Queiroz, F. A. & Bárbara (2021). Dupla jornada de trabalho feminina: uma análise das influências na qualidade de vida da mulher. *Revista Científica do Sertão Baiano*, 2(3), 10-16. <http://www.fcgba.com.br/revista/index.php/1/article/view/63>.
- Rabelo, F. I. M. (2015). *Os jovens em situação de rua e os rolés pela cidade: contradições entre invisibilidade e protagonismo*. (Dissertação de Mestrado,

- Universidade do Estado de Minas Gerais). Banco de Teses e Dissertações da UEMG. http://fae.uemg.br/dissertacoes/TD_0_014.pdf
- Radford, L., Corral, S., Bradley, C. &, Fisher, H. L. (2013). The prevalence and impact of child maltreatment and other types of victimization in the UK: findings from a population survey of caregivers, children and young people and young adults. *Child Abuse Negl.*, 37(10), 801-813. doi: 10.1016/j.chiabu.2013.02.004
- Ribeiro, L. J. (2018). *A experiência parental de casais homoafetivos: uma abordagem psicanalítica*. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Biblioteca de Teses e Dissertações da PUC-Campinas
- Ribeiro, L. J., & Granato, T. M. M. (2021). Preconceito e parentalidade: experiências de casais homoafetivos. *Vínculo*, 18(2), p. 1-11. <http://dx.doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p228-245>.
- Ribeiro, A. & Ilário, C. (2020). O processo de desligamento por maioria do acolhimento institucional estudo de caso da Casa Abrigo Marluza Araújo em Macapá-AP. *Revista Científica Multidisciplinar Do CEAP*, 2(1), 1-9. <http://periodicos.ceap.br/index.php/rcmc/article/view/34>
- Ricoeur, P. (1999). *Historia y narrativa*. Paidós Ibérica
- Rivera-Montero, D., Arenas-Duque, A., Roldán-Restrepo, D., Forero-Martínez, L. J., Rivillas-García, J. C., Murad-Rivera, R., Calderón-Jaramillo, M., Sánchez-Molano, S. M., & Arteaga-Aldana, J. S. (2021). Percepções de crianças e adolescentes sobre violência nos ambientes familiar e escolar em oito municípios na Colômbia. *Rev. Fac. Nac. Salud Pública*, 39(1), e339061, 1-11. <https://doi.org/10.17533/udea.rfnsp.e339061>
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Loyola

- Roesch, E., Amin, A., Gupta, J., & García-Moreno, C. (2020). Violence against women during covid-19 pandemic restrictions. *BMJ*, 369, 1712. <https://doi.org/10.1136/bmj.m1712>
- Rotondaro, D. P. (2002). Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22(3), 8-13. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000300003>
- Roudinesco, R. (2003). *A família em desordem*. Zahar
- Safra, G. (2014). *A po-ética na clínica contemporânea*. Ideias e Letras
- Salina-Brandão, A., & Willams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 22(3), 334-352. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000300003>
- Safiotti, H. I. B. (1994). Violência de gênero no Brasil atual. *Estudos feministas*, esp, 43-461. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Safiotti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>
- Santana, R. P., & Santana, J. S. S. (2016). Violência contra criança e adolescente na percepção dos profissionais de saúde. *Revista Enfermagem*, 4(24), 102-201. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2016.7070>.
- Santos, A. C. B., Braga, R. L., Lopes, T. M. R., Paes, L. S., & Vieira, M. A. M. (2011). A enfermagem na violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: modos de cuidar. *Revista Digital*, 16(156). <https://www.efdeportes.com/efd156/a-enfermagem-na-violencia-intrafamiliar.htm>
- Santos, B. S. (2008). Um Discurso sobre as Ciências. Cortez Editora. Serralha, C. A. (2019). O espaço potencial: da origem à evolução. *Estilos Da Clínica*, 24(1), 157-172. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i1p157-172>
- Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. IPEA/CONANDA
- Silva, M. E. L. (1993). *Investigação e psicanálise*. Papirus

- Silva, L. R. C., Damaceno, A. D., Martins, M. C. R., Sobral, K. M., & Farias, I. M. S. (2009). *Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente*. In Anais do Congresso Nacional de Educação. Rio Grande do Sul, p.4555-4566
- Silva, M. J. (2020). *Sobrevivendo no inferno: a experiência de adolescentes e familiares em programa de liberdade assistida* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Biblioteca de Teses e Dissertações da PUC-Campinas. <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1390>
- Singulano, Y. L., & Damiano Teixeira, K. M. (2020). Percepção de adolescentes sobre as causas da violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Oikos: Família E Sociedade Em Debate*, 31(1), 96–118. <https://doi.org/10.31423/oikos.v31i1.8979>
- Soares, L. G.; Depaoli, L. B.; Lentsck, M. H.; Soares, L. G.; Birolim, M. M. & Higarashi, I. H. (2017). Violações por violência de direitos fundamentais de crianças e adolescentes. *Rev. Rene*, 18(6), 734-41. <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/31078>.
- Souza, A. A. C. S., & Cintra, R. B. (2015). Conflitos éticos e limitações do atendimento médico à mulher vítima de violência de gênero. *Revista Bioética*, 26(1), 77-86. <https://doi.org/10.1590/1983-80422018261228>
- Souza, L.J. & Farias, R. C. P. (2022). Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19. *Serviço Social & Sociedade*, 144, 213-232. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.288>
- Souza, J., Kantorski, L. P., & Luis, M. A. V. (2011). Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. *Revista Baiana de Enfermagem*, 25(2), 221-228. <https://doi.org/10.18471/rbe.v25i2.5252>
- Sullca, T. F., & Schirmer, J. (2006). Violência intrafamiliar na adolescência na cidade de Puno - Peru. *Revista Latino-Americana Enfermagem*, 14(4), 578-85. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000400016>

- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2016). Construir, organizar, transformar: considerações teóricas sobre a transmissão psíquica entre gerações. *Psicologia Clínica*, 28(1), 141–159. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652016000100008&lng=pt&tlng=pt
- Schultel, A. A., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2019). A experiência emocional de autoras de Mommy Blogs. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(1), 107-130. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072019000100007&lng=pt&tlng=pt
- Stake, R. (2011). *Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Penso
- Stoltenborgh, M., H van Ijzendoorn, M., Euser, E. M., & Bakermans-Kranenburg M. J. (2011). A global perspective on child sexual abuse: Meta-analysis of prevalence around the world. *Child Maltreatment*, 16(2), 79-101. <http://doi.org.10.1177/1077559511403920>
- Teperman, D., Garrafa, T., & Iaconelli, V. (2020). *Parentalidade*. Autêntica
- Tachibana, G., & Ferreira, G. D. (2020). O cuidado materno violento: reflexões psicanalíticas sobre a Síndrome de Munchausen por Procuração. *Ciências Sociais e Humanas*, 41(2), 229-248. <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/39019>.
- Tardivo, L. S. L. P. C. & Pinto Junior, A. A. (2010). *Manual do Inventário de Frases na Avaliação da Violência Doméstica*. Vetor Editora
- Tardivo, L. S. P. C. (2017). O desenho da figura humana em crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 37(92), 63-78. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2017000100006&lng=pt&tlng=pt
- Teixeira, P. A. S., & Villachan-Lyra, P. (2015). Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. *Psicologia & Sociedade*, 27(01), 199-210. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p199>

- Tinoco, V., & Franco, M. H. P. (2011). O luto em instituições de abrigamento de crianças. *Estudos de Psicologia*, 28(4), 427-434. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400003>
- Trindade, A. A., & Hohendorff, J. V. (2020). Efetivação da Lei Menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes, *Cad. Saúde Pública*, 36(10), 1-11. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00193919>
- Tostes, G. W. Assis, N. D. P., & Aiello-Vaisberg, T. M. & Corbett, E. (2018). Dor Cortante: sofrimento emocional de meninas adolescentes. *Contextos Clínicos*, 11(2), 257-267. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2018.112.10>.
- Turato, E. R. (2000). Introdução à metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: definição e principais características. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 2(1), 93-108. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28720111>.
- United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN Women) (2020). *Covid-19 and ending violence against women and girls*. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2020/Issue-brief-COVID-19-and-ending-violence-against-women-and-girls-en.pdf>
- Vieira, M. S., Costa, R. G. & Oliveira, S. B. (2021). A invisibilidade da violência contra crianças e adolescentes: análise cartográfica do fenômeno em município da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. *Serviço social em Revista*, 24(1). <https://www.uel.br/revistas/uell/index.php/ssrevista/article/view/39662>.
- Vieira P. R., Garcia L. P., & Maciel E. L. N. (2020). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, 1-5. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>
- Visintin, C. D. N., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Maternidade e sofrimento social em mommy blogs brasileiros. *Psicologia: Teoria e Prática*, 19(2), 98-107. <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n2p98-107>.
- Waiselfisz, J. J. (2012). Mapa da violência 2012 – Crianças e adolescentes do Brasil. Centro brasileiro de estudos Latino-Americanos

- Waikamp, V., & Serralta F. B. (2018). Repercusiones del trauma en la infancia en la psicopatología de la vida adulta. *Ciências Psicológicas*, 12(1),137-44. <https://doi.org/10.22235/cp.v12i1.1603>
- Waiselfisz, J. (2015). Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. FLACSO
- Weber, S., Jud, A., & Landolt, M. A. (2015). Quality of life in maltreated children and adult survivors of child maltreatment: A systematic review. *Quality of Life Research*, 25(2), 237-255. <http://doi.org/10.1007/s11136-015-1085-5>
- Wilkinson J., & Bowyer, S. (2017). *The impacts of abuse and neglect on children and comparison of different placement options: evidence review*. Research in Practice
- Winnicott, D. W. (1975). A criatividade e suas origens. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp.95-120). Editora Imago. (Trabalho original publicado em 1971)
- Winnicott, D. W. (1975). A localização da experiência cultural. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp.133-144). Editora Imago. (Trabalho original publicado em 1971)
- Winnicott, D. W. (1975). O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In Winnicott, D. W., *O brincar e a realidade*. Imago. (Trabalho original publicado em 1967)
- Winnicott, D. W. (1982). O mundo em pequenas doses. In D. W. Winnicott, *A criança e o seu mundo* (pp. 76-82). Editora LTC. (Trabalho original publicado em 1949)
- Winnicott, D. W. (1982). Distorções de ego em termos de falso e verdadeiro self. In D. W. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 128-140). Artmed. (Originalmente publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (1982). Os objetivos do tratamento psicanalítico. In D. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do*

- desenvolvimento emocional* (I. Ortiz, trad., pp.152-155). Porto Alegre: Artes Médicas (Trabalho original publicado em 1962)
- Winnicott, D. W. (1990a). Provisão para a criança na saúde e na crise. In D.W.Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (p. 62-69). Artmed (Trabalho original publicado em 1962)
- Winnicott, D. W. (1990b). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In D.W.Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (p. 102-134). Artmed (Trabalho original publicado em 1962)
- Winnicott, D. W. (1993). A construção da confiança. In D.W.Winnicott, *Conversando com os pais* (p. 139-152). Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1969)
- Winnicott, D. W. (1994). O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família. In D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas* (pp. 102-115). Artes Médicas (Trabalho original publicado em 1965)
- Winnicott, D. W. (1994). O jogo do rabisco. In Winnicott D. W. (Org.) *Explorações psicanalíticas*. (pp. 230-243). Artmed. (Trabalho originalmente publicado em 1968)
- Winnicott, D. W. (1994). O medo do colapso (breackdown). In. D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas* (pp. 70-76). Artes Médicas (Trabalho originalmente publicado em 1963)
- Winnicott, D. W. (1999). A construção da confiança. In D.W.Winnicott, *Conversando com os pais* (pp. 139-152). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1969)
- Winnicott, D.W. (2000). As observações de bebês numa situação padronizada. In D.W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Imago. (Trabalho original publicado em 1941)

- Winnicott, D. W. (2000). A mente e sua relação com o psicossoma. In D. W. Winnicott. *Da pediatria à psicanálise*. (pp. 332-346). Francisco Alves. (Original publicado em 1949)
- Winnicott, D. W. (2000). A mãe dedicada comum. In D. W. Winnicott, *Os bebês e suas mães* (pp. 1-11). Martins Fontes. (Original publicado em 1949)
- Winnicott, D.W. (2000). Objetos e fenômenos transicionais. In D. W. Winnicott, *Da pediatria a psicanálise: Obras escolhidas* (pp. 316-331). Editora Imago (Original publicado em 1951)
- Winnicott, D. W. (2000). A preocupação materna primária. In D. W. Winnicott, *Da pediatria a psicanálise: Obras escolhidas* (pp. 399-405). Editora Imago (Trabalho originalmente publicado em 1956)
- Winnicott, D. W. (2000). *Da Pediatria à Psicanálise*. Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1958)
- Winnicott, D. W. (2020). O mundo em pequenas doses. In Winnicott, D. W. *A criança e o seu mundo*. (pp. 76-82), 6ed. LTC. (Originalmente publicado em 1982)
- Winnicott, D. W. (2021). Desenvolvimento emocional primitivo. In Winnicott, D. W. *Da pediatria à psicanálise* (pp. 281-299). (Originalmente publicado em 1945). Ubu Editora
- World Health Organization (WHO) (2014). *Global status report on violence prevention 2014*. World Health Organization
- World Health Organization (WHO), & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect (ISPCAN). (2006). *Preventing child maltreatment: A guide to taking action and generating evidence*
- United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN Women) (2020). *Covid-19 and ending violence against women and girls*. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2020/Issue-brief-COVID-19-and-ending-violence-against-women-and-girls-en.pdf>
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso Editor

ANEXO 1: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA PUC CAMPINAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Narrativas de meninas abrigadas sobre a violência intrafamiliar

Pesquisador: Sofia Creato Bonfatti

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 09012919.0.0000.5481

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/ CAMPINAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.275.201

Apresentação do Projeto:

Pesquisa realizada no âmbito do programa de pós-graduação (doutorado) em psicologia da PUC-Campinas em que haverá pesquisa qualitativa com adolescentes albergadas no município de [REDACTED], retiradas do convívio de suas famílias por força de violência intrafamiliar.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender a experiência emocional de adolescentes albergadas por causa de violência familiar; elaborar oficina narrativa com grupo-piloto de adolescentes albergadas; identificar demandas socioemocionais a partir da oficina narrativa para elaboração de futuros projetos de intervenção preventiva ou psicoterapêutica junto a vítimas de violência intrafamiliar

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa visa a tratar de problemas psicológicos e emocionais decorrentes de situação de violência e, nesse sentido, há risco de agravamento da situação. No entanto, trata-se de situação controlada por profissional da área de psicologia capacitada para evitar qualquer diminuição do bem-estar dos sujeitos da pesquisa.

Os benefícios da pesquisa são identificados tanto para os sujeitos da pesquisa, que terão condições de compreender sua situação de forma mais consistente e, com isso, superarem eventuais traumas decorrentes da violência a que foram submetidas, como para a evolução do

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 3.275.201

estado da arte do tema objeto da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa qualitativa com pessoas da faixa dos 12 aos 18 anos, albergadas por causa de violência intrafamiliar, que aceitem participar das oficinas narrativas e do grupo de reflexão (ferramentas pelas quais a pesquisa será realizada). Critérios de exclusão e de inclusão bem definidos, assim como os procedimentos metodológicos empregados para desafiar a hipótese de pesquisa e atingimento dos objetivos formulados. A pesquisadora obteve autorização da Propeq, bem como da instituição albergante (e da prefeitura de Piracicaba) em que realizará a pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os TCLE e TALE estão bem redigidos e indicam com precisão os esclarecimentos necessários à participação e eventual decisão de desistir da pesquisa, sem prejuízo algum aos sujeitos da pesquisa.

Recomendações:

N/A

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Dessa forma, e considerando a Resolução CNS no. 466/12, Resolução CNS no 510/16, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: Aprovado. Conforme a Resolução CNS no. 466/12, Resolução CNS no 510/16, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, é atribuição do CEP "acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa". Por isso o/a pesquisador/a responsável deverá encaminhar para o CEP PUC-Campinas os Relatórios Parciais a cada seis meses e o Relatório Final de seu projeto, até 30 dias após o seu término.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1291830.pdf	15/04/2019 17:04:36		Aceito

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 3.275.201

Cronograma	CRONOGRAMA.docx	15/04/2019 17:02:35	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Outros	Carta_comite.docx	15/04/2019 17:01:12	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	15/04/2019 17:00:47	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Outros	Carta_assinada.png	15/04/2019 16:39:12	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_ CEP_3237426.pdf	15/04/2019 16:36:07	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.docx	15/04/2019 16:35:03	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	15/04/2019 16:34:50	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto.pdf	01/03/2019 18:37:27	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Outros	Declaracao_dados.pdf	20/02/2019 17:16:06	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Outros	Declaracao_custos.pdf	20/02/2019 17:14:26	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_infraestrutura.pdf	20/02/2019 17:13:41	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Outros	Autorizacao_Prefeitura.pdf	20/02/2019 17:12:16	Sofia Creato Bonfatti	Aceito
Outros	Autorizacao_instituicao.pdf	20/02/2019 17:11:34	Sofia Creato Bonfatti	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINAS, 22 de Abril de 2019

Assinado por:
CARLOS ALBERTO ZANOTTI
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br

ANEXO 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A psicóloga Sofia Creato Bonfatti, CRP 06/131932, Doutoranda em Psicologia como Ciência e Profissão na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, autora do projeto de pesquisa intitulado “Narrativas de meninas abrigadas sobre a violência intrafamiliar” convida você, como responsável legal pelas crianças e adolescentes da instituição de acolhimento colaboradora desta pesquisa a autorizar a participação das meninas pertencentes a faixa etária dos 12 aos 18 anos.

O presente estudo busca produzir conhecimento científico sobre a experiência emocional de adolescentes abrigadas diante da violência intrafamiliar que motivou o seu abrigo e de que modo essas experiências afetam a vida dessas jovens e suas expectativas em relação à vida adulta. A participação dos encontros com a pesquisadora pode ter efeitos terapêuticos, na medida em que pode mobilizar reflexões que auxiliem as adolescentes a integrarem emocionalmente as experiências de violência vividas na família. Além disso, este estudo pode beneficiar os profissionais envolvidos direta ou indiretamente na atenção psicológica a adolescentes em condição de vulnerabilidade e abrigo, bem como a suas famílias.

A coleta de dados será realizada segundo o enquadre de entrevistas coletivas, em uma Oficina Narrativa com duração de oito encontros semanais de aproximadamente noventa minutos com as adolescentes que se voluntariarem. Em cada entrevista, as participantes serão convidadas a completar uma história fictícia que foi previamente elaborada pela pesquisadora sobre o tema que é objeto desta pesquisa. Ressaltamos que as entrevistas e o conteúdo dos encontros não serão gravados ou filmados, e que todo material coletado, incluindo anotações posteriores da pesquisadora, ficará em sua posse por 5 anos quando então será destruído.

Por ocasião da análise dos dados, buscar-se-á compreender a percepção das adolescentes frente às vivências de violência intrafamiliar, sendo seus dados pessoais ou qualquer informação que a identifique retirados da pesquisa, com o objetivo de garantir seu anonimato.

Como a participação das adolescentes é voluntária, a participante não terá nenhum tipo de remuneração por seu consentimento, nem prejuízo, caso se recuse a participar ou queira retirar o seu consentimento, o que poderá ocorrer em qualquer

etapa da pesquisa. Além disso, ressaltamos que as participantes não serão expostas a riscos maiores do que os oferecidos em seu cotidiano, uma vez que serão entrevistadas na própria instituição em que estão abrigadas. Este termo de consentimento será impresso em duas vias, ficando uma com a pesquisadora e outra com você, presidente da instituição e responsável legal pelos adolescentes menores de 18 anos.

O projeto em questão foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, localizado na Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516 – Parque Rural Fazenda Santa Cândida – CEP 13087-571 - Campinas – SP. Para quaisquer esclarecimentos éticos, o Comitê poderá ser consultado através do telefone (19) 3343-6777 ou pelo e-mail comitedeetica@puc-campinas.edu.br, sendo seu horário de funcionamento de Segunda à Sexta- feira das 08h00 às 17h00.

Para maiores esclarecimentos com relação à sua participação, favor entrar em contato com a pesquisadora através do telefone celular (19) 99477-0202 ou pelo e-mail sofia_bonfatti@yahoo.com.br

Eu,,
 RG....., afirmo estar ciente dos objetivos e métodos da pesquisa “Narrativas de adolescentes abrigadas sobre a violência intrafamiliar”, e autorizo, na qualidade de responsável legal, a participação voluntária das adolescentes menores de 18 anos e a inclusão do material narrativo por elas produzido na investigação, mediante o respeito às condições de sigilo e privacidade.

Cidade,.....de..... de
 2019.

 Assinatura do Presidente

 Assinatura da Participante

 Assinatura da Pesquisadora

ANEXO 3: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Narrativas de meninas abrigadas sobre a violência intrafamiliar” que será realizada pela psicóloga Sofia Creato Bonfatti, CRP 06/131932, Doutoranda em Psicologia como Ciência e Profissão na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Para participar deste estudo, o seu responsável legal também deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O estudo busca produzir conhecimento sobre a experiência emocional de adolescentes abrigadas sobre a violência intrafamiliar que motivou o seu abrigo e de que modo essas experiências afetam a vida dessas jovens e suas expectativas em relação à vida adulta. Esperamos que este estudo possa beneficiar você e outras crianças e adolescentes que sofreram violência intrafamiliar e se encontram na condição de abrigo, bem como suas famílias e profissionais que trabalham na área, orientando a formulação de práticas de cuidado a essa população.

O procedimento da pesquisa será assim: faremos uma Oficina Narrativa com um grupo que inclui você e outras adolescentes abrigadas, com duração de oito encontros semanais em torno de noventa minutos. Em cada encontro, convidarei você e as demais a completar uma história fictícia que eu irei elaborar sobre o tema da pesquisa. Em seguida, faremos uma reflexão em grupo sobre como as experiências de violência intrafamiliar são vividas e compreendidas. A participação desses encontros pode ter um efeito terapêutico, pois as reflexões que faremos juntas durante a oficina poderão ajudá-la a organizar suas emoções e sentimentos em relação às experiências de violência. Os nossos encontros não serão gravados ou filmados e todo material coletado, incluindo anotações posteriores da pesquisadora, ficará em sua posse por 5 anos quando então será destruído.

Como a sua participação é totalmente voluntária, você não terá nenhum tipo de remuneração pelo aceite, nem prejuízo, caso se recuse a participar ou queira retirar o seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa. Além disso, você não será exposta a nenhum risco ao participar dos encontros, pois nossos encontros serão realizados na própria instituição e eu não irei expor seus dados pessoais

preservando o seu anonimato. Este termo de assentimento será impresso em duas vias, ficando uma comigo e outra com você.

Este projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, localizado na Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516.

– Parque Rural Fazenda Santa Cândida – CEP 13087-571 - Campinas – SP. Para quaisquer esclarecimentos éticos, você poderá consultar o Comitê através do telefone (19) 3343-6777 ou pelo e- mail comitedeetica@puc-campinas.edu.br, sendo seu horário de funcionamento de Segunda à Sexta- feira das 08h00 às 17h00.

Para maiores esclarecimentos com relação à sua participação, você poderá entrar em contato com a pesquisadora através do telefone celular (19) 99477-0202 ou pelo e-mail sofia_bonfatti@yahoo.com.br.

Eu,,
RG....., afirmo que a pesquisadora me informou sobre os objetivos e métodos da pesquisa “Narrativas de adolescentes abrigadas sobre a violência intrafamiliar”, e declaro a minha participação voluntária, autorizando a inclusão do material narrativo por mim produzido no estudo, mediante o respeito às condições de sigilo e privacidade. Declaro, também, estar ciente de que poderei desistir da minha participação a qualquer momento da pesquisa, sem que isso me traga qualquer prejuízo.

Cidade,.....de..... de
2019.

Assinatura do Presidente

Assinatura da Participante

Assinatura da Pesquisadora